ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 71

Brasília - DF, quarta-feira, 12 de abril de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 10
Ministério da Educação 13
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 34
Ministério da Justiça e Segurança Pública 34
Ministério da Saúde 38
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União . 49
Ministério das Cidades 49
Ministério de Minas e Energia 49
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 63
Ministério do Esporte 63
Ministério do Meio Ambiente 64
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 65
Ministério do Trabalho 65
Ministério dos Direitos Humanos 66
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 66
Conselho Nacional do Ministério Público 68
Ministério Público da União 68
Tribunal de Contas da União 68
Defensoria Pública da União 117
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 117

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se detetive particular o profissional que, habitualmente, por conta própria ou na forma de sociedade civil ou empresarial, planeje e execute coleta de dados e informações de natureza não criminal, com conhecimento técnico e utilizando recursos e meios tecnológicos permitidos, visando ao esclarecimento de assuntos de interesse privado do contratante.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

§ 1º Consideram-se sinônimas, para efeito desta Lei, as expressões "detetive particular", "detetive profissional" e outras que tenham ou venham a ter o mesmo objeto.

§ 2º (VETADO).

Art. 3º (VETADO).

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º O detetive particular pode colaborar com investigação policial em curso, desde que expressamente autorizado pelo contratante.

Parágrafo único. O aceite da colaboração ficará a critério do delegado de polícia, que poderá admiti-la ou rejeitá-la a qualquer tempo.

Art. 6º Em razão da natureza reservada de suas atividades, o detetive particular, no desempenho da profissão, deve agir com técnica, legalidade, honestidade, discrição, zelo e apreço pela verdade.

Art. 7º O detetive particular é obrigado a registrar em instrumento escrito a prestação de seus serviços.

Art. 8º O contrato de prestação de serviços do detetive particular conterá:

I - qualificação completa das partes contratantes;

II - prazo de vigência;

III - natureza do serviço;

IV - relação de documentos e dados fornecidos pelo contratante;

V - local em que será prestado o serviço;

VI - estipulação dos honorários e sua forma de pagamento.

Parágrafo único. É facultada às partes a estipulação de seguro de vida em favor do detetive particular, que indicará os beneficiários, quando a atividade envolver risco de morte.

Art. 9º Ao final do prazo pactuado para a execução dos serviços profissionais, o detetive particular entregará ao contratante ou a seu representante legal, mediante recibo, relatório circunstanciado sobre os dados e informações coletados, que conterá:

I - os procedimentos técnicos adotados;

II - a conclusão em face do resultado dos trabalhos executados e, se for o caso, a indicação das providências legais a adotar;

III - data, identificação completa do detetive particular e sua assinatura.

Art. 10. É vedado ao detetive particular:

I - aceitar ou captar serviço que configure ou contribua para a prática de infração penal ou tenha caráter discriminatório;

II - aceitar contrato de quem já tenha detetive particular constituído, salvo:

a) com autorização prévia daquele com o qual irá colaborar ou a quem substituirá;

b) na hipótese de dissídio entre o contratante e o profissional precedente ou de omissão deste que possa causar dano ao contratante;

III - divulgar os meios e os resultados da coleta de dados e informações a que tiver acesso no exercício da profissão, salvo em defesa própria;

IV - participar diretamente de diligências policiais;

V - utilizar, em demanda contra o contratante, os dados, documentos e informações coletados na execução do contrato.

Art. 11. São deveres do detetive particular:

I - preservar o sigilo das fontes de informação;

II - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem das pessoas;

III - exercer a profissão com zelo e probidade;

IV - defender, com isenção, os direitos e as prerrogativas profissionais, zelando pela própria reputação e a da classe;

V - zelar pela conservação e proteção de documentos, objetos, dados ou informações que lhe forem confiados pelo cliente;

VI - restituir, íntegro, ao cliente, findo o contrato ou a pedido, documento ou objeto que lhe tenha sido confiado;

VII - prestar contas ao cliente.

Art. 12. São direitos do detetive particular:

I - exercer a profissão em todo o território nacional na defesa dos direitos ou interesses que lhe forem confiados, na forma desta Lei;

II - recusar serviço que considere imoral, discriminatório ou ilícito;

III - renunciar ao serviço contratado, caso gere risco à sua integridade física ou moral;

IV - compensar o montante dos honorários recebidos ou recebê-lo proporcionalmente, de acordo com o período trabalhado, conforme pactuado;

V - (VETADO);

VI - reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

VII - ser publicamente desagravado, quando injustamente ofendido no exercício da profissão.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de abril de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Henrique Meirelles
Ronaldo Nogueira de Oliveira
Eliseu Padilha
Grace Maria Fernandes Mendonça

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

DECRETO DE 7 DE MARÇO DE 2017

Cria o Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 8 de março de 2017, Seção 1)

No § 1º do art. 2º**, onde se lê:**

"§ 1º Serão convidados a participar do Conselho:

I - um Deputado Federal, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados;

II - um Senador da República, indicado pelo Presidente do Senado Federal; e

III - um membro do Poder Judiciário, indicado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal."

Leia-se:

"§ 1º Serão convidados a participar do Conselho:

I - um Deputado Federal, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados; e

II - um Senador da República, indicado pelo Presidente do Senado Federal."

No § 1ª do art. 4ª**, onde se lê:**

"§ 1º Serão convidados a participar do Comitê Executivo:

I - um representante da Câmara dos Deputados, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados;

II - um representante do Senado Federal, indicado pelo Presidente do Senado Federal; e

III - um representante do Poder Judiciário, indicado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal."

Leia-se:

"§ 1º Serão convidados a participar do Comitê Executivo:

I - um representante da Câmara dos Deputados, indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados; e

II - um representante do Senado Federal, indicado pelo Presidente do Senado Federal."

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 108, de 10 de abril de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442.

Nª 109, de 11 de abril de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1ª do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nª 106, de 2014 (nª 1.211/11 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular".

Ouvidas, a Advocacia-Geral da União e a Casa Civil da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 1ª

"Art. 1ª Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de detetive particular, disciplinando as atividades de coleta de dados ou informações de interesse privado."

Razões do veto

"O veto ao dispositivo afasta o teor de regulamentação da profissão, mantendo-se nas demais partes sancionadas o reconhecimento da mesma e a regulação dos contratos advindos de seu exercício. Ademais, evita-se o cerceamento do exercício das atividades mencionadas no dispositivo por outros profissionais que executem funções similares, preservando-se o direito constitucional ao livre exercício profissional."

Art. 4ª

"Art. 4º O detetive particular pode realizar coleta de dados e de informações ou pesquisa científica acerca de suspeitas ou situações:

I - de cometimento de infração administrativa ou descumprimento contratual;

II - de conduta lesiva à saúde, integridade física ou incolumidade própria ou de terceiro, por parte de ou contra pessoa que tenha vínculo afetivo ou profissional com o contratante;

III - relacionadas à idoneidade de prepostos e empregados e à violação de obrigações trabalhistas;

IV - relacionadas a questões familiares, conjugais e de identificação de filiação;

V - de desaparecimento e localização de pessoa ou de animal.

§ 1º É vedado ao detetive particular prosseguir na coleta de dados e informações de interesse privado se vislumbrar indício de cometimento de infração penal, cabendo-lhe comunicá-lo ao delegado de polícia.

§ 2º Se a infração penal estiver sendo cometida ou for de natureza permanente, colocando em risco a incolumidade física de pessoa, o detetive particular deve comunicar o fato ao delegado de polícia."

Razões do veto

"A redação do artigo apresenta inadequação, ao não explicitar o caráter exaustivo ou exemplificativo do rol de atividades, bem como ao não aclarar se o mesmo contempla atividades privativas ou compartilháveis com outros profissionais, gerando insegurança jurídica. Além disso, o parágrafo primeiro poderia redundar no efeito prático de inviabilizar o próprio exercício da atividade que se busca reconhecer, posto que é justamente o indício ali mencionado o mote para a contratação, em grande parte das situações, do profissional detetive, inclusive dentre as arroladas nos incisos do **caput** desse mesmo artigo. Por extensão, impõe-se o veto ao parágrafo segundo."

Inciso V do art. 12

"V - ser tratado com a dignidade que merece, como profissional colaborador da Justiça e dos órgãos de polícia judiciária, cujos membros e servidores devem ser tratados com a mesma deferência por ele;"

Razões do veto

"Os profissionais cuja atividade se regula por este projeto de lei exercem ofício de natureza privada, e não como presente no dispositivo, em linguagem própria de agentes públicos ou advogados. O uso da expressão, no rol de direitos do profissional, tem potencial de gerar confusão entre atividade pública e privada, com prejuízos a ambas e ao interesse público."

Já o Ministério da Fazenda opinou pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

§ 2ª do art. 2ª

"§ 2º O exercício da atividade de detetive particular, para fins de recolhimento de contribuições previdenciárias, será considerado profissão liberal, exceto se na condição de empregado."

Razão do veto

"O dispositivo abriga uma inadequação técnica, na medida em que a legislação previdenciária não contempla o conceito ali disposto, elencando as categorias de empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso ou segurado especial."

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União, manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 3ª

"Art. 3º Para o exercício da profissão de detetive particular, exige-se dos interessados a comprovação dos seguintes requisitos:

I - capacidade civil e penal;

II - escolaridade de nível médio ou equivalente;

III - formação específica ou profissionalizante para o exercício da profissão;

IV - gozo dos direitos civis e políticos;

V - não possuir condenação penal.

§ 1º O curso de formação profissional de atividade de coleta de dados e informações de interesse privado, equivalente ao nível médio, terá o currículo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação e carga horária de, no mínimo, 600 (seiscentas) horas.

§ 2º O currículo a ser estabelecido na forma do § 1ª deste artigo deverá incluir, entre outros, conhecimentos de Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Civil."

Razões do veto

"Ao impor habilitação em curso específico e outros requisitos, o artigo impede o livre exercício da atividade por profissionais de outras áreas, bem como pelos atuais profissionais que não possuam essa habilitação, sem que se caracterize potencial dano social decorrente, violando o art. 5ª, inciso XIII da Constituição. Além disso, fere o princípio da presunção de inocência, consagrado no inciso LVII do citado artigo constitucional."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nª 110, de 11 de abril de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1ª do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nª 464, de 2011 (nª 3.673/12 na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta §§ 5ª e 6ª ao art. 23 da Lei nª 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar de estabelecimento envolvido na prática de infração sanitária relativa à falsificação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, produtos de higiene pessoal e de perfumaria, cosméticos e saneantes".

Ouvidos, os Ministérios da Saúde, da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguinte razões:

"O projeto contempla, no proposto parágrafo quinto, alterações normativas que violam os princípios do devido processo legal e da razoável duração do processo, consagrados na Constituição, em seu artigo 5ª, incisos LIV e LXXVIII, assim como vertentes do princípio da proporcionalidade. Embora, a princípio, louvável a intenção, a inexistência de prazo para termo da medida cautelar imposta é também irrazoável do ponto de vista econômico, podendo representar o fim das atividades do empreendimento, além de criar um incentivo negativo, ao não estabelecer um limite ao setor público para a conclusão de etapa do processo administrativo sanitário. Por arrastamento, impõe-se o veto, também, ao parágrafo sexto."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 111, de 11 de abril de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal da Programação Monetária destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Nº 112, de 11 de abril de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e revoga a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977".

Nº 113, de 11 abril de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor GUSTAVO MACHADO GONZALEZ para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto Tadeu Antunes Fernandes.

CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 245, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O **SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos à safra 2015/2016 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constante no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de abril de 2017, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

ANEXO
(Safra 2015/2016)

UF	CDIBGE	MUNICÍPIOS
AL	2700102	Água Branca
AL	2700706	Batalha
AL	2700904	Belo Monte
AL	2701803	Carneiros
AL	2702405	Delmiro Gouveia
AL	2702504	Dois Riachos
AL	2703106	Igaci
AL	2703304	Inhapi
AL	2703700	Jaramataia
AL	2704401	Major Isidoro
AL	2704609	Maravilha
AL	2705002	Mata Grande
AL	2705705	Olho D'Água das Flores
AL	2705804	Olho D'Água do Casado
AL	2706000	Olivença
AL	2706109	Ouro Branco
AL	2706208	Palestina
AL	2706307	Palmeira dos Índios
AL	2706406	Pão de Açúcar
AL	2706422	Pariconha
AL	2707107	Piranhas
AL	2707206	Poço das Trincheiras
AL	2708006	Santana do Ipanema
AL	2708402	São José da Tapera
AL	2708956	Senador Rui Palmeira
BA	2911907	Iaçu
BA	2915007	Itaeté
BA	2900355	Adustina
BA	2900405	Água Fria
BA	2901353	Andorinha
BA	2901502	Anguera
BA	2901601	Antas
BA	2901809	Antônio Gonçalves
BA	2902609	Baixa Grande
BA	2902658	Banzaê
BA	2903276	Barrocas
BA	2904308	Brejões
BA	2904852	Cabaceiras do Paraguaçu
BA	2905107	Caém
BA	2905503	Caldeirão Grande
BA	2906402	Candeal
BA	2906808	Cansanção
BA	2906857	Capela do Alto Alegre
BA	2906873	Capim Grosso
BA	2907301	Castro Alves
BA	2907806	Cícero Dantas
BA	2907905	Cipó
BA	2908408	Conceição do Coité
BA	2908903	Coração de Maria
BA	2910701	Euclides da Cunha
BA	2910750	Fátima
BA	2910800	Feira de Santana
BA	2910859	Filadélfia
BA	2911253	Gavião
BA	2911402	Glória
BA	2911857	Heliópolis
BA	2913309	Ichu
BA	2914000	Ipirá
BA	2914505	Irará
BA	2916500	Itapicuru
BA	2916856	Itatim
BA	2917508	Jacobina
BA	2918100	Jeremoabo
BA	2919108	Lamarão
BA	2921203	Miguel Calmon
BA	2921500	Monte Santo
BA	2922656	Nordestina
BA	2922730	Nova Fátima
BA	2922805	Nova Itarana
BA	2922904	Nova Soure
BA	2923050	Novo Triunfo
BA	2923100	Olindina
BA	2923803	Paripiranga
BA	2924009	Paulo Afonso
BA	2924058	Pé de Serra
BA	2924207	Pedro Alexandre
BA	2924652	Pintadas
BA	2924801	Piritiba
BA	2925253	Ponto Novo
BA	2925808	Queimadas
BA	2925907	Quijingue
BA	2925931	Quixabeira
BA	2925956	Rafael Jambeiro
BA	2926103	Retirolândia
BA	2926301	Riachão do Jacuípe
BA	2926509	Ribeira do Amparo
BA	2926608	Ribeira do Pombal
BA	2927507	Santa Bárbara
BA	2927606	Santa Brígida
BA	2928505	Santa Teresinha
BA	2928307	Santanópolis
BA	2928950	São Domingos
BA	2929370	São José do Jacuípe
BA	2929800	Saúde
BA	2930105	Senhor do Bonfim
BA	2930501	Serrinha
BA	2930600	Serrolândia
BA	2930766	Sítio do Quinto
BA	2931103	Tanquinho
BA	2931301	Tapiramutá
BA	2931509	Teofilândia
BA	2931905	Tucano
BA	2933059	Várzea da Roça
CE	2300507	Alcântaras
CE	2300754	Amontada
CE	2302602	Camocim
CE	2303600	Catarina
CE	2306553	Itarema
CE	2308609	Monsenhor Tabosa
CE	2309003	Mucambo
MG	3104452	Aricanduva
PB	2500205	Aguiar
PB	2504801	Coremas
PB	2508703	Mãe D'Água
PB	2509396	Maturéia
PB	2510006	Nazarezinho
PB	2510709	Passagem
PB	2511301	Piancó
PB	2513968	São Domingos de Pombal
PB	2515500	Serra Branca
PB	2516706	Teixeira
PE	2609709	Orobó
PE	2612000	Sairé
PE	2613206	São João
PI	2201739	Betânia do Piauí
PI	2202133	Campo Grande do Piauí
PI	2202208	Campo Maior
PI	2202554	Caridade do Piauí
PI	2207504	Palmeirais
PI	2209955	São João da Varjota
PI	2210052	São José do Divino
PI	2210409	São Miguel do Tapuio
PI	2211605	Vila Nova do Piauí
RN	2401107	Areia Branca
RN	2403202	Doutor Severiano
RN	2403400	Equador
RN	2411809	São Fernando
RN	2412500	São Miguel
RN	2414308	Timbaúba dos Batistas
RN	2401701	Bom Jesus
RN	2401859	Caiçara do Norte
RN	2402808	Coronel Ezequiel
RN	2404507	Guamaré
RN	2405009	Jaçanã
RN	2405306	Januário Cicco (Boa Saúde)
RN	2405405	Japi
RN	2406700	Lajes
RN	2407708	Montanhas
RN	2407807	Monte Alegre
RN	2407906	Monte das Gameleiras
RN	2409100	Passa e Fica
RN	2409803	Pedro Velho
RN	2410108	Poço Branco
RN	2410405	Pureza
RN	2413300	Serra de São Bento
RN	2414001	Tangará
RN	2414803	Vera Cruz

PORTARIA Nº 248, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Fixa os limites de contrapartida nas transferências voluntárias de recursos no âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere arts. 73 a 79 da Lei 13.408, de 26 de dezembro de 2016, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, no art. 7º, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e no art. 18, da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1° Para as entidades privadas sem fins lucrativos serão exigidas contrapartida somente nas parcerias de valor superior a R$ 600.000,00.

Art. 2º Ficam estabelecidos os limites de contrapartida financeira previstos no art. 79, parágrafo 1°, inciso I, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 196, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 116, de 23 de março de 2017, que altera o Anexo I da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015 e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00409.006605/2016-97, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 705, DE 7 DE ABRIL DE 2017(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Integridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de implementar e aprimorar mecanismos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta, em consonância com o respectivo Plano de Integridade.

Parágrafo único. O Plano de Integridade do MAPA será desenvolvido em consonância com os eixos fundamentais definidos no art. 2º da Portaria CGU n° 784, de 28 de abril de 2016, observando ainda as ações e medidas previstas no art. 3º da referida Portaria.

Art. 2º A implantação do Programa Integridade do MAPA deverá atender as diretrizes estabelecidas na Portaria CGU nº 784, de 2016, a partir da assinatura do Termo de Adesão ao Programa de Fomento à Integridade Pública (PROFIP/CGU).

Art. 3º O Plano de Integridade do MAPA deverá contemplar diretrizes e mecanismos de apoio e fomento à implantação de políticas de compliance pelos estabelecimentos agropecuários sujeitos à fiscalização federal.

Art. 4º Fica instituído o Comitê de Integridade do MAPA, na qualidade de instância de integralidade prevista no § 1º do art. 2º da Portaria CGU n° 784, de 2016, com a responsabilidade, sob a coordenação do Secretário-Executivo, de elaborar, implementar, coordenar, operacionalizar e monitorar o Plano de Integridade de que trata o art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. O Plano de Integridade de que trata o caput deverá ser elaborado a partir do mapeamento de riscos de integridade e da avaliação das medidas de integridade já existentes, com a finalidade de identificar vulnerabilidades e propor medidas para sua resolução e mitigação.

Art. 5º O Comitê de Integridade do MAPA será composto pelas seguintes Unidades Administrativas:

I - Assessoria Especial de Controle Interno, na qualidade de unidade responsável pela coordenação das ações de Integridade (Compliance) do MAPA;

II - Ouvidoria do MAPA;

III - Comissão de Ética;

IV - Assessoria de Comunicação/GM; e

V - Corregedoria do MAPA.

Art. 6º As demais Unidades Administrativas do MAPA deverão, em seu âmbito, e com vistas à elaboração do Plano de Integridade, garantir, em especial na fase de levantamento dos riscos de integridade, pleno apoio ao regular desenvolvimento das atividades do Comitê de Integridade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 11/04/2017, Seção 1, páginas 4 e 5, com incorreções no original.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE

PORTARIA Nº 804, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1.597, de 03 de agosto de 2016, e o Decreto n.º 8.852, de 20 de setembro de 2016, que regulamenta a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 18, de 18 de junho de 2008, e o que consta nos autos do Processo SEI n.º 21000.016098/2017-43, resolve:

Art. 1º Suspender pelo período de 60 (sessenta) dias os Certificados de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira, por necessidade de realização de vistorias, em cumprimento à Recomendação nº 12/2014, constante dos Procedimentos Preparatórios n.ºs 1.15.000.001051/2014-84 (MPF) e n.º 000446.2014.07.000/9-010 (MPT), ambos com vistas à instrução do Inquérito Civil n.º 1.15.000.001051/2014-54.

Art. 2º A relação das embarcações de que trata o art. 1º será divulgada no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (www.agricultura.gov.br) e será afixada na sede da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Ceará.

Art. 3º Os proprietários das embarcações constantes do anexo desta Portaria devem agendar vistoria juntamente à Coordenação de Aquicultura e Pesca da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Ceará - CPA/CE durante o prazo de vigência da suspensão.

Art. 4º As embarcações que não forem vistoriadas durante o período da suspensão estabelecida por esta Portaria terão os Certificados de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira cancelados.

Art. 5º A CPA/CE fica encarregada de elaborar o Plano de Ação para a realização das vistorias das embarcações suspensas por esta Portaria, que poderão ser realizadas em conjunto com outros órgãos envolvidos com o tema, além de coordenar as atividades previstas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 2, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 14, de 5 de maio de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 21000.015705/2017-58, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Alfa Consultoria e Análise de Risco de Pragas Ltda, CNPJ 12.329.291/0001-45, localizada à Rua Comendador José Júlio de Mello, nº 121, Bairro Teresópolis, Porto Alegre, RS, como Centro Colaborador para realização de Análise de Risco de Pragas - ARP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO ARAÚJO DE ALENCAR



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.507, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de CAMPINA DO MONTE ALEGRE, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.010440/2017-42 e da Nota Técnica nº 5732/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.510, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de RIVERSUL, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.010445/2017-75 e da Nota Técnica nº 5780/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.511, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de LARANJAL PAULISTA, Estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.010443/2017-86 e da Nota Técnica nº 5810/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.513, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ITAPORANGA, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.010442/2017-31 e da Nota Técnica nº 5870/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.677, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de PARANAPANEMA, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.010441/2017-97 e da Nota Técnica nº 6059/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.731, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV ALIANÇA PAULISTA S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ITU, Estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.010439/2017-18 e da Nota Técnica nº 6992/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.781, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 01250.014950/2017-99, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV BAURU S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Arealva , estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Determinar que, no prazo de até nove meses antes da data do desligamento do sinal sinal analógico na referida localidade, a entidade apresente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COORDENAÇÃO DE OUTORGA

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.624 - Outorga autorização para uso de radiofrequencia(s) à(ao) ROPETECH - INSPECOES E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.978.140/0001-92 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.642 - Outorga autorização para uso de radiofrequencia(s) à(ao) FERTILIZANTES HERINGER S.A. , CNPJ nº 22.266.175/0001-88 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.839, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Processo nº 53512.000146/2017-06.

Expede autorização à LIQUIPORT VILA VELHA S.A, CNPJ nº 04461341000115, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização da Anatel, nos termos dos arts. 82, IX, e 125, § 2º, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos). PROCESSOS nº: 53563.001478/2014-51, 53551.000599/2013-34, 53545.000368/2016-52, 53542.002388/2014-26, 53542.004517/2015-00, 53563.000449/2015-53, 53551.001107/2014-17, 53548.000319/2013-47, 53548.000427/2012-39, 53548.001409/2015-17, 53542.002467/2013-56 e 53548.002366/2015-97.

JULIANO STANZANI

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 5 DE ABRIL DE 2017

Expede autorização à, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.849 - STEVEN ERIKSEN BINNIE, CNPJ nº 01256175854, Processo nº 53504.001401/2017-29

Nº 7.850 - J PILON SA ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 47254396000167, Processo nº 53504.013531/2016-23;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 6 DE ABRIL DE 2017

Expede autorização à, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.866 - TGR TELECOM SERVICOS LTDA. - EPP, CNPJ nº 20246572000162, Processo nº 53504.000033/2017-00;

Nº 7.879 - MAQUINAS AGRICOLAS JACTO S A, CNPJ nº 55064562002053, Processo nº 53504.001785/2017-80

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 7.831, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Expede autorização à MATSUDA RACOES LTDA, CNPJ nº 24041494000110, para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARLOS BEZERRA BRAGA
Gerente

ATO Nº 7.843, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §5º, do art. 18, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade; número do CPF/CNPJ, número do Fistel; validade da autorização de radiofrequência.

535600032252016-12: CONSTRUTORA MARQUISE SA, 01869564000128, 10030021129, 20/06/2008; SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC, 33469164001193, 50001286480,

21/09/2008; WALTER DE SÝ RORIZ, 24778460359, 50001561103, 15/10/2008; LATICÍNEOS JAGUARIBE LTDA, 07687049000294, 50001784757, 29/12/2008.

CARLOS BEZERRA BRAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, nos termos do art. 82, IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos). PROCESSOS nº: 53545.000778/2016-01, 53545.000889/2016-18, 53548.001309/2016-71, 53545.000777/2016-59, 53548.001628/2016-87, 53548.200189/2015-11, 53545.000287/2016-52, 53548.200188/2015-68; 53548.001346/2016-80; 53542.002606/2016-94 e 53548.001626/2016-98.

JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 7.842, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., CNPJ nº 33.337.122/0001-27 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.877, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB, CNPJ nº 34.164.319/0005-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.901, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO - ABEU, CNPJ nº 30.831.606/0001-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.917, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA HIDRELETRICA TELES PIRES, CNPJ nº 12.810.896/0001-53 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 7.925, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO MONTE DA GAVEA LTDA, CNPJ nº 35.790.070/0001-75, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Reportagem Externa.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: Contrato C-1067/CB-222- Objeto: Fornecimento de consumíveis para ensaios não destrutivos (END): Inspeção de Pintura Industrial. Contratada: Panambra Zwick Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda- Valor total: R$ 3.454,50 - Parecer Jurídico JJR-004/2017. Justificativas: A NUCLEP realizou o Pregão E-063/16 de 5 lotes, para compra de consumíveis END, porém somente o lote 2 foi arrematado e os demais foram desertos. Portanto a falta destes consumíveis implicará no não cumprimento do prazo de entrega das obras dos acumuladores e consequentes prejuízos no cronograma de entrega dos Condensadores e Submarinos, implicando em possíveis multas pelos clientes. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no Artigo 24, IV da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

FERNANDO DE JESUS COUTINHO
Gerente-Geral de Compras e Serviços

Em face do parecer favorável da Consultoria Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços.

LIBERAL ENIO ZANELATTO
Presidente
Interino

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 31 de março de 2017

Nº 386 - A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE lhe confere o art. 74, anexo IV, da Portaria n.º 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.006283/2017-71, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6.212/2017/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 1º de fevereiro de 2017, da frequência 1480KHz, outorgada à Rádio e Televisão Caçula Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Três Lagos, estado do Mato Grosso do Sul.

Em 7 de abril de 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.015972/2013	FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO	TVE	São José dos Campos	SP	Conhecido e não provido	420

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 966, DE 22 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, Anexo IV, da Portaria n.º 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.046972/2012-59, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 4314/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TV Mar Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Ubatuba, estado de São Paulo, utilizando o canal 49+ (quarenta e nove decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Família Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Limeira, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.129, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013668/2017-94, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de PIRASSUNUNGA/SP, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.352, DE 31 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015003/2017-15, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de BAURU/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.445, DE 27 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015249/2017-97, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Campos do Jordão/SP, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.500, DE 28 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015836/2017-86, resolve:

Art. 1º Consignar à SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO - SANTOS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Cubatão/SP, o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 24 de janeiro de 2017

Nº 2.337 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL - DECOM, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.017229/2016-71, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de GUAJARÁ-MIRIM, estado de RONDONIA, utilizando o canal 13 (treze), em conformidade com a Nota Técnica nº 32099/2016/SEI-MCTIC .

INEZ JOFFILY FRANÇA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DO DIRETOR
E 04 de agosto de 2016

Nº 1.388 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.049660/2005-78, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da S.M. COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, utilizando a frequência 1.590 kHz (um mil quinhentos e noventa), classe C , nos termos da Nota Técnica n.º26464/2015/SEI-MC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 20 de março de 2017

Nº 305 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.028369/2003-02, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de MUZAMBINHO, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 26 (vinte e seis), nos termos da Nota Técnica nº 5745/2017/SEI-MCTIC.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 23 de março de 2017

Nº 343 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência disposta na Portaria n.° 522, de 1° de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.006607/2017-71, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO ATALAIA DE SERGIPE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aracaju - SE, utilizando o canal n.º 213 (duzentos e treze), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 6301/2017/SEI-MCTIC.

Em 4 de abril de 2017

Nº 377 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência disposta na Portaria n.° 522, de 1° de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.003654/2016-81, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO SOM DA TERRA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Alto Taquari - MT, utilizando o canal n.º 299 (duzentos e noventa e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 6890/2017/SEI-MCTIC.

Em 5 de abril de 2017

Nº 406 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.008759/2016-27, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDACAO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santo Antônio de Jesus - BA, utilizando o canal n.º 224 (duzentos e vinte e quatro), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 7667/2017/SEI-MCTIC.

Em 6 de abril de 2017

Nº 408 - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.005984/2016-10, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO CULTURA DE CUIABA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cuiabá - MT, utilizando o canal n.º 214 (duzentos e quatorze), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 7692/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.468, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.033887/2013	Associação Comunitária São Tiago	RADCOM	Bituruna	PR	Multa	1.599,26	Art. 40, incisos VII e XII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1468, de 28/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.028327/2013	Rádio Portal da Amazônia Ltda	OT	Cuiabá	MT	Multa	2.878,67	Art. 62 da Lei nº. 4.117/62 e § Único do art. 4º da Portaria nº 112/13	Portaria DECEF n° 637, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.055247/2013	Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Acre	OM	Rio Branco	AC	Multa	2.878,67	Art. 62 da Lei nº. 4.117/62 e § Único do art. 4º da Portaria nº 112/13	Portaria DECEF n° 572, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.004874/2014	Fundação Juracy Marden	RADCOM	Itambé	BA	Multa	435,37	Art. 40, inciso VI do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1399, de 29/03/2017	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.028393/2013	A Gazeta do Espirito Santo Rádio e TV Ltda	FM	Vitória	ES	Multa	19.431,00	Art. 62 da Lei nº. 4.117/62	Portaria DECEF n° 1225, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

Art. 3º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 4º Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53516.006160/2013	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apucarana	RADCOM	Apucarana	PR	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1367, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53554.003114/2013	Associação Cultural em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley	RADCOM	Wanderley	BA	Multa	456,93	Art. 71, *caput*, da Lei nº 4.117/62	Portaria DECEF n° 1556, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53520.000951/2013	Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Laurentino	RADCOM	Laurentino	SC	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1559, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53548.000336/2014	Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança	RADCOM	Brasilândia	MS	Multa	1.142,33	Art. 40, inciso XXII do Decreto nº 2.615/98	Portaria DECEF n° 1206, de 29/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIAS DE 31 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.073039/2013	Associação Comunitária dos Moradores da Vila Kipling	FM	Novo Hamburgo	RS	Multa	5.483,18	Art. 32 da Lei nº 4.117 c/c Art. 42 do Decreto nº 52.795/63	Portaria DECEF n° 1587, de 31/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.073040/2013	Associação Comunitária da Juventude de Senador Alexandre Costa	FM	Senador Alexandre Costa	MA	Multa	4.112,38	Art. 32 da Lei nº 4.117 c/c Art. 42 do Decreto nº 52.795/63	Portaria DECEF n° 1585, de 31/03/2017	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.034657/2013	Associação de Radiodifusão Comunitária de Jeriquara	FM	Jeriquara	SP	Multa	3.426,98	Art. 32 da Lei nº 4.117 c/c Art. 42 do Decreto nº 52.795/63	Portaria DECEF n° 1331, de 31/03/2017	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 3.353, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2012 e considerando o Processo Administrativo nº 53900.036885/2016-73, resolve:

Art. 1o Autorizar a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA E CIDADANIA - ACVC a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua São Sebastião, s/n para a Rua Bernardo Pinto, s/n, na localidade de Icó (Lima Campos) / CE. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização MC nº 175, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2012, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.006387/2010.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 06° 23' 54" S e longitude em 38° 57' 05" W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

PORTARIA Nº 729, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso V, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.004936/2016-04, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação de Difusão Comunitária Prefeito Luiz Gonzaga Bonissoni a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua do Bosque, S/N° - Nossa Senhora dos Navegantes para a Rua da Concórdia, S/N° - Nossa Senhora dos Navegantes, na localidade de Ouro / SC. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 2834, publicada no Diário Oficial da União de 13 de Dezembro de 2002, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 356, publicado no Diário Oficial da União de 30 de Junho de 2010, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53740.002009/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 27º20'12" S e longitude em 51º36'51" W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 11 de abril de 2017

Nº 29-E - O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0717 - PRISIONEIRO DA LIBERDADE
Processo: 01580.081168/2015-81
Proponente: Paranoid Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.140.814/0001-48
Valor total aprovado: de R$ 9.847.963,70 para R$ 9.548.279,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.939-9
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.365-X
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.366-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
16-0506 - ARGELINO POR ACASO
Processo: 01416.000645/2016-07
Proponente: Videofilmes Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 31.179.864/0001-46
Valor total aprovado: de R$ 1.784.593,00 para R$ 1.786.063,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 695.363,35 para R$ 696.759,85
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 44.081-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
15-0727 - CORA
Processo: 01580.081677/2015-12
Proponente: Mira Filmes Ltda. ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.650.621/0001-71
Valor total aprovado: de R$ 1.466.741,00 para R$ 1.053.300,79
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 650.000,00 para R$ 500.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
15-0127 - RIO HEROES
Processo: 01580.019296/2015-14
Proponente: Radar Cinema e Televisão Ltda.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: R$ 4.054.884,90
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.352.140,65 para R$ 602.140,65
Banco: 001- agência: 2434-1 conta corrente: 5.632-4
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 559.271,22
Banco: 001- agência: 2434-1 conta corrente: 5.781-9
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 2.440.728,78
Banco: 001- agência: 2434-1 conta corrente: 5.633-2
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 2434-1 conta corrente: 5.782-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
15-0203 - NHEENGATU
Processo: 01580.026463/2015-75
Proponente: Refinaria Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.436.489/0001-62
Valor total aprovado: de R$ 944.880,00 para R$ 930.982,50
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 500.000,00
Aprovado ad referendum em 31/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
16-0245 - A ARTE DO FUTEBOL BRASILEIRO
Processo: 01416.000643/2016-18
Proponente: Imaginar Vídeo e Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.899.485/0001-50
Valor total aprovado: de R$ 881.400,00 para R$ 956.400,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 837.330,00 para R$ 908.580,00
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 47.880-6
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 651, realizada em 15/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, e suas análises complementares, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0130 - FORDLÂNDIA - DESENVOLVIMENTO
Processo: 01416.011401/2016-41
Proponente: Super Camera Cinematofráfica Ltda.
Cidade/UF: Ribeirão Pires / SP
CNPJ: 10.772.357/0001-41
Valor total aprovado: R$ 154.840,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 140.000,00
Banco: 001- agência: 0869-9 conta corrente: 48.769-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2020.
17-0102 - COMO SE FAZ UM MALANDRO (DISTRIBUIÇÃO)
Processo: 01416.009653/2016-19
Proponente: Mac Comunicação e Produção Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 40.426.918/0001-11
Valor total aprovado: R$ 109.500,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 104.025,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24.197-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 652, realizada em 21/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 3º Aprovar a análise complementar e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0173 - DESPEDIDA DE NOIVADO
Processo: 01580.005281/2014-80
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: R$ 8.210.526,32
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 18.845-X
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 4º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo.

16-0376 - NONA
Processo: 01416.001567/2016-50
Proponente: Bubbles Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 14.440.714/0001-25
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.319.884,60 para R$ 1.023.270,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 80.000,00 para R$ 0,00

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.

Art. 5º Aprovar a revisão da análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0571 - SAMBALANÇO - FINALIZAÇÃO
Processo: 01580.068342/2015-09
Proponente: TV Zero Cinema Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.360.320/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 99.000,00 para R$ 146.355,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 94.050,00 para R$ 94.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 6º Aprovar o redimensionamento de valores e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

12-0260 - O JUÍZO FINAL
Processo: 01580.019489/2012-14
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 10.100.000,00 para R$ 7.337.430,14
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.810-2
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.812-9
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.570.558,63
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.340-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 653, realizada em 28/03/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 7º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 10 de abril de 2017

Nº 36 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, mantidos os mecanismos já aprovado. Prazo de captação até 31/12/2017.

11-0300 - A COMÉDIA DIVINA
Processo: 01580.027816/2011-21
Proponente: Olhar Imaginário Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.605.800/0001-07
12-0116 - MEU AMIGO FELA
Processo: 01580.008327/2012-51
Proponente: CASA DE CRIAÇÃO CINEMA E ARTES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 66.669.599/0001-69
12-0337 - A LASANHA ASSASSINA
Processo: 01580.018640/2012-05
Proponente: 44 TOONS - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.517.383/0001-81
14-0073 - A QUALQUER CUSTO
Processo: 01580.006828/2014-64
Proponente: PÁSSARO FILMS DO BRASIL AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 06.140.668/0001-10

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0410 - OS PENETRAS 2 - QUEM DÁ MAIS?
Processo: 01580.056706/2014-19
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R$ 9.031.193,81
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.094.000,00 para R$ 425.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.087-5
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 2.006.000,00 para R$ 2.005.500,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.092-1
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no art. 41 da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 900.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.315-7
Prazo de captação: 31/12/2017
15-0365 - AS MIL FACES DO CRIME - DESENVOLVIMENTO
Processo: 01580.019259/2015-06
Proponente: FILMES MAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94
Valor total do orçamento aprovado: R$ 299.500,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 134.525,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 6097-6
Prazo de captação: 31/12/2018

Art. 3º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0444 - TODAS AS MANHÃS DO MUNDO - O FILME
Processo: 01580.019570/2013-85
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.234.675,00 para R$ 1.195.483,62
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 672.941,25 para R$ 325.236,18
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 15973-5
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 810.473,26
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16232-9
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0141 - TODOS OS MORTOS
Processo: 01580.010287/2013-98
Proponente: DEZENOVE SOM E IMAGENS PRODUÇÕES LTDA. EPP.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 66.876.707/0001-74
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.995.304,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 1.800.000,00 para R$ 2.800.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 20414-5
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: De R$ 500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 495.000,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: 31/12/2017
15-0294 - A MORTE DO FUTEBOL ARTE
Processo: 01580.031001/2015-70
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total do orçamento aprovado: R$ 355.020,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 46.817,62 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: De R$ 290.451,38 para R$ 337.269,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 19656-8
Prazo de captação: 31/12/2018

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 233, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
163789 - PAIXÃO DE CRISTO DE PIRACICABA - 2017
Associação Cultural e Teatral Guarantã
CNPJ/CPF: 01.177.199/0001-90
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Reduzido: R$ 30.300,00
Valor total atual: R$ 497.750,00
164595 - Plano Anual de Atividades do Instituto ADAMA 2017
INSTITUTO ADAMA
CNPJ/CPF: 08.985.724/0001-43
Cidade: Londrina - PR;
Valor Reduzido: R$ 76.148,99
Valor total atual: R$ 472.089,01

PORTARIA Nº 234, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 158679 - 47ª Encenação da Paixão de Cristo de Cubatão, publicado na portaria nº 0119/16 de 29/02/2016, no D.O.U. em 10/03/2016, para 48ª Encenação da Paixão de Cristo de Cubatão.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 235, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 4º da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no Art. 108 da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e do inciso III do Art. 106, do Art. 109 e do Art. 110 da Instrução Normativa MinC nº 1/2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que, nos termos do inciso IX do Art. 15 da Instrução Normativa MinC nº 01/2017, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do Art. 116 da Instrução Normativa MinC nº 01/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 115 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
11-11808	IDEIAS ONLINE - Arte Contemporânea e Cultura Digital	TEXTO INTERMIDIA ASSESSORIA DE COMUNICACAO E PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME	O projeto IDEIAS ONLINE -- Arte Contemporânea e Cultura Digital foi idealizado para o Centro Cultural Banco do Brasil São Paulo e prevê a realização de um ciclo de debates sobre arte e novas mídias hoje no Brasil e a criação de um Fórum de Ideias Online, que amplifique as discussões realizadas no ciclo de debates e, ao mesmo tempo, crie um link com as atrações e conteúdos produzidos pelas várias áreas em que o CCBB São Paulo atua, disseminando-os na web.	R$ 484.045,78	R$ 344.965,78	R$ 344.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC
09-5815	Olhar de um Brasileiro	Instituto Amigos do Emprego	Livro de Arte com fotografias de Eduardo Amorosinho a respeito das diferenças e semelhanças dos locais onde percorreu durante sua carreira de diretor e produtor de cinema.	R$ 348.156,00	R$ 276.133,00	R$ 246.000,00	R$ 332.341,50
12-1387	Rock In Rio, O Musical	Aventura Entretenimento Ltda.	O projeto consiste na criação do musical "ROCK IN RIO, O MUSICAL", dirigido pela dupla de especialistas Charles Moeller e Claudio Botelho. A peça ficará em cartaz durante 08 meses, sendo 04 meses no Teatro Oi Casa Grande, no Rio de Janeiro e 04 meses no Teatro Bradesco na cidade de SP, com 05 apresentações semanais, totalizando 112 apresentações.	R$ 10.640.186,00	R$ 10.608.186,00	R$ 8.919.318,40	R$ 231.058,65
14-8703	Brasil: Nossa História, Nossa Gente	Academia Brasileira de Arte, Cultura e História	Este projeto tem por objetivo realizar uma exposição fotográfica sobre a história do Brasil e de sua gente, perfazendo o caminho dos últimos 60 anos e apresentando um painel geral das transformações sociais, culturais e econômicas ocorridas no país, com destaque para o interior do estado de São Paulo, Com entrada franca, será promovido o acesso das pessoas à nossa história, à arte e à cultura ao mesmo tempo em que será relembrada, preservada e divulgada a história desta nação.	R$ 773.696,00	R$ 726.246,00	R$ 623.000,00	R$ 725.664,61
10-5677	Sinfonia Ambiental	AMAZON BOOKS & ARTS LTDA	Produzir um espetáculo num formato instrumental, apresentando uma seleção de músicas brasileiras, através de show sinfônico sob a regência do Maestro Júlio Medaglia. As apresentações terão ingressos vendidos a preços populares e a renda será revertida a uma instituição beneficente, auxiliando pessoas que não possuem condições socioeconômicas elevadas, valorizando a música brasileira e fomentando arte e cultura. Serão contempladas 6 cidades brasileiras entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011.	R$ 1.805.760,00	R$ 1.702.896,00	R$ 904.000,00	R$ 1.221.287,46

PORTARIA Nº 236, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO	NÍVEL
CLARA MARQUES CAMPOS	01937741516	Música	Música Popular - Música Instrumental	Nível II

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O(A) SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.313, de 16 de dezembro de 2016 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
160422 - 100 anos de Paulo Emílio
Instituto de Políticas Relacionais
CNPJ/CPF: 06.025.208/0001-41
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 11/04/2017 à 31/12/2017
162498 - Samba, um show de resistência!
Jefferson Santos de Queiroz
CNPJ/CPF: 230.814.408-40
Cidade: Guarulhos - SP;
Prazo de Captação: 01/04/2017 à 31/12/2017

PORTARIA Nº 55, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O(A) SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.313, de 16 de dezembro de 2016 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
1510042 - MULTI CINE ITINERANTE - ANO 02
Multiplicando Talentos
CNPJ/CPF: 09.008.738/0001-70
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Complementado: R$ 195.415,00
Valor total atual: R$ 616.935,00
158663 - PRODAU - Projeto de Difusão Audiovisual 2016
Fundação Pe Anchieta Centro Paulista Rádio e TV Educativas
CNPJ/CPF: 61.914.891/0001--86
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 2.816.275,00
Valor total atual: R$ 6.316.275,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 495/GC3, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Aprova a criação do Clube dos Oficiais da Guarnição da Aeronáutica de São Paulo.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, conforme o disposto na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, o Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a Portaria Normativa nº 1.233/MD, de 11 de maio de 2012, e tendo em vista, ainda, a necessidade de promover o intercâmbio social, recreativo, cultural, educacional e cívico, primordialmente entre os militares da Aeronáutica e seus familiares, e entre estes e os demais segmentos da sociedade da Região Metropolitana de São Paulo, e considerando o que consta do Processo nº 67260.014387/2016-67, resolve:

Art. 1º Autorizar a criação do Clube dos Oficiais da Guarnição da Aeronáutica de São Paulo (COGASP), como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos sociais, esportivos, culturais e de lazer.

Parágrafo único. O COGASP ocupará um terreno de 23.917,92 m² (sendo 15.315,51 m² da Prefeitura de Aeronáutica de São Paulo - PASP e 8.602,41 m² do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo - PAMA-SP), a ser cedido sem ônus, sendo desmembrado das áreas jurisdicionadas a este Comando, localizadas no Tombo SP.002-000 - Aeroporto de Campo de Marte, Município de São Paulo - SP.

Art. 2º O terreno a que se refere o artigo anterior destinar-se-á à implantação da sede social da referida entidade, tornando-se nula a cessão, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitoria, se ao terreno vier a ser dada, no todo ou em parte, utilização diversa da prescrita no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º A presidência do COGASP será exercida exclusivamente por militar da Aeronáutica, podendo ser nomeado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar de maior precedência hierárquica da Aeronáutica naquela Guarnição, ou eleito, na forma de seu Estatuto.

Art. 4º Os cargos de diretoria deverão contar com a maioria absoluta de militares da Aeronáutica, podendo ser nomeados pelo presidente na forma de seu estatuto.

Art. 5º Caso existam conselhos, seus cargos deverão contar com a maioria absoluta de militares da Aeronáutica, podendo ser nomeados pelo Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar de maior precedência hierárquica da Aeronáutica naquela Guarnição, ou eleitos, na forma de seu estatuto.

Art. 6º O Estatuto deve prever uma categoria abrangendo sócios militares, com vantagens especiais, consoante o art. 55 do Código Civil.

§ 1º Aos militares não cabe a eventual obrigatoriedade de aquisição de títulos de sócio ou joia, bem como o pagamento de inscrição ou de qualquer outra taxa de admissão, de valor maior do que as mensalidades devidas.

§ 2º Nas Assembleias para dissolução da Entidade ou alteração do Estatuto, só têm direito a voto os componentes da categoria citada no caput deste artigo.

Art. 7º Atribuir responsabilidade ao Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional (IV COMAR), para coordenar as ações necessárias à implantação do Clube dos Oficiais da Guarnição da Aeronáutica de São Paulo (COGASP) e aprovação do seu estatuto.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 496/GC3, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera dispositivos da Portaria n° 221/GC5, de 22 de fevereiro de 2006.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o § 2º do art. 28 da Lei nº 7.565, de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e considerando o que consta da Portaria nº 977, de 21 de março de 2017, da Agência Nacional de Aviação Civil, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1° da Portaria nº 221/GC5, de 22 de fevereiro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Classificar, homologar e considerar aberto ao tráfego aéreo, destinado à operação de aeronaves militares, o Aeroporto de Barbacena / Major Brigadeiro Doorgal Borges, MG (SBBQ), localizado no Estado de Minas Gerais, com as seguintes características: (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 22 de junho de 2017.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 499/GC3, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera dispositivos da Portaria n° 1.986/GC3, de 24 de novembro de 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso I do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo n° 67100.000726/2017-41, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso II do art. 1° da Portaria nº 1.986/GC3, de 24 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - .....

.....

g) Vice-Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica; e

h) Chefe de Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica. (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 500/GC1, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a contratação de Auxiliares Locais.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o que preceitua o art. 19 da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, tendo em vista o disposto no Decreto n° 2.299, de 13 de agosto de 1997, que regulamenta o Capítulo V da Lei n° 7.501, de 27 de junho de 1986, revogada pela Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e o que consta do Processo nº 67400.000726/2017-67, resolve:

Art. 1° Fixar a lotação dos Auxiliares Locais contratados para prestar serviços nas representações deste Comando sediadas no exterior, que passa a ser a constante da Tabela do Anexo 1 desta Portaria.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, a expressão Representações deste Comando sediadas no exterior, doravante denominada Representações, refere-se às Comissões Aeronáuticas, permanentes ou temporárias, às Aditâncias Aeronáutico-Militares, às Missões Técnico-Aeronáuticas ou outras representações junto a organismos internacionais, nos quais o Brasil tenha assento permanente ou temporário, por meio do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Delegar competência aos Adidos e aos Chefes de Representações para contratar Auxiliares Locais e atribuir os valores da remuneração mensal dos contratados.

§ 1º Os Adidos e os Chefes de Representações submeterão à aprovação da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA), até 15 de fevereiro de cada ano, via cadeia de comando, proposta de tabela de remuneração, para vigorar no exercício financeiro seguinte.

§ 2° As parcelas componentes da remuneração estabelecida no contrato de trabalho não poderão contrariar a legislação trabalhista local.

§ 3° O valor da retribuição mensal deverá ser o praticado no mercado de trabalho local.

§ 4° A remuneração poderá ser reajustada quando ocorrer a renovação do contrato de trabalho, respeitados os valores constantes da tabela aprovada para o respectivo exercício financeiro.

§ 5º O contrato de trabalho terá as seguintes características:

a) ser individual e abrigar as especificidades de cada emprego;

b) periodicidade: anual, admitindo-se renovação;

c) unidade monetária: dólar norte-americano ou moeda corrente do País, quando a legislação local assim determinar; e

d) celebração: no idioma oficial do país, com cópia traduzida para o português.

Art. 3° Os atos de contratação, de rescisão ou de renovação do contrato de trabalho, conforme delegação contida no art. 2° desta Portaria, serão praticados pelos Adidos ou Chefes de Representações, ficando vedada a subdelegação de competência.

§ 1° Cópia traduzida dos atos de que trata o caput deste artigo deverá ser, obrigatoriamente, remetida à Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP).

§ 2° A rescisão ou a não renovação do contrato de trabalho obedecerá sempre à legislação local, principalmente no que couber ao pagamento de indenizações e demais direitos trabalhistas.

Art. 4° Os Adidos e os Chefes de Representações são os responsáveis pelo recolhimento e pagamento de contribuições previdenciárias e demais encargos legais do país considerado, pela manutenção dos contratos e pelas informações transmitidas para o processamento da folha de pagamento.

Art. 5° A rescisão ou a não renovação, por iniciativa da Administração, ocorrerá:

I - por seu interesse;

II - por desempenho insatisfatório do contratado;

III - por descumprimento de norma das Representações;

IV - por falta de recursos orçamentários para pagamento de pessoal contratado;

V - por situação definida na legislação trabalhista local como justa causa; e

VI - por extinção das atividades das Representações.

Parágrafo único. A rescisão contratual realizada nas situações definidas nos incisos de I a IV deverá ser comunicada por escrito ao Auxiliar Local, com a antecedência que dispuser a legislação trabalhista local ou, na falta desta, com antecedência de trinta dias.

Art. 6° A rescisão ou a não renovação por iniciativa do contratado ocorrerá mediante pedido, por escrito, com antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério do Adido ou do Chefe de Representação, poderá ser aceito prazo diverso do estipulado no caput deste artigo.

Art. 7° O processo seletivo simplificado será organizado e executado pela própria Representação e constará de:

I - avaliação do Curriculum Vitae;

II - apresentação de referências profissionais; e

III - entrevista, que terá por objetivo avaliar o domínio da Língua Portuguesa e do idioma oficial ou estrangeiro de maior uso corrente no país.

§ 1º O Adido ou o Chefe de Representação poderá acrescentar outros tipos de avaliação, de acordo com o desempenho das tarefas exigidas para o exercício funcional.

§ 2º O processo seletivo deverá ser precedido de ampla divulgação.

§ 3° Os documentos referentes ao processo seletivo deverão permanecer arquivados nas Representações.

Art. 8° O Adido ou o Chefe de Representação deverá expedir norma contendo as atribuições e a subordinação de cada emprego, bem como os direitos e os deveres dos Auxiliares Locais.

Parágrafo único. O Auxiliar Local deverá apresentar declaração de conhecimento e concordância das normas impostas pela legislação local, pelo Decreto n° 2.299, de 13 de agosto de 1997, por esta Portaria e pela norma de que trata o caput deste artigo.

Art. 9º O Adido ou o Chefe de Representação deverá providenciar para que o Auxiliar Local, contratado até 9 de dezembro de 1993, manifeste-se, por escrito, na conformidade do art. 57. da Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Caso o Auxiliar Local não formalize a opção de que trata o caput deste artigo, deverá ter seu atual contrato de trabalho rescindido.

Art. 10 A regularização da situação do empregado contratado, de que trata o art. 21 do Decreto n° 2.299/97, implica na assinatura de contrato de trabalho, que deverá ser previamente avaliado por advogado trabalhista local.

Art. 11 O gerenciamento e o processamento da folha de pagamento, dos descontos, das consignações e das retenções legais, bem assim o recolhimento de contribuições previdenciárias no Brasil, ficam a cargo da SDPP.

§ 1º Os Adidos e os Chefes de Representações deverão informar à SDPP as importâncias a serem descontadas dos Auxiliares Locais, a título de previdência e demais encargos legais, bem como os valores relativos à contribuição do empregador.

§ 2° Os descontos, as consignações e as retenções legais locais serão remetidos para as Representações no exterior, para que as mesmas efetuem os devidos recolhimentos, devendo restituir os comprovantes de quitação à SDPP.

§ 3º Na folha de pagamento dos Auxiliares Locais, somente poderão ser efetuados os descontos considerados legalmente obrigatórios, cabendo às Representações informar à SDPP sobre a necessidade da implantação desses descontos.

Art. 12 É devido ao Auxiliar Local, no caso de afastamento para fora da sua sede, o ressarcimento das despesas efetivamente realizadas e comprovadas, com recursos alocados às Representações.

Art. 13 O pagamento de horas extras a Auxiliares Locais ficará condicionado à legislação trabalhista local e à disponibilidade de recursos financeiros específicos.

Art. 14 Os ajustes necessários entre a situação trabalhista atual e a prevista nesta Portaria não deverão implicar em redução de remuneração.

Art. 15 A SDPP deverá expedir instruções complementares a esta Portaria, versando sobre os procedimentos a serem adotados pelas Representações, para execução da folha de pagamento dos Auxiliares Locais.

Art. 16 Todas as normas vigentes nas Representações, relativas a Auxiliares Locais, deverão ser adequadas à legislação que trata da matéria.

Art. 17 Os assuntos relativos aos Auxiliares Locais serão resolvidos pelo Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) e pela Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Art. 18 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 Revoga-se a Portaria n° 356/GC1, de 04 de maio de 2001, publicada na Seção 1, do D.O.U n° 87-E, de 07 de maio de 2001.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

ANEXO 1

Lotação conforme estabelecido no Decreto n° 5.294, de 1° de dezembro de 2004, alterado pelos Decretos n° 8.125 de 21 de outubro de 2013 e n° 8.460 de 26 de maio de 2015.

Comandante da Aeronáutica

01 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na Argentina:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

02 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na Bolívia:

- Auxiliares de Apoio 02; e
- Auxiliar Administrativo 01.

03 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Chile:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

04 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na Colômbia:

- Auxiliares de Apoio 02; e
- Auxiliar Administrativo 01.

05 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Equador:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

06 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América:

- Auxiliares de Apoio 01;
- Auxiliares Administrativos 02; e
- Auxiliar Técnico 01.

07 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na França:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

08 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na Inglaterra:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

09 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na Itália:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

10 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Paraguai:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

11 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Peru:

- Auxiliares de Apoio 02; e
- Auxiliar Administrativo 01.

12 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Uruguai:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

13 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na Venezuela:

- Auxiliares de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

14 - Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW):

- Auxiliares de Apoio 07;
- Auxiliares Administrativos 25;
- Auxiliares Técnicos 11; e
- Assistentes Técnicos 07.

15 - Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE) em Londres:

- Auxiliares de Apoio 04;
- Auxiliares Administrativos 16;
- Auxiliares Técnicos 13; e
- Assistentes Técnicos 07.

16 - Missão Técnica Aeronáutica Brasileira no Paraguai:

- Auxiliares de Apoio 02; e
- Auxiliares Administrativos 02.

17 - Representação do Comando da Aeronáutica do Brasil na Itália:

- Auxiliar de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

18 - Conselho Militar da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, quando o cargo de Conselheiro for desempenhado por Oficial da Aeronáutica:

- Auxiliar de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

19 - Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na África do Sul:

- Auxiliar de Apoio 02; e
- Auxiliar Administrativo 01.

20- Aditância Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil na República Popular da China:

- Auxiliar de Apoio 01; e
- Auxiliar Administrativo 01.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21 - Aditância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Índia:
- Auxiliar de Apoio - 02; e
- Auxiliar Administrativo - 02.
22 - Aditância de Defesa e Aeronáutica na Indonésia:
- Auxiliar de Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
23 - Adidância Aeronáutica em Israel:
- Auxiliar Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
24 - Aditância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Federação da Rússia:
- Auxiliar Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 02.
25 - Aditância Naval e Aeronáutica na Espanha:
- Auxiliar de Apoio - 02; e
- Auxiliar Administrativo 01.
26 - Adidância Aeronáutica em Portugal:
- Auxiliar Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
27 - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e da Aeronáutica no Reino da Suécia:
- Auxiliar Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
28 - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Turquia:
- Auxiliar Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
- Assistente Técnico - 01.
29 - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e da Aeronáutica no Senegal:
- Auxiliar Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
30 - Conselho Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque - Estados Unidos da América:
- Auxiliar de Apoio - 01; e
- Auxiliar Administrativo - 01.
31 - Delegação do Brasil na Organização Internacional de Aviação Civil, no Canadá:
- Auxiliar Técnico - 01

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 85/DPC, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Reajusta os preços fixados dos serviços de praticagem previstos na Portaria nº 225/DPC, de 3 de novembro de 2011, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, reajustando-se desde novembro de 2011 até a presente data.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA) e o contido na Portaria nº 156, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha; resolve:

Art. 1º Reajustar os preços constantes da Tabela Anexa à Portaria nº 225/2011/DPC, aplicando-se o índice de correção de 42,75 (quarenta e dois vírgula setenta e cinco por cento), consoante o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período de 3 de novembro de 2011 a 31 de março de 2017, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Exmo Senhor Juiz Federal Itagiba Catta Preta Neto da 1ª Região, nos autos do Processo nº 0012522-83.2017.4.01.3400/DF, interposto por Práticos da Barra do Rio Grande Ltda.

Art. 2º Estabelecer que os preços da Tabela em anexo aplicam-se exclusivamente à entidade Práticos da Barra do Rio Grande Ltda, da Zona de Praticagem Dezenove (ZP-19).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantidos os seus efeitos até que sobrevenha nova decisão judicial em contrário.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

ANEXO

TABELA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DA EMPRESA PRÁTICOS DA BARRA DO RIO GRANDE LTDA DA ZP-19

Faina I - Entrada na barra fundeio ou atracação; ou desatracação ou suspender; e saída na barra	
Tabela - 1 Navios Transportando CONTAINERS	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	4.787,77
De 5.001 a 10.000	6.851,02
De 10.001 a 20.000	8.907,21
De 20.001 a 30.000	10.963,40
De 30.001 a 40.000	13.016,05
De 40.001 a 50.000	15.098,69
De 50.001 a 75.000	17.816,18
Acima de 75.000 (*1)	1,53
(*1) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 1,53 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 17.816,18 + 1,53= R$ 17.817,71.	

Tabela - 2 Navios PCC - Purê Car Carrier e Navios transportando Cavaco	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	4.787,77
De 5.001 a 10.000	6.851,02
De 10.001 a 20.000	8.907,21
De 20.001 a 30.000	10.963,40
De 30.001 a 40.000	13.016,05
De 40.001 a 50.000	15.098,69
De 50.001 a 75.000	17.816,18
Acima de 75.000 (*2)	1,53
(*2) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 1,53 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 17.816,18 + 1,53= R$ 17.817,71.	

Tabela - 3 Navios OHGC - Open Hatch Gantry Grane	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	4.967,65
De 5.001 a 10.000	7.108,50
De 10.001 a 20.000	9.236,97
De 20.001 a 30.000	11.370,75
De 30.001 a 40.000	13.502,78
De 40.001 a 50.000	15.664,77
De 50.001 a 75.000	18.484,53
Acima de 75.000 (*3)	1,57
(*3) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 1,57 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 18.484,53 + 1,57= R$ 18.486,10.	

Tabela - 4 Navios ROLL-ON/ ROLL-OFF	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 10.000	6.612,96
De 10.001 a 20.000	10.109,88
De 20.001 a 30.000	12.455,27
De 30.001 a 40.000	14.800,66
De 40.001 a 60.000	16.176,18
Acima de 60.000 (*4)	1,70
(*4) De 60.001 e acima é cobrado + R$ 1,70 por TAB Exemplo: TAB 60.001 R$ 16.176,18 + 1,70= R$ 16.177,88.	

Faina II - Mudança de atracadouro; mudança de fundeadouro interno; mudança de fundeadouro interno para o cais e mudança do cais fundeadouro interno	
Tabela - 1 Navios Transportando CONTAINERS	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	3.112,06
De 5.001 a 10.000	4.453,17
De 10.001 a 20.000	5.789,68
De 20.001 a 30.000	7.126,21
De 30.001 a 40.000	8.460,44
De 40.001 a 50.000	9.814,16
De 50.001 a 75.000	11.580,53
Acima de 75.000 (*1)	0,98
(*1) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 0,98 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 11.580,53 + 0,98= R$ 11.581,51.	

Tabela - 2 Navios PCC - Purê Car Carrier e Navios transportando Cavaco	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	3.112,06
De 5.001 a 10.000	4.453,17
De 10.001 a 20.000	5.789,68
De 20.001 a 30.000	7.126,21
De 30.001 a 40.000	8.460,44
De 40.001 a 50.000	9.814,16
De 50.001 a 75.000	11.580,53
Acima de 75.000 (*2)	0,98
(*2) De 75.001 e acima é cobrado R$ 0,98 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 11.580,53 + 0,98= R$ 11.581,51.	

Tabela - 3 Navios OHGC - Open Hatch Gantry Grane	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	3.228,97
De 5.001 a 10.000	4.620,52
De 10.001 a 20.000	6.004,04
De 20.001 a 30.000	7.391,00
De 30.001 a 40.000	8.776,79
De 40.001 a 50.000	10.182,09
De 50.001 a 75.000	12.014,95
Acima de 75.000 (*3)	1,01
(*3) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 1,01 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 12.014,95 + 1,01= R$ 12.015,96.	

Tabela - 4 Navios ROLL-ON/ ROLL-OFF	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 10.000	4.298,41
De 10.001 a 20.000	6.571,42
De 20.001 a 30.000	8.095,94
De 30.001 a 40.000	9.620,44
De 40.001 a 60.000	10.514,51
Acima de 60.000	1,10
(*4) De 60.001 e acima é cobrado + R$ 1,10 por TAB Exemplo: TAB 60.001 R$ 10.514,51 + 1,10 = R$ 10.515,61	

Faina III - Navios com destino ou procedência de Pelotas, Porto Alegre, Terminal Santa Clara e Terminais interiores da Lagoa dos Patos do Estado do Rio Grande do Sul.	
Tabela - 1 Navios Transportando CONTAINERS	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	4.787,77
De 5.001 a 10.000	6.851,02
De 10.001 a 20.000	8.907,21
De 20.001 a 30.000	10.963,40
De 30.001 a 40.000	13.016,05
De 40.001 a 50.000	15.098,69
De 50.001 a 75.000	17.816,18
Acima de 75.000 (*1)	1,53
(*1) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 1,53 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 17.816,18 + 1,53= R$ 17.817,71.	

Tabela - 2 Navios PCC - Purê Car Carrier e Navios transportando Cavaco	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	4.787,77
De 5.001 a 10.000	6.851,02
De 10.001 a 20.000	8.907,21
De 20.001 a 30.000	10.963,40
De 30.001 a 40.000	13.016,05
De 40.001 a 50.000	15.098,69
De 50.001 a 75.000	17.816,18
Acima de 75.000 (*2)	1,53
(*2) De 75.001 e acima é cobrado + + R$ 1,53 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 17.816,18 + 1,53= R$ 17.817,71.	

Tabela - 3 Navios OHGC - Open Hatch Gantry Grane	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 5.000	4.967,65
De 5.001 a 10.000	7.108,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

De 10.001 a 20.000	9.236,97
De 20.001 a 30.000	11.370,75
De 30.001 a 40.000	13.502,78
De 40.001 a 50.000	15.664,77
De 50.001 a 75.000	18.484,53
Acima de 75.000 (*3)	1,57
(*3) De 75.001 e acima é cobrado + R$ 1,57 por TAB Exemplo: TAB 75001 R$ 18.484,53 + 1,57= R$ 18.486,10	

Tabela - 4 Navios ROLL-ON/ ROLL-OFF	
AB	Valor em Reais (R$)
Até 10.000	6.612,96
De 10.001 a 20.000	10.109,88
De 20.001 a 30.000	12.455,27
De 30.001 a 40.000	14.800,66
De 40.001 a 60.000	16.176,18
Acima de 60.000 (*4)	1,70
(*4) De 60.001 e acima é cobrado + R$ 1,70 por TAB Exemplo: TAB 60.001 R$ 16.176,18 + 1,70= R$ 16.177,88.	

Valores variáveis	
Eventos	Valor em Reais (R$)
Prático arribado por hora	700,10
Antecipação de horários pedido - Somente para Navios OHGC (exceto os transportando cavaco)	1.312,02
Dispensa de prático antes da apresentação multa por evento	654,25
Dispensa de prático após a apresentação multa por evento	654,25
Prático às ordens: por hora ou fração superior a 30min.	474,36
Prático à disposição à bordo em áreas de fundeio ou terminais: por hora ou fração	874,67
Atraso do prático por hora ou fração superior a 30 minutos.	654,25
Não comparecimento do prático: multa por evento: após três horas.	9.519,12

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 488, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 4/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201501856, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade da Polícia Militar - FPM, a ser instalada na Rua T 48, s/n, bairro Setor Oeste, município de Goiânia, estado de Goiás, mantida pela Fundação Tiradentes, com sede na Avenida Contorno, nº 2.185, bairro Setor Central, no município de Goiânia, no estado de Goiás.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 489, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 10/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201507307, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Millenium, a ser instalada na Rua São Pedro, nº 880, bairro Centro, no município de Teresina, no estado do Piauí, mantida pelo Centro de Estudo e Pesquisa de Iguatu, com sede no município de Iguatu, no estado do Ceará.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 490, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 11/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201406061, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdades Integradas Cesumar de Curitiba, a ser instalada à Rua Gustavo Schier, nº 63, Anexa à República Argentina, nº 5098, bairro Novo Mundo, no município de Curitiba, estado do Paraná, mantida pelo CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda., com sede no município de Maringá, estado do Paraná.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 491, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 13/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201412992, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Centro Universitário FADERGS para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Sertório, Nº 5.310, Bairro Jardim Lindóia, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul S.A., com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas na sede da Instituição e no polo de apoio presencial localizado à Rua Luiz Afonso, Nº 84, Bairro Cidade Baixa, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 492, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 15/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077921, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Birigui, com sede na Rua João Escanhuela, nº 133, Bairro Jardim Capuano, no Município de Birigui, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo (IESP), com sede na Rua Conselheiro Crispiano, nº 116, Bairro Centro, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 493, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 21/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073581, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (Faceten), com sede na Avenida dos Bandeirantes, nº 900, no bairro Pricumã, município de Boa Vista, estado de Roraima, mantida pelo Instituto Superior de Educação Faceten Ltda. - ISEF - ME, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observada a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 494, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 38/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201503194, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado para a oferta de ensino superior na modalidade a distância o Centro Universitário SENAC (SENACSP), situado à Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, Nº 823, Bairro Jurubatuba, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas na sede da instituição e no polo de apoio presencial localizado à Rua Tito, Nº 54, Bairro Vila Romana, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 495, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 46/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201501515, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Indiara (FAIND), a ser instalada na Fazenda Andorinha, GO 320, Km 5, Zona Rural, município de Indiara, estado de Goiás, mantida pela Associação de Educação e Cultura Indiara Ltda, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 496, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 54/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201415805, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade ABC de Goiânia, a ser instalada na Rua dos Buritis, nº 25, no bairro Jardim Vila Boa, município de Goiânia, estado de Goiás, mantida pela ABC Centro de Estudos Ltda., com sede no município de Goiânia, estado de Goiás.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 497, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 69/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201006778, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de credenciamento da Faculdade de Administração e Negócios de Boa Viagem, que seria instalada na Rua Dr. Luiz Correia de Oliveira, nº 363, bairro Boa Viagem, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, proposto pela Associação Cultural Teológica do Nordeste, com sede e foro no mesmo Município e Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 498, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 79/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201417241, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Trevisan Escola Superior de Negócios, com sede na Rua Primeiro de Março, nº 33, Centro, 9º ao 11º andar, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, mantida pela Faculdade Trevisan Ltda., com sede na Avenida Tiradentes, nº 998, bairro Luz, 7º ao 11º andar, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observada a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 499, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 279/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201203593, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda - FJN Olinda, com sede na Rua Marfim, nº 375, bairro Jardim Atlântico, no município de Olinda, no estado de Pernambuco, mantida pelo Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda., com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 500, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 388/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201103166, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade da Alta Paulista (FAP), situada na Rua Mandaguaris nº 1.010, Centro, no município de Tupã, estado de São Paulo, mantida pela Instituição Dom Bosco de Ensino e Cultura Ltda., com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 501, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 389/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077359, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade CNEC Unaí, localizada na Rua Celina Lisboa Frederico, nº 142, bairro Centro, no município de Unaí, no estado de Minas Gerais, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, com sede na Avenida Dom Pedro I, nº 426, bairro Centro, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 502, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 391/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201116049, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Ficam recredenciadas as Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (Fisma), com sede na Rua Amazonas, nº 571, bairro Stella Maris, no município de Andradina, no estado de São Paulo, mantidas pela Fundação Educacional de Andradina (FEA), com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observando a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 503, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 397/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201359792, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Mário Schenberg (FMS), situada na Estrada Municipal do Espigão, nº 1.413, bairro Granja Viana, município de Cotia, estado de São Paulo, mantida pelo Complexo de Ensino Superior de São Paulo Ltda. (CESUSP), com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 504, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 647/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201108629, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), com sede na Avenida Shishima Hifumi, nº 2.911, bairro Urbanova, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, mantida pela Fundação Valeparaibana de Ensino, inscrita no CNPJ sob o número 60.191.244/0001-20, pessoa jurídica de direito privado, comunitária e sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico na Praça Cândido Dias Castejón, nº 116, Centro, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 10 (dez) anos, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 505, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 702/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305230 e, diante da conformidade do Estatuto da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância a Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED), com sede na Avenida Cuiabá, Nº 3087, Bairro Jardim Clodoaldo, Município de Cacoal, Estado de Rondônia, mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda, com sede nos mesmos Município e Estado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido tanto pelo prazo de 4 (quatro) anos, observada a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação.

Art. 3º As atividades presenciais obrigatórias serão realizadas na sede da Instituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 506, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 813/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305263, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Estácio de Imperatriz (Estácio de Imperatriz), a ser instalada na Rua Sergipe, nº 1157, bairro Santa Rita, no município de Imperatriz, estado do Maranhão, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., com sede na Rua Jornalista Humberto Silva, nº 308, bairro União, no município de Boa Vista, estado de Roraima.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 507, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 815/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201356434, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade AGES de Jeremoabo (AGES) a ser instalada na Avenida Recife, s/n, bairro Centro, no município de Jeremoabo, estado da Bahia, mantida pela Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. - EPP, com sede na Rodovia BA 220, Bairro Parque da Palmeiras, no município de Paripiranga, estado da Bahia.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 508, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 827/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304822, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Estácio de São José do Rio Preto - Estácio São José, a ser instalada na Rua General Osório nº 1896, bairro Parque Industrial, no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. com sede no município de Boa Vista, no estado de Roraima.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 509, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 875/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201406741, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Centro Universitário Anhanguera, com sede na Rua Waldemar Silenci, nº 340, bairro Cidade Jardim, no município de Leme, estado de São Paulo, mantido pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede na Alameda Maria Tereza, nº 4.266, bairro Dois Córregos, no município de Valinhos, estado de São Paulo.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 11 de abril de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 4/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, favorável ao credenciamento Faculdade da Polícia Militar - FPM, a ser instalada na Rua T 48, s/n, bairro Setor Oeste, no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantida pela Fundação Tiradentes, com sede na Avenida Contorno, nº 2.185, bairro Setor Central, no município de Goiânia, no estado de Goiás, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, a partir da oferta dos cursos de Enfermagem, bacharelado (código: 1323543; processo: 201501978); Educação Física, bacharelado (código: 1323544; processo: 201501979); Segurança Pública, tecnológico (código: 1323546; processo: 201501981) e Biomedicina, bacharelado (código: 1323267; processo: 201501857), com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201501856.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 10/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Millenium, a ser instalada na Rua São Pedro, nº 880, bairro Centro, no município de Teresina, no estado do Piauí, mantida pelo Centro de Estudo e Pesquisa de Iguatu, com sede no município de Iguatu, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado: Logística, tecnológico Pedagogia, licenciatura; Enfermagem, bacharelado e Serviço Social, bacharelado, com o número de vagas a ser fixado pela SERES, conforme consta do processo e-MEC nº 201507307.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 11/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdades Integradas Cesumar de Curitiba, a ser instalada à Rua Gustavo Schier, nº 63, Anexa à República Argentina, nº 5098, bairro Novo Mundo, no município de Curitiba, estado do Paraná, mantida pelo CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda., com sede no município de Maringá, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Odontologia (bacharelado), Engenharia Civil (bacharelado), Logística (tecnológico) e Segurança no Trabalho (tecnológico), pleiteados quando da solicitação de credenciamento, observando-se os respectivos números de vagas a serem estipulados pela SERES/MEC, conforme consta do processo e-MEC nº 201406061.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 13/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento do Centro Universitário FADERGS, com sede na Avenida Sertório, Nº 5.310, Bairro Jardim Lindóia, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul S.A., com sede nos mesmos Município e Estado, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, para a oferta do curso superior de tecnologia em Gestão em Recursos Humanos, cujas atividades presenciais obrigatórias serão realizadas na sede da instituição e no polo de apoio presencial localizado à Rua Luiz Afonso, Nº 84, Bairro Cidade Baixa, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul., com o número de vagas anuais a ser fixado pela SERES, conforme consta do processo e-MEC nº 201412992.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 15/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Birigui, com sede na Rua João Escanhuela, nº 133, Bairro Jardim Capuano, no Município de Birigui, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo (IESP), com sede na Rua Conselheiro Crispiano, nº 116, Bairro Centro, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20077921.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 21/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (Faceten), com sede na Avenida dos Bandeirantes, nº 900, no bairro Pricumã, município de Boa Vista, estado de Roraima, mantida pelo Instituto Superior de Educação Faceten Ltda. - ISEF - ME, com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observada a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 20073581.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 38/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento para a oferta de ensino superior na modalidade a distância do Centro Universitário SENAC (SENACSP), situado na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, Nº 823, Bairro Jurubatuba, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, com sede nos mesmos Município e Estado, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e no polo de apoio presencial localizado na Rua Tito, Nº 54, Bairro Vila Romana, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme consta do processo e-MEC nº 201503194.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 46/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Indiara (FAIND), a ser instalada na Fazenda Andorinha, GO 320, Km 5, Zona Rural, município de Indiara, estado de Goiás, mantida pela Associação de Educação e Cultura Indiara Ltda, com sede no mesmo endereço, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado (código: 1322889; processo: 201501521) e Ciências Contábeis, bacharelado (código: 1322890; processo: 201501522), com o número de vagas anuais a ser fixado pela SERES, conforme consta do processo e-MEC nº 201501515.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 54/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade ABC de Goiânia, a ser instalada na Rua dos Buritis, nº 25, no bairro Jardim Vila Boa, município de Goiânia, estado de Goiás, mantida pela ABC Centro de Estudos Ltda., com sede no município de Goiânia, estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Arquitetura e Urbanismo, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; com o número de vagas anuais a ser fixado pela SERES, conforme consta do processo e-MEC nº 201415805.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 69/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, desfavorável ao credenciamento da Faculdade de Administração e Negócios de Boa Viagem, que seria instalada na Rua Dr. Luiz Correia de Oliveira, nº 363, bairro Boa Viagem, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, proposto pela Associação Cultural Teológica do Nordeste, com sede e foro no mesmo Município e Estado, conforme consta do processo e-MEC nº 201006778.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 79/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Trevisan Escola Superior de Negócios, com sede na Rua Primeiro de Março, nº 33, Centro, 9º ao 11º andar, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, mantida pela Faculdade Trevisan Ltda., com sede na Avenida Tiradentes, nº 998, bairro Luz, 7º ao 11º andar, no município de São Paulo, estado de São Paulo, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observada a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 201417241.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 279/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda - FJN Olinda, com sede na Rua Marfim, nº 375, bairro Jardim Atlântico, no município de Olinda, no estado de Pernambuco, mantida pelo Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda., com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201203593.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 388/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade da Alta Paulista (FAP), situada na Rua Mandaguaris nº 1.010, Centro, no município de Tupã, no estado de São Paulo, mantida pela Instituição Dom Bosco de Ensino e Cultura Ltda., com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 3 (três) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201103166.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 389/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade CNEC Unaí, localizada na Rua Celina Lisboa Frederico, nº 142, bairro Centro, no município de Unaí, no estado de Minas Gerais, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, com sede na Avenida Dom Pedro I, nº 426, bairro Centro, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20077359.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 391/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento das Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (Fisma), com sede na Rua Amazonas, nº 571, bairro Stella Maris, no município de Andradina, no estado de São Paulo, mantidas pela Fundação Educacional de Andradina (FEA), com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 conforme consta do processo e-MEC nº 201116049.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 397/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Mário Schenberg (FMS), situada na Estrada Municipal do Espigão, nº 1.413, bairro Granja Viana, município de Cotia, estado de São Paulo, mantida pelo Complexo de Ensino Superior de São Paulo Ltda. (CESUSP), com sede no mesmo endereço, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201359792.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 647/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), com sede na Avenida Shishima Hifumi, nº 2.911, bairro Urbanova, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, mantida pela Fundação Valeparaibana de Ensino, inscrita no CNPJ sob o número 60.191.244/0001-20, pessoa jurídica de direito privado, comunitária e sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico na Praça Cândido Dias Castejón, nº 116, Centro, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, pelo prazo de 10 (dez) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 conforme consta do processo e-MEC nº 201108629.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 702/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED), com sede na Avenida Cuiabá, Nº 3087, Bairro Jardim Clodoaldo, Município de Cacoal, Estado de Rondônia, mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda, com sede nos mesmos Município e Estado, observados

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme estabeleceu a então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, conforme consta do processo e-MEC nº 201305230.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 813/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, favorável ao credenciamento da Faculdade Estácio de Imperatriz (Estácio de Imperatriz), a ser instalada na Rua Sergipe, nº 1157, bairro Santa Rita, no município de Imperatriz, estado do Maranhão, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., com sede na Rua Jornalista Humberto Silva, nº 308, bairro União, no município de Boa Vista, estado de Roraima, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Marketing, tecnológico; Administração, bacharelado; Logística, tecnológico; e Ciências Contábeis, bacharelado, com número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201305263.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 815/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, favorável ao credenciamento da Faculdade AGES de Jeremoabo (AGES) a ser instalada na Avenida Recife, s/n, bairro Centro, no município de Jeremoabo, estado da Bahia, mantida pela Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. - EPP, com sede na Rodovia BA 220, Bairro Parque da Palmeiras, no município de Paripiranga, estado da Bahia, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Gestão Financeira, tecnológico; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; e Logística, tecnológico, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201356434.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 827/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, favorável ao credenciamento da Faculdade Estácio de São José do Rio Preto - Estácio São José, a ser instalada na Rua General Osório nº 1896, bairro Parque Industrial, no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. com sede no município de Boa Vista, no estado de Roraima, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Gestão Financeira, tecnológico; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; e Logística, tecnológico, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201304822.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 875/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Centro Universitário Anhanguera, com sede na Rua Waldemar Silenci, nº 340, bairro Cidade Jardim, no município de Leme, estado de São Paulo, mantido pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede na Alameda Maria Tereza, nº 4.266, bairro Dois Córregos, no município de Valinhos, estado de São Paulo, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201406741.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 106/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 198, de 21 de dezembro de 2012, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2012, que determinou, cautelarmente, o sobrestamento dos processos de regulação relacionados à Faculdade de Ciências Contábeis Luiz Mendes, mantida pelo Instituto Educacional Rio Branco Ltda., ambos com sede no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, conforme consta do Processo nº 23000.000439/2013-61.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CP nº 6/2016, do Conselho Pleno - CP, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que conheceu do recurso, por força da decisão judicial proferida no Processo nº 0040828-33.2015.4.01.3400, para, no mérito, negar-lhe provimento, ratificando a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 222/2010, que manteve os efeitos da decisão da Secretaria de Educação a Distância, exarada na Portaria nº 26/2010, a qual determinou o descredenciamento da Faculdade de Pinhais, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Pinhais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Outrossim, registrou a necessidade de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação acompanhe, junto à Instituição, o cumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 54 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a finalidade de assegurar os direitos dos estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados pela Instituição, na modalidade a distância, e comunique ao CP/CNE quais providências foram adotadas em relação aos interesses dos alunos, conforme consta do Processo nº 23001.000054/2014-74.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 780/2016, da Câmara de Educação Superior - CES, do Conselho Nacional de Educação - CNE, favorável à convalidação de estudos realizados por Camila Bianca Ribeiro, portadora da Carteira de Identidade nº MG-15.428.832, PC/MG, inscrita no CPF sob o nº 097.728.676-21, no curso de Serviço Social, bacharelado, ministrado pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, mantidas pela Associação Educativa do Brasil - Soebras, com sede em Brasília, Distrito Federal, no período de março de 2009 a dezembro de 2012, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Serviço Social, conforme consta do Processo nº 23001.000068/2015-79.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 782/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação de estudos realizados por Antonio Francisco Silva Leal, portador da carteira de identidade nº 5476583 SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 643.942.472-68, no curso de Engenharia Ambiental, bacharelado, ministrado pela Faculdade Araguaia, com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Educação e Cultura de Goiás S/C Ltda., conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Engenharia Ambiental, conforme consta do Processo nº 23001.000250/2016-19.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 851/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação de estudos realizados por Cláudia Célia Barbosa Ferreira, portadora do RG nº 2.682.998 SDS/PE, e inscrita sob o CPF nº 387.494.164-72, no curso de Turismo, bacharelado, ofertado pela Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda - FACOTTUR, com sede no município de Olinda, no estado de Pernambuco, conforme consta do Processo nº 23001.000299/2015-82.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 843/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que Mayra Ingred Pontes Parente, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2.005.031.017.047 SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 025.101.603-03, aluna do curso de Medicina da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC, situada no município de Porto Nacional, no estado de Tocantins, mantida pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto Ltda. - ITPAC Porto Nacional, com sede no mesmo município e estado, realize, em caráter excepcional, cinquenta por cento do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, no município de São Carlos, no estado de São Paulo, devendo a requerente cumprir as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da FAPAC, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio, bem como a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos no âmbito desta autorização, até a data de homologação do presente Parecer, conforme consta do Processo nº 23001.000481/2016-14.

MENDONÇA FILHO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA N° 387, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições legais e conforme consta do Processo n°. 23063.000456/2016-52, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por um ano, a partir de 01 de abril de 2017, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, de que trata o Edital nº. 006 de 07 de março de 2016, publicado no DOU de 16 de março de 2016 e homologado através da Portaria nº. 0331 de 30 de março de 2016, publicada no DOU de 01 de abril de 2016, seção 1, página 23;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no Art. 1º.

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 76, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Institui o Fórum Nacional de Coordenadores de Polo do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º. Fica instituído o Fórum Nacional de Coordenadores de Polo UAB, composto pelos Coordenadores de Polo com atribuições de apoiar e subsidiar a DED/CAPES na formulação de diretrizes, definição de critérios técnicos e pedagógicos, parâmetros e demais ações no âmbito do sistema UAB.

Art. 2º. O Fórum Nacional de Coordenadores de Polo UAB contará com um colegiado que será composto por:

I - 01 Presidente

II - 01 Presidente Adjunto

III - 27 Coordenadores, sendo 01 representante do DF e de cada estado da federação que possua Polo da UAB

IV - 27 Coordenadores Adjuntos, sendo 01 representante do DF e de cada estado da federação que possua Polo da UAB.

Parágrafo único. Poderão candidatar-se ao colegiado do Fórum Nacional de Coordenadores UAB apenas coordenadores de polo efetivos com vínculo ativo no Programa Universidade Aberta do Brasil.

Art. 3º. Os membros do colegiado elegerão entre si o presidente e o presidente adjunto, que possuirão um mandato de 01 ano, passível de reeleição.

Art. 4º. É vedado ao Diretor da Diretoria de Educação à Distância - DED/CAPES; seu representante; ou a qualquer servidor da DED/CAPES candidatar -se ou votar nas eleições para os cargos que compõem o colegiado.

Art. 5º A participação no Fórum e no colegiado constituem serviço público relevante, não remunerado.

Art. 6º O fórum reunir-se-á anualmente, com participação do presidente, presidente adjunto, e do coordenador representante do DF e de cada estado da federação que possua polo da UAB.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO

PORTARIA Nº 6, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO, no uso de suas atribuições legais e, considerando: o Ato da Reitoria Nº 1770/2015, Edital Nº. 003/2017 - CTF de 22 de março de 2017, publicado no DOU de 22 de março de 2017, Seção 3, nº 35, pág. 56, Processo Nº. 23111.005549/2017-95 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

006 - Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto, na área de Filosofia, Regime de Tempo Integral TI-40 (40 horas semanais) do Colégio Técnico de Floriano, na cidade de Floriano-PI, habilitando e classificando para contratação o seguinte candidato: RONALD SOUZA DA SILVA (1º colocado).

RICARDO DE CASTRO RIBEIRO SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA

PORTARIA N° 40, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR GERAL PRÓ-TEMPORE SUBSTITUTO DO CAMPUS ALTA FLORESTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 1.873, 29.09.2014, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidades nº. 05/2017 (Protocolo nº 23747.009236.2017-30), resolve:

I - Aplicar sanção à empresa SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.083.119/0001-99, na modalidade de Multa, no valor de R$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos), com base no Art. 86 e Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93.

II - A aplicação da sanção se dá em razão da ocorrência de atraso no pagamento dos funcionários vinculados ao Contrato nº 07/2016, em desatendimento às disposições do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão SRP nº 08/2015, conforme fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 05/2017 (Protocolo nº. 23747.009236.2017-30).

III - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MARCOS LUIZ PEIXOTO COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDEDO NORTE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROVIMENTO Nº 2, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Homologação de resultado de Concurso Público

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Resolução nº 006/2015, de 19 de março de 2015, publicada no Boletim de Serviço no 053/2015, de 23 de março de 2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.019389/2017-25, resolve:

Art. 1º. Homologar, por ad referendum, o resultado do Concurso Público, conforme relação anexa, para o provimento de cargos de níveis D e E, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, regido pelo Edital de no 011/2016-PROGESP, de 30 de agosto de 2016, publicado no DOU nº 168, de 31 de agosto de 2016, posteriormente retificado no DOU nº 174, de 09 de setembro de 2016.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AMPLA CONCORRÊNCIA							
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final	Deficiente	Negro/Pardo	Situação
Administrador - (Caicó/RN, Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN)	690019424	Juliete Vieira do Couto	1	7,65	Não	Não	Candidato Aprovado
Administrador - (Caicó/RN, Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN)	690009488	Adson Araceli Alves Dantas	2	7,51	Não	Não	Candidato Aprovado
Administrador - (Caicó/RN, Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN)	690009127	Daniel Nazareno Souza de Oliveira	3	7,21	Não	Sim	Candidato Aprovado
Administrador - (Caicó/RN, Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN)	690016077	Adrielly Cristiane Silva Vital	4	7,21	Não	Não	Candidato Aprovado
Administrador - (Caicó/RN, Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN)	690015917	Marcelino dos Santos Dantas	5	7,15	Não	Não	Candidato Aprovado
Nutricionista - (FACISA - Santa Cruz/RN)	690010044	Silvia Valéria de Medeiros	1	8,53	Não	Não	Candidato Aprovado
Nutricionista - (FACISA - Santa Cruz/RN)	690013582	Acsa Nara de Araújo Brito	2	8,25	Não	Não	Candidato Aprovado
Nutricionista - (FACISA - Santa Cruz/RN)	690005717	Suamy Sales Barbosa	3	8,21	Não	Não	Candidato Aprovado
Nutricionista - (FACISA - Santa Cruz/RN)	690019130	Thais Teixeira dos Santos	4	8,01	Não	Não	Candidato Aprovado
Nutricionista - (FACISA - Santa Cruz/RN)	690001800	Alyne Batista da Silva	10	7,13	Não	Sim	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690000162	Ana Kamila Silva Azevedo	1	8,78	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690001282	Péricles dos Santos Filgueira	2	8,43	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690015445	Fabíola de Ataíde Figueirêdo	3	8,25	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690003013	Tiago Xavier da Silveira Martins	4	8,18	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690014538	Alexandre Santos Arantes de Souza	5	7,94	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690016310	George Alexsandro Diniz de Dantas Moura	6	7,8	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690015739	Lady Dayana Silva de Oliveira	7	7,8	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690000766	Anna Ester Leite Alves	8	7,5	Não	Não	Candidato Aprovado
Produtor Cultural - (Natal/RN)	690012098	Elizabeth Rose de Macêdo Gomes	9	7,41	Não	Não	Candidato Aprovado
Tecnólogo / Gestão Pública - (Natal/RN)	690011040	Thiago Renan da Silva Correia	1	7,66	Não	Não	Candidato Aprovado
Tecnólogo / Gestão Pública - (Natal/RN)	690001835	José Filipe Lima Santos	2	7,56	Não	Não	Candidato Aprovado
Tecnólogo / Gestão Pública - (Natal/RN)	690020139	Valeska Mariana Dias Melo	3	7,48	Não	Não	Candidato Aprovado
Tecnólogo / Gestão Pública - (Natal/RN)	690003684	Felipe Oliveira Lócio	4	7,48	Não	Não	Candidato Aprovado
Tecnólogo / Gestão Pública - (Natal/RN)	690000103	Stefferson Alves Sarthour	17	6,48	Não	Sim	Candidato Aprovado
Técnico de Laboratório/Patologia - (Natal/RN)	690001690	Francianne Medeiros Amorim	1	8,67	Não	Não	Candidato Aprovado
Técnico de Laboratório/Patologia - (Natal/RN)	690017987	Betsaida Garcia de Castro Silva	2	8,22	Não	Não	Candidato Aprovado
Técnico de Laboratório/Patologia - (Natal/RN)	690007795	Felipe Rodolfo Pereira da Silva	3	8,12	Não	Não	Candidato Aprovado
Técnico de Laboratório/Patologia - (Natal/RN)	690021607	Almino Afonso de Oliveira Paiva	4	7,95	Não	Não	Candidato Aprovado
Técnico de Laboratório/Patologia - (Natal/RN)	690000243	Maria Patrícia Oliveira da Silva Reinaldo	11	7,53	Não	Sim	Candidato Aprovado

COTAS RACIAIS (LEI Nº 12.990/2014)							
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final	Deficiente	Negro/Pardo	Situação
Administrador - (Caicó/RN, Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN)	690009127	Daniel Nazareno Souza de Oliveira	3	7,21	Não	Sim	Candidato Aprovado
Nutricionista - (FACISA - Santa Cruz/RN)	690001800	Alyne Batista da Silva	10	7,13	Não	Sim	Candidato Aprovado
Tecnólogo / Gestão Pública - (Natal/RN)	690000103	Stefferson Alves Sarthour	17	6,48	Não	Sim	Candidato Aprovado
Técnico de Laboratório/Patologia - (Natal/RN)	690000243	Maria Patrícia Oliveira da Silva Reinaldo	11	7,53	Não	Sim	Candidato Aprovado

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

MIRIAN DANTAS DOS SANTOS

PROVIMENTO Nº 3, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Homologação de resultado de Concurso Público

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Resolução nº 006/2015, de 19 de março de 2015, publicada no Boletim de Serviço no 053/2015, de 23 de março de 2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.021503/2017-87, resolve:

Art. 1º. Homologar, por ad referendum, o resultado do Concurso Público, conforme relação anexa, para o provimento de cargo de nível E, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, regido pelo Edital de nº 013/2016-PROGESP, de 07 de novembro de 2016, publicado no DOU nº 214, de 08 de novembro de 2016, posteriormente retificado nos DOUs nº 216, de 10 de novembro de 2016 e nº 228, de 29 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AMPLA CONCORRÊNCIA							
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final	Deficiente	Negro/Pardo	Situação
Engenheiro/Neuroengenharia - (Natal/RN)	720000653	Sergio Andrés Conde Ocazionez	1	7,4087	Não	Não	Candidato Aprovado
Engenheiro/Neuroengenharia - (Natal/RN)	720000220	Fernanda Palhano Xavier de Fontes	2	6,698	Não	Não	Candidato Aprovado

COTAS RACIAIS (LEI Nº 12.990/2014)
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

MIRIAN DANTAS DOS SANTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 281, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.011847/2017-29 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Educação Física - DEF/CDS, instituído pelo Edital nº 19/DDP/PRODEGESP/2017, de 16 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 53, Seção 3, de 17/03/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: Educação Física/ Esportes
Regime de Trabalho: 40 (quarenta horas semanais)
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luiz Rodrigo Augustemak de Lima	9,28
2º	Kristopher Mendes de Souza	9,04
3°	Vinícius Zeilmann Brasil	8,96
4º	Marina Christofoletti dos Santos	8,01
5º	Amadeo Felix Salvador	7,73
6º	Felipe Goedert Mendes	7,71
7º	Kayo Leonardo Pereira	7,38
8º	Myla de Aguiar Bittencourt	7,25
9º	Fabiana Cristina Turelli Thumé	7,22

PATRICIA CRISTIANA BELLI

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE E ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS
GERÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 315, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos, Gerência Técnica no Rio de Janeiro, resolve:

Tornar público o ARQUIVAMENTO do Processo 1601613512 (PE 89859) para a indiciada DOMINGAS TEREZINHA INAIMO DE MENEZES, CPF: 213.372.618-74.

PLÍNIO DA COSTA E SILVA
Gerente Técnico

DECISÃO Nº 317, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos, Gerência Técnica no Rio de Janeiro, resolve:

Tornar público o ARQUIVAMENTO do Processo 1601613473 (PE 90413) para o indiciado JORGE LIMA MENEZES, CPF: 058.418.528-68.

PLÍNIO DA COSTA E SILVA
Gerente Técnico

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Ed. Alvorada, 4º andar, Sala 401, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÃO: O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

1 - Processo nº: 10855.723465/2014-49 - Recorrente: ITABA INDÚSTRIA DE TABACO BRASILEIRA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

2 - Processo nº: 10166.727381/2012-81 - Recorrente: BRB BANCO DE BRASÍLIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 14033.003573/2008-88 - Recorrente: BRB BANCO DE BRASÍLIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

4 - Processo nº: 10907.721226/2013-11 - Recorrente: TRANSPORTADORA BINACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

5 - Processo nº: 10825.900289/2006-12 - Recorrente: M J A INDÚSTRIA DE PAPÉIS E ADESIVOS ESPECIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11080.007871/2004-60 - Recorrente: BLEISTAHL BRASIL METALURGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

7 - Processo nº: 13876.000108/2003-04 - Recorrente: MICROTUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

8 - Processo nº: 10909.720881/2012-51 - Recorrente: INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

9 - Processo nº: 16000.000445/2008-95 - Recorrente: PINTURAS YPIRANGA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

10 - Processo nº: 16349.000333/2008-01 - Recorrente: KURASHIKI DO BRASIL TÊXTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

11 - Processo nº: 12466.721986/2014-71 - Recorrente: SOSECAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 12466.722043/2014-65 - Recorrente: SOSECAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Ed. Alvorada, 4º andar, Sala 401, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

4) O julgamento do Processo nº 12466.720114/2015-76 (item 20) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 21 a 56; o julgamento do Processo nº 10925.901334/2012-76 (item 123) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 124 a 161; o julgamento do Processo nº 10865.905013/2012-01 (item 168) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 169 a 263; e o julgamento do Processo nº 10980.939964/2011-78 (item 264) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 265 a 277. As decisões dos processos constantes dos itens 20, 123, 168 e 264 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 21 a 56, 124 a 161, 169 a 263 e 265 a 277, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
Relator: VALCIR GASSEN

1 - Processo nº: 10283.003963/2004-21 - Recorrente: R.PRINT SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10860.722032/2013-16 - Recorrentes: PEUGEOT - CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PEUGEOT - CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10909.005544/2007-72 - Recorrente: F MARINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NÁUTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13804.008790/2002-38 - Recorrente: THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13882.000178/2003-75 - Recorrente: TECNOVAL LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 15586.001130/2007-88 - Recorrente: TN INDUSTRIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 18471.000069/2007-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROED GRÁFICA E EDITORA LTDA.

8 - Processo nº: 19679.012152/2003-61 - Embargante: AKZO NOBEL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

9 - Processo nº: 10872.720106/2014-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EVEREST REFRIGERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

10 - Processo nº: 10980.726255/2013-96 - Recorrente: FORTEX COMÉRCIO E INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

11 - Processo nº: 10074.000452/97-23 - Recorrente: GUIAS ATLANTIC FRANCO BRAS. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 19515.721546/2012-78 - Recorrente: LORENPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 19515.722636/2012-86 - Recorrentes: LORENPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LORENPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 19515.722637/2012-21 - Recorrentes: LORENPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LORENPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

15 - Processo nº: 11610.016601/2002-42 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 11610.016602/2002-97 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

17 - Processo nº: 10875.723498/2014-51 - Recorrente: LOURIVAL SALA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 11030.721873/2014-22 - Recorrente: ORESTE NEGRI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

19 - Processo nº: 10865.722802/2013-81 - Recorrente: INDÚSTRIA DE BEBIDAS PIRASSUNUNGA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

20 - Processo nº: 12466.720114/2015-76 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 12466.720112/2015-87 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 12466.720113/2015-21 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 12466.720115/2015-11 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 12466.720116/2015-65 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 12466.720117/2015-18 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 12466.720118/2015-54 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 12466.720119/2015-07 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 12466.720120/2015-23 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 12466.720122/2015-12 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 12466.720123/2015-67 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 12466.722117/2014-63 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 12466.722118/2014-16 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 12466.722119/2014-52 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 12466.722120/2014-87 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 12466.722122/2014-76 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 12466.722123/2014-11 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 12466.722124/2014-65 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 12466.722125/2014-18 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 12466.722126/2014-54 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 12466.722127/2014-07 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 12466.722128/2014-43 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 12466.722129/2014-98 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 12466.722130/2014-12 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 12466.722131/2014-67 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 12466.722132/2014-10 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 12466.722507/2014-33 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 12466.722508/2014-88 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 12466.722509/2014-22 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 12466.722510/2014-57 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 12466.722512/2014-46 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 12466.722513/2014-91 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 12466.722514/2014-35 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 12466.722515/2014-80 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 12466.722516/2014-24 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 12466.722520/2014-92 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 12466.722521/2014-37 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

57 - Processo nº: 10983.721172/2014-61 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10983.721341/2014-63 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

59 - Processo nº: 12466.722540/2014-63 - Recorrente: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 12466.722547/2014-85 - Recorrente: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 12466.722548/2014-20 - Recorrente: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

62 - Processo nº: 15165.000271/2009-04 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 15165.000272/2009-41 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 15165.000278/2009-18 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 15165.002153/2010-66 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 15165.002155/2010-55 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 15165.002465/2010-70 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 15165.002466/2010-14 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 15165.003284/2010-61 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 15165.003285/2010-13 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 15165.003291/2010-62 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 15165.003292/2010-15 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 15165.720786/2011-31 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

74 - Processo nº: 10950.723159/2013-43 - Recorrente: SIGN OFFICE SUPRIMENTOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10983.720246/2013-61 - Recorrente: ENTRERIOS GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11131.720091/2013-57 - Recorrente: TECNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 11762.720058/2013-09 - Recorrente: XIAOQIN QIU - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 19482.000062/2007-59 - Recorrente: HPR - COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

79 - Processo nº: 10611.720239/2011-26 - Recorrente: KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10611.720243/2015-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S/A

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

81 - Processo nº: 12466.002006/2009-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

82 - Processo nº: 12466.004447/2008-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

83 - Processo nº: 11516.720709/2013-64 - Recorrente: GLOBO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

84 - Processo nº: 10660.001768/2009-27 - Recorrente: FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA TRICORDIANA DE EDUCAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10680.909604/2010-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

86 - Processo nº: 10680.918612/2011-63 - Embargante: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

87 - Processo nº: 11020.724274/2013-07 - Recorrente: JADI INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10880.967614/2012-19 - Recorrente: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 11831.001196/2007-78 - Recorrente: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

90 - Processo nº: 16707.005517/2004-18 - Recorrente: SUPERMERCADO NORDESTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

91 - Processo nº: 10675.003396/2005-81 - Embargante: UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA DO TRABALHO MÉDICO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

92 - Processo nº: 16349.000443/2010-80 - Recorrente: CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10880.728147/2011-14 - Recorrente: CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

94 - Processo nº: 16682.720408/2012-51 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 16682.720409/2012-04 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 16682.720410/2012-21 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 16682.720418/2012-97 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 16682.720419/2012-31 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 16682.720420/2012-66 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 16682.720421/2012-19 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

101 - Processo nº: 16682.720404/2012-73 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 16682.720411/2012-75 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 16682.720412/2012-10 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 16682.720413/2012-64 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 16682.720414/2012-17 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 16682.720415/2012-53 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 16682.720416/2012-06 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

108 - Processo nº: 10840.904457/2011-18 - Embargante: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO GIOVANI VIEIRA

109 - Processo nº: 13896.909180/2008-67 - Embargante: ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 13858.000509/2003-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COLORADO VEÍCULOS LIMITADA

111 - Processo nº: 13005.720005/2007-39 - Recorrente: ESTOFADOS CONFORTO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10280.720482/2008-38 - Recorrente: FÁCIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 11042.000275/2004-13 - Recorrentes: INDÚSTRIA COMÉRCIO PRODUTOS DE LIMPEZA GIRANDO SOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INDÚSTRIA COMÉRCIO PRODUTOS DE LIMPEZA GIRANDO SOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 19515.000187/2011-31 - Recorrente: MIRA OTM TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10855.000568/2007-16 - Recorrente: SATURNIA SISTEMAS DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 13603.720599/2009-09 - Recorrente: SUPERGÁSBRAS ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 13839.005689/2007-32 - Recorrentes: UNIMED DE JUNDIAÍ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: UNIMED DE JUNDIAÍ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 13839.005690/2007-67 - Recorrente: UNIMED DE JUNDIAÍ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

119 - Processo nº: 13971.003406/2010-99 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 13971.001036/2005-98 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 13971.001475/2005-09 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

122 - Processo nº: 13838.000066/98-40 - Recorrente: TETRA PAK LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

123 - Processo nº: 10925.901334/2012-76 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

124 - Processo nº: 10925.901237/2011-01 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10925.901238/2011-47 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10925.901239/2011-91 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10925.901240/2011-16 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10925.901241/2011-61 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10925.901242/2011-13 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10925.901243/2011-50 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10925.901244/2011-02 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10925.901245/2011-49 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10925.901246/2011-93 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10925.901247/2011-38 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10925.901323/2012-96 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10925.901324/2012-31 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10925.901325/2012-85 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10925.901326/2012-20 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10925.901327/2012-74 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10925.901328/2012-19 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10925.901329/2012-63 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10925.901330/2012-98 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10925.901331/2012-32 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 10925.901332/2012-87 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10925.901333/2012-21 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10925.901335/2012-11 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 10925.901336/2012-65 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo nº: 10925.901337/2012-18 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

149 - Processo nº: 10925.901338/2012-54 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10925.901339/2012-07 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 10925.902901/2011-21 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 10925.902902/2011-75 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10925.902903/2011-10 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 10925.902904/2011-64 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 10925.902905/2011-17 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 10925.902906/2011-53 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10925.902907/2011-06 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10925.902908/2011-42 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 10925.902909/2011-97 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10925.902910/2011-11 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10925.902911/2011-66 - Recorrente: COMERCIAL PARISENTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

162 - Processo nº: 10831.004616/2006-24 - Recorrente: POLAR AIR CARGO, INC. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

163 - Processo nº: 15868.720126/2014-85 - Recorrente: CONTINENTAL ARAÇATUBA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

164 - Processo nº: 10314.720037/2015-62 - Recorrente: CROCS BRASIL COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10517.720002/2014-66 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

166 - Processo nº: 10830.003002/2005-54 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CELSO VILELA FILHO

167 - Processo nº: 10907.000679/2005-08 - Embargante: MARIA CAROLINA MORIM FARIAS e Embargada: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10865.905013/2012-01 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

169 - Processo nº: 10865.904945/2012-28 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10865.904946/2012-72 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10865.904947/2012-17 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 10865.904948/2012-61 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 10865.904949/2012-14 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo nº: 10865.904950/2012-31 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 10865.904952/2012-20 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 10865.904953/2012-74 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo nº: 10865.904954/2012-19 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo nº: 10865.904955/2012-63 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 10865.904956/2012-16 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 10865.904957/2012-52 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 10865.904958/2012-05 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 10865.904959/2012-41 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo nº: 10865.904961/2012-11 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

184 - Processo nº: 10865.904962/2012-65 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 10865.904963/2012-18 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 10865.904964/2012-54 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 10865.904965/2012-07 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo nº: 10865.904966/2012-43 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 10865.904967/2012-98 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 10865.904968/2012-32 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 10865.904969/2012-87 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 10865.904970/2012-10 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 10865.904971/2012-56 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo nº: 10865.904972/2012-09 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 10865.904973/2012-45 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo nº: 10865.904974/2012-90 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo nº: 10865.904975/2012-34 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo nº: 10865.904976/2012-89 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 10865.904979/2012-12 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 10865.904980/2012-47 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

201 - Processo nº: 10865.904981/2012-91 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

202 - Processo nº: 10865.904982/2012-36 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

203 - Processo nº: 10865.904983/2012-81 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 10865.904984/2012-25 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo nº: 10865.904985/2012-70 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo nº: 10865.904986/2012-14 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 10865.904987/2012-69 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo nº: 10865.904988/2012-11 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 10865.904989/2012-58 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo nº: 10865.904990/2012-82 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 10865.904991/2012-27 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 10865.904992/2012-71 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo nº: 10865.904993/2012-16 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo nº: 10865.904994/2012-61 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

215 - Processo nº: 10865.904995/2012-13 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

216 - Processo nº: 10865.904996/2012-50 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo nº: 10865.904997/2012-02 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo nº: 10865.904998/2012-49 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo nº: 10865.904999/2012-93 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 10865.905000/2012-23 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 10865.905001/2012-78 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

222 - Processo nº: 10865.905002/2012-12 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo nº: 10865.905003/2012-67 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

224 - Processo nº: 10865.905004/2012-10 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

225 - Processo nº: 10865.905005/2012-56 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

226 - Processo nº: 10865.905006/2012-09 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

227 - Processo nº: 10865.905008/2012-90 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

228 - Processo nº: 10865.905009/2012-34 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

229 - Processo nº: 10865.905010/2012-69 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

230 - Processo nº: 10865.905011/2012-11 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

231 - Processo nº: 10865.905012/2012-58 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

232 - Processo nº: 10865.905014/2012-47 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

233 - Processo nº: 10865.905015/2012-91 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

234 - Processo nº: 10865.905016/2012-36 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

235 - Processo nº: 10865.905017/2012-81 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

236 - Processo nº: 10865.905018/2012-25 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

237 - Processo nº: 10865.905019/2012-70 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

238 - Processo nº: 10865.905020/2012-02 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo nº: 10865.905021/2012-49 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

240 - Processo nº: 10865.905022/2012-93 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

241 - Processo nº: 10865.905023/2012-38 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

242 - Processo nº: 10865.905024/2012-82 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

243 - Processo nº: 10865.905025/2012-27 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

244 - Processo nº: 10865.905026/2012-71 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo nº: 10865.905027/2012-16 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

246 - Processo nº: 10865.905028/2012-61 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

247 - Processo nº: 10865.905029/2012-13 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

248 - Processo nº: 10865.905030/2012-30 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

249 - Processo nº: 10865.905031/2012-84 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

250 - Processo nº: 10865.905032/2012-29 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

251 - Processo nº: 10865.905033/2012-73 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

252 - Processo nº: 10865.905034/2012-18 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

253 - Processo nº: 10865.905035/2012-62 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

254 - Processo nº: 10865.905036/2012-15 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

255 - Processo nº: 10865.905037/2012-51 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

256 - Processo nº: 10865.905038/2012-04 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

257 - Processo nº: 10865.905039/2012-41 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

258 - Processo nº: 10865.905040/2012-75 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

259 - Processo nº: 10865.905041/2012-10 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

260 - Processo nº: 10865.905042/2012-64 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

261 - Processo nº: 10865.908374/2011-10 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

262 - Processo nº: 10865.908375/2011-64 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

263 - Processo nº: 10865.908376/2011-17 - Recorrente: O. G. SISTEMAS DE EXAUSTÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

264 - Processo nº: 10980.939964/2011-78 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

265 - Processo nº: 10980.939968/2011-56 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

266 - Processo nº: 10980.939969/2011-09 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

267 - Processo nº: 10980.939971/2011-70 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

268 - Processo nº: 10980.939972/2011-14 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

269 - Processo nº: 10980.939973/2011-69 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

270 - Processo nº: 10980.939975/2011-58 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

271 - Processo nº: 10980.939976/2011-01 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

272 - Processo nº: 10980.939978/2011-91 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

273 - Processo nº: 10980.939979/2011-36 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

274 - Processo nº: 10980.939980/2011-61 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

275 - Processo nº: 10980.939981/2011-13 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

276 - Processo nº: 10980.939982/2011-50 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

277 - Processo nº: 10980.939983/2011-02 - Recorrente: CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

278 - Processo nº: 10909.721642/2014-80 - Recorrente: TEK TRADE INTERNATIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

279 - Processo nº: 10980.729404/2012-98 - Recorrente: IMCOPA - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE ÓLEOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

280 - Processo nº: 10680.918613/2011-16 - Embargante: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

281 - Processo nº: 10314.011912/2007-10 - Recorrente: FUJITSU GENERAL DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

282 - Processo nº: 19515.721282/2012-52 - Recorrente: EMPREITA HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

283 - Processo nº: 13603.721768/2012-15 - Recorrente: HTPC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

284 - Processo nº: 10865.722950/2014-86 - Recorrente: ITAIQUARA ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

285 - Processo nº: 10805.720083/2010-25 - Recorrente: COMERCIAL OSWALDO CRUZ LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

286 - Processo nº: 10380.902378/2009-12 - Recorrente: INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

287 - Processo nº: 10283.905035/2009-16 - Recorrente: ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

288 - Processo nº: 12893.000090/2007-95 - Recorrente: FISCHER S/A - AGROINDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

289 - Processo nº: 19515.720142/2013-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PHOENIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TABACOS LTDA.

290 - Processo nº: 13852.000781/2008-19 - Recorrente: MINERVA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

291 - Processo nº: 10840.001338/2002-11 - Recorrente: CONSTRUTORA INDUSTRIAL E COMERCIAL SAID LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

292 - Processo nº: 13982.000619/2009-04 - Recorrente: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

293 - Processo nº: 19679.005616/2005-45 - Recorrente: FIMATEC TÊXTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

294 - Processo nº: 10783.008356/98-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALLMEX SERVICOS DE COPIADORA LTDA.

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

295 - Processo nº: 11065.910359/2009-03 - Recorrente: INSTALADORA ELÉTRICA N. S. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA

296 - Processo nº: 10940.001643/2005-27 - Recorrente: LUIZ PEREIRA GOMES & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

297 - Processo nº: 13820.001199/2002-51 - Recorrente: AFA PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

298 - Processo nº: 13839.721653/2013-48 - Recorrente: ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
Presidente da 1ª Turma

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe da Secretaria da 3ª Câmara

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 402, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

4) O julgamento do Processo nº 10880.664975/2009-01 (item 47) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 48 a 61. A decisão do processo constante do item 47 (paradigma) será aplicada aos processos repetitivos de que tratam os itens 48 a61, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

1 - Processo nº: 10980.723499/2011-55 - Recorrente: HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAÚJO

2 - Processo nº: 10840.003583/2004-24 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10840.003584/2004-79 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10840.003585/2004-13 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10840.003588/2004-57 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10840.003587/2004-11 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 15956.000309/2008-43 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 15956.000314/2008-56 - Recorrente: CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11052.001139/2010-61 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - FURJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 19515.004671/2010-58 - Recorrente: AGRISUL AGRÍCOLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

11 - Processo nº: 11128.003133/2004-50 - Recorrente: COMEXIM MATÉRIAS PRIMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11128.004243/2005-10 - Recorrente: CLARIANT S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

13 - Processo nº: 10768.720171/2007-15 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10768.720420/2007-72 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10768.720183/2007-40 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 15374.724400/2009-80 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13656.721196/2012-59 - Recorrente: ALCOA ALUMÍNIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

18 - Processo nº: 10283.002703/2003-58 - Recorrentes: CCE DA AMAZÔNIA S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CCE DA AMAZÔNIA S/A e FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15165.720091/2011-59 - Recorrente: DENAL MAX COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 11128.004649/2003-31 - Recorrente: M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 11128.001325/2004-21 - Recorrente: M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

22 - Processo nº: 10280.005450/2005-66 - Embargante: Y YAMADA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 12585.000188/2010-21 - Recorrente: MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 16349.720025/2013-55 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10140.001791/00-81 - Recorrente: AGÊNCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RICARDO PAULO ROSA

26 - Processo nº: 10680.009135/2005-03 - Recorrente: MATERMED LTDA. S/C e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10680.009136/2005-40 - Recorrente: MATERMED LTDA. SC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

28 - Processo nº: 10983.720194/2015-95 - Recorrente: OPEN MARKET COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10983.720215/2015-72 - Recorrente: OPEN MARKET COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10983.720227/2015-05 - Recorrente: OPEN MARKET COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10983.720259/2015-01 - Recorrente: OPEN MARKET COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

32 - Processo nº: 15889.000116/2009-14 - Recorrente: CAIO - INDUSCAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARROCERIAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

33 - Processo nº: 10980.727081/2012-06 - Recorrente: LIMIAR DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10711.000797/2010-62 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10711.001216/2010-18 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10711.007872/2009-82 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10680.012352/2002-20 - Embargante: BANCO AGRIMISA S/A - EM LIQUIDACAO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 19740.000633/2003-33 - Embargante: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 15374.004669/2001-99 - Recorrente: NEXUS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

40 - Processo nº: 10283.003966/2004-65 - Recorrente: MARTRADE AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 11070.002047/2009-47 - Embargante: REDEPEÇAS REDEPARTS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

42 - Processo nº: 11128.720159/2015-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MERIDIAN COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.
Relator: RICARDO PAULO ROSA

43 - Processo nº: 12664.000043/2010-41 - Recorrente: BRAIMEX COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 12466.003405/2009-58 - Recorrente: EVEREST COMÉRCIO DE POLÍMEROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10120.012727/2009-73 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 15563.720005/2013-87 - Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

47 - Processo nº: 10880.664975/2009-01 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RICARDO PAULO ROSA

48 - Processo nº: 10880.664976/2009-47 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10880.664977/2009-91 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10880.664978/2009-36 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10880.688910/2009-42 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10880.688912/2009-31 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10880.688913/2009-86 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10880.688914/2009-21 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10880.688915/2009-75 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10880.914881/2009-80 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10880.918180/2013-04 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10880.918181/2013-41 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10880.978911/2012-81 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10880.978915/2012-60 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10880.978919/2012-48 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

62 - Processo nº: 10480.722427/2009-15 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 11516.720061/2012-45 - Recorrente: BRF - BRASIL FOODS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10314.002998/2002-77 - Recorrente: BASF POLIURETANOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 11128.007259/2007-46 - Embargante: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10835.900178/2008-59 - Recorrente: SUPERMERCADO IRMÃOS NAGAI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAÚJO

67 - Processo nº: 10611.720231/2011-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A.

68 - Processo nº: 10611.721525/2013-71 - Recorrentes: LIGAS DE ALUMÍNIO S/A LIASA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LIGAS DE ALUMÍNIO S/A LIASA e FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10611.721477/2014-00 - Recorrente: DOW CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10508.720503/2015-32 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

71 - Processo nº: 11829.720040/2013-87 - Recorrente: FIH DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10283.006160/2009-33 - Recorrente: IGB ELETRÔNICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10909.005708/2008-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MSX - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS LTDA.

74 - Processo nº: 13227.720623/2014-01 - Recorrente: A. TOMASI & CIA. LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13807.007935/2002-53 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS VILA PRUDENTE LTDA. - ME

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

76 - Processo nº: 11128.730090/2014-51 - Recorrente: ALIANÇA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 11128.721757/2015-13 - Recorrente: ALIANÇA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 11128.720679/2015-21 - Recorrente: ALIANÇA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 11128.730134/2014-42 - Recorrente: ALIANÇA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 11128.730203/2014-18 - Recorrente: ALIANÇA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 11128.730801/2014-97 - Recorrente: ALIANÇA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

82 - Processo nº: 10880.733462/2011-63 - Recorrente: RAIZEN ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10880.904860/2013-32 - Recorrente: RAIZEN ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10880.904861/2013-87 - Recorrente: RAIZEN ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

85 - Processo nº: 10909.722266/2012-89 - Recorrente: REMY AUTOMOTIVE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10516.720029/2012-05 - Recorrente: CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANCADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

87 - Processo nº: 11080.722827/2011-11 - Recorrente: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

88 - Processo nº: 10925.721355/2014-71 - Recorrente: MOHAMAD A. MOURAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10925.721356/2014-16 - Recorrente: MOHAMAD A. MOURAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
RICARDO PAULO ROSA
Presidente da 2ª TO-3ªCÂMARA-3ªSEÇÃO-CARF-MF-DF

RICARDO PAULO ROSA
Presidente da 2ª Turma

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe da Secretaria da 3ª Câmara

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do processo nº. 12585.000182/2011-35 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 75; o julgamento do processo 10925.900027/2012-78 (item 81) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 82 a 103; o julgamento do processo 10830.902391/2013-11 (item 106) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 107 a 142; o julgamento do processo 10820.902161/2012-81 (item 147) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 148 a 190, o julgamento do processo 10880.903037/2012-29 (item 191) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 192 a 200; o julgamento do processo 10983.901975/2008-50 (item 201) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 202 a 215 e o julgamento do processo 13888.900243/2014-67 (item 216) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 217 a 309. As decisões dos processos constantes dos itens 58, 81, 106, 147, 191, 201 e 216 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 75, 82 a 103, 107 a 142, 148 a 190, 192 a 200, 202 a 215 e 217 a 309, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº. 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº. 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: ROSALDO TREVISAN

1 - Processo: 10855.004348/2002-49 - Recorrente: CYBELAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 19647.005877/2005-32 - Recorrente: CONSTRUTORA JOLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 11610.000048/2006-50 - Recorrente: GRANOL INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

4 - Processo: 19679.006470/2005-55 - Recorrente: COMPANHIA ULTRAGAZ S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10675.901413/2009-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AGROCAFÉ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

6 - Processo: 10675.901414/2009-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AGROCAFÉ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

7 - Processo: 10920.906747/2012-97 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10920.906748/2012-31 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10920.906749/2012-86 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10920.906750/2012-19 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10920.906751/2012-55 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10920.906752/2012-08 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10920.906753/2012-44 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10920.906754/2012-99 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10920.906755/2012-33 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10920.906756/2012-88 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10920.906757/2012-22 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10920.906758/2012-77 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10920.906759/2012-11 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10920.906760/2012-46 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10920.906761/2012-91 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 10920.906762/2012-35 - Recorrente: ADLIN PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

23 - Processo: 19515.722442/2013-61 - Recorrente: SCHERING DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10850.001351/2005-01 - Recorrente: RODOBENS-ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE PREVIDÊNCIA PRIV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 10380.906691/2009-20 - Recorrente: UNIDADE CEARENSE DE IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

26 - Processo: 10768.720477/2007-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VISE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

27 - Processo: 10283.901887/2009-26 - Recorrente: YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 15922.720005/2011-99 - Recorrente: PRAFESTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10880.004961/98-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

30 - Processo: 11080.721600/2016-54 - Recorrente: D. S. A. INDÚSTRIA & COMÉRCIO EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 19515.002612/2005-88 - Recorrente: LUANDRE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 18471.002598/2003-41 - Recorrente: FRANKLIN MACHADO TECIDOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

33 - Processo: 10074.000383/2002-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MCD COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PRESENTE LTDA.

34 - Processo: 10925.720209/2014-29 - Recorrente: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

35 - Processo: 10840.902857/2010-16 - Embargante: ESCANDINÁVIA VEÍCULOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10280.000411/99-54 - Embargante: DENDÊ DO PARÁ S/A - DENPASA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

37 - Processo: 10314.732822/2013-04 - Recorrente: CENTRO OESTE EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

38 - Processo: 15224.001313/2006-21 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10111.000047/2007-54 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10111.000106/2005-22 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10111.000254/2005-47 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10111.000333/2006-39 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 10111.000356/2007-24 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10111.000443/2005-10 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 10111.000483/2005-61 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 10111.000506/2007-08 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 10111.000535/2005-08 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 10111.000673/2006-60 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10111.000752/2007-51 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 10111.000803/2006-64 - Embargante: AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

51 - Processo: 11050.001583/2009-63 - Embargante: LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMODAL S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

52 - Processo: 10880.722873/2014-76 - Embargante: CONSELHEIRO DO CARF e Interessada: NEXT BOATS COMÉRCIO DE PRODUTOS NÁUTICOS LTDA - EPP

53 - Processo: 12448.726546/2014-28 - Embargante: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DE MANAUS e Embargada: NEXT TRADE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

54 - Processo: 10909.003738/2010-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOGISTIC NETWORK TECHNOLOGY COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

55 - Processo: 13896.002795/2010-85 - Recorrente: GRÁFICA EDITORA AQUARELA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 16327.002111/2005-21 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

57 - Processo: 10711.007991/2008-54 - Recorrente: INTERCONTINENTAL TRANSPORTATION (BRASIL) LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

58 - Processo: 12585.000182/2011-35 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 12585.000183/2011-80 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 12585.000184/2011-24 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 12585.000185/2011-79 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 12585.000190/2011-81 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 12585.000191/2011-26 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 12585.000192/2011-71 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 12585.000193/2011-15 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 12585.000198/2011-48 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 12585.000199/2011-92 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 12585.000200/2011-89 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 12585.000201/2011-23 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 12585.000206/2011-56 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 12585.000207/2011-09 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 12585.000208/2011-45 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 12585.000209/2011-90 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 12585.000210/2011-14 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo: 12585.000211/2011-69 - Recorrente: GRAND BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

76 - Processo: 10875.000456/2005-57 - Recorrente: BEHR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 10875.000803/2005-41 - Recorrente: BEHR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10875.001279/2005-26 - Recorrente: BEHR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10875.001365/2005-39 - Recorrente: BEHR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo: 10875.002051/2005-53 - Recorrente: BEHR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 10925.900027/2012-78 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

82 - Processo: 10925.900028/2012-12 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo: 10925.900029/2012-67 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 10925.900030/2012-91 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 10925.900031/2012-36 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 10925.900032/2012-81 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 10925.900033/2012-25 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 10925.900034/2012-70 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 10925.900035/2012-14 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 10925.900036/2012-69 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 10925.900037/2012-11 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 10925.900038/2012-58 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 10925.900039/2012-01 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 10925.900040/2012-27 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 10925.902166/2011-55 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 10925.902167/2011-08 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo: 10925.902168/2011-44 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo: 10925.902169/2011-99 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo: 10925.902170/2011-13 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo: 10925.902171/2011-68 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 10925.902172/2011-11 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 10925.903279/2011-78 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 10925.903280/2011-01 - Recorrente: IGUATEMI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

104 - Processo: 10735.000451/2003-67 - Embargante: IND E COM DE PRÉ-MOLDADOS CRUZEIRO DO SUL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo: 10830.720403/2006-53 - Embargante: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 10830.902391/2013-11 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

107 - Processo: 10830.902392/2013-57 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo: 10830.902394/2013-46 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo: 10830.902395/2013-91 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 10830.902396/2013-35 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo: 10830.902401/2013-18 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo: 10830.908893/2012-66 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo: 10830.908894/2012-19 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo: 10830.908895/2012-55 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo: 10830.908896/2012-08 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo: 10830.908897/2012-44 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo: 10830.908898/2012-99 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo: 10830.908899/2012-33 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 10830.908900/2012-20 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 10830.908901/2012-74 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo: 10830.908902/2012-19 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo: 10830.908903/2012-63 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo: 10830.908906/2012-05 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo: 10830.908907/2012-41 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

125 - Processo: 10830.909273/2012-44 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo: 10830.909274/2012-99 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo: 10830.909940/2012-99 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo: 10830.909941/2012-33 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo: 10830.909942/2012-88 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo: 10830.909943/2012-22 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo: 10830.909944/2012-77 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo: 10830.909945/2012-11 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo: 10830.909946/2012-66 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo: 10830.909947/2012-19 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo: 10830.909948/2012-55 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo: 10830.909949/2012-08 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo: 10830.914389/2012-03 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo: 10830.914390/2012-20 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo: 10830.914391/2012-74 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo: 10830.914392/2012-19 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo: 10830.914393/2012-63 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo: 10830.914394/2012-16 - Recorrente: GRG COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

143 - Processo: 19515.003470/2007-38 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO e Interessada: VIAÇÃO IMIGRANTES LTDA.

144 - Processo: 18186.730374/2012-30 - Embargante: TRANSPORTADORA DALÇÓQUIO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

145 - Processo: 10865.900313/2008-17 - Recorrente: INDÚSTRIA CERÂMICA FRAGNANI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo: 13656.000662/2004-59 - Recorrente: L J M COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

147 - Processo: 10820.902161/2012-81 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

148 - Processo: 10820.902162/2012-26 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo: 10820.902163/2012-71 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo: 10820.902164/2012-15 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo: 10820.902165/2012-60 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo: 10820.902166/2012-12 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo: 10820.902167/2012-59 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo: 10820.902168/2012-01 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo: 10820.902169/2012-48 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo: 10820.902170/2012-72 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo: 10820.902171/2012-17 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo: 10820.902172/2012-61 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo: 10820.902173/2012-14 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo: 10820.902174/2012-51 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo: 10820.902175/2012-03 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo: 10820.902176/2012-40 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo: 10820.902177/2012-94 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo: 10820.902178/2012-39 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo: 10820.902179/2012-83 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo: 10820.902180/2012-16 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo: 10820.902181/2012-52 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo: 10820.902182/2012-05 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo: 10820.902183/2012-41 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo: 10820.902184/2012-96 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo: 10820.902185/2012-31 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo: 10820.902186/2012-85 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo: 10820.902187/2012-20 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo: 10820.902188/2012-74 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo: 10820.902189/2012-19 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo: 10820.902190/2012-43 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo: 10820.902191/2012-98 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo: 10820.902192/2012-32 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo: 10820.902193/2012-87 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo: 10820.902194/2012-21 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo: 10820.902195/2012-76 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo: 10820.902196/2012-11 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo: 10820.902197/2012-65 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

184 - Processo: 10820.902198/2012-18 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo: 10820.902199/2012-54 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo: 10820.902200/2012-41 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo: 10820.902201/2012-95 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo: 10820.902202/2012-30 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo: 10820.902203/2012-84 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo: 10820.902204/2012-29 - Recorrente: RAMONA ALBA DOS SANTOS YASSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

191 - Processo: 10880.903037/2012-29 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

192 - Processo: 10880.903034/2012-95 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo: 10880.903035/2012-30 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo: 10880.903036/2012-84 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo: 10880.903038/2012-73 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo: 10880.903040/2012-42 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo: 10880.903041/2012-97 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo: 10880.903042/2012-31 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo: 10880.903043/2012-86 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo: 10880.903044/2012-21 - Recorrente: DOW BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

201 - Processo: 10983.901975/2008-50 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

202 - Processo: 10983.901976/2008-02 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

203 - Processo: 10983.901977/2008-49 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo: 10983.901986/2008-30 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo: 10983.901992/2008-97 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo: 10983.905028/2008-38 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo: 10983.905032/2008-04 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo: 10983.905039/2008-18 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo: 10983.905040/2008-42 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo: 10983.905041/2008-97 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo: 10983.905042/2008-31 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo: 10983.905043/2008-86 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo: 10983.905044/2008-21 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo: 10983.905045/2008-75 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

215 - Processo: 10983.905046/2008-10 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

216 - Processo: 13888.900243/2014-67 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

217 - Processo: 13888.900244/2014-10 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo: 13888.900245/2014-56 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo: 13888.900247/2014-45 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo: 13888.900248/2014-90 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo: 13888.900249/2014-34 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

222 - Processo: 13888.900252/2014-58 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo: 13888.900254/2014-47 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

224 - Processo: 13888.900255/2014-91 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

225 - Processo: 13888.900256/2014-36 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

226 - Processo: 13888.900257/2014-81 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

227 - Processo: 13888.900258/2014-25 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

228 - Processo: 13888.900259/2014-70 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

229 - Processo: 13888.900260/2014-02 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

230 - Processo: 13888.900261/2014-49 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

231 - Processo: 13888.900263/2014-38 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

232 - Processo: 13888.900264/2014-82 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

233 - Processo: 13888.900265/2014-27 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

234 - Processo: 13888.900266/2014-71 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

235 - Processo: 13888.900267/2014-16 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

236 - Processo: 13888.900268/2014-61 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

237 - Processo: 13888.900269/2014-13 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

238 - Processo: 13888.900270/2014-30 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo: 13888.900271/2014-84 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

240 - Processo: 13888.900272/2014-29 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

241 - Processo: 13888.900273/2014-73 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

242 - Processo: 13888.900275/2014-62 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

243 - Processo: 13888.900284/2014-53 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

244 - Processo: 13888.900285/2014-06 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo: 13888.900286/2014-42 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

246 - Processo: 13888.900288/2014-31 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

247 - Processo: 13888.900290/2014-19 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

248 - Processo: 13888.900291/2014-55 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

249 - Processo: 13888.900292/2014-08 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

250 - Processo: 13888.900294/2014-99 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

251 - Processo: 13888.900297/2014-22 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

252 - Processo: 13888.900298/2014-77 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

253 - Processo: 13888.900299/2014-11 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

254 - Processo: 13888.900300/2014-16 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

255 - Processo: 13888.900301/2014-52 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

256 - Processo: 13888.900302/2014-05 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

257 - Processo: 13888.900304/2014-96 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

258 - Processo: 13888.900305/2014-31 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

259 - Processo: 13888.900308/2014-74 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

260 - Processo: 13888.900309/2014-19 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

261 - Processo: 13888.900311/2014-98 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

262 - Processo: 13888.900312/2014-32 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

263 - Processo: 13888.900314/2014-21 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

264 - Processo: 13888.900317/2014-65 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

265 - Processo: 13888.900318/2014-18 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

266 - Processo: 13888.900319/2014-54 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

267 - Processo: 13888.900320/2014-89 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

268 - Processo: 13888.900323/2014-12 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

269 - Processo: 13888.900326/2014-56 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

270 - Processo: 13888.900327/2014-09 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

271 - Processo: 13888.900328/2014-45 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

272 - Processo: 13888.900329/2014-90 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

273 - Processo: 13888.900330/2014-14 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

274 - Processo: 13888.900331/2014-69 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

275 - Processo: 13888.900337/2014-36 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

276 - Processo: 13888.900338/2014-81 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

277 - Processo: 13888.900340/2014-50 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

278 - Processo: 13888.900341/2014-02 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

279 - Processo: 13888.900342/2014-49 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

280 - Processo: 13888.900343/2014-93 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

281 - Processo: 13888.900344/2014-38 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

282 - Processo: 13888.900346/2014-27 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

283 - Processo: 13888.900347/2014-71 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

284 - Processo: 13888.900348/2014-16 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

285 - Processo: 13888.900349/2014-61 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

286 - Processo: 13888.900350/2014-95 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

287 - Processo: 13888.900351/2014-30 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

288 - Processo: 13888.900352/2014-84 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

289 - Processo: 13888.900354/2014-73 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

290 - Processo: 13888.900355/2014-18 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

291 - Processo: 13888.900356/2014-62 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

292 - Processo: 13888.900357/2014-15 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

293 - Processo: 13888.900358/2014-51 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

294 - Processo: 13888.900359/2014-04 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

295 - Processo: 13888.900360/2014-21 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

296 - Processo: 13888.900363/2014-64 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

297 - Processo: 13888.900364/2014-17 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

298 - Processo: 13888.900365/2014-53 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

299 - Processo: 13888.900366/2014-06 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

300 - Processo: 13888.900368/2014-97 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

301 - Processo: 13888.900371/2014-19 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

302 - Processo: 13888.900372/2014-55 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

303 - Processo: 13888.900376/2014-33 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

304 - Processo: 13888.900377/2014-88 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

305 - Processo: 13888.900378/2014-22 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

306 - Processo: 13888.900379/2014-77 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

307 - Processo: 13888.900380/2014-00 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

308 - Processo: 13888.900382/2014-91 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

309 - Processo: 13888.900383/2014-35 - Recorrente: RMF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

310 - Processo: 10865.000074/2007-12 - Recorrente: RODABRAS INDÚSTRIA BRASILEIRA DE RODAS E AUTOPEÇAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

311 - Processo: 13811.001067/00-79 - Embargante: CARGILL CACAU LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

312 - Processo: 10865.000627/2005-67 - Recorrente: TRW AUTOMOTIVE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

313 - Processo: 13971.000959/2010-90 - Recorrente: INDUSTRIAL E AGRÍCOLA RIO VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

314 - Processo: 13971.907611/2009-91 - Recorrente: INDUSTRIAL E AGRÍCOLA RIO VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

315 - Processo: 13830.720004/2013-18 - Recorrente: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

316 - Processo: 15889.000118/2009-11 - Recorrente: CERVEJARIA BELCO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

317 - Processo: 16045.000076/2006-52 - Recorrente: CRUZEIRO PAPÉIS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

318 - Processo: 16045.000612/2006-10 - Recorrente: CRUZEIRO PAPÉIS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

319 - Processo: 15586.000851/2009-32 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

320 - Processo: 10860.001512/2003-78 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

321 - Processo: 10860.721166/2012-39 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

322 - Processo: 10860.721922/2011-49 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

323 - Processo: 10860.903028/2011-95 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

324 - Processo: 10860.903564/2011-91 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

325 - Processo: 10860.904336/2011-38 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

326 - Processo: 10860.904337/2011-82 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

327 - Processo: 10860.904338/2011-27 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

328 - Processo: 10860.904339/2011-71 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

329 - Processo: 10860.904340/2011-04 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

330 - Processo: 16045.720010/2015-73 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

331 - Processo: 10283.720361/2010-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA

332 - Processo: 10283.005139/2010-54 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA

333 - Processo: 10380.731083/2013-31 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FORTALEZA e Interessada: ESMALTEC S/A

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

334 - Processo: 13629.001811/2005-13 - Recorrente: MAS IMPORT COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

335 - Processo: 13629.001812/2005-50 - Recorrentes: MAS IMPORT COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA e FAZENDA NACIONAL

336 - Processo: 10950.722481/2014-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPAIPA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA

337 - Processo: 11065.720582/2012-58 - Recorrente: MACCAFERRI DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

338 - Processo: 11080.731133/2012-47 - Recorrente: MORELEH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

339 - Processo: 18088.720048/2014-94 - Recorrente: ANDRITZ HYDRO INEPAR DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

340 - Processo: 10073.900223/2006-72 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SPAÇO 2 COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

341 - Processo: 10480.725292/2011-56 - Recorrente: TOTAL DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

342 - Processo: 11543.001297/2005-22 - Recorrente: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

343 - Processo: 11610.004962/2001-65 - Recorrente: ESCOLA SANTO INÁCIO SC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

344 - Processo: 15374.724342/2009-94 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

345 - Processo: 13116.001070/2009-76 - Recorrente: ADUBOS ARAGUAIA IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

346 - Processo: 10580.731409/2013-74 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

347 - Processo: 10580.731563/2013-46 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

348 - Processo: 16327.720193/2013-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

349 - Processo: 15540.000071/2007-57 - Recorrentes: BEBIDAS REAL DE SÃO GONÇALO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

350 - Processo: 13830.000882/99-78 - Recorrente: CEREALISTA GALLINA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

351 - Processo: 10120.721400/2009-96 - Recorrente: JAIBA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

352 - Processo: 13832.000095/99-70 - Recorrente: SYLVIO JOSE DA SILVA-CEREALISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

353 - Processo: 15586.720359/2014-44 - Recorrente: ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

354 - Processo: 10882.723781/2014-93 - Recorrente: FRANCISCO ALEXANDRE DE SOUSA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

355 - Processo: 10120.730563/2015-16 - Recorrente: GAL - GERADORES ALDA LUCIA - EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

356 - Processo: 10120.730738/2015-87 - Recorrente: GAL - GERADORES ALDA LUCIA - EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

357 - Processo: 10920.001713/2010-42 - Recorrente: MINANCORA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

358 - Processo: 16349.000309/2008-64 - Recorrente: LEVESA LESTE VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

359 - Processo: 13864.720020/2012-24 - Recorrente: BETUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

360 - Processo: 15940.000074/2006-05 - Recorrente: CENTRAL DE ÁLCOOL LUCÉLIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

361 - Processo: 18470.721514/2014-35 - Recorrente: MAPTEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

362 - Processo: 10830.912951/2009-51 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

363 - Processo: 15165.003462/2008-39 - Recorrente: MERCOTEX DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

364 - Processo: 10314.009516/2009-86 - Recorrente: NC GAMES & ARCADES COM. IMP. EXP. E LOC. FITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

365 - Processo: 10516.720007/2012-37 - Recorrente: LUCHEBRAS LABORATÓRIO DE PROCESSOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

366 - Processo: 10909.721589/2014-17 - Recorrente: PAN ASIA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

367 - Processo: 10111.721291/2012-11 - Recorrente: PROTECH IMPLANTES ESPECIALIZADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

368 - Processo: 10111.721893/2012-79 - Recorrente: JILI COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

369 - Processo: 10611.004116/2008-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MERCOTEX DO BRASIL LTDA - ME

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

370 - Processo: 10825.000756/2002-89 - Recorrente: JOZZI DO BRAZIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

371 - Processo: 13603.722675/2013-99 - Recorrente: BROSE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

372 - Processo: 10872.720074/2015-45 - Recorrente: DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

373 - Processo: 11065.721536/2015-19 - Recorrente: SPUMAPAC - INDUSTRIAL E DISTRIBUIDORA DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

374 - Processo: 18470.727254/2014-10 - Recorrente: LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

375 - Processo: 13985.720292/2012-58 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PEDRO VENÂNCIO GOMES

376 - Processo: 13858.000196/2003-54 - Embargante: USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL MB LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

377 - Processo: 10283.721533/2013-86 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

378 - Processo: 10074.002057/2010-13 - Recorrente: CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMP DE MAT MÉDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

379 - Processo: 10314.014884/2008-65 - Recorrente: SALVAPE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

380 - Processo: 12466.723779/2013-70 - Recorrente: TEGMA LOGÍSTICA INTEGRADA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

381 - Processo: 11131.720216/2011-87 - Recorrentes: INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ SA e FAZENDA NACIONAL

382 - Processo: 11131.720480/2013-82 - Recorrentes: INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ SA e FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

383 - Processo: 11128.007454/2007-76 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

384 - Processo: 11128.002014/2009-94 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

385 - Processo: 11128.002882/2010-16 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

386 - Processo: 11128.002554/2010-10 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

387 - Processo: 10830.720132/2007-17 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

388 - Processo: 10830.720129/2007-01 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

389 - Processo: 12689.720546/2014-81 - Recorrente: DISPROPAN - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

390 - Processo: 11080.004988/2006-53 - Recorrente: GPC QUÍMICA S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

391 - Processo: 13942.000005/99-76 - Recorrente: COOPERATIVA AGROP. TRÊS FRONTEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

392 - Processo: 10840.901467/2008-04 - Embargante: MONTECITRUS TRADING S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN

393 - Processo: 10660.001028/2004-86 - Recorrente: UNIMED ALFENAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

394 - Processo: 10660.001029/2004-21 - Recorrente: UNIMED ALFENAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

395 - Processo: 19515.001761/2004-49 - Recorrente: BRAM BRADESCO ASSET MANAGEMENT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

396 - Processo: 10410.001011/2009-85 - Recorrente: MONTEC MONTAGEM TÉCNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSÉ BAYERL

397 - Processo: 10580.734499/2011-93 - Recorrente: BACOR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

398 - Processo: 18471.000486/2006-07 - Recorrente: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

399 - Processo: 11080.001457/2008-71 - Recorrente: GPC QUÍMICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: AUGUSTO FIEL JORGE D'OLIVEIRA

400 - Processo: 15940.720065/2013-55 - Recorrentes: UNIMED DE PRES PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e FAZENDA NACIONAL

Relator: ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA

401 - Processo: 16095.720132/2013-11 - Recorrente: PETRONOVA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

402 - Processo: 10380.006259/2002-61 - Embargante: COTECE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA

403 - Processo: 10410.003045/2009-12 - Recorrentes: MONTEC MONTAGEM TÉCNICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

404 - Processo: 10805.720609/2008-52 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATÓRIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

405 - Processo: 11065.001736/2008-22 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO

406 - Processo: 10865.721373/2013-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIMED REGIONAL DA BAIXA MOGIANA COOP TRABALHO MÉDICO

407 - Processo: 16327.721649/2013-48 - Recorrentes: BANCO CREDIT AGRICOLE BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

408 - Processo: 18470.720532/2010-76 - Recorrente: BANCO CLÁSSICO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

409 - Processo: 18471.001079/2008-71 - Recorrentes: ATENDO PARTICIPAÇÕES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

410 - Processo: 16327.001702/2010-48 - Recorrente: ABN AMRO SECURITIES (BRASIL) CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS

411 - Processo: 11065.001514/2004-86 - Recorrente: INDÚSTRIA DE CALÇADOS WIRTH LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

412 - Processo: 10920.908071/2009-71 - Recorrente: LOJAS HIRT LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

413 - Processo: 10855.902113/2008-18 - Recorrente: MABE ITU ELETRODOMÉSTICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

414 - Processo: 13986.000110/2002-47 - Recorrente: VIDECAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROSALDO TREVISAN
Presidente da 1ª Turma

MANUELLA BEATRIZ SANTOS VIEIRA
Chefe da Secretaria da 4ªCâmara-3ªseção-CARF-MF-DF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do processo nº 13888.907915/2011-12 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 26; o julgamento do processo 11020.910095/2012-00 (item 27) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 28 a 55. As decisões dos processos constantes dos itens 1 e 27 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 26 e 28 a 55, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

1 - Processo: 13888.907915/2011-12 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

2 - Processo: 13888.907912/2011-89 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 13888.907913/2011-23 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 13888.907914/2011-78 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 13888.907916/2011-67 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 13888.907917/2011-10 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 13888.907918/2011-56 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 13888.907919/2011-09 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 13888.907920/2011-25 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 13888.907921/2011-70 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 13888.907922/2011-14 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 13888.907923/2011-69 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 13888.907924/2011-11 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 13888.907927/2011-47 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 13888.907929/2011-36 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 13888.907930/2011-61 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 13888.907931/2011-13 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 13888.907932/2011-50 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 13888.907933/2011-02 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 13888.907935/2011-93 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 13888.907938/2011-27 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 13888.907939/2011-71 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 13888.907940/2011-04 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 13888.908656/2011-47 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 13888.908657/2011-91 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 13888.908665/2011-38 - Recorrente: AJINOMOTO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

27 - Processo: 11020.910095/2012-00 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

28 - Processo: 11020.910084/2012-11 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 11020.910086/2012-19 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 11020.910087/2012-55 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 11020.910088/2012-08 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 11020.910089/2012-44 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 11020.910090/2012-79 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 11020.910091/2012-13 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 11020.910092/2012-68 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 11020.910093/2012-11 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 11020.910094/2012-57 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 11020.910096/2012-46 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 11020.910097/2012-91 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 11020.910098/2012-35 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 11020.910099/2012-80 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 11020.910100/2012-76 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 11020.910101/2012-11 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 11020.910102/2012-65 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 11020.910103/2012-18 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 11020.910104/2012-54 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 11020.910105/2012-07 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 11020.910106/2012-43 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 11020.910107/2012-98 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 11020.910108/2012-32 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 11020.910109/2012-87 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 11020.910110/2012-10 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 11020.910111/2012-56 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 11020.910112/2012-09 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 11020.910113/2012-45 - Recorrente: ALEPLAST EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

56 - Processo: 11522.000280/2003-34 - Recorrente: FLOR DE MAIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 11618.003364/2004-41 - Recorrente: COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NEVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 10932.720021/2014-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: RAGI REFRIGERANTES LTDA

Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM

59 - Processo: 10907.721803/2012-93 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 16366.000285/2010-50 - Recorrente: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10980.905212/2008-16 - Recorrente: GRAN PARK VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 16707.000962/2009-98 - Recorrente: FERNANDES, TEIXEIRA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 19679.006253/2003-01 - Recorrente: CALTABIANO VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

64 - Processo: 13116.722092/2011-98 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 19515.008616/2008-12 - Recorrente: CENTRAL DE ESTÁGIOS GELRE AGENTE DE INTEGRAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

66 - Processo: 10715.003902/2010-85 - Recorrente: AEROLINEAS ARGENTINAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 11128.008110/2009-46 - Recorrente: ACTION AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10768.015747/2001-33 - Recorrente: BANCO PEBB SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 10976.000061/2010-83 - Recorrentes: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

70 - Processo: 11618.004243/2001-74 - Recorrente: CIA SISAL DO BRASIL COSIBRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 10907.002433/2003-09 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

72 - Processo: 15983.720040/2015-17 - Recorrentes: RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A. e FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 16561.720008/2016-46 - Recorrente: RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIA 25 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: ANTONIO CARLOS ATULIM
74 - Processo: 15578.000317/2008-44 - Recorrente: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO-KOBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 13656.721158/2011-15 - Embargante: ALCOA ALUMÍNIO S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
76 - Processo: 11065.000010/2011-78 - Recorrente: CALÇADOS DINASTY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 11065.004109/2008-43 - Recorrente: RAMOS & ROSA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo: 11065.001671/2010-30 - Recorrente: ON LINE TRADING SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo: 12897.000584/2009-00 - Recorrente: EMPRESAS REUNIDAS AGRO IND.MICKAEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo: 10280.721293/2014-21 - Recorrente: G H G DE OLIVEIRA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
81 - Processo: 10980.722317/2011-29 - Recorrente: HSBC EMPRESA DE CAPITALIZAÇÃO (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo: 10980.724261/2011-47 - Recorrente: HSBC VIDA E PREVIDÊNCIA (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
83 - Processo: 10980.725586/2010-66 - Embargante: KIRTON SEGUROS S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
84 - Processo: 10074.001197/00-31 - Recorrente: AUDIO & VISION PRODUTOS IMPORTADOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 11080.905516/2008-81 - Recorrente: EXATECH - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo: 13312.720008/2006-18 - Recorrente: GRENDENE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 13603.902253/2008-38 - Recorrente: NEMAK ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
88 - Processo: 11131.720775/2014-30 - Recorrente: M.A.M. GRÁFICA E TRANSPORTES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 10830.720184/2015-01 - Recorrente: RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
90 - Processo: 11131.000964/2010-69 - Recorrente: CAMY PLAST BR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo: 10314.003227/2008-92 - Recorrente: CHANZY DO BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
92 - Processo: 11065.725365/2011-73 - Recorrente: CALÇADOS Q SONHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
93 - Processo: 11080.732817/2014-28 - Recorrente: RECOFARMA INDÚSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
94 - Processo: 19515.007633/2008-32 - Recorrente: IKK DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
95 - Processo: 10530.727128/2014-93 - Recorrente: AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO SA AGROVALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo: 10530.902869/2012-06 - Recorrente: AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO SA AGROVALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo: 10530.902867/2012-17 - Recorrente: AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO SA AGROVALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo: 10530.902868/2012-53 - Recorrente: AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO SA AGROVALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
99 - Processo: 11634.001692/2010-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMETISTA ESTOFADOS LTDA.
100 - Processo: 10120.731367/2012-16 - Embargante: GOIÁS CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
101 - Processo: 10280.901510/2012-01 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
102 - Processo: 10111.720768/2015-94 - Recorrente: BIG BOM CONFECÇÕES DE ROUPAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo: 10469.722820/2012-54 - Recorrente: JOSIVAL BARBOSA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo: 10494.001472/2005-41 - Recorrente: SPRINGER CARRIER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
105 - Processo: 11131.720754/2014-14 - Recorrente: CONTEMP COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo: 11131.720760/2014-71 - Recorrente: IDEIA PAPÉIS E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo: 13502.720096/2015-10 - Recorrente: PRODUMAN ENGENHARIA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo: 11007.720628/2013-12 - Recorrente: GEN COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
109 - Processo: 11128.002361/2002-41 - Recorrente: LUPET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo: 11128.003853/2002-53 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
111 - Processo: 19679.009643/2003-25 - Embargante: CALVO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo: 11020.003464/2003-15 - Recorrente: COOPERATIVA TRITÍCOLA MISTA VACARIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
113 - Processo: 10120.911738/2011-52 - Recorrente: HOSPITAL SÃO BERNARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo: 10120.911739/2011-05 - Recorrente: HOSPITAL SÃO BERNARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo: 10120.911740/2011-21 - Recorrente: HOSPITAL SÃO BERNARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
116 - Processo: 11128.725137/2015-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMINHO DAS ÍNDIAS VESTUÁRIOS LTDA - EPP
117 - Processo: 15924.720016/2014-00 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo: 10830.724890/2014-33 - Recorrentes: PETROSOL - DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA e FAZENDA NACIONAL
DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
119 - Processo: 10830.720152/2015-06 - Recorrente: PROMON ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo: 15504.729527/2014-20 - Recorrente: BANCO INTERMEDIUM SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
121 - Processo: 10380.009929/2004-62 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo: 10880.730171/2012-02 - Recorrente: RAÍZEN ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo: 10280.722252/2009-94 - Recorrente: ALBRAS ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
124 - Processo: 10680.912775/2009-18 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo: 10680.912776/2009-62 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo: 10680.912777/2009-15 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo: 10680.912778/2009-51 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo: 10680.912779/2009-04 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo: 10680.912780/2009-21 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo: 10680.912781/2009-75 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo: 10680.912782/2009-10 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo: 10380.909436/2008-58 - Embargante: INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo: 10380.909437/2008-01 - Recorrente: INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo: 13819.721969/2013-78 - Embargante: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
135 - Processo: 10976.720003/2016-65 - Recorrente: INDUMEC MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo: 19515.721865/2011-01 - Recorrente: XTONER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo: 10865.720604/2015-44 - Recorrente: DISNAC - INDÚSTRIA NACIONAL DE PRODUTOS DE BORRACHAS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
138 - Processo: 10830.007210/2002-80 - Embargante: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo: 10830.720424/2006-79 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo: 10325.720617/2014-40 - Recorrente: I B I INDÚSTRIA DE BEBIDAS IMPERATRIZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE
141 - Processo: 15586.001603/2008-28 - Recorrentes: FRIGOPAN FRIGORÍFICO ABATEDOURO FUNDÃO LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL
142 - Processo: 16045.720011/2015-18 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo: 10860.721673/2015-15 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
144 - Processo: 15586.720174/2011-97 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: RIO DOCE CAFÉ S/A - IMPORTADORA E EXPORTADORA - EM LIQUIDAÇÃO
145 - Processo: 11080.004576/2006-13 - Recorrente: CHIES PRODUTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
DIA 27 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
146 - Processo: 10830.727596/2013-01 - Recorrentes: M TORETI e FAZENDA NACIONAL
147 - Processo: 10314.728182/2015-91 - Recorrente: MULTIPLUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo: 13896.720235/2015-11 - Recorrente: S T B STUDENT TRAVEL BUREAU -VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
149 - Processo: 10909.721209/2015-25 - Recorrente: SPREAD ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo: 10909.722322/2015-28 - Recorrente: SPREAD ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo: 10909.722348/2015-76 - Recorrente: SPREAD ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
152 - Processo: 10925.907218/2009-65 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo: 10925.907539/2009-60 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo: 10925.907540/2009-94 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo: 10925.907541/2009-39 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo: 10925.907542/2009-83 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo: 10925.907543/2009-28 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo: 10925.907544/2009-72 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo: 10925.907545/2009-17 - Recorrente: RENAR MÓVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo: 10120.911973/2009-18 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo: 10120.911975/2009-07 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo: 10120.911976/2009-43 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo: 10120.911977/2009-98 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo: 10120.911978/2009-32 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

165 - Processo: 10120.911979/2009-87 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo: 10120.911980/2009-10 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo: 10120.911981/2009-56 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo: 10120.911982/2009-09 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo: 10120.912610/2009-91 - Recorrente: INTERSMART COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

170 - Processo: 10935.002595/2010-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INAB - INDÚSTRIA NACIONAL DE BEBIDAS LTDA

171 - Processo: 13896.722493/2013-70 - Recorrentes: POLIFER QUÍMICA E NUTRIENTES LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

172 - Processo: 10907.722144/2015-55 - Recorrente: CARVALHO IMPRESS ES DIGITAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo: 10380.731025/2013-16 - Recorrente: FORMIL VETERINÁRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

174 - Processo: 10830.000822/2008-37 - Embargante: SCHOLLE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo: 10830.000823/2008-81 - Embargante: SCHOLLE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo: 11829.000036/2010-56 - Embargante: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

177 - Processo: 10930.724081/2011-51 - Recorrente: EMPRESA PRINCESA DO NORTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo: 11060.722406/2011-10 - Recorrente: VEISA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo: 10980.724566/2012-30 - Recorrente: LOGIKA DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo: 11052.000895/2010-73 - Recorrente: CAFÉ SOLÚVEL BRASÍLIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente da 2ª Turma

MANUELLA BEATRIZ SANTOS VIEIRA
Chefe da Secretaria da 4ªCâmara-3ªSeção-CARF-MF-DF

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre abandono de mercadorias apreendidas.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando o art. 2º da Portaria MF nº 159, de 03 de fevereiro de 2010 e tendo em vista o que consta do processo nº 12266.720291/2017-71, declara:

Art. 1º: o ABANDONO das mercadorias discriminadas no EDITAL DE ABANDONO - 0227600 / EDTERA000001, de 23 de fevereiro de 2017, à fl. 2 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de pessoa jurídica não localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 40, inc. II, combinado com o art. 42, inc. II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e, ainda, considerando os documentos pertinentes, declara:

Art. 1º Inapta as inscrições, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, das empresas listadas abaixo, por não terem sido localizadas no endereço constante do CNPJ.

CNPJ	Razão Social	Processo
08.430.361/0001-80	B S COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME	10240.720331/2017-47
07.810.712/0001-15	F. BEZERRA SOBRINHO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO - ME	10240.720332/2017-91
12.686.548/0001-16	CRISTIANE BEZERRA BARBOSA - ME	10240.720333/2017-36
15.417.712/0001-88	REDE SUPER COMERCIO LTDA - ME	10241.720092/2017-15
07.413.608/0001-97	DELMAR G. COSTA - ME	10241.720087/2017-11
09.351.604/0001-57	L. J. SANTOS PAES - ME	10241.720086/2017-68
03.469.502/0001-54	MGS CONTABILIDADE LTDA - ME	10241.720095/2017-59
09.033.909/0001-10	ISAIAS RIBEIRO - ME	10241.720122/2017-93
16.965.332/0001-40	JANIO ANTONIO CAO CHAVEZ - EPP	10241.720124/2017-82
19.529.820/0001-01	J. C. DA SILVA COM. E REPRESENTACAO - ME	10241.720123/2017-38
21.842.830/0001-36	I. DE ALMEIDA DA COSTA IMPORTACAO E EXPORTACAO - EPP	10241.720121/2017-49
07.110.130/0001-26	G.V. BARROS - ME	10241.720120/2017-02
13.669.252/0001-50	FRANCIMAR MENDES DA SILVA - ME	10241.720119/2017-70
19.789.936/0001-71	FORT COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP	10241.720118/2017-25
16.586.826/0001-14	FAMALU - FACULDADE DA AMAZONIA LTDA	10241.720117/2017-81
13.533.905/0001-79	E. P. BASSANI & CIA LTDA - ME	10241.720116/2017-36
20.250.640/0001-67	DISTRIBUIDORA CRUZEIRO DO SUL IMP. & EXP EIRELI - EPP	10241.720115/2017-91
09.604.749/0001-12	COMERCIO E SERVICOS DE MECANICA E. G. LTDA - ME	10241.720114/2017-47
10.393.075/0001-33	ANAD PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	10241.720113/2017-01
03.941.784/0001-40	A. S. DE OLIVEIRA - ME	10241.720112/2017-58
34.462.622/0001-53	PORTAL DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS E BEBIDAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME	10240.720400/2017-12
04.059.317/0001-54	TRANSPORTES E COMERCIO ANA LTDA	10241.720127/2017-16
12.859.741/0001-01	MARIA DAS DORES MARTINS DE AGUIAR	10241.720126/2017-71
20.633.689/0001-07	LAMY PERRY MARANGONI	10241.720125/2017-27
84.550.979/0001-61	J. DOS SANTOS LTDA - ME	10240.720403/2017-56
84.592.377/0001-77	SERGIO B ABIORANA	10240.720404/2017-09
21.442.308/0001-67	VTJ CALCADOS E CONFECCOES ATACADO E VAREJO EIRELI - ME	10241.720128/2017-61
12.215.923/0001-40	EMBRAFEMI EMPRESA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS MECANICA E INDUSTRIAS EIRELI - EPP	10241.720140/2017-75
06.270.696/0001-52	B. C. SILVA IMPORTACAO E EXPORTACAO - ME	0241.720139/2017-41
05.883.442/0001-47	N. E. BOUCHABKI IMPORTACAO E EXPORTACAO - ME	10241.720138/2017-04
05.880.372/0001-73	COMERCIAL IMPORTADORA MAMORE LTDA	10241.720137/2017-51
20.856.881/0001-54	COLINA COMERCIO IMPORTACAO & EXPORTACAO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI - ME	10241.720136/2017-15
10.488.700/0001-20	EDMUNDO SANTOS LEAO - ME	10241.720135/2017-62
05.880.646/0001-24	SAUL BENNESBY COMERCIO EXTERIOR LTDA	10241.720134/2017-18
07.019.316/0001-74	W. WELLINGTON DE ALMEIDA LOPES - ME	10241.720141/2017-10
20.511.896/0001-80	BARROSO CONSTRUCOES & COMERCIO IMP. E EXP. EIRELI - EPP	10241.720133/2017-73
18.344.311/0001-33	DAIANE FIORILO DIAS - EPP	10241.720132/2017-29
05.619.702/0001-71	M. J. P. CORTEZ - ME	10241.720131/2017-84
09.244.516/0001-56	DINAMICA I COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI - ME	10241.720145/2017-06
18.218.999/0001-05	RUI ORLANDO RODRIGUES SIQUEIRA	10241.720144/2017-53
12.858.837/0001-55	BRUNA SAMARA PIRES RIBEIRO	10241.720142/2017-64
17.724.754/0001-97	RAISSA PITUAKA - ME	10241.720143/2017-17
12.884.455/0001-04	ODAIR JOSE DE SOUZA RIBEIRO	10240.720432/2017-18
07.432.939/0001-74	J. H. BAZAN - ME	10241.720146/2017-42
02.565.259/0001-05	CONSTRUTORA PEDREIRA LTDA - ME	10240.720452/2017-99

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X do art.224; com o inciso VII do art.302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17.05.12, c/c a Portaria SRFB nº 1. 751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015, pág.24) e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.720.407/2017-30, declara:

Art. 1º Que a pessoa jurídica NORSA REFRIGERANTES S/A, CNPJ. 07.196.033/0001-06, com domicílio fiscal na Avenida Washington Soares, 55, Édson Queiroz, Fortaleza-CE, CEP: 60.811-341,faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0278/2016, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - SUDENE -, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica Objeto do Incentivo (Unidade Produtora): NORSA REFRIGERANTES S/A;

II - CNPJ da unidade produtiva: 07.196.033/0021-41;

III - Endereço da Unidade Produtora: Rua Central II, S/N, Centro, Maracanaú-CE, CEP: 61.939-110

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

V - Condição onerosa atendida: Modernização Total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Alimentos, conforme art. 2º, Inciso VI, alínea "i" do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

VII - Atividade objeto da redução: Fabricação de Refrigerantes;

VIII - Capacidades: Instalada Atual: 9.761.916 hectolitro/ano; e Incentivada: 100% da capacidade instalada;

IX - Percentual de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis: 75%

(setenta e cinco por cento);

X - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/2016 a 31/12/2025;

XI - Prazo total de fruição: 10 anos;

XII - Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025;

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0278/2016, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Cientifique-se a interessada do presente ADE.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 10010.003025/0314-94, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica QUEIROZ GALVÃO ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 04.899.037/0001-54, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0114/2013, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa jurídica objeto do incentivo (unidade produtora): QUEIROZ GALVÃO ALIMENTOS S/A;

II - CNPJ: 04.899.037/0001-54;

III - Endereço da Unidade Produtora: Fazenda Espera Nova, s/n, Zona Rural, CEP: 59.504-000, Pendências-RN;

IV - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: enquadramento no art. 1º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e na Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 283, de 04 de julho de 2013;

V - Enquadramento do benefício: Redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis;

VI - Condição Onerosa Atendida: Modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VII - Capacidade Instalada do Atual (anual): 18.720 (tonelada);

VIII - Capacidade Incentivada (anual): 100% da capacidade instalada;

IX - Descrição da Atividade: Criação, engorda e beneficiamento de camarão;

X - Enquadramento do Setor prioritário: Indústria de transformação - alimentos, Decreto 4.213, art. 2º., inciso VI, alínea I;

XI - Ano em que entrou em operação: 2012;

XII - Prazo de vigência do benefício: 10 (dez) anos;

XIII - Período de fruição (ano calendário): 01/01/2013 a 31/12/2022.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0114/2013, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Cancela Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU(SE), no uso das atribuições previstas no art. 302, incisos IX e XII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, publicada no DOU em 03 de outubro de 2014, declara:

Art. 1º CANCELADAS, desde as datas de suas emissões, as Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União relacionadas abaixo, expedidas em nome da pessoa jurídica FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE, CNPJ nº 10.436.979/0001-07, por terem sido emitidas indevidamente, conforme evidenciado no Dossiê nº 10010.019009/0417-29:

Número de Controle	Data de Emissão	Hora de Emissão
053F.303D.9744.8A87	06/04/2017	12:47:32
A197.CFDD.B6E6.36E4	31/03/2017	11:08:01

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Reconhece o direito à redução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 302 e pelo inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, c/c o §1º do art.144 do Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 267, de 23 de dezembro de 2002, observado o despacho decisório exarado no processo nº 10530.725673/2016-15, declara:

Art. 1º Reconhecido o direito à redução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, à empresa MAXPLAST INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.438.818/0001-44, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0022/2016, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) - Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 10.438.818/0001-44;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rodovia BR 101, Km 263, Distrito Industrial, s/n, Quadra D, Lote 8, Amparo, Santo Antonio de Jesus-BA, CEP 44572-610;

III - Fundamentação Legal para reconhecimento do direito: Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

IV - Percentual de redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis: 75% (setenta e cinco por cento);

V - Condição onerosa atendida: Modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);

VI - Setor prioritário considerado: Indústria de transformação, compreendendo o grupo de fabricação de artefatos de material plástico (alínea "e" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002);

VII - Descrição da Atividade: Fabricação de artefatos de material plástico;

VIII - Período de fruição do benefício: 01/01/2016 a 31/12/2025 (dez anos).

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento de CNPJ nº 10.438.818/0001-44, limitando-se aos produtos objeto da redução do IRPJ, ficando excluídas as demais atividades do objeto social da empresa em questão.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0022/2016 e nas demais normas regulamentares.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03/10/2014, resolve:

Art.1º - Declarar CANCELADAS as Certidões Positivas Com Efeitos de Negativas - CPD-EN de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, listadas na tabela abaixo, emitidas indevidamente em favor do contribuinte GRADO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 32.651.465/0001-07.

Seq	Código de Controle	Data de Emissão	Seq	Código de Controle	Data de Emissão
1	1E75.744D.2E1E.512F	28/12/2016	2	11E7.23F7.543A.CE0D	28/12/2016

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/MCR/MG n.º 51, de 17 de outubro de 2014, publicada no DOU de 20 de outubro de 2014, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Montes Claros/MG, com endereço na Avenida Deputado Esteves Rodrigues, nº 2810 - Centro - CEP 39.400-141 - Montes Claros/MG.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRVIO CARLOS NIZA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

22.661.698/0001-29
71.136.295/0001-76

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Declara inaptas as inscrições das pessoas jurídicas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por omissão de declarações.

O Delegado DA Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 41, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Declarar INAPTA as inscrições das pessoas jurídicas, abaixo relacionadas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por omissão de declarações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOME	CNPJ
ANTONIO BENEDITO CINTRA 48029700644	16.967.823/0001-20
ASSOCIACAO COMUNIDADE DEUS PROVERA - JAVE NISSI	17.194.276/0001-50
ASSOCIACAO DOS NORDESTINOS	08.070.304/0001-37
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL POCOS DE CALDAS	06.257.645/0001-90
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB - BOTELHOS/MG	15.915.491/0001-78
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL - PTDOB - ARCEBURGO/MG	23.919.065/0001-30
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL - PTDOB - CABO VERDE/MG	15.749.541/0001-94
COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL - PTDOB - GUAXUPE/MG	23.814.947/0001-31
COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRATAS DE JURUAIA	25.006.430/0001-41
COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DE SANTA RITA DE CALDAS-MG	15.917.383/0001-34
COMISSAO PROVISORIA PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT	15.634.208/0001-30
COMUNIDADE EVANGELICA MAIS QUE VENCEDORES EM CRISTO	13.529.404/0001-19
CONT-PEL COMERCIO DE PAPEL SOCIEDADE LTDA - ME	02.012.691/0001-79
DEM - DEMOCRATAS - DIRETORIO MUNICIPAL DE ITAMOGI/MG	01.295.950/0001-53
DEM - DEMOCRATAS - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO/MG	03.876.002/0001-37
DEMOCRATAS - DEM COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL	03.949.345/0001-84
DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO MUNICIPAL DE PRATAPOLIS/MG	15.913.040/0001-00
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE ARCEBURGO	03.988.401/0001-90
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPESTRE MG	03.897.456/0001-94
DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DE POCOS DE CALDAS/MG.	15.084.364/0001-74
ITACOR HOTEL FAZENDA LTDA - ME	17.051.202/0001-65
LUCIANA ALVES DE OLIVEIRA CPF 929.221.396-20 - ME	11.258.280/0001-59
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PMDB	03.899.891/0001-58
PARTIDO DOS TRABALHADORES	01.451.899/0001-21
PARTIDO DOS TRABALHADORES DE SAO TOMAS DE AQUINO	09.294.801/0001-81
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	09.173.446/0001-92
PARTIDO SOCIAL CRISTAO PSC COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO - MG	15.791.292/0001-03
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL	01.297.745/0001-27
PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL PTDOB COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO - MG	15.735.581/0001-87
PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL	03.532.002/0001-10
SOCIEDADE MARINZEK LTDA	24.895.476/0001-04

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Comunicação de Inaptidão

Contribuinte MILENIO - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ 03.062.394/0001-09
Processo 15563.720.049/2017- 31

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 40, inciso II, 42, inciso II, parágrafo 2o. e 47, parágrafo 3o, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. - O contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelo motivo infraposto:

I - No curso dos trabalhos de ação fiscal, amparados pelos Mandados de Procedimento Fiscal no 0710300.2017-00024-5, por não haver sido localizada no endereço informado à RFB, caracterizando a situação cadastral inapta da referida sociedade, a teor do inciso II do artigo 40 da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 76, § 8º, Inciso II, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2.003 e tendo em vista o que foi apurado no processo administrativo nº 11128.722663/2015-53, resolve:

Art. 1º - Aplicar ao Sr. Denilson Reis Campos, Despachante Aduaneiro, CPF: 080.610.438-40, com fundamento no artigo 76, inciso III, alíneas "d" e "g", da Lei nº 10.833/2003, a pena de cassação do exercício das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Cancelamento da adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 991, de 21 de janeiro de 2010 e face ao pedido formulado pela interessada constante do processo administrativo nº 13888.722707/2016-50, declara:

Artigo 1º - Fica cancelada a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pelo Decreto nº 7.052, de 23 de dezembro de 2009, da pessoa jurídica: PROVERAÇO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 08.640.590/0001-29, situada na Rua: Rosário Takaki, 571, Bairro: Comendador Mário Dedini, no Município de Piracicaba (SP).

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Cancelamento da adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 991, de 21 de janeiro de 2010 e face ao pedido formulado pela interessada constante do processo administrativo nº 13888.722812/2016-99, declara:

Artigo 1º - Fica cancelada a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pelo Decreto nº 7.052, de 23 de dezembro de 2009, da pessoa jurídica: LGMT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: 48.931.372/0001-68, situada na Rua: Orivaldo Schnor, 459, Bairro: Uninorte, no Município de Piracicaba (SP).

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Declara cancelada a inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel imune destinado a impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como a Instrução Normativa RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial, na(s) atividade(s) de GRÁFICA (GP) sob Nº GP - 08125/044, USUÁRIO (UP) sob Nº UP - 08125/002, DISTRIBUIDOR (DP) sob Nº DP - 08125/017 e IMPORTADOR (IP) sob Nº IP - 08125/014, nos termos do art. 7º, inciso IV da IN RFB nº 976/2009 do estabelecimento da pessoa jurídica JORNAL DE PIRACICABA EDITORA LTDA, CNPJ 54.360.805/0001-75; localizada à AV COMENDADOR LUCIANO GUIDOTTI, 2.525 - Jardim Pacaembu - Piracicaba/SP, para realizar operações com papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos, em conformidade com o art. 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, considerando o que consta no processo administrativo nº 13888.001549/2001-14.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 20, de 5/4/2017, publicado no DOU nº 68, de 7/4/2017, Seção 1, página 19:

Onde se lê: " Olan Agrícola Ltda."

Leia-se: "Olam Agrícola Ltda"

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.731235/2016-57, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: BJL4 SOLAR S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 24.626.423/0001-80

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 209, de 25 de outubro de 2016 (DOU: 26/10/2016)

Nome do projeto: Central Geradora Fotovoltaica UFV BJL4

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 01/08/2017 a 01/09/2018

Nº de matrícula CEI: 51.238.09045/73

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.730776/2016-68, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 24.624.490/0001-65

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 221, de 09 de novembro de 2016 (DOU: 10/11/2016)

Nome do projeto: Lote A do Leilão nº 13/2015-ANEEL

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prazo estimado da obra: 27/06/2016 a 27/06/2021
Nº de matrícula CEI: 51.237.73672/73
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.731616/2016-36, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE
Nº Inscrição no CNPJ: 36.785.418/0001-07
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 689, de 06 de dezembro de 2016 (DOU: 07/12/2016)
Nome do projeto: Aquisição de 565 vagões FTT e 23 locomotivas AC44i
Setor de infraestrutura favorecido: transporte
Prazo estimado da obra: 04/2017 a 04/2022
Nº de matrícula CEI: dispensado
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Co-habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.721108/2017-21, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: SALINI IMPREGILO SPA
Nº Inscrição no CNPJ: 03.221.809/0001-31
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério dos Transportes nº 29, de 05 de fevereiro de 2014 (DOU: 06/02/2014)
Nome do projeto: Projeto de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da Rodovia Litoral Sul (BR-116/376/PR e BR-101/SC)
Setor de infraestrutura favorecido: transporte
Prazo estimado da obra: 54 meses (com previsão de término para 31/12/2018)
Nº de matrícula CEI: 51.223.22746/78
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 5 DE ABRIL DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.728998/2016-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: DELTA 3 VIII ENERGIA S/A
Nº Inscrição no CNPJ: 15.190.472/0001-21
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 182, de 23 de setembro de 2016 (DOU: 26/09/2016)
Nome do projeto: Central Geradora Eólica EOL Ventos Maranhenses 05
Setor de infraestrutura favorecido: energia
Prazo estimado da obra: 01/12/2015 a 31/10/2018
Nº de matrícula CEI: 51.238.44198/73
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.721152/2017-31, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Nº Inscrição no CNPJ: 02.998611/0001-04
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 20, de 02 de fevereiro de 2017 (DOU: 06/02/2017)
Nome do projeto: Reforços na Subestação Nordeste
Setor de infraestrutura favorecido: energia
Prazo estimado da obra: 28/04/2016 a 28/12/2017
Nº de matrícula CEI: 51.235.95759/73
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 6 DE ABRIL DE 2017

Co-habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 13804.727415/2016-96, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: FBS Construção Civil e Pavimentações S/A
Nº Inscrição no CNPJ: 66.806.555/0001-33
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério dos Transportes nº 24, de 05 de fevereiro de 2014 (DOU: 06/02/2014)
Nome do projeto: Projeto de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR - Trecho São Paulo-Curitiba), com extensão de 401,6 km.
Setor de infraestrutura favorecido: transporte
Prazo estimado da obra: 01/08/2016 a 30/06/2017
Nº de matrícula CEI: 51.237.63152/75
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.720190/2017-76, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: SPE Boa Vista 2 Energia S/A
Nº Inscrição no CNPJ: 09.551.294/0001-14
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 107, de 08 de julho de 2016 (DOU: 11/07/2016)
Nome do projeto: PCH Boa Vista II
Setor de infraestrutura favorecido: energia
Prazo estimado da obra: 01/04/2016 a 10/03/2018
Nº de matrícula CEI: 63.712
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Reconhecer à pessoa jurídica a opção por regime especial de tributação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto no art. 47 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, e no artigo 99, § 2º, da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21/11/2002, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a opção pelo Regime Especial de Tributação Aplicável às Empresas Integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo artigo 47 da Lei nº 10.637/2002.

Nome empresarial: NOVA ENERGIA COMERCIALIZADORA S/A
Nº Inscrição no CNPJ: 11.182.210/0001-64
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Co-habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.721107/2017-86, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: CIGLA CONSTRUTORA IMPREGILO E ASSOCIADOS S/A
Nº Inscrição no CNPJ: 47.234.513/0001-20
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério dos Transportes nº 29, de 05 de fevereiro de 2014 (DOU: 06/02/2014)
Nome do projeto: Projeto de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da Rodovia Litoral Sul (BR-116/376/PR e BR-101/SC)
Setor de infraestrutura favorecido: transporte
Prazo estimado da obra: 54 meses (com previsão de término para 31/12/2018)
Nº de matrícula CEI: 51.223.22746/78
Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Determina os atendimentos prestados exclusivamente por agendamento no âmbito das unidades de atendimento da Receita Federal do Brasil em Blumenau, Brusque, Rio do Sul e Timbó/SC.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 16 de maio de 2012 e alterado pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Determinar, no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) desta delegacia e Agências da Receita Federal de Brusque, Rio do Sul e Timbó/SC, que o atendimento às Pessoas Jurídicas, e os serviços de regularização de obras, malha fiscal e isenção de IPI, sejam prestados exclusivamente mediante agendamento prévio, ressalvados os casos comprovadamente excepcionais.

Art. 2º O agendamento deve ser realizado no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço eletrônico https://idg.receita.fazenda.gov.br/.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial de União.

DANIEL CARLOS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros e cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Despachantes Aduaneiros, com automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros:

NOME	CPF	PROCESSO
MELISSA PEREIRA MONGUILHOTT	034.272.519-00	10909.721501/2016-29
MARCOS PAULO DA LUZ	009.558.429-30	10909.720237/2017-97

Art. 2º Os Despachantes Aduaneiros retromencionados, também deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para fins da sua efetivação no Registro Informatizado de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16, de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.005, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Ementa: Sócio. Pró-Labore. Incidência de Contribuição.

O sócio da sociedade civil de prestação de serviços profissionais que presta serviços à sociedade da qual é sócio é segurado obrigatório na categoria de contribuinte individual, conforme a alínea "f" do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991, sendo obrigatória a discriminação entre a parcela da distribuição de lucro e aquela paga pelo trabalho.

O fato gerador da contribuição previdenciária ocorre no mês em que for paga ou creditada a remuneração do contribuinte individual.

Pelo menos parte dos valores pagos pela sociedade ao sócio que presta serviço à sociedade terá necessariamente natureza jurídica de retribuição pelo trabalho, sujeita à incidência de contribuição previdenciária, prevista no art. 21 e no inciso III do art. 22, na forma do § 4º do art. 30, todos da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 4º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 120, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 12, inciso V, alínea "f", art. 21, art. 22, inciso III, art. 30 § 4º; Lei nº 10.666, de 2003, art. 4º; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 201, § 5º; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 52, inciso I, alínea "b", e inciso III, alínea "b", e art. 57, incisos I e II e § 6º.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.006, DE 8 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Obrigações Acessórias

EMENTA: NBS. CLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE DECLARAÇÃO NO SISCOSERV.

Os serviços de transporte intermodal de cargas em contêineres não frigorificados ou refrigerados se classificam na posição 1.0505.40.90 (Serviços de transporte intermodal de cargas em outros tipos de contêineres) da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que produzam variações no patrimônio -NBS.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 42, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 24 e 25; Decreto nº 7.708, de 2012; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 2012, arts. 5º e 7º; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1820, de 2013; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 2012, arts. 1º e 3º.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.007, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Ementa: Aquisição de Matéria-Prima para a Fabricação de Partes ou Peças de Veículos. Direito à Suspensão do IPI.

Enquadram-se na hipótese de suspensão do IPI de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, as aquisições de matérias-primas ou de produtos intermediários (bobinas de aço fabricadas especificamente para a industrialização de partes, peças e componentes de veículos) feitas de estabelecimento industrial, quando tais matérias-primas ou produtos intermediários forem utilizados no processo produtivo do estabelecimento adquirente que fabrique, preponderantemente, componentes, chassis, carroçarias, partes e peças empregados na industrialização dos produtos autopropulsados classificados nas posições 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5 e 87.01 a 87.06 da TIPI.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 143, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 29, § 1º, I, "a"; Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 12, de 2014; Parecer Normativo Cosit nº 19, de 2013.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.008, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Ementa: Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta. Opção. Empresa de Construção Civil. Matrícula CEI de Responsabilidade da Empresa. Alíquota. Empregados do Setor Administrativo.

A partir de 1º de dezembro de 2015, as empresas de construção civil, optantes pela sistemática de tributação prevista na Lei nº 12.546, de 2011, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, são submetidas à contribuição previdenciária de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta.

À empresa de construção de civil, enquadrada nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, responsável pela matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS - CEI, aplicam-se-lhe as regras de transição descritas no § 9º do art. 7º da Lei n.º 12.546, de 2011, e no art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 2013, sendo mantida, até o encerramento da obra, a alíquota de 2% (dois por cento) sobre a receita bruta para efeito de quantificação do montante do tributo devido.

A contribuição patronal relativa aos segurados do setor administrativo das empresas de construção civil, enquadrada nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, seguirá a mesma sistemática estabelecida para o recolhimento da contribuição previdenciária efetuada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 119, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) art. 100, inciso I; Lei nº 12.546, de 2011, arts. 7º, caput, inciso IV, § 9º, incisos I a V, e 10, 7º-A, 9º, § 9º, 10, 13 e 16; Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, art. 2º; Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 2013, arts. 1º, caput, § 5º, incisos I e II, 13, caput, incisos I a V, § 4º, e 15.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.871, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.600207/2017-41 e 15414.606815/2017-69, resolve:

Art. 1º Aprovar a abertura de filial em Uberlândia - MG de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ n. 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.872, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep n. 15414.606237/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da filial de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de Sio Paulo - SP, localizada na Rua Coronel Xavier de Toledo, 136, bairro República, São Paulo - SP, CEP 01048-000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 312, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.604727/2017-22, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 313, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603505/2017-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 314, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.604466/2017-41, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de ZURICH RESSEGURADORA BRASIL S.A., CNPJ nº 14.387.387/0001-95, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 315, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.605553/2017-15, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 07.021.544/0001-89, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus conselheiros na reunião do conselho de administração realizada em 7 de março de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria Susep/Diorg n. 292, de 28 de março de 2016, publicada no DOU de 30 de março de 2016, seção 1, página 88, onde se lê: "Art. 1º ... realizada em 8 de fevereiro de 2017." leia-se: "Art. 1º ... realizada em 15 de fevereiro de 2017."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA
COMITÊ DIRETIVO DE GOVERNANÇA DIGITAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO COMITÊ DIRETIVO DE GOVERNANÇA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 5º da Portaria MI nº 195, de 11 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Diretivo de Governança Digital do MI, instituído pela Portaria MI n°195, de 11 de julho de 2016, e em conformidade com as orientações emanadas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP e do Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática - SISP, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RAMOS RIBEIRO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DIRETIVO DE GOVERNANÇA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

CAPITULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Ao Comitê Diretivo de Governança Digital do MI compete:

I - definir e aprovar a estratégia da política de informática para o Ministério e suas entidades vinculadas por meio de um planejamento estratégico de tecnologia da informação, que integra as ações dos referidos órgãos;

II - definir e aprovar padrões, políticas, procedimentos e normas gerais do uso da internet e da intranet no ambiente do Ministério e de suas entidades vinculadas;

III - estabelecer diretrizes para a modernização dos sistemas de informação e comunicação do Ministério e de suas entidades vinculadas;

IV - coordenar e articular a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas;

V - estabelecer diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e de informações, por meio eletrônico, pelos órgãos e pelas entidades vinculadas do Ministério;

VI - definir padrões de qualidade para as formas eletrônicas de interação;

VII - coordenar a implantação de mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas;

VIII - estabelecer diretrizes para definição de níveis de serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério;

IX - definir diretrizes para a política de atendimento aos usuários dos recursos de Tecnologia da Informação - TI no âmbito do Ministério; e

X - criar Grupo de Trabalho, sempre que necessário, para realizar tarefas específicas de interesse do Comitê.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2° São atribuições do presidente do Comitê de Governança Digital:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê;

II - convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - convidar participantes externos ao Comitê para as reuniões;

IV - instituir grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos de TI;

V - proferir voto de desempate em processo decisório;

VI - assinar resoluções deliberadas no Comitê; e

VII - decidir questões de ordem.

Art. 3º São atribuições da Secretaria Executiva:

I - auxiliar o presidente nas atividades do Comitê;

II - propor calendário de reuniões;

III - elaborar e apresentar a pauta da reunião;

IV - organizar e distribuir documentos correlatos à pauta da reunião; e

V - organizar, manter e disponibilizar os documentos correlatos ao Comitê.

VI - lavrar as atas das reuniões e encaminhá-las ao presidente e demais representantes.

Art. 4° São atribuições dos membros do Comitê:

I - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

II - aprovar o calendário de reuniões;

III - analisar, debater e votar as matérias em deliberações;

IV - revisar as minutas de documentos e apresentar considerações ao Comitê;

V - cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê;

VI - propor inclusão de matérias de interesse da área na pauta de reunião;

VII - solicitar à Secretaria Executiva do Comitê informações e documentos necessários ao desempenho das atividades junto ao Comitê;

VIII - assinar as atas das reuniões;

IX - propor a realização de reunião extraordinária; e

X - realizar estudos e pesquisas necessários ao desenvolvimento das atividades do Comitê.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6° O Comitê Diretivo reúne-se ordinariamente duas vezes a cada semestre, conforme datas por ele definido e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Coordenador.

§1º Os membros titulares deverão informar sua ausência à Secretaria Executiva do Comitê, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§2º Os suplentes convocados deverão informar sua ausência à Secretaria Executiva do Comitê, ou ao seu substituto, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Art. 7° As reuniões serão agendadas conforme disponibilidade de agenda do presidente do Comitê, e os membros deverão ser informados previamente, contendo a pauta da reunião, expedidos pela Secretaria Executiva com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência.

Art. 8° A data das reuniões extraordinárias deverá ser informada aos membros do Comitê com, no mínimo, 72 horas de antecedência.

Art. 9° De acordo com as circunstâncias, será facultada a realização de reuniões por meio de videoconferência.

Art. 10. Poderão fazer parte das reuniões, convidados técnicos, colaboradores ou representantes de outros órgãos que possam contribuir com subsídios para o esclarecimento dos assuntos constantes da pauta e para o bom desenvolvimento das atividades do Comitê.

Art. 11. Ao final de cada reunião deverá ser lavrada uma ata sucinta ou súmula acerca do assunto tratado e das conclusões e encaminhamentos do Comitê a ser publicada.

Art. 12. Toda a documentação referente ao Comitê deverá ser disponibilizada pela Secretaria Executiva do Comitê na Intranet do MI.

CAPÍTULO IV

DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 13. Os coordenadores de grupos de trabalho deverão ser membros do Comitê.

Art. 14. O prazo de conclusão e a abrangência dos trabalhos de um grupo serão definidos pelo Comitê.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo Comitê.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 46, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Carauari	Inundações - 1.2.1.0.0	089	16/03/17	59051.003449/2017-23
AP	Porto Grande	Inundações - 1.2.1.0.0	00125	01/04/17	59051.003435/2017-18
BA	Coribe	Estiagem - 1.4.1.1.0	017	17/3/17	59051.003412/2017-03
MG	Itacarambi	Estiagem - 1.4.1.1.0	14	27/3/17	59051.003407/2017-92
MG	Riachinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	012	16/03/17	59051.003350/2017-21
MG	Taiobeiras	Estiagem - 1.4.1.1.0	2072	28/03/17	59051.003429/2017-52
MT	Nova Monte Verde	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	068	15/03/17	59051.003391/2017-18
PA	Monte Alegre	Enxurradas - 1.2.2.0.0	204	30/03/17	59051.003423/2017-85
PE	Barra de Guabiraba	Estiagem - 1.4.1.1.0	009	15/03/17	59051.003344/2017-74

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 11 de abril de 2017

Nº 457 - Ato de Concentração nº 08700.001409/2017-14. Requerentes: HT Micron Semicondutores S.A., Hana Micron, Inc., Inova Empresa Fundo de Investimentos em Participações, Parit Participações S.A. e HCHT Participações S.A. Advogados: Ricardo Leal de Moraes, Maria Angélica Feijó e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 458 - Ato de Concentração nº 08700.001896/2017-15. Requerentes: Solstad Offshore ASA, Deep Sea Supply Plc, Farstad Shipping ASA. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marcos Pajolla Garrido e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 460 - Ato de Concentração nº 08700.001347/2017-41. Requerentes: Localiza Rent a Car e Car Rental Sytems do Brasil Locação de Veículos LTDA. Advogados: Rodrigo Carneiro, Leonardo Duarte e outros. Acolho a Nota Técnica nº 9/2017/Superintendência-Geral, de 11 de abril de 2017, e, com fulcro no art. 50, da Lei nº 12.529/11, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento dos pedidos de ingresso como terceiros interessados das empresas Autogerais Locadora Ltda., Corac Locadora de Veículos Ltda., GM Brasil Locação de Veículos - Eirelli - ME, Locadora de Veículos Multímarcas Ltda, Locadora de Veículos SulBrasil Ltda. - EPP, Rental Car Lm Ltda. - ME, Santa Clara Comércio de Veículos Ltda, T L Menezes de Barros Eireli - ME e Via Mundi Serviços Ltda. (representadas por Renato Parreira Stetner, Tiago Franco da Silva Gomes e outros)

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 103, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera a Portaria GAB DEPEN nº 48, de12 de Fevereiro de 2015

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições delegadas pelos incisos XII e XXVII do caput do art. 2º da Portaria SE nº 501, de 29 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar os arts. 2º, 3º, 4º da Portaria GAB DEPEN nº 48, de 12 de fevereiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação

"Art. 2º A Comissão Permanente de Progressão Funcional no DEPEN será composta por quatro representantes da Coordenação de Gestão de Pessoas.

Paragrafo único. Ato do Diretor Executivo designará os membros da Comissão e indicará o seu Presidente, que não terá direito a voto (NR)."

"Art. 3º Os estudos técnicos a que se referem o inciso I do caput do art. 1º serão subsídios para a formulação de consultas e a realização de reuniões no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Orçamento e Gestão - MP, bem como para a construção do Programa Permanente de Capacitação, nos termos do parágrafo Único do artigo 141 da lei 11 907 de fevereiro de 2009 (NR)."

"Art. 4º .....

.....

§2º A apresentação dos certificados pelos servidores deverá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SEI à Coordenação de Gestão de Pessoas (NR)."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.459, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16151 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0113-31, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380

435 (quatrocentas e trinta e cinco) Munições calibre 12

702 (setecentas e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.465, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16525 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALPHAVILLE TENIS CLUBE, CNPJ nº 48.745.913/0001-63 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.530, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2924 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO VICTORY MARINE RESIDENCE, CNPJ nº 02.608.999/0001-81 para atuar na Paraíba.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.662, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5420 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.536.735/0002-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 673/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.671, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/9757 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, CNPJ nº 05.830.982/0002-43 para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 754/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.705, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/9526 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACESSE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI EPP, CNPJ nº 09.537.039/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 769/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.746, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/10624 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RONIN VIGILANCIA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 20.537.526/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 764/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.748, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12081 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIO SECURITY TEAM SEGURANÇA E VIGILANCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.735.542/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 544/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.749, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12430 - DPF/TLS/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A, CNPJ nº 07.401.436/0001-31 para atuar no Mato Grosso do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.751, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13203 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATHENAS FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 05.880.921/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 760/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.755, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14229 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GARRA ESCOLTA, VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.262.215/0001-31, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

196 (cento e noventa e seis) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.758, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14907 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXCELÊNCIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.561.947/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 628/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.760, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15587 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETAF CENTRO TARGET DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.114.722/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 779/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.763, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16046 - DPF/MGA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 07.562.373/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 743/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.765, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16933 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EXCELÊNCIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.561.947/0001-83, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

71 (setenta e uma) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.767, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17077 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAMUTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA ME, CNPJ nº 16.920.995/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 726/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.775, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20561 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEV CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 16.407.223/0001-08, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
12000 (doze mil) Gramas de pólvora
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.777, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/100831 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONITORE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.014.372/0005-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 34/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.782, DE 6 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/7542 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.674.687/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 753/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.783, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/9659 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRO-SEG - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.242.852/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 543/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.786, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20696 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1668 (uma mil e seiscentas e sessenta e oito) Munições calibre 12
109012 (cento e nove mil e doze) Espoletas calibre 38
29038 (vinte e nove mil e trinta e oito) Gramas de pólvora
109012 (cento e nove mil e doze) Projéteis calibre 38
6874 (seis mil e oitocentas e setenta e quatro) Espoletas calibre .380
6874 (seis mil e oitocentos e setenta e quatro) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.794, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/753 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 278/2017 (CNPJ nº 62.802.285/0001-31) e nº 210/2017 (CNPJ nº 62.802.285/0003-01).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.795, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14330 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 784/2017 (CNPJ nº 12.137.071/0001-10) e nº 785/2017 (CNPJ nº 12.137.071/0008-96).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.797, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08200.304818/2016-20 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Autorizar a empresa VIGAFORT VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 06.152.577/0001-03, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser VIGAFORT VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO

NÃO CONHEÇO DO RECURSO, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a inobservância do prazo previsto no art. 1º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, bem assim mantenho a Decisão publicada no Diário Oficial da União de 16/09/2016, Seção 1, página 25. Processo Nº 08505.017609/2016-14 - MATTHIAS ERWIN KURZ, DANIELA KURZ

ANDRE ZACA FURQUIM

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o recurso formulado pela nacional angolana ISILDA CONCEIÇÃO GONÇALVES, bem assim mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 14/04/2011, Seção 1, pág. 73, tendo em vista que restou comprovado que a requerente não se enquadra na hipótese prevista no art. 1º, da Lei nº 11.961/2009, bem como não apresentou elementos de fato e de direto capazes de modificar a referida decisão. Processo Nº 08505.055288/2009-27 - ISILDA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES

INDEFIRO o pedido de reconsideração formulado pelo nacional angolano MANUEL CONCEIÇÃO PAIM e mantenho o indeferimento publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2012, Seção 1, pág. 91, tendo em vista que o Requerente não apresentou novos elementos de fato e/ou de direto, capazes de alterar a dita decisão. Processo Nº 08505.082272/2011-10 - MANUEL DA CONCEICAO PAIM

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/04/2013, Seção 1, página 34.
Processo Nº 08505.049378/2011-01 - MIN SOOK JANG

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que a requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.086787/2011-81 - ROSMERI CASTRO ESTACION

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que a requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.064744/2011-44 - SONIA TELLEZ GONGORA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que a requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.089055/2011-42 - FRANCISCA MAMANI APAZA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.108327/2011-11 - LUIS RUDDY GONZALES

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que a requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.097567/2011-82 - EPIFANIA SANTOS TORRICO

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.092752/2011-81 - EDGAR HUACRE PARIONA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.096219/2011-98 - CELSO ROJAS SALAZAR

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que a requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.094381/2011-71 - ROSSIO MABEL CANELAS ANGOLA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.093766/2011-11 - JAIME ANTONIO GONZALEZ BRUNA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.070278/2011-36 - JUSTO ESTEBAN ALCON PERALTA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.067400/2011-97 - TEODOCIO MAMANI MAMANI

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.090011/2011-65 - EGIDIO GARAY PESOA

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que a requerente efetuou registro posterior com amparo no Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Associados, o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional. Processo Nº 08505.070735/2011-92 - HEREMILDA ALVAREZ JULIAN

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.040807/2009-52 - RABIH EL ZEIN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.055228/2009-12 - XUEYONG ZHOU

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.088521/2011-72 - LEMA JEAN TEDAS

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.096642/2011-98 - JIESHENG CHEN

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.051856/2011-35 - GERALD CHUKWUNONSO ODIKE

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.090001/2011-20 - ROGELIO ORELLANA MARIM

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08460.034754/2009-02 - TAN ZHENLIAN

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.093293/2009-38 - GENGYUN ZHEN

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.067964/2011-20 - TONY HANNA LAKISS

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.048944/2009-35 - PENG LIN

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08458.012457/2011-61 - ALBERTO ALEJANDRO BARRIOS

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.093767/2011-66 - JULIETA ALEXANDRA BONILLA ACOSTA DE BATALLAS

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.067958/2011-72 - RAFFAELLA RENZULLO

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.047275/2009-84 - FADI HAMMOUD

INDEFIRO o recurso e determino o arquivamento do presente processo, considerando o disposto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o requerente já obteve a permanência definitiva no País. Processo Nº 08505.066830/2009-77 - JIEQUN PENG

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.011836/2017-06 - LUIS ANDRE PESTANA SOTERO GOMES

Processo Nº 08506.001493/2015-19 - VÁCLAV NOVÁK

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser autuados considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.007307/2017-08 - DAVID TELLEZ ALCANTAR

Processo Nº 08354.006727/2015-97 - RAQUEL PINA VIEIRA MARTINS ABRANTES FERREIRA

Tendo em vista que o Juízo da 4ª Vara Federal de Porto Alegre revogou a decisão anteriormente concedida a título de tutela de urgência nos autos da Ação Ordinária nº 5014173-39.2017.4.04.7100, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017, Seção 1, pág. 26, para dar prosseguimento ao feito, ressaltando que os requerentes estão em situação regular no país enquanto tramitar o presente pedido de regularização migratória, não podendo eles sofrer qualquer ato estatal que lhes imponha a saída forçada do território brasileiro, conforme previsto no art. 42-A, da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08444.016645/2016-22 - RINOA ELENA ACOSTA GONZALEZ, ANDRY YHOBELL ROMERO ACOSTA e DARIEL ANGELY SOJO ACOSTA.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que os interessados não cumpriram as exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08354.007356/2014-80 - SAMUEL FERNANDO LOPES RIBEIRO

Processo Nº 08460.012430/2014-72 - YAN LIU

Processo Nº 08460.012339/2014-57 - TANIA ALEXANDRA MARCOS CORREIA

Processo Nº 08240.019714/2012-12 - HANGAO LI

Processo Nº 08505.110375/2013-31 - HYUNMIN CHO

Processo Nº 08000.040440/2014-15 - ALVARO ROJAS MARIN

Processo Nº 08492.006846/2015-65 - KARLA ALEJANDRA GARCIA VERDUGO

Processo Nº 08270.018347/2015-25 - MINJUNG KIM

Processo Nº 08257.003250/2014-13 - HORÁCIO JOSÉ PARRUQUE

Processo Nº 08492.021734/2014-53 - MARIA CRISTINA GONÇALVES DA COSTA

Processo Nº 08000.030285/2015-18 - MARIO MANUEL DE LIMA MARTINS LOURENÇO

Processo Nº 08460.024767/2015-11 - MICHAEL E SILVA NUNES

Processo Nº 08000.018057/2015-61 - SEEWON KANG

Processo Nº 08000.014995/2015-92 - NAMIL KIM

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando que o requerente possui registro temporário com amparo no art. 13, IV, da Lei nº 6.815/80, válido até 05/08/2017. Processo Nº 08280.036002/2012-91 - CHERVIN ARNO ARIANTO MARTODIKROMO

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo Nº 08505.308993/2016-61 - DANELIS ANTELO CORRALES

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em união estável, considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal verificou-se que o casal encontra-se separado de fato. Processo Nº 08703.001023/2014-30 - ORLANDO MANUEL VALENTE LARGUINHO

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 66, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretora Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Trailer: O CÍRCULO (THE CIRCLE, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Anthomy Bregman/Gary Goetzman
Diretor(es): James Ponsoldt
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.020144/2017-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: LINO - O FILME (Brasil - 2017)
Produtor(es): Deborah Forte
Diretor(es): Rafael Ribas
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.020457/2017-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A CAVERNA - PERIGO SUBTERRÂNEO (CAVE, Noruega - 2016)
Produtor(es): Filmbros
Diretor(es): Henrik Martin Dahksbakken
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Aventura/Suspense
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.020459/2017-98
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: REI ARTHUR - A LENDA DA ESPADA - TRAILER F6 (KING ARTHUR - THE LEGEND OF THE SWORD, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros International
Diretor(es): Guy Ritchie
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.020737/2017-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BALLET BOLSHOI - UMA NOITE CONTEMPORÂNEA (BALLET BOLSHOI - A CONTEMPORARY EVENING, Inglaterra - 2016)
Produtor(es): Pathelive
Diretor(es): Jerome Robbins/Harald Lander/Alexei Ratmansky
Distribuidor(es): UNITED CINEMAS INTERNATIONAL BRASIL LTDA. / PATHEVILE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.021102/2017-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FULNI-Ô (8º EPISÓDIO) (Brasil - 2017)
Episódio(s): 08
Título da Série: ÍNDIOS NO BRASIL
Produtor(es): Alcir Lins Carneiro Lacerda Filho
Diretor(es): Adelina Pontual/Camilo Cavalcanti
Distribuidor(es): URSO FILMES EIRELI
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000376/2017-01
Requerente: URSO FILMES EIRELI

Episódio: ERA TUDO PINHEIRO - SUL DE MADEIRA (Brasil - 2016)
Episódio(s): 01
Título da Série: VENTO SUL
Produtor(es): Daniel Herrera
Diretor(es): André Constantin
Distribuidor(es): EBC / EDITAL TVS PÚBLICAS
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000383/2017-03
Requerente: CARLOS ANDRÉ CONSTANTIN - PJ - TRANSE FILMES

Trailer: A FILHA (THE DAUGHTER, Austrália - 2016)
Produtor(es): Jan Chapman Films/Wildflower Films
Diretor(es): Simon Stone
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000435/2017-33
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Trailer: VALERIAN E A CIDADE DOS MIL PLANETAS (TRL 2) (VALERIAN AND THE CITY OF A THOUSAND PLANETS (TRL 2), Estados Unidos da América / França - 2016)
Produtor(es): Europacorp/Fundamental Films
Diretor(es): Luc Besson
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000452/2017-71
Requerente: DIAMOND FILMS BRASIL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trailer: SOBRE VIAGENS E AMORES (L`ESTATE ADDOSSO, Estados Unidos da América / Itália - 2016)
Produtor(es): Indiana Production And Rai Cinema
Diretor(es): Gabriele Muccino
Distribuidor(es): LANÇA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000454/2017-60
Requerente: LANÇA FILMES

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 10 de abril de 2017

Nº 30 - Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.151398/2014-86. Interessado: INSTITUTO D'OR DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - CNPJ nº 08.850.962/0001-41. Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 097/2016/CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00161/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, e do DESPACHO nº 18297/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo INSTITUTO D'OR DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA - CNPJ nº 08.850.962/0001-41, mantendo a decisão na íntegra proferida mediante a Portaria SAS/MS nº 626, de 20 de julho de 2015.

Nº 31 - Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.202963/2013-08. Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 230/2016 - CGCER/DCEBAS/SAS/MS (fls. 228/232) e na Nota Técnica nº 04591/2016/CONJUR - MS/CGU/AGU, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00108/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo Serviço Médico Hospitalar/PA, mantendo na íntegra a Portaria SAS/MS nº 619, de 25 de maio de 2016.

Nº 32 - Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.192328/2012-16. Interessado: ORGANIZAÇÃO JURÍDICA DE APOIO AO CIDADÃO - CNPJ nº 09.216.793/0001-55. Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 238/2016/CGCER/DCEBAS/SAS/MS (fls. 165/167), bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00249/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO nº 18026/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela ORGANIZAÇÃO JURÍDICA DE APOIO AO CIDADÃO - CNPJ nº 09.216.793/0001-55, mantendo a decisão proferida mediante a Portaria SAS/MS nº 615, de 25 de maio de 2016 (fl. 99).

Nº 33 - Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.107528/2012-81. Interessado: INSTITUTO DE SAÚDE DE DOIS VIZINHOS/PR - CNPJ nº 08.298.687/0001-03. Decisão À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 096/2015/CGCER/DCEBAS/SAS/MS (fls. 463/465), bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00109/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, e do DESPACHO nº 14727/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo INSTITUTO DE SAÚDE DE DOIS VIZINHOS/PR - CNPJ nº 08.298.687/0001-03, mantendo na íntegra a Portaria SAS/MS nº 726, de 18 de outubro de 2017, fls. 309.

Nº 34 - Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.215283/2012-65. Interessado: SANTA CASA DE RIBEIRÃO PIRES (SP) - CNPJ nº 09.489.168/0001-87. Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 130/2016/CGCER/DCEBAS/SAS/MS (fls. 214/216), bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00126/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO nº 14785/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela SANTA CASA DE RIBEIRÃO PIRES (SP) - CNPJ nº 09.489.168/0001-87, mantendo na íntegra a Portaria SAS/MS nº 1.092, de 14 de outubro de 2015 (publicada em 15/10/15), fl. 198.

Nº 35 - Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.104712/2010-16. Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 016/2016/CGCER/DCEBAS/SAS/MS (fls. 202/205), bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00135/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO nº 14770/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela FUNDAÇÃO INSTITUTO MINEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM NEFROLOGIA-MG - IMEPEN, CNPJ 24.460.069/0001-05 mantendo na íntegra a Portaria SAS/MS nº 316, de 09 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 10 de abril de 2015, fl. 174.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI
Substituto

RETIFICAÇÕES

No Anexo da Portaria nº 3.342/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 251-A, Edição Extra de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 5,
Onde se lê:
ANEXO
Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis

UF	Município	SIPAR	CRU				USB				USA				Valor anual a ser incorporado R$
			Quant	CNES	CÓD	Nº Proposta	Quant	CNES	CÓD	Nº Proposta	Quantidade	CNES	CÓD	Nº Proposta	
GO	Anápolis	25000.126387/2016/20	1	6951775	82.51	6866	1	6973205	82.50	6866	-	-	-	-	863.274,00
							1	6973213	82.50	6866					
							1	6973221	82.50	6866					
			-	-	-	-	1	6973256	82.50	6866	-	-	-	-	
			-	-	-	-	-	-	-	-	1	6973191	82.49	6866	
											1	6973310	82.49	6866	
GO	Abadiânia		-	-	-	-	1	6927033	82.50	10588	-	-	-	-	105.528,00
GO	Pirenópolis		-	-	-	-	1	6927033	82.50	10640	-	-	-	-	105.528,00
GO	Padre Bernardo		-	-	-	-	1	6461352	82.50	11867	-	-	-	-	105.528,00
TOTAL ANUAL			1				7				2				1.179.858,00

Leia-se:
ANEXO
Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis

UF	Município	SIPAR	CRU				USB				USA				Valor anual a ser incorporado R$
			Quant	CNES	CÓD	Nº Proposta	Quant	CNES	CÓD	Nº Proposta	Quantidade	CNES	CÓD	Nº Proposta	
GO	Anápolis	25000.126387/2016-20	1	6951775	82.51	6866	1	6973205	82.51	6866	-	-	-	-	863.274,00
							1	6973213	82.51	6866					
							1	6973221	82.51	6866					
			-	-	-	-	1	6973256	82.51	6866	-	-	-	-	
			-	-	-	-	-	-	-	-	1	6973191	82.51	6866	
											1	6973310	82.51	6866	
GO	Abadiânia		-	-	-	-	1	6927033	82.51	10588	-	-	-	-	105.528,00
GO	Pirenópolis		-	-	-	-	1	6964281	82.51	10640	-	-	-	-	105.528,00
GO	Padre Bernardo		-	-	-	-	1	6461352	82.51	11867	-	-	-	-	105.528,00
TOTAL ANUAL			1				7				2				1.179.858,00

No anexo da Portaria nº 1.600/GM/MS, de 30 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 2 de outubro de 2015, Seção 1, páginas 31 a 34,
Onde se lê:

Nº Proposta/ Ano	UF	Município	IBGE	CNES	CNPJ Beneficiário
1739/2014	RS	ITATIBA DO SUL	431070	7623704	12.043.944/0001-25

Leia-se:

Nº Proposta/ Ano	UF	Município	IBGE	CNES	CNPJ Beneficiário
1739/2014	RS	ITATIBA DO SUL	431070	2249650	12.043.944/0001-25

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 1, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE; considerando o Decreto nº 6.712, de 24 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE; considerando a Portaria nº 481, de 18 de agosto de 2014, que dispõe sobre os macroprocessos e a distribuição dos quantitativos de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE para os órgãos do Sistema de Contabilidade Federal, resolve:

I - Cessar os efeitos da Portaria SPO nº 5 de 1º/04/2013 , publicada no DOU de 02/04/2013, Seção 1, que descentralizou 1 (uma) Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, do Sistema de Contabilidade Federal, do Macroprocesso de Orientação sobre a Execução Orçamentária e Financeira - MPEOF - Nível Superior, à unidade gestora seccional de contabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA.

II - Descentralizar 1 (uma) Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, do Sistema de contabilidade Federal, do Macroprocesso de Acompanhamento e Avaliação Contábil - MPAAC, - Nivel Superior à unidade gestora seccional de contabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, na forma do art. 15, da Portaria nº 481, de 18/08/2014, da Secretaria do Tesouro Nacional.

ARIONALDO BOMFIM ROSENDO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO CHEFE

O Chefe do Núcleo da ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5.903, de 17/10/2013, publicada no DOU de 23/10/2013, seção 1, fl. 38 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art.15, V e § 6º e 7º c/c art. 16, IV da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 301, de 07/08/2012, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 33902.494781/2016-52

Ao representante legal da operadora ASBEN ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 12.363.132/0001-67, com último endereço conhecido na ANS à AV. PRESIDENTE VARGAS, 446 / SALA 1206 B - Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20040-210, da lavratura do Auto de Infração nº 19.446/2017 na data de 20/02/2017, pela infração ao seguinte dispositivo legal: art. 25 da Lei 9.656/98 com sanção prevista pelo art. 78 da RN nº 124/2006. De acordo com os autos do processo administrativo n° 33902.494781/2016-52 (demanda nº 3088949).

Ao autuado é concedido o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir desta publicação no DOU, para que caso queira, apresentar contestação ao referido auto, por escrito, no seguinte endereço: Núcleo da ANS Rio de Janeiro, situado à Avenida Augusto Severo, 84/Térreo, Glória, CEP 20.021-040, Rio de Janeiro - RJ.

LEONARDO FICH

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 610, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Prorroga e amplia a experiência-piloto de teletrabalho, nos termos da Portaria nº 2.170, de 25 de novembro de 2016.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, VI e o art. 54, III, § 3º do Regimento Interno, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Prorrogar a experiência-piloto de teletrabalho no âmbito da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED) da Anvisa, conforme previsão do artigo 9º da Portaria nº 2.170, de 25 de novembro de 2016.

Art. 2º Alterar os artigos 4º e 5º da Portaria nº 2.170, de 25 de novembro de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"....

Art. 4º A experiência-piloto de teletrabalho será realizada por servidores em exercício na GGMED, obedecendo à seguinte distribuição:

I - até 35 (cinco) servidores ocupantes do cargo de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, em exercício na Gerência de Avaliação de Tecnologia de Registro de Medicamentos Sintéticos (GRMED);

II - até 9 (nove) servidores ocupantes do cargo Técnicos em Regulação e Vigilância Sanitária, em exercício na Gerência de Avaliação de Tecnologia de Registro de Medicamentos Sintéticos (GRMED);

III - até 43 (quarenta e três) servidores ocupantes do cargo de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, em exercício na Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos (GEPRE);

IV - até 12 (doze) servidores ocupantes do cargo Técnicos em Regulação e Vigilância Sanitária, em exercício na Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos (GEPRE);

V - até 5 (cinco) servidores ocupantes do cargo de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, em exercício na Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos (GPBIO);

VI - até 2 (dois) servidores ocupantes do cargo de Técnicos em Regulação e Vigilância Sanitária, em exercício na Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos (GPBIO).(NR)

Art. 5º São requisitos obrigatórios para participar da experiência-piloto:

I - estar em exercício nas áreas selecionadas;

II - ser ocupante do cargo de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária ou de Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária;

III - realizar atividades de análise de petições de registro ou pós-registro;

IV - dispor dos recursos tecnológicos e do ambiente necessários à realização das atividades.

Parágrafo único. Servidores ocupantes de cargo de gestão não poderão participar do teletrabalho.

....."(NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 831, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 005/2017 realizada em 07/03/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Stream Ind e Com de Produtos de Limpeza Ltda ME
CNPJ: 58.829.433/0001-34
Processo nº.: 25351-610099/2011-64
Expedientes n.º: 2389482/16-2
Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 078/2016 - Corec/Gesan.
Recorrente: UFS Indústria Química Ltda
CNPJ: 03.878.370/0001-14
Processo nº.: 25351-996922/2016-11
Expedientes n.º: 2225113/16-8
Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 076/2016 - Corec/Gesan.
Recorrente: Indústria Farmacêutica Rioquímica Ltda
CNPJ: 55.643.555/0001-43
Processo nº.: 25351-159392/2012-14
Expedientes n.º: 0910907/15-2
Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 030/2016 - Corec/Gesan.

ARESTO Nº 832, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD_DN 172/2017, realizado em 21 de março de 2017, e com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA
CNPJ: 87.727.277/0001-07
Processo: 25351.496200/2015-96
Expediente do Recurso: 1460199/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 015/2017 - CRCOS/Gecos/DSNVS.

ARESTO Nº 833, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: ITMS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.276.380/0001-42

25759.207187/2008-02 - AIS:262305/08-6 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, MINORANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), PARA O VALOR DE R$8.000,00 (OITO MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 43.894.609/0001-64 25759.478798/2007-44 - AIS:609846/07-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E REFORMAR DE OFICIO A DECISÃO PROFERIDA, DETERMINANDO A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 005/2017, DE 07/03/2017.

AUTUADO: SINDICATO NACIONAL DA INDUSTRIA DA CERVEJA - SINDICERV CNPJ/CPF: 33.207.689/0001-89 25351.214789/2002-03 - AIS:202982/02-1 - GGALI/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, REVISAR DE OFICIO A DECISÃO ANTERIORMENTE PROFERIDA, PARA DECLARAR ARQUIVAMENTO POR NULIDADE, REUNIÃO ORDINÁRIA PUBLICA - ROP 005/2017, DE 07/03/2017.

AUTUADO: ROSERC RORAIMA SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 84.013.994/0001-70

25766.628260/2009-70 - AIS:816692/09-7 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: WILLIAMS (SERVIÇOS MARÍTIMOS) LTDA. CNPJ/CPF: 10.790.020/0001-67 25757.734298/2010-89 - AIS:396568/10-6 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, PELA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE, DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO POR NULIDADE, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: BAXTER HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 49.351.786/0010-71

25759.686826/2013-62 - AIS:0983833/13-3 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: BAXTER HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 49.351.786/0004-23

25759.277869/2011-77 - AIS:386258/11-5 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLINICA LTDA CNPJ/CPF: 00.251.699/0001-62 25759.613663/2007-31 - AIS:764918/07-5 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) POR UNANIMIDADE REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ CNPJ/CPF: 01.256.678/0001-00 25763.440355/2013-42 - AIS:0623680/13-4 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0057-75 25759.124823/2011-07 - AIS:172638/11-2 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTUADO: CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 62.969.589/0005-11 25759.063039/2009-71 - AIS:078084/09-7 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: LINDE GASES LTDA CNPJ/CPF: 60.619.202/0001-48

25767.302797/2011-23 - AIS:420757/11-2 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 19.570.720/0001-10

25759.047724/2009-01 - AIS:058876/09-8 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 004/2017, DE 14/02/2017.

AUTUADO: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 00.482.840/0001-38 25759.475718/2008-80 - AIS:624310/08-0 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 004/2017, DE 14/02/2017.

AUTUADO: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE CNPJ/CPF: 33.592.510/0021-06

25748.379464/2010-89 - AIS:495453/10-0 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: LS PROTEIN COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. CNPJ/CPF: 06.057.252/0001-33 25767.276674/2008-16 - AIS:351543/08-5 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 004/2017, DE 14/02/2017.

AUTUADO: LMA DEDETIZADOR E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/CPF: 11.897.183/0001-06

25756.599060/2011-65 - AIS:840794/11-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 004/2017, DE 14/02/2017.

AUTUADO: ATRAMAT DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.995.710/0001-50

25759.124707/2008-34 - AIS:159305/08-6 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 006/2017, DE 21/03/2017.

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65

25759.462463/2006-23 - AIS:618353/06-1 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$12.000,00 (DOZE MIL REAIS) POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 004/2017, DE 14/02/2017.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 834, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 006/2017, realizada em 21 de março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo nº.: 25351.456514/2015-88
Expediente nº.: 0949681/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

Recorrente: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo nº.: 25351.469287/2015-56
Expediente nº.: 0914380/15-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

Recorrente: N.O.S Neuro Orthopaedics Surgeries Com. Imp. e Exp. de Mat. Cirurgico Ltda
CNPJ: 05.827.947/0001-94
Processo nº.: 25351.872592/2008-94
Expediente nº.: 110566/10-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer 100/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Newmed Produtos Para Saúde Ltda
CNPJ: 61.817.664/0001-32
Processo nº.: 25351.063316/2014-16
Expediente nº.: 0291307/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer 145/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Incorp Technology Implantes Cirurgicos Ltda - ME
CNPJ: 07.758.988/0001-00
Processo nº.: 25351.091156/2015-14
Expediente nº.: 0446439/15-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 183/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Extera Importação e Exportação Ltda.
CNPJ: 07.021.336/0001-80
Processo nº.: 25351.247349/2015-08
Expediente nº.: 0655298/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 253/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Higie Plus Cottonbaby Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 95.837.316/0001-49
Processo nº.: 25351.526485/2014-70
Expediente nº.: 0927393/14-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 28/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Allied Titanium Eireli - EPP
CNPJ: 02.062.507/0001-03
Processo nº.: 25351.786561/2014-40
Expediente nº.: 0076874/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso administrativo por intempestividade, com revisão de ofício para que retorne à área técnica, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 042/2017- CRTPS/Direg.

Recorrente: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda.
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo nº.: 25351.196819/2015-69
Expediente nº.: 0588388/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o pedido de desistência da recorrente.

ARESTO Nº 835, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 005/2017, realizada em 07 março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Medical Cirurgica Ltda
CNPJ: 60.683.786/0001-10
Processo nº.: 25351.260499/2013-58
Expediente nº.: 0316779/14-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 119/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Drenolux Comércio de Produtos Médicos Ltda
CNPJ: 73.012.189/0001-06
Processo nº.: 25351.312732/2010-10
Expediente nº.: 1122160/14-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 147/2016 - CRTPS/Direg

Recorrente: Geratherm Medical do Brasil Ltda
CNPJ: 05.111.219/0001-81
Processo nº.: 25351.267483/2004-11
Expediente nº.: 0385975/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda do objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 190/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Incomepe Industria de Materiais Cirurgicos Ltda
CNPJ: 57.212.870/0001-41
Processo nº.: 25351.525939/2014-32
Expediente nº.: 0541956/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 249/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Ortoneuro Comércio e Importação de Material Hospitalar Ltda.
CNPJ: 04.509.730/0001-73
Processo nº.: 25351.463802/2009-21
Expediente nº.: 0404085/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 252/2016 - CRTPS/Direg.

Recorrente: JFGH Importação de Descartáveis e Equipamentos Ltda.
CNPJ: 15.799.994/0001-25
Processo nº.: 25351.839162/2016-91
Expediente nº.: 2315923/16-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 011/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Intermedical Equipamentos Urológicos Ltda.
CNPJ: 01.856.395/0001-91
Processo nº.: 25351.315423/2011-63
Expediente nº.: 621793/11-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 013/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Intermedical Equipamentos Urológicos Ltda.
CNPJ: 01.856.395/0001-91
Processo nº.: 25351.193571/2011-79
Expediente nº.: 528849/11-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 014/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Intermedical Equipamentos Urológicos Ltda.
CNPJ: 01.856.395/0001-91
Processo nº.: 25351.315427/2011-70
Expediente nº.: 621755/11-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 015/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Iconacy Orthopedic Implants Industria E Comercio de Produtos Medico-Hospitalares Ltda
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Processo nº.: 25351.704936/2014-33
Expediente nº.: 0589713/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 017/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Iconacy Orthopedic Implants Industria E Comercio de Produtos Medico-Hospitalares Ltda
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Processo nº.: 25351.769854/2014-51
Expediente nº.: 0589806/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 018/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Injex Indústrias Cirúrgicas Ltda.
CNPJ: 59.309.302/0001-99
Processo nº.: 25351.751320/2013-90
Expediente nº.: 0264835/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 020/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Bioteck Industria, Comercio, Importação e Exportação de Implantes Bio-absorviveis ltda.
CNPJ: 06.232.491/0001-82
Processo nº.: 25351291535/2007-13
Expediente nº.: 0308660/15-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por perda do objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 022/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Bioteck Industria, Comercio, Importação e Exportação de Implantes Bio-absorviveis Ltda.
CNPJ: 06.232.491/0001-82
Processo nº.: 25351291535/2007-13
Expediente nº.: 0308647/15-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 023/2017 - CRTPS/Direg.

Recorrente: Dortler Do Brasil Produtos Ortopédicos Ltda
CNPJ: 07.913.533/0001-03
Processo nº.: 25351.609580/2007-21
Expediente nº.: 0324307/14-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 024/2017 - CRTPS/Direg.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrente: Flex Lab Comercio de Mat. Cirurgicos e Hospitalares - Eireli - EPP
CNPJ: 02.620.178/0001-60
Processo nº.: 25351.586599/2008-72
Expediente nº.: 0739503/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 029/2017 - CRTPS/Direg.
Recorrente: Baumer S/A.
CNPJ: 61.374.161/0001-30
Processo nº.: 25351.460225/2015-91
Expediente nº.: 0930345/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 039/2017 - CRTPS/Direg.
Recorrente: Bard Brasil Indústria e Comércio de Produtos para s Saúde Ltda.
CNPJ: 10.818.693/0001-88
Processo nº.: 25351.359262/2014-46
Expediente nº.: 0904687/14-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 211/2016 - CRTPS/Direg.

ARESTO Nº 836, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 005 realizada em 07 de março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: HADASSAH COSMÉTICOS LTDA
CNPJ: 07.967.729/0001-80
Processos nº.: 25351.368412/2015-65
Expediente nº: 1200412/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 001/2016 - CRCOS/Diare/Gecos.
Recorrente: INDÚSTRIAS RAYMOUND´S LTDA
CNPJ: 03.886.705/0001-46
Processos nº.: 25351.503135/2015-33
Expediente nº: 1245287/16-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 003/2017 - CRCOS/Diare/Gecos.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 984, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 578, de 4 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 8º, § 1º, II da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 23, §§ 2º e 4º, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando que a Anvisa recebera, no dia 06/04/2017, o Ofício nº 88/2017/DIPOA-SDA - MAPA, de 06/04/2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA) informando sobre os resultados das análises laboratoriais realizadas pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro) em produtos de origem animal de alguns estabelecimentos que foram alvos da "Operação Carne Fraca" da Polícia Federal;

considerando que conforme Certificado Oficial de Análise (COA) nº 04080/17 Lanagro/RS, o produto Linguiça tipo calabresa defumada, marca Frigosantos, lote 30/04/2017, data de validade 30/04/2017, da INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES FRIGOSANTOS LTDA, SIF 2021; CNPJ: 75.075.390/0001-68, localizada em Campo Magro/PR apresentou resultado de análise em desacordo com a Resolução-RDC nº 12, de 02/01/2001(Staphylococcus coagulase positiva 5,0 x 10^5), resolve:

Art. 1° Determinar a interdição cautelar, em todo território nacional, do lote 30/04/2017, data de validade 30/04/2017, do produto Linguiça Tipo Calabresa Defumada, marca FRIGOSANTOS, da INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES FRIGOSANTOS LTDA, SIF 2021, CNPJ: 75.075.390/0001-68, situada em Campo Magro/PR, por apresentar condições sanitárias insatisfatórias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

FABIO PEREIRA QUINTINO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de incorporação do asparato de ornitina para o tratamento da hiperamonemia produzida por doenças hepáticas agudas e crônicas, apresentada pela Justiça Federal de São Paulo - 2ª Vara Federal Cível nos autos do processo MS/SIPAR nº. 25000.195852/2016-72. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 16, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Torna pública a decisão de não incorporar, como procedimento específico, a radioterapia de intensidade modulada (IMRT) para o tratamento de tumores de cabeça e pescoço em estágio inicial e localmente avançado no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011 e

Considerando a assinatura, pelos membros do plenário da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), do Registro de Deliberação n.º 220/2016 de 09/11/2016, retificando o Registro de Deliberação n.º 174/2015, que trata de recomendação sobre o procedimento de radioterapia de intensidade modulada (IMRT) para o tratamento de tumores de cabeça e pescoço em estágio inicial e localmente avançado, resolve:

Art. 1º Fica não incorporada, como procedimento específico, a radioterapia de intensidade modulada (IMRT) para o tratamento de tumores de cabeça e pescoço em estágio inicial e localmente avançado no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo único. O Manual de Bases Técnicas - Oncologia, do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA-SUS), em sua 23ª edição, disponível em ftp://arpoador.datasus.gov.br/siasus/Documentos/APAC/Manual_Oncologia_23a_edicao.pdf, esclarece como as APAC de radioterapia podem ser autorizadas, quando a técnica IMRT for a utilizada.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia está disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n.º 07, de 26 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, seção I, página 57.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 95, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 35/SGTES/MS, de 08de fevereiro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambista participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 35/SGTES/MS, de 08 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.016384/2017-60	ORLEYDIS REYES FONSECA	1501080	PA	IGARAPE-MIRI
25000.016428/2017-51	OVER LUIS LEON LAFFITA	1501081	PA	IGARAPE-MIRI

PORTARIA Nº 96, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 376/SGTES/MS, de 23 de dezembro de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 376/SGTES/MS, de 23 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.204563/2015-91	ELSO RAMON TORRES CRUZ	2100698	MA	ESTREITO

PORTARIA Nº 97, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 26/SGTES/MS, de 31 de janeiro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 26/SGTES/MS, de 31 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.006273/2017-45	DAMIAN PAZ DIAZ	2100937	MA	AMARANTE

PORTARIA Nº 98, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Divulga a lista dos Programas de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade de entes federados e instituições que obtiveram êxito na seleção do Edital SGTES/MS nº 01, de 9 de março de 2017 e dos respectivos médicos preceptores indicados para participação nas atividades de aperfeiçoamento em Preceptoria do Plano Nacional de Formação de Preceptores.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar, no Anexo desta Portaria, a lista dos Programas de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade de instituições e entes federados que obtiveram êxito na seleção do Edital SGTES/MS nº 01, de 9 de março de 2017 e os nomes dos respectivos médicos preceptores indicados para participação nas atividades de aperfeiçoamento em Preceptoria do Plano Nacional de Formação de Preceptores, nos termos do item 9 do Edital SGTES/MS nº 1, de 9 de março de 2017.

Art. 2º Serão admitidos recursos, no prazo de 2 (dois) dias contados da publicação desta Portaria, considerando-se termo inicial o dia seguinte ao da publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	NOME DA INSTIUIÇÃO	CNPJ	NOME DO PRECEPTOR	CPF
AL	270430	MACEIO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS	12.517.793/0001-08	CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA CAVALCANTI	20938241400
AL	270430	MACEIÓ	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO ANTUNES UFAL	24.464.109/0001-48	CLAUDIA CARNAÚBA MOTA	59117494400
AL	270020	ANADIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS	12.517.793/0001-08	FERNANDO ANTONIO PEDROSA FIDELIS	47530537415
AL	270430	MACEIÓ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS	12.517.793/0001-08	MARIA DO CARMO BORGES TEIXEIRA	09157564809
AL	270430	MACEIÓ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS	12.517.793/0001-08	ROBERTO CORDEIRO DE ANDRADE TEIXEIRA	30954983491
BA	292740	SALVADOR	SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA ESCOLAESTADUAL DE SAUDE PUBLICA PROFESSOR FRANCISCO DE MAGALHÃES NETTO	05.816.630/0001-52	DERBETH SILVA DO CARMO	27230007534
BA	292740	SALVADOR	SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA ESCOLAESTADUAL DE SAUDE PUBLICA PROFESSOR FRANCISCO DE MAGALHÃES NETTO	05.816.630/0001-52	LUAMORENA LEONI SILVA	02111877557
BA	292740	SALVADOR	SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA ESCOLAESTADUAL DE SAUDE PUBLICA PROFESSOR FRANCISCO DE MAGALHÃES NETTO	05.816.630/0001-52	VIRGINIA EMÍLIA CAFÉ CARDOSO PINTO	33829950500
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	ADA CRISTINA PONTES AGUIAR	01805926373
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	ADRIANA VALÉRIA ASSUNÇÃO RAMOS	68585390344
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	ALEXANDRA FROTA CAMPELO	62322109304
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	ANA DÉBORA MATOS COSTA	78806054368
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	ANA PAULA DO NASCIMENTO MONTEIRO DE BARROS RAFAEL	63628368120
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	ANDERSON MILFONT FEITOSA DE OLIVEIRA	95534008334
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	ANDRÉ CORDEIRO MARQUES	61514594315
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	ANDRE PINHEIRO BEZERRA	61547727349
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	ANDREA MAGALHÃES DE CARVALHO	75872463391
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	ANTONIO LEONEL DE LIMA JUNIOR	56671610363
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	BRUNO SOUZA BENEVIDES	85067563320
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	CAROLINA LIMA CHOW CASTILLO	65779215391
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	CHRIS EVERT MOURA TABOSA DE FIGUEIREDO	80662110315
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	DAMITO ROBSON XAVIER DE SOUZA	00660194350
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	DAYVISON ROBERTO NOBRE ALVES	82084092353
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	ELAINE LOPES PEDROSA BOMFIM	07662581730
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	ELVIS RUNY PAULINO DA SILVA	00348399332
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	EMILLE SAMPAIO CORDEIRO	02348459370
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	ESTANISLAU FROTA SILVEIRA ARAÚJO	00001993380
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	FERNANDA DIÓGENES PARENTE COELHO	83316256172
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	GIOVANA LOUELLA AGUIAR BEZERRA DE FARIAS	85786373304
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	ISABELLA SÁ DE QUENTAL	89591763387
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	ISAURA ELAINE GONÇALVES MOREIRA ROCHA	45900400344
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	JACIARA BEZERRA MARQUES	61650803320
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	JOANA RAFAELA ALBUQUERQUE SILVA	95879536300
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA LOPES	91246660504
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	LAURA FRIPP CORDEIRO	31249718848
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	LEONARDA PITA MONTEIRO	50082280304
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	LUANA APARECIDA JORGE CAMPOS DE MORAES	72205334387
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	LUCIANA PASSOS ARAGÃO	61660493315
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	MAGDA MOURA DE ALMEIDA	82490899368
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	MARCIA GOMES MARINHEIRO COELHO	70363757368
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	MARCOS COSTA MOURA	56167482349
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	MARCOS FÁBIO DOS SANTOS PINHEIRO	01057623342

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE BRITO ALMINO	07182180359
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	NATÁLIA CAMPOS PARENTE	00335082327
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	OTAVIO CRUZ SAMPAIO NETO	42234778387
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	PATRÍCIA MARIA DE ALBUQUERQUE BRAYNER	47852518400
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	PATRÍCIA SYMINE ALMEIDA IVO	78387647349
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	PAULO SÁVIO FONTENELE MAGALHÃES	74207083391
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	PAULO WILLIAM MOREIRA DA SILVA	21221065300
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	RAUL DE CASTRO ALVES NEPOMUCENO	83899065387
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	ROBERTO CARLOS VIANNA	05336595829
CE	230440	FORTALEZA	ESCOLA DE SAÚDE PUBLICA DO CEARÁ	73.695.868/0001-27	RODRIGO LAMARÃO ROSA	62206559234
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	SAMUEL CARVALHO GUIMARÃES	65674073368
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	SANDRA BARRETO FERNANDES DA SILVA	65917936404
CE	230440	FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	04.885.197/0001-44	SOELI TEREZINHA SCHABARUM	98659740963
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	TEREZINHA PINHEIRO DE MORAIS MOURA	32145128387
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	VALTER DOS SANTOS SILVA	02078827380
CE	230440	FORTALEZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	VERÔNICA RIQUET DE SIQUEIRA LIMA	64831256315
CE	230190	BARBALHA	FACULDADE DE MEDICINA DO CARIRI UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	07.272.636/0001-31	VIVIANE CHAVES PEREIRA	00011095377
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIENCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	ACLAIR ALVES FERREIRA DALLAGRANNA	01220355186
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	AMANDA ALMEIDA ROCHA	01967171165
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	ANA DUBOC ROCHADEL	72173084100
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	ANNA LUIZA BRAGA PLÁ	01150410108
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	BRUNA ILHA PEREIRA	02170633570
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	BRUNO MUSSO	00482235144
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	CARLOS JOSÉ ZIMMER JUNIOR	03437412965
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	GUILHERME NABUCO MACHADO	72188804104
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	JORGE SAMUEL DIAS LIMA	65001125391
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	MARCELO PELLIZZARO DIAS AFONSO	06728384600
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	PAULA GARCIA DE ARAUJO	02237013438
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	PRISCILA PEREIRA MEDRADO	00160371112
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	RAQUEL VAZ CARDOSO	00044904100
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	RENATA ULIANA AUGUSTO	08973231731
DF	530010	BRASÍLIA	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	00.394.700/0001-08	RICARDO PEREZ JANNUZZI	99936186168
DF	530010	BRASÍLIA	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	04.287.092/0001-93	THAÍS ALESSA LEITE	04741199983
ES	320150	COLATINA	UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA GILDASIO AMADO	27.496.819/0001-48	CARLOS AUGUSTO PADOVAN MARINO	09643734757
ES	320150	COLATINA	UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA GILDASIO AMADO	27.496.819/0001-48	DANIEL ROSSI CASSARO	06912562760
ES	320530	VITÓRIA	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	27.578.434/0015-25	DIEGO RAMEH DE PAULA	05397739642
ES	320530	VITÓRIA	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO ES	27.578.434/0015-25	GERSOM ABDO LACERDA MATEDI	05347318643
ES	320530	VITÓRIA	UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO ES	27.578.434/0015-25	JETELE DEL BEM SELEME PIANA	03711688993
ES	320530	VITÓRIA	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO ES	27.578.434/0015-25	PAULA ATHAYDE BRAGA MACHADO	07797631654
ES	320530	VITÓRIA	CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UFES HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES	32.479.123/0001-43	SANDRA MARIA AMARAL BOURGUIGNON	01549330748
ES	320530	VITÓRIA	CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UFES HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES	32.479.123/0001-43	THAIS CAMPOLINA COHEN AZOURY	09063312776
ES	320150	COLATINA	UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA GILDASIO AMADO	27.496.819/0001-48	VALERIA TEIXEIRA NEVES BINDA	76869865604
ES	320530	VITÓRIA	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	27.578.434/0001-20	VALESCA RODRIGUES LUCENA	04597882723
MA	211130	SÃO LUÍS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO	06.279.103/0002-08	ERIKA KROGH	73102407315
MA	211130	SÃO LUÍS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	06.279.103/0002-08	FABRICIO SILVA PESSOA	00156106329
MA	211130	SÃO LUÍS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO	06.279.103/0002-08	HAMILTON RAPOSO DE MIRANDA FILHO	12465631349
MA	211130	SÃO LUÍS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO	06.279.103/0002-08	WALQUÍRIA LEMOS RIBEIRO DA SILVA SOARES	62067109391
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	ADALBERTO DE SOUZA GUIDO	54203716691
MG	317020	UBERLÂNDIA	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	ALINE CARDOSO SANTOS	09528872662
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	ALOISIO BEMVINDO DE PAULA	50281151849
MG	315250	POUSO ALEGRE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS SAMUEL LIBÂNIO	23.951.916/0001-22	ANA MARIA GARCIA ANDRADE	00284888656
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	ANA PAULA FIGUEIREDO GUIMARÃES DE ALMEIDA	07180398667
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	ANDRÉ CHRISTIANO DOS SANTOS	02643514602
MG	310160	ALFENAS	CASA DE CARIDADE DE ALFENAS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	16.650.756/0001-16	ANDRESSA RITA CARVALHO MORAIS	07547270689
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	ANNA KELITA GONÇALVES GARCEZ	84419644320
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	ANTONIO MARCIO NOGUEIRA FILHO	05432307677
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	ARIADNA JANICE DRUMOND MORAIS	66393566604
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	BRENO BIAGIONI SILVA PAIVA	01206679670
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	CAMILA VASCONCELOS NUNES SOARES	06431541677
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	CAMILLO DE ALCÂNTARA CÉSAR	06912423647
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	DANIELA ROMUALDO RODRIGUES MIGLIO	77544576280
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	DANIELE FALCI DE OLIVEIRA	03437585630
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	DANILO FERNANDO MACEDO NARCISO	49707167653
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	DIEGO LISBOA COTTA	01424897602
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	EDER FERREIRA SOARES	64939976580
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	ELLEN MARA BRAGA DOS REIS	05991429600
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	FABRÍCIO JUNIO DA SILVA ANDRADE	06055005689
MG	317130	VIÇOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	25.944.455/0001-96	FLAVIANO DIEGO MEIRELLES MENDES	08399755621
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	GABRIELA PERDIDO GONCALVES	12425021736
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	GABRIELA POLASTRI STIPEN BARBOSA	07449404605
MG	310560	BARBACENA	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARBACENA	17.082.892/0001-10	GUILHERME FELIPE PEREIRA VALE	05729434669
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES	73.964.934/0001-17	IGNEZ CRISTINA SANTOS NETTO	72347481649
MG	310620	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.728.239/0001-07	ISABEL MARIA GOMES SOARES	71526811634
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	IVANIR PIRES DE GOUVEIA	31134068620

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES	73.964.934/0001-17	JOÃO LUIS OLIVEIRA GUSMÃO DE ANDRADE	03145860674
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	JOSÉ AMÉRICO BARBOSA NETO	50957988672
MG	315250	POUSO ALEGRE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS SAMUEL LIBÂNIO	23.951.916/0001-22	JULIA BACON	06882017689
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	JULIANA CRISTINA DE VASCONCELLOS BENATTI	01295440601
MG	312230	DIVINÓPOLIS	HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS - FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA	20.146.064/0001-02	JULIANO GONÇALVES RESENDE	88414884687
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	KAIO ROBERTO TEIXEIRA DA C. C. SILVÉRIO	07060016643
MG	317020	UBERLÂNDIA	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	LARISSA SILVA SOARES	09782700614
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	LEONARDO STOPA BARROS	03923466641
MG	317020	UBERLÂNDIA	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	LETÍCIA ALVES DA SILVA	07605890621
MG	317020	UBERLÂNDIA	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	LILIANE COSTA BORGES BOTELHO	02761537661
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	LOUISE JOTHA SOARES	07292752640
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	LUCAS LEONARDO KNUPP DOS SANTOS	05871807658
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	LUCIANA CALDAS TEIXEIRA COELHO	04915557685
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	MAIRA BAMBIRRA NEUMANN	05808379636
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	MANOEL DO NASCIMENTO GOMES FILHO	08313600624
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	MARIA ANGELICA SILVA VACCARINI	24771082634
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	MARIA CRISTINA RODRIGUES MORAIS	04845208652
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	MARIA DE FÁTIMA CESAR LIMA	15950670604
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	MARIA TERESA GARCIA ALVES	03444950608
MG	313130	IPATINGA	HOSPITAL MARCIO CUNHA - MG - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	19.878.404/0001-00	NICOLAS DRUMOND DE CARVALHO	04179084660
MG	312230	DIVINÓPOLIS	HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS - FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA	20.146.064/0001-02	PABLO ANTÔNIO OLIVEIRA	06141674690
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	PAULIANE FIGUEIREDO BARBOSA	06016259608
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	17.217.985/0034-72	RAFAEL CÉSAR E MELO	04623038610
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR VALADARES	73.964.934/0001-17	RINARA GROSSI ROCHA DE ANDRADE	06960336660
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	RODOLFO DIAS CORRÊA	09029294612
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	ROGÉRIO QUEIROZ DE CARVALHO	02432770757
MG	317020	UBERLÂNDIA	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	RÚBIA ARAKAKI DE OLIVEIRA	00600442179
MG	317020	UBERLÂNDIA	FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	SUELLEN MAGALHÃES DIAS OLIVEIRA	08170107695
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS	16.692.121/0001-81	TATIANA TEIXEIRA DE MIRANDA	06307963603
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	22.675.359/0001-00	WILANDELL NEVES FERNANDES ROCHA	07525521638
MS	500270	CAMPO GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS - SESAU	11.228.564/0001-00	LINCOLN BARBOSA GUIMARAES	79684637187
MS	500270	CAMPO GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS - SESAU	11.228.564/0001-00	MARIA DA GRAÇA BARBOSA XAVIER	40123014700
MS	500270	CAMPO GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS - SESAU	11.228.564/0001-00	MAURO MOURA	36844667191
MT	510790	SINOP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	15.024.003/0001-32	ASTROGILDO GOMES DE OLIVEIRA	28886399049
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCAS DO RIO VERDE	11.386.056/0001-42	BARBARA LUIZA ROSA	02405976137
MT	510790	SINOP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	15.024.003/0001-32	DALIANY SANTOS	03371122662
MT	510790	SINOP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	15.024.003/0001-32	EDUARDO AUGUSTO DOSSA	00487624076
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCAS DO RIO VERDE	11.386.056/0001-42	FERNANDA HELDT VENTURA	00014684136
MT	510790	SINOP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	15.024.003/0001-32	LAWRENCE LUCIANO FERNANDES BEZERRA	11723902829
MT	510790	SINOP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	15.024.003/0001-32	MARIA GLAIR CARLOTTO	25220632000
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	ANETE UMBELINA FERREIRA DE ALMEIDA LINS	06748767253
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	ELIANEFERRO BAHIA DA SILVA	45457360253
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	EVILA FERNANDA LAMEIRA DE MELO	28708296200
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	GLÁUCIA MARGARETE NASCIMENTO PEREIRA DE MOURA	30448786249
PA	150140	BELÉM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	34.860.833/0001-44	JANAINA CUNHA ROMEIRO	42996384253
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	LILIAN GRACE MOURA LUCENA	68527560259
PA	150140	BELÉM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	34.860.833/0001-44	PAULO HUMBERTO MENDES DE FIGUEIREDO	08125015272
PA	150140	BELÉM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	34.860.833/0001-44	RODRIGO DA SILVA DIAS	79408060253
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	ROSEANE DO SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS	21810222249
PA	150140	BELÉM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	34.860.833/0001-44	SANTINO CARVALHO FRANCO	72049707215
PA	150140	BELÉM	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	34.860.833/0001-44	SHEILA MARA DIAS	59123630230
PA	150140	BELÉM	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ	15.254.949/0001-95	VALNICE FERREIRA CAMPOS LODI	44872577272
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10	ALDENILDO ARAUJO DE MORAES FERNANDES COSTEIRA	52631281420
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10	ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO	02456568478
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	ALMI SOARES CAVALCANTE	55945007404
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	ANTONIO GOMES DA COSTA SEGUNDO NETO	97961710400
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10	EDUARDO SERGIO SOARES SOUSA	43666078400
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	FABRÍCIO BEZERRA FORMIGA	46810137491
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	FRANCISCO FELLIPE CLAUDINO FORMIGA	06680510430
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	GEORGIA MEDEIROS LOPES DE SOUZA LUCIO	01222448424
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	ILANA ANDRADE SANTOS DO EGYPTO	03871391417
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10	JULIANA SOUSA SOARES DE ARAUJO	02339040426
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB / UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	24.098.477/0001-10	LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAÚJO	16058437415
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	LIVIO E VASCONCELOS DO EGYPTO	47611880306
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10 98.477/0001-10	LUCIANO BEZERRA GOMES	03090961466
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10	MARIA JANILCE OLIVEIRA MAGALHAES	32705395334
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	MIGUEL AGUILA TOLEDO	06535816109
PB	250750	JOÃO PESSOA	HOSPITAL UNIVESITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UFPB	24.098.477/0001-10	SEVERINO RAMOS DE LIMA	32328630430
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	UMBERTO JOUBERT DE MORAIS LIMA	01224350448
PB	251080	PATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	09.084.815/0001-70	UMBERTO MARINHO DE LIMA JÚNIOR	00083086404
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	ANA CAROLINA CALADO DE OLIVEIRA	10308706404
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	ARISTIDES VITORINO DE OLIVEIRA NETO	03936192499
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	ENELINE DE ANDRADE HERÁCLIO GOUVEIA	07444954402
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	FERNANDO ANTONIO VASCONCELOS DE SOUSA JUNIOR	88434389487
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	ISABEL BRANDÃO CORREIA	04367368459
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	MARIALICE ARAÚJO SOARES DE BARROS	00832526495
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	RAQUEL JANAINA VIEIRA DE ALMEIDA	21277296847

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	SILVANA DE FIGUEIRÊDO LIMA	30442281404
PE	261160	RECIFE	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41.090.291/0001-33	VIDIANA GUERRA LARANJEIRA	69546290491
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE/ HOSPITAL DE CRIANÇAS CESAR PERNETA	76.591.569/0001-30	ALEXANDRE GONZALO MALAVER ARIAS	01587801914
PR	412810	UMUARAMA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ - NOROSPAR	05.866.492/0001-16	ANA CAROLINA QUEIROZ LOPES	00500541981
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	76.659.820/0002-32	ANA MAGDA MAGNANI DELFIM	05252572925
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	ANGELMAR CONSTANTINO ROMAN	40280390700
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	76.105.543/0001-35	BRUNO BERTOLI ESMANHOTTO	02950849954
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	76.659.820/0002-32	CAMILA AMENT GIULIANI DOS SANTOS	21933548800
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	76.659.820/0002-32	CAROLINE ELEN FONSECA	04125761981
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPR	75.095.679/0001-49	CAROLINE GIOT BRONNER	05046215993
PR	411520	MARINGÁ	CESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	02.464.418/0001-85	CÉSAR AUGUSTO PREVIDELLI	14556121892
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	76.105.543/0001-35	CHARIN BORDIGNON SILVA KRAUZER	06472406960
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE/ HOSPITAL DE CRIANÇAS CESAR PERNETA	76.591.569/0001-30	CLAUDIA CRISTINA DA SILVA VIEIRA	81702507904
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	76.105.543/0001-35	CRISTIANE DA SILVA FREITAS SZUCS	81336039000
PR	411520	MARINGÁ	CESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	02.464.418/0001-85	DIEGO GAFURI SILVA	06083916976
PR	412810	UMUARAMA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ - NOROSPAR	05.866.492/0001-16	FERNANDA BISCARO DE CARVALHO	03671326999
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	GRACIANE PENÃ MOGOLLÓN	96222042953
PR	411520	MARINGÁ	CESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	02.464.418/0001-85	JENNIFER SUSAN GABE	06196194658
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE HOSPITAL DE CRIANÇAS CESAR PERNETA	76.591.569/0001-30	JOANA ALMEIDA ROHDEN	03902618906
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	JOÃO VICTOR MOREIRA	07391395412
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	JORGE LUIZ MARTINS TAVARES	23080353749
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPR	75.095.679/0001-49	JULIO CESAR SZULC NOGARA	80239862953
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	LARISSA CRISTIANE VAZ GOMES	06705771976
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	LARISSA STREISKY DORNELES	04387415959
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	LIGIA MARIA CORDEIRO MISURINI	32444649800
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	LIGIANA MAFFINI ROMANUS	02882475900
PR	411520	MARINGÁ	CESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	02.464.418/0001-85	LUCAS SILVA RAYMUNDO	05825825983
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE/ HOSPITAL DE CRIANÇAS CESAR PERNETA	76.591.569/0001-30	MARCELADOHMS@GMAIL.COM	03594835936
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPR	75.095.679/0001-49	MARCO AURELIO SALDANHA BARAN	05191441982
PR	411520	MARINGÁ	CESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	02.464.418/0001-85	MARCUS VINICIUS BRESSAN LEITE	04160469914
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	MARIA DA GRAÇA ARAÚJO GARCIA	41666640425
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	MARIANA FRANCO RIBEIRO DE OLIVEIRA	05607823903
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	76.105.543/0001-35	MARIANI GONÇALVES DE OLIVEIRA	07039133954
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	MARYLICE PORFINA RMOS PETRUZALEK	04326278986
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	NEILA CARDOSO FERREIRA DAMACENA	05612793901
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	PATRICIA EDUARDA BISELLI	43963935987
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	PATRICIA ISSA SOARES	16584966801
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	76.659.820/0002-32	PAULO ROBERTO CAMPAGNOLI DE OLIVEIRA	23095512953
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPR	75.095.679/0001-49	PRISCILA YURI SOUZA NISHIKAWA MARTINS	05068944955
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	PRISCILLA DO CARMO GOZZO	00583882145
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	RODRIGO CECHELERO	02982454939
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	SHALI DIDAR HAMILKO AZAD	01837288909
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	SILVANA EMI TAKAHASHI DOS SANTOS	53023137900
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	76.659.820/0002-32	SULIVAN ROBERTO DA SILVA	03902086980
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPR	75.095.679/0001-49	SUSANNA DORI	00548075905
PR	410690	CURITIBA	CURITIBA PREFEITURA MUNICIPAL	76.417.005/0004-29	VERA LUCIA GOMES DREHMER	40517470934
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPR	75.095.679/0001-49	VICTOR ANTONIO ALVES DE ABREU	03001294752
PR	410690	CURITIBA	HOSPITAL DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	07.404.052/0001-72	WIVIANE ROSANA NALLIN NETO	25493754835
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ALADIA CHRISTINA QUEIROZ DA COSTA	13117625747
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	ALESSANDRO BARROS PICCININI	01618177770
RJ	330390	PETRÓPOLIS	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO FACULDADE DE MEDICINA DE PETROPOLIS FUNDACAO OCTACILIO GUALBERTO-	29.138.344/0015-49	ALEX VALLE LADEWIG	07673386771
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANA AMÉLIA CAMARGO	07141614702
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANA BEATRIZ ULRICH DE OLIVEIRA E CASTRO	12315537746
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANA BORGES VOLFZON	11644476703
RJ	330610	VALENÇA	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI	32.354.011/0012-19	ANA CLARA FAGUNDES	11780856784
RJ	330610	VALENÇA	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI	32.354.011/0012-19	ANA LAURA ESPINDOLA SACRAMENTO	05772463721
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO SEC MUNICIPAL DE SAUDE	29.468.055/0001-02	ANA LUIZA FERREIRA RODRIGUES CALDAS	06800405604
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	ANA MARIA PORTO DA COSTA	87499266753
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	ANA MARIA VITARELLI DE CASTRO EMERY	94287813634
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANA NEVES PEIXOTO	11613808763
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	33.663.683/0053-47	ANA PAULA BORGES CARRIJO	34453542860
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANDRÉ COSTA DIAS	09577418716
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANDREIA APARECIDA DE MORAIS COSTA	03307160770
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	ANNE CAROLINE ALVES FRANCO MOUTINHO	93208391234
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	BRÁULIO PEREIRA BARBOSA DOS SANTOS	10739607731
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	CARLA CRISTINA AMORIM SAGRADAS	10941016722
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	CAROLINA DA SILVA PEREIRA	12895226776
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	CAROLINA ESTEFANIA WEINFURTER	06399210941
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	CÁSSIA KIRSCH LANES	99157195072
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	CECILIA MARIA DE OLIVEIRA AQUINO SEQUEIRA	75148196220
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	CLARICE DE AZEVEDO SARMET MOREIRA SMIDERLE	12402547766
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	33.540.014/0001-57	CRISTIANE DA FONSECA COLAO	10139956786
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	DÉBORA JUNQUEIRA FONSECA OLIVEIRA	08944265674
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	DIEGO BOLIVAR MAGALHAES VILA POUCA MOURÃO LEITE	13006563794
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	ELIZA MIRANDA COSTA CARALINE	01315925648
RJ	330390	PETRÓPOLIS	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO FACULDADE DE MEDICINA DE PETROPOLIS FUNDACAO OCTACILIO GUALBERTO-	29.138.344/0015-49	ELIZABETH TAVARES DE CARVALHO CANTALUPPI	42795214768
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	CENTRO DE SAUDE ESCOLA GERMANO SINVAL FARIA/ENSP/FIOCRUZ	33.781.055/0011-07	ERNESTO FARIA NETO	07862190769
RJ	330390	PETRÓPOLIS	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO FACULDADE DE MEDICINA DE PETROPOLIS FUNDACAO OCTACILIO GUALBERTO-	29.138.344/0015-49	FELIPE MACHADO MOLITERNO	05201244726

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	FELIPE MONTE CARDOSO	67472389234
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	FERNANDA DE ALENCAR LOPES	12416791770
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	FERNANDA FERNANDES SOARES	12428931725
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	FERNANDA GUIMARÃES DE SÁ ALMEIDA	10153083760
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	FERNANDA MIRANDA DIAS DE ALMEIDA	10773739700
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	FERNANDA VIANA CAMPOS	08466464719
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	CENTRO DE SAUDE ESCOLA GERMANO SINVAL FARIA/ENSP/FIOCRUZ	33.781.055/0011-07	FERNANDO PIRES DE FARIAS	89296958768
RJ	330610	VALENÇA	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI	32.354.011/0012-19	FLÁVIA REZENDE VALLE	07924203737
RJ	330390	PETRÓPOLIS	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO FACULDADE DE MEDICINA DE PETRÓPOLIS FUNDAÇÃO OCTACILIO GUALBERTO	29.138.344/0015-49	GABRIELLE QUIROZ DE FARIA NASCIMENTO	08859855756
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	33.540.014/0001-57	GARCIA ALEJANDRO VERGARA FIGUEROA	85364550710
RJ	330610	VALENÇA	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI	32.354.011/0012-19	GILBERTO RIBEIRO LEITE	11641451777
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	HUGO LEONARDO TARDIN SEIXAS	10538889705
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	JÉSSICA IACI CRUZ DE ANDRADE	12471670709
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO / PROGRAMA DE RESIDENCIA DE MEDICINA GERAL DE FAMILIA E COMUNIDADE DO HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	33.663.683/0053-47	JÚLIA DURINGER JACQUES DE LIMA	11617065773
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	JULIANA MONTEZ FERREIRA	11029256756
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	JULIANA TOLEDO DE FREITAS	07511703640
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	KARLA CRISTINA CARVALHO DA SILVA	10244464766
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LEONARDO DE JESUS DOS SANTOS	09150202707
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LETÍCIA ARAÚJO FREITAS	05801472746
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LIVIA DE PAULA OLIVEIRA	34872011864
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LORENA GOMES DE BRITO	12412099790
RJ	330390	PETRÓPOLIS	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO FACULDADE DE MEDICINA DE PETROPOLIS FUNDACAO OCTACILIO GUALBERTO-	29.138.344/0015-49	LUCILLE ANNIE CARSTENS	05695319773
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LUIS CARLOS NOVAIS GARCIA	11015708730
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LUIZ SÉRGIO ZANINI	60442115687
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	LUIZA LOBATO ILARRI	05920506709
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MARCELLA FIGUEIREDO GONZÁLEZ AMOREIRA	10578086794
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MARCIA DA CONCEIÇÃO SILVA	03770493796
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MARCO TÚLIO CÁRIA GUIMARÃES PEREIRA	06429799603
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	CENTRO DE SAUDE ESCOLA GERMANO SINVAL FARIA/ENSP/FIOCRUZ	33.781.055/0011-07	MARIA CECÍLIA PORTUGAL BRAGA	05841277669
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MARIANA CARVALHO DE ANDRADE	11966524730
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MARIANA VARAJAO MORAES DA SILVA	09187039729
RJ	330390	PETRÓPOLIS	HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO FACULDADE DE MEDICINA DE PETROPOLIS FUNDACAO OCTACILIO GUALBERTO-	29.138.344/0015-49	MATHEUS SERRA MARSCHHAUSEN	13683113774
RJ	330452	RIO DAS OSTRAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MICHELLE PARGA DE PAIVA MOREIRA	98647520734
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	MILTON JOSÉ DE SOUZA MEDINA	11246625709
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	PATRICIA SAYURI CABRAL DE OLIVEIRA	09039185794
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	PAULA CALI NEVES	12963499779
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	PAULA PRATES CARDOSO	12436966729
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	PAULO CAVALCANTE APRATTO JUNIOR	41178874400
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	PEDRO ANDRADE SÁ CORREA	11251605788
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO	33.663.683/0053-47	PEDRO DE GALES PERPÉTUO ROCHA PITTA SAMPAIO	02434095755
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	CENTRO DE SAUDE ESCOLA GERMANO SINVAL FARIA/ENSP/FIOCRUZ	33.781.055/0011-07	PEDRO GONZAGA MACEDO	09554895712
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO	33.663.683/0053-47	RAYANE CUPOLILLO FERREIRA	10846485710
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	RENATA BEATRIZ BOECHAT QUADROS	08889060727
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	RENATA GONTIJO AMIL	03933526760
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	RITA HELENA DO ESPIRITO SANTO BORRET	11909442780
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	TATIANA BRISOLA GONÇALVES	32161466852
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	TATIANA TAVARES CARDOSO GONCALVE	51766612253
RJ	330220	ITAPERUNA	SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA REDENTOR	03.596.799/0001-19	THAIZA ROCHA BARBOSA	92885420197
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	THIAGO BOSCHER DA COSTA	12424806764
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	THIAGO LUIZ CAMPOIS	06172715933
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	VINICIUS LADEIRA FONSECA	12256911764
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO	29.468.055/0001-02	WILANDS PATRICIO PROCÓPIO GOMES	08934044624
RN	240800	MOSSORÓ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN	08.258.295/0001-02	ANA FLAVIA SOBRAL DE MEDEIROS	04953285450
RN	240800	MOSSORÓ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN	08.258.295/0001-02	CAMILLA CARLOS LEONARDO NOGUEIRA	00984955429
RN	240800	MOSSORÓ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN	08.258.295/0001-02	GLÓRIA MARIA BARBOSA	37003810778
RN	240800	MOSSORÓ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN	08.258.295/0001-02	JEAN FREDERICO FALCÃO DO CARMO	85270032449
RO	110030	VILHENA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA	21.467.008/0001-32	CARIEL BENEDITA DA SILVA DENTI	86432745268
RO	110030	VILHENA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA	21.467.008/0001-32	EDILSON ALVES DA SILVA	92839932415
RO	110030	VILHENA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA	21.467.008/0001-32	JANIO MARQUES VIEIRA DE SOUZA	32598980263
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ALESSANDRA DE ALMEIDA BILHALVA	89736508072
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ALINE AYUB AMARAL	01588033023
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ANA CAROLINA OLIVEIRA RUIVO	00334900077

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	ANA CÁUDIA TONELLI DE OLIVEIRA	80225306034
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ANA MARIA FERREIRA BORGES TEIXEIRA	36180092087
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	ANA PAULA BOCCASIUS	82395519049
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ANA PAULA OLIVEIRA ROSSES	80282229000
RS	431410	PASSO FUNDO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	11.234.780/0006-65	ANA ROBERTA CERATTI	71981497072
RS	431410	PASSO FUNDO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	11.234.780/0006-65	ANALINE FERNANDES	00037879073
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ANGELA MOREIRA VITÓRIA	90741838087
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	BÁRBARA HEATHER LUTZ	01018452001
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	BRENO MILMAN	39642097087
RS	431690	SANTA MARIA	ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA A SAUDE	03.066.309/0009-20	CAROLINA ZANELLA RIGO	00681215046
RS	431560	RIO GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	94.877.586/0001-10	CLAIR RODRIGUES TEIXEIRA DO AMARAL	64326250097
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	95.438.412/0001-14	CLAUCEANE VENZKE ZELL	93136480082
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	EDUARDO ESTRELLA	52770648004
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	EVERTON JOSÉ FANTINEL	91090121091
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	GUSTAVO MARTINS DE LIMA CECCHINI	57572933068
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	HADIGE SORDI	94050686015
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	95.438.412/0001-14	IZADORA JOSEANE BORRAJO MOREIRA	00080939031
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	JOSÉ ALBERTO RODRIGUES PEDROSO	89388135091
RS	431440	PELOTAS	APAC HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCSICO DE PAULA	92.238.914/0001-03	JOSE´CUNHA SILVEIRA	53990650025
RS	431410	PASSO FUNDO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	11.234.780/0006-65	JÚLIO AUGUSTO DE SOUZA MOTA	02410399754
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	LEANDRO INFANTINI DINI	62082671020
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	MARCELO RODRIGUES CARDOSO DE AGUIAR	64930645034
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	MARIA AUGUSTA MATURANA	41558715053
RS	431560	RIO GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	94.877.586/0001-10	MARIA FERNANDA CUNHA	42921457091
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	MAURICIO MORAES	76756220063
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	MICHELE OSANAI	66342767068
RS	431440	PELOTAS	APAC HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCSICO DE PAULA	92.238.914/0001-03	MONICA DE MOURA MENDES	69110972072
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	NÊMORA TREGNAGO BARCELLOS	22172394068
RS	431560	RIO GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	94.877.586/0001-10	RADUAN RAHMAN	66599938000
RS	431440	PELOTAS	APAC HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCSICO DE PAULA	92.238.914/0001-03	RENATA SCHMITZ	93005202020
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	RICARDO PEDRINI CRUZ	96401699000
RS	431440	PELOTAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	ROGÉRIO DA SILVA LINHARES	80666426015
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	UNISINOS - ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	92.959.006/0008-85	ROZELI BIEDRYCKI	75450801068
RS	431880	SÃO LOURENÇO DO SUL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL	87.893.111/0001-52	SAMANTHA LAZZAROTTO CORREIA LIMA	00013119052
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	ANDRE MARQUES LOPES	06635020985
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	BRUNA HOELLER	06784122941
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	CAMILA GINDRI DE CARVALHO	07450392941
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	CAROLINE BIAZZOLO ZANCAN	05467725955
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	CHRISTIAN MELLO FERREIRA	91967090068
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	DANIELE OLIVEIRA QUEIROZ	78625815200
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	JORGE LUIZ TERAN NAVARRO	67013740349
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	KAREN JACQUELINE PUYEN ENCISO	81144237068
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	MARIA CRISTINE ANTELO BENDER	00642875995
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	MAURICIO CAMARA DE MAGALHAES	00649919033
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	PAULA CRISTINA FROZZA TERAN	93309252949
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SC	82.951.245/0001-69	PEDRO HENRIQUE CAPANI HILGERT	06039058978
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL DE CIRURGIA	13.016.332/0001-06	MARCOS OLIVEIRA SUZUKI	65394089515
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL DE CIRURGIA	13.016.332/0001-06	MARTHA AUGUSTA GOMES DE ALMEIDA SOUSA	31182402534
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL DE CIRURGIA	13.016.332/0001-06	RENATA HELLEN SILVA ANDRADE	02592812555
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL DE CIRURGIA	13.016.332/0001-06	RÔMULO RODRIGUES DE SOUZA SILVA	91281032549
SP	355030	SÃO PAULO	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO	62.779.145/0001-90	AILTON VIEIRA DE SOUZA JUNIOR	01547182628
SP	355030	SÃO PAULO	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO	62.779.145/0001-90	ALESSANDRA MASSUCCI	70039811140
SP	354100	PRAIA GRANDE	PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	46.177.531/0001-55	ALEX SILVA DE GUSMÃO	27979988809
SP	355030	SÃO PAULO	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO	62.779.145/0001-90	ALEXANDRE SIZILIO	27442844839
SP	352130	IPUÃ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUÃ	11.369.190/0001-35	ALOISIO EUGENIO CAVASINI FILHO	34582108814
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	AMAURY LELIS DAL FABBRO	03930031833
SP	354100	PRAIA GRANDE	PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	46.177.531/0001-55	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	04579868919
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	ANDERSON SOARES DA SILVA	60270748172
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	ANDRÉ GUSTAVO FEITOSA FURTADO	28716211871
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	ANDRÉ MAAME CAFAGNE	28543600871
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	ANDRE RODRIGUES FUNAYAMA	28966730833
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	ANDREA REBELLO MOREIRA	00600441520
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	ANTONIA LUCILEIDE RODRIGUES FERREIRA	17128767835
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	ARIANE FURTADO BEDRAN DE CASTRO ZUIANI	28817284807
SP	350950	CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	46.068.425/0001-33	ARLETE MARIA VALENTE COIMBRA	51483068900
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	AUGUSTUS TADEU RELO DE MATTOS	05102008854
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SECRETARIA DE SAUDE - SAO BERNARDO DO CAMPO	13.961.905/0001-70	BÁRBARA CRISTINA BARREIROS	22756077810
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	BELKISS ROLIM RODRIGUES FRACON	33869330848
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	BERNARDO BANDUCCI RAHE	01457274167
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	BRENDA RIBEIRO BRANDÃO	07604897690
SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN	60.765.823/0001-30	BRUNO TAKASE WATANABE	34364928844
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	CAROLINA VICENTE BANZOLI	28607871862
SP	350950	CAMPINAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	51.885.242/0001-40	CYNTHIA RESENDE CAMPOS HERRERA	25310469842
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	DANIEL BENEZ RICIERI	31043418857
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SECRETARIA DE SAUDE - SAO BERNARDO DO CAMPO	13.961.905/0001-70	DEBORAH DE CASTRO ZILLNER PINHEIRO	07250060805
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SECRETARIA DE SAUDE - SAO BERNARDO DO CAMPO	13.961.905/0001-70	DENIZE ORNELAS PEREIRA SALVADOR DE OLIVEIRA	05574764709
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	DUANE RODRIGUES BATISTA	31515393860
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	00.326.036/0001-60	EDUARDO YONESAWA PILLON	17406287801
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	FABRICIO FORNAZZARO	28694185822
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	FERNANDA CASALS DO NASCIMENTO	31789612837
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	55.983.670/0001-67	FERNANDA PORFÍRIO DE MENDONÇA	93404077172
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	FERNANDO CONTINS DE SANCTIS	22348767880
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	FREDERICO GRIZZI DE CAMPOS	28562460877
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	GIORDANA CAMPOS BRAGA	03458999469
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	55.983.670/0001-67	GUSTAVO SALATA ROMÃO	14952854809

SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN	60.765.823/0001-30	GUSTAVO SHIKANAI KERR	25643816857
SP	352130 / 351620	IPUÃ / FRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUÃ / PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA	11.369.190/0001-35 / 47.970.769/0001-04	HAROLDO DA SILVA SANTANA	02544078707
SP	355030	SÃO PAULO	INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TECNOLÓGICO - ISAM	10.536.815/0001-43	INGRID RAIMONDEAU BUSTILLO	05994184780
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	JANICE FERNANDA DE SOUZA VITOR	32313044823
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	JANISE BRAGA BARROS FERREIRA	69349436604
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	JOÃO MAZZONCINI DE AZEVEDO MARQUES	15615657847
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	JORGETE MARIA E SILVA	78508444753
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	LEANDRO TEIXEIRA DE CASTRO	32520207850
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	LEONARDO MAURI	20538826894
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	LEONARDO MOSCOVICI	08193597770
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	LIGIA ARIANE LOURENÇO SILVA BOIRTOLETI	21536254835
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	LIGIA DE AGUIAR FALLEIROS	34524821899
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	LILIANE MARIA GUIAMRÃES DE PINHO	03487579804
SP	354100	PRAIA GRANDE	PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	46.177.531/0001-55	LILLIAN LAPENNA DE CARVALHO	33926075848
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	LUCAS GASPAR RIBEIRO	33830938837
SP	355030	SÃO PAULO	INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TECNOLÓGICO - ISAM	10.536.815/0001-43	LUCIANA JARDIM NUNES GUEDES E CARVALHO	17142269804
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	LUCIANE LOURES DOS SANTOS	81050534620
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	LUCIMARA FACIO NOBRE ZUEFF	16215387886
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	LÚCIO ROBERTO DE OLIVEIRA DAS NEVES	22173483889
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	MARCELO COSTA MOREIRA	24959101814
SP	355030	SÃO PAULO	INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TECNOLÓGICO - ISAM	10.536.815/0001-43	MÁRCIA AFFONSO FERNANDES	31727324870
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	MARCIA FAVARETTO PRIETO	07172319842
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SECRETARIA DE SAUDE - SAO BERNARDO DO CAMPO	13.961.905/0001-70	MARCIA REGINA CAETANO ALVES	10445635835
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	MARCO ANTONIO LOPES DE SOUZA	04080625847
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	MARCO AURÉLIO SILVEIRA	26636483881
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	MARCO TULIO MASSARI	79559883887
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	MARIA ALICE REGINA DE SOUZA	15225723845
SP	354100	PRAIA GRANDE	PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE	46.177.531/0001-55	MARIA CECÍLIA DE CASTRO TEODOSIO SANTOS	31367192803
SP	351550	FERNANDÓPOLIS	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARE	58.252.636/0001-00	MARIA CHRISTINA BOTELHO MENDONÇA YASSOYAMA	97488518853
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	MARIA LETICIA CARNIEL BRIGLIADORE	36819340885
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	00.326.036/0001-60	MARIA RITA CARDOSO MACHADO MAZZETTO	03839357845
SP	352130	IPUÃ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUÃ	11.369.190/0001-35	MARIANA DE TOLEDO SILVA	38702447800
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	MICHELLE PENNA ANTONIO	31026681863
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	MIGUEL TEIXEIRA DOS SANTOS	01946600792
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	MILENA SEOANE COLMENERO MUNIZ	31939289840
SP	351550	FERNANDÓPOLIS	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARE	58.252.636/0001-00	NÁDIA CRISTINA DE MATTIA	15790518800
SP	350950	CAMPINAS	UNICAMP	46.068.425/0001-33	NAIR LUMI YOSHINO	08623797841
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	OSMAR FERREIRA RANGEL NETO	32208781805
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO/USP	56.023.443/0001-52	PATRICIA SCHIAVOTELLO STEFANELLI	24593101883
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	00.326.036/0001-60	PATRICIA SILVA DE SOUZA	42457548268
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	PERSIO YVON ADRI CEZARINO	07712325863
SP	350950	CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	46.068.425/0001-33	RACHEL ESTEVES SOEIRO	27438670864
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	RAFAEL DAVI BOTELHO	07828223714
SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN	60.765.823/0001-30	RAFAEL HERRERA ORNELAS	32585185800
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	RAQUEL MARCHIORI LESSA DE AZEVEDO	70650772415
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	REBECA BOLTES CECATTO	19226383820
SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN	60.765.823/0001-30	RENATA ALVES DE SOUZA PALUELLO	33127920881
SP	350950	CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	46.068.425/0001-33	RUBENS BEDRIKOW	08942715800
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	SAULO VITO CIASCA	22438903805
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	55.983.670/0001-67	SOFIA BANZATTO	30254983820
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	00.326.036/0001-60	SORAYA ANDRADE PEREIRA	12153374855
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	00.326.036/0001-60	SUELLEN LEMOS RAMOS SOUSA CAPUCCI	08256427604
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	TATCHIA PUERTAS GARCIA POLES	21829325850
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	TATIANA DE CARVALHO GOMILA	30943735858
SP	350950	CAMPINAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	51.885.242/0001-40	THAÍS CURY WOLKOFF	25935492890
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	THAIS GIUNCO ALEXANDRE	33877554814
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	THAIS ZELIA DOS SANTOS OTANI	30441980899
SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN	60.765.823/0001-30	THAISY DA CUNHA BORGES	31649242832
SP	355030	SÃO PAULO	INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TECNOLÓGICO - ISAM	10.536.815/0001-43	THEO MAIA PEDIGONE CORDEIRO	36132884866
SP	355030	SÃO PAULO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	TONY WENDELL PAULINO DA FONSECA	25935628899
SP	355220	SOROCABA	SOROCABA PREFEITURA MUNICIPAL	46.634.044/0001-74	WALDIRENE APARECIDA ERVILHA MALDONADO	12297409885
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	YARITZA LESCAY HERNÁNDEZ	06620277101
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	YORISLEY LAVINA HERNANDEZ	87995352034
SP	355030	SÃO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	60.742.616/0001-60	ZAIRA CRISTINA ESCOLASTICO MENDES	31684706866
TO	171820	PORTO NACIONAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS	11.230.086/0001-65	DIEGO DE ABREU NOLETO	00425998142
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS	11.230.086/0001-65	EDNA CLAUDIA MENDES BARBOSA	58585540672
TO	171820	PORTO NACIONAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL	11.315.054/0001-62	HELOÍSA AMORIM TEIXEIRA LOPES	02759768155
TO	171820	PORTO NACIONAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL	11.230.086/0001-65	JOCILEIDE DE ALMEIDA KUHN	96414251534
TO	171820	PORTO NACIONAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL	11.315.054/0001-62	LETÍCIA CAMARGO GODINHO GUIMARÃES	82398119149
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS	11.230.086/0001-65	MÁRIO MOISÉS MARQUES DE SOUSA	92271499887
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS	11.230.086/0001-65	MAURÍCIO DE HOLANDA CAVALCANTI	01176243497
TO	172100	PALMAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT	05.149.726/0001-04	PATRÍCIA CASTRO DOS SANTOS PÓVOA	84621940163
TO	170210	ARAGUAÍNA	HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS UNV FED DE TOCANTINS	15.126.437/0027-82	PAULA SARAIVA DUAILIBE BARBOSA	00898855110
TO	170210	ARAGUAÍNA	HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS UNV FED DE TOCANTINS	15.126.437/0027-82	POLLYANA REIS ALVES	87267721168
TO	170210	ARAGUAÍNA	HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS UNV FED DE TOCANTINS	15.126.437/0027-82	RODOLFO LIMA ARAUJO	00307682331
TO	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO TOCANTINS	11.230.086/0001-65	ROSABEL ANDINO ROSE DIAS	70647232120
TO	172100	PALMAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT	05.149.726/0001-04	SEYNA UENO RABELO MENDES	70805857249

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 99, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Divulga a relação nominal de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56 do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Divulgar por meio de sítio eletrônico: http//mais-medicos.saude.gov.br, a relação nominal dos médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 895, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Institui o Comitê Permanente de Segurança Corporativa e dá outras providências.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício de suas atribuições previstas no art. 12, do Anexo I, da Portaria nº 677, de 10 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Permanente de Segurança Corporativa - COPESEG, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 2º O COPESEG, será composto pelos ocupantes dos seguintes cargos na CGU:

I - Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas;

II - Diretor de Tecnologia da Informação;

III - Diretor de Gestão Interna;

IV - Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;

V - Diretor de Transparência e Controle Social;

VI - Diretor de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle;

VII - Ouvidor Adjunto da Ouvidoria-Geral da União; e,

VIII - Coordenador-Geral de Planejamento e de Ações Correcionais da Corregedoria-Geral da União.

§ 1º A Coordenação do COPESEG caberá ao Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas e, nas suas ausências, ao Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

§ 2º Em seus impedimentos ou afastamentos, os membros do COPESEG serão representados por seus respectivos substitutos ou por outro servidor de sua unidade designado para tal.

Art. 3º No âmbito da CGU, a Segurança Corporativa abrange o conjunto de ações, práticas e controles que objetivam a segurança do patrimônio e dos servidores bem como a segurança das informações e comunicações.

Art. 4º Ao COPESEG compete:

I - formular propostas de criação e de adequação da política e das normas atinentes à Segurança Corporativa da CGU;

II - propor medidas para acompanhar e avaliar a implementação da Política de Segurança Corporativa junto às unidades da CGU;

III - propor a adoção de ações de conscientização e capacitação de pessoal visando difundir os conhecimentos e dar efetividade à Política de Segurança Corporativa;

IV - receber das unidades da CGU informações sobre dificuldades relativas à implementação e ao cumprimento da Política de Segurança Corporativa;

V - propor a adoção de medidas corretivas e as adequações normativas e procedimentais necessárias para prevenir situações de vulnerabilidade à Segurança Corporativa; e

VI - compartilhar informações sobre novas tecnologias, produtos, ameaças, vulnerabilidades, gerenciamento de risco, políticas de segurança e outras atividades relativas à Segurança Corporativa com outros órgãos e empresas, públicas ou privadas, de modo a prover a CGU do conhecimento das práticas mais modernas e adequadas para proteção de suas informações.

Art. 5º Para a execução de suas atribuições, o COPESEG poderá constituir Grupos de Trabalho com servidores designados por seus membros.

Parágrafo único. Cada unidade da CGU representada pelas áreas referidas no art. 2º desta Portaria designará um representante para compor o Núcleo Técnico de Segurança Corporativa - NUTESEG, que atuará na interlocução com o COPESEG e para o apoio aos seus trabalhos.

Art. 6º O COPESEG reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, por propositura de qualquer de seus membros, com o objetivo de acompanhar o andamento de ações de melhoria da segurança corporativa e avaliar o relatório anual de incidentes.

Parágrafo único. O coordenador do COPESEG designará servidor para secretariar as reuniões.

Art. 7º As proposições elaboradas pelo COPESEG serão apresentadas ao Secretário-Executivo do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União para deliberação.

Art. 8º Qualquer cidadão poderá apresentar sugestões de melhorias ou denúncias de quebra de segurança ao COPESEG.

Art. 9º Revoga-se a Portaria nº 1214, de 3 de junho de 2014.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 51, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.100614/2016-03, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica FORMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - EPP, CNPJ nº 33.548.835/0004-82, estabelecida no Município de Rio de Janeiro - RJ, na Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 378, Riachuelo, CEP: 20.950-090 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 52, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 56, de 21 de maio de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 80000.005505/2017-56. resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica NA VEIA CAR CLUB, inscrita no CNPJ sob o nº 27.153.127/0001-05, com sede na Rua Arceburgo 03, Bairro Bonfim - Belo Horizonte/MG, CEP 31.210-370, para examinar a originalidade de veículos antigos de coleção e expedir Certificado de Originalidade, nos termos da Resolução CONTRAN nº 56, de 21 de maio de 1998, alterada pela Resolução CONTRAN nº 127, de 06 de agosto de 2001.

Art. 2º A NA VEIA CAR CLUB deverá enviar anualmente ao DENATRAN, o controle e a cópia dos Certificados de Originalidade emitidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Aplicação de sanção administrativa de advertência e suspensão de 30 (trinta) dias em desfavor da ITL PHIK INSPEÇÃO VEICULAR LTDA.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, VI, do Anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas (ITL) e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal (ETP) para emissão do Certificado de Segurança Veicular (CSV), resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 28, I e II da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, sanção administrativa de advertência e suspensão de 30 (trinta) dias, à pessoa jurídica PHIK INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 13.864.818/0001-02, situada no Rio de Janeiro - RJ, Estrada da Água Grande nº 1482, CEP 21.230-355, em razão das irregularidades previstas nos itens 05 e 19 do Anexo da Resolução CONTRAN 632/16, constatadas em fiscalização realizada no dia 11/10/2016, constante do Processo n° 80000.116498/2016-36.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.263, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001617/2017-94. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - AES Eletropaulo. Objeto: Autoriza a AES Eletropaulo a explorar atividade acessória complementar não prevista no art. 3º da Resolução Normativa n° 581/2013.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.267, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003746/2016-36. Interessada: Usina Elétrica do Prata S.A. Objeto: Anuir à alteração no controle societário direto da Usina Elétrica do Prata S.A.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.268, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004484/2016-27. Interessada: Rio Corrente S.A. Objeto: (i) Anuir à transferência do controle societário direto da Interessada, autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 736, de 18 de dezembro de 2002, atualmente exercido pela Construtora Central do Brasil S.A. para a empresa VM Investimentos e Participações S.A.; (ii) o prazo para implementação desta operação fica estabelecido em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta Resolução; e (iii) a Interessada deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização desta operação, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.271, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006372/2013-68. Interessado: Hidrelétrica Forquilha Ltda. Objeto: Autoriza a Hidrelétrica Forquilha Ltda. a implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica Forquilha, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Mangueirinha, no estado do Paraná, e dá outras providências, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.035801-0.01.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.272, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48100.001902/1997-40. Interessado: Raízen Energia S.A. Objeto: Revogação, a pedido, da autorização referente à Usina Termelétrica Barra, cadastrada sob o CEG nº UTE.AI.SP.027932-3.01, localizada no município de Barra Bonita, no estado de São Paulo.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA DE Nº 6.274, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005590/2016-28. Interessada: ARGO Transmissão de Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Interessada, as áreas de terra necessárias à implantação das Subestações SE Acaraú II 500 kV, SE Parnaíba III 500 kV, SE Bacabeira 500 kV e SE Tianguá II 500 kV, localizadas nos estados de Ceará, Piauí e Maranhão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.275, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003889/2016-48. Interessada: Elektro Eletricidade e Serviços S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação seccionadora Mirante do Paranapanema 138/13,8 kV - 33 MVA.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.276 DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000905/2016-41. Interessada: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Objeto: declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Distribuição Mossoró II - Grossos, com 69 kV, localizada nos municípios de Mossoró, Timbau e Grossos, estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.277, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000682/2017-01. Interessada: Companhia Energética Canoas S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Energética Canoas S.A., as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão Ado Popinhak - Curitibanos Distrito Industrial, circuito simples, com 138 kV e 19 km de extensão, que interligará a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Ado Popinhak à Subestação Curitibanos Distrito Industrial, localizada no município de Curitibanos, estado de Santa Catarina.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.279, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005015/2016-25. Interessada: Santa Maria Transmissora de Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Santa Maria 3 - Santo Ângelo 2.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 763, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Altera a Resolução Normativa - REN nº 605 de 11 de março de 2014 que aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos incisos IV e XXXIII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, e o que consta do Processo nº 48500.004789/2011-24, resolve:

Art. 1º Excluir o dispositivo, abaixo transcrito, denominado Reserva para Manutenção do Equilíbrio Econômico e Financeiro da Concessão, constante do item 3 - Conceitos e Fundamentos, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE do texto do anexo aprovado pelo Art. 1º da REN nº 605 de 11 de março de 2014:

"Como forma de harmonizar os interesses que a ANEEL tem de tutelar com os interesses visados pela contabilidade societária, este órgão regulador aprova os CPC´s que tratam da valoração de ativos e passivos a valor justo, com as seguintes ressalvas:

que os valores ainda não realizados financeiramente e registrados em conta de resultado de exercícios deverão ser controlados pela outorgada de energia elétrica, em demonstrativo próprio que indicará o valor do custo histórico do ativo ou passivo, o valor justo registrado na data-base do reporte e o valor da mais ou menos valia registrado no resultado do exercício, decorrente da mensuração ao seu valor justo; e

uma vez detectado que do resultado positivo do exercício social, o lucro decorrente da valorização de ativos e passivos a valor justo, deve a outorgada de energia elétrica constituir uma reserva estatutária (art. 194 da Lei 6404/76), denominada de "reserva para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da concessão", com vista a proteção do equilíbrio econômico e financeiro da concessão."

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 4 de abril de 2017

Nº 935 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.001185/2015-50, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Furnas Centrais Elétricas, em face do Auto de Infração 104/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE; e, no mérito, (ii) ratificar a decisão em juízo de reconsideração da SFE, no sentido de dar parcial provimento ao Recurso e, por conseguinte, reduzir a multa para R$ 403.703,41 (quatrocentos e três mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos), que deverá ser recolhido com os acréscimos legais.

Nº 936 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48000.003016/2015-54, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto por Furnas Centrais Elétricas S/A - Furnas, em face do Auto de Infração 105/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) ratificar a decisão da SFE em juízo de reconsideração no sentido de dar parcial provimento ao referido recurso e, por conseguinte, reduzir a penalidade de multa originalmente aplicada para R$ 134.567,80 (cento e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), valor este que deverá ser recolhido com os acréscimos legais.

Nº 946 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.006372-2013-68, decide revogar os Despachos nº 3.963, de 22 de novembro de 2013, e nº 345, de 11 de fevereiro de 2015, que conferiram, respectivamente, o registro e o aceite ao projeto básico da PCH Forquilha, no rio Marrecas, na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Mangueirinha, estado do Paraná.

Nº 956 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005588/2013-14, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. em face do Despacho 1.844, 12 de julho de 2016, que indeferiu o pedido de alteração do cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Ventos de Guarás I e, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 957 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004789/2011-24, decide conhecer do Requerimento Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, com vistas à revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Resolução Normativa - REN nº 605/2014, em face do dispositivo denominado Reserva para Manutenção do Equilíbrio Econômico e Financeiro da Concessão, constante do item 3 - Conceitos e Fundamentos, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, para, no mérito, dar-lhe provimento, para alterar a REN nº 605 de 11 de março de 2014.

N° 984 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002064/2015-25, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto por Furnas Centrais Elétricas S.A., em face da Resolução Autorizativa nº 5.538, de 27 de outubro de 2015, para, no mérito, negar-lhe provimento, mas, de ofício, decide aprovar a emissão de Resolução Autorizativa, com o objetivo de alterar o valor da Parcela de Ajuste, que passa de R$ 1.275.906,40 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e seis reais e quarenta centavos) para R$ 2.242.580,87 (dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos), a preços de junho de 2015.

N° 985 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002316/2014-35, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, em face da Resolução Autorizativa nº 5.569, de 17 de novembro de 2015, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento para aprovar a emissão de Resolução Autorizativa com o objetivo de alterar a RAP para R$ 8.272.927,73 (oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), a preços de junho de 2015, e aumentar em 6 meses o prazo para entrada em operação comercial de cada fase do reforço

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO
Em 11 de abril de 2017

Nº 1.022 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 4.177, de 13 de setembro de 2016, considerando o que consta do Processo nº 48500.002552/2016-13 e em cumprimento ao disposto no Edital do Leilão de Transmissão nº 05/2016-ANEEL, decide conhecer, por tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte contra o Despacho nº 639, de 7 de março de 2017, que tornou público o não atendimento ao requisito de habilitação técnica de que trata o item 10.9.5 do Edital e, no mérito, dar-lhe provimento para permitir a participação da Eletronorte, de forma isolada ou em consórcio com participação majoritária, nesse Leilão.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de março de 2017

Nº 841 - Processo nº: 48500.003548/2011-68. Interessada: Bunge Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: revogar o Despacho nº 3.110, de 1º de agosto de 2011, que autorizou a empresa Bunge Comercializadora de Energia Ltda. a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 10 de abril de 2017

Nº 986 - Processo nº 48500.008372/2008-35. Interessado: Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Turvo 13, com 9.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RS.037507-1.01, localizada no rio Turvo, integrante da sub-bacia 74, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, nos municípios de Bom Progresso e Miraguaí, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 994 - Processo nº 48500.004889/2016-65. Interessado: AMF Urbanismo Ltda. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 2.766/2016 que conferiu o DRI-PCH referente à PCH Tourinho, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.035765-0.01, situada no rio Tourinho, no estado do Paraná, motivado pela desistência formal em prosseguir no processo, nos termos do art. 9º, inciso I, da Resolução Normativa nº 673/2015; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 995 - Processo nº 48500.005532/2011-90. Interessado: Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Decisão: prorrogar até o dia 2/4/2020 o prazo estabelecido no Despacho nº 3.613/2014, referente à entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE Bem Querer J1A, cadastrada sob o CEG UHE.PH.RR.035038-9.01, com potência instalada de 708.400 kW, localizada no rio Branco, no estado de Roraima. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 11 de abril de 2017

Nº 1.017 - Processos nº 48500.005521/2015-33, 48500.005520/2015-99, 48500.005199/2015-42, 48500.005195/2015-64, 48500.005522/2015-88, e 48500.005523/2015-22. Interessado Usina Asa Branca Participações Ltda. Decisão: renovar, até 27 de fevereiro de 2018, a validade dos Despachos n° 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381 e 382, todos de 16 de fevereiro de 2016, conforme características constantes do Anexo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de abril de 2017

Nº 1.018 - Processo nº 48500.004406/2014-61. Interessado: Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 12 de abril de 2017. Usina: EOL Aura Mangueira XIII. Unidade Geradora: UG1 a UG5, de 3.000 kW cada, totalizando 15.000 kW de capacidade instalada. Localização: de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 11 de abril 2017

Nº 1.015 - A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 3º, inciso XIII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 686/2015 de 23 de novembro de 2015 e o que consta do Processo nº 48500.004879/2016-20, resolve: I - declarar o valor total da Base de Remuneração da Nova Palma Energia - UHENPAL para fins da 4ª Revisão Tarifária sendo: a) Base de Remuneração Bruta da Distribuição de R$ 25.081.700,01 (vinte e cinco milhões, oitenta e um mil, setecentos reais e um centavo); b) Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$13.477.464,55 (treze milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos); c) Taxa de depreciação média de 3,83% a.a. (três inteiros e oitenta e três centésimos por cento ao ano).

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de abril de 2017

Nº 989 - Processo nº: 48500.000311/2016-30. Decisão: I - disponibilizar a primeira parte da análise das manifestações das distribuidoras aos relatórios de validação da Tarifa Social de Energia Elétrica constantes no Despacho nº 553/2017; II - informar que serão realizados os descontos dos valores calculados nas homologações mensais subsequentes; e III - informar que o prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias. A íntegra deste Despacho está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de abril de 2017

Nº 976 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001979/2017-85, decide por indeferir o pleito da Companhia Luz e Força de Mococa - CPFL Mococa de redução dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratados no ponto de conexão Mococa 4 138 kV, a partir de 1º julho de 2016.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 142, DE 11 DE ABRIL DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.036301/1996-94, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROSERRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 01.557.353/0001-50, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, autorizada a operar o tanque n.º 9, conforme listado abaixo, na base localizada na Rodovia BR 116, km 706 - Suissa - Jequié - BA - CEP 45202-130.

O parque de tancagem compreende os tanques listados a seguir, com seus respectivos produtos, perfazendo o total de 5.903,07 m³, incluindo a ampliação (tanque n.º 9).

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Alt./Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Situação
01	10,50	9,2	800	II ou III	Aéreo Vertical
02	8,59	7,16	415	II ou III	Aéreo Vertical
03	10,50	9,2	800	I, II ou III	Aéreo Vertical
04	8,59	7,16	415	I, II ou III	Aéreo Vertical
05	10,50	9,2	800	I, II ou III	Aéreo Vertical
06	8,59	7,16	415	I, II ou III	Aéreo Vertical
07	2,55	12,00	61,22	IIIB	Subterrâneo Horizontal
08	11,46	12,55	1296,81	I, II ou III	Aéreo Vertical
09	9,55	12,45	900,04	I, II ou III	Aéreo Vertical

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A PETROSERRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 01.557.353/0001-50, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 11 de abril de 2017

Nº 363 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRPA0180352	ALEX G DE SOUZA & CIA LTDA - EPP	22.976.573/0001-98	CONCORDIA DO PARA	PA	48610.002350/2017-13
PRRR0180357	AUTO POSTO AG LTDA - ME	11.431.169/0002-01	ALTO ALEGRE	RR	48610.002800/2017-60
PRBA0180360	AUTO POSTO CAJUEIRO COMERCIO DE PETROLEO LTDA	26.173.977/0001-02	CARINHANHA	BA	48610.003298/2017-12
PRSP0180381	AUTO POSTO LINCE DO VALE EIRELI	27.017.843/0001-57	TAUBATE	SP	48610.003381/2017-83
PRGO0180354	AUTO POSTO REAL GOIAS LTDA - ME	18.298.394/0001-71	EDEIA	GO	48610.003384/2017-17
PRMG0180353	AUTO POSTO SANTO ANTONIO DE GUAXUPE LTDA	23.418.990/0001-88	GUAXUPE	MG	48610.003317/2017-01
PRBA0180359	AUTO POSTO SILVEIRA SANTOS LTDA - ME	23.221.364/0001-05	CARINHANHA	BA	48610.003089/2017-61
PRSP0180377	AUTO POSTO VIA MINEIRA LTDA - EPP	24.970.280/0001-29	GALIA	SP	48610.003376/2017-71
PRRO0180355	BASE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA. - EPP	11.120.460/0001-70	JI-PARANA	RO	48610.015215/2016-49
PRSP0180331	CENTRO AUTOMOTIVO BARREIRO LTDA	22.230.680/0001-72	TAUBATE	SP	48610.003379/2017-12
PRBA0180382	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS J. R. SANTOS LTDA - EPP	19.655.637/0001-44	EUCLIDES DA CUNHA	BA	48610.003781/2017-99
PRCE0180376	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS TEIXEIRA LTDA - ME	20.967.821/0001-09	ICO	CE	48610.003684/2017-04
PRMG0180374	COOPERATIVA AGRO PECUARIA DE BOA ESPERANCA LTDA	18.780.254/0027-74	COQUEIRAL	MG	48610.003062/2017-78
PRRS0180334	DE SOUZA STAEVIE & CIA. LTDA.	14.742.132/0002-84	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.003695/2017-86
PRBA0180372	ELISABETE BRITO DA SILVA - ME	25.183.382/0001-67	CAMPO FORMOSO	BA	48610.003378/2017-60
PRSC0180351	JP COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP	26.980.622/0001-17	LAGES	SC	48610.002351/2017-50
PRBA0180371	M C COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	23.265.054/0001-84	CONDEUBA	BA	48610.014458/2016-60
PRMG0180383	MAMEDE LIMA AUTO POSTO EIRELI - EPP	26.599.475/0001-30	PRATA	MG	48610.003541/2017-94
PRRS0180373	POSTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES SUL-MAX LTDA - ME	17.214.710/0001-17	MARQUES DE SOUZA	RS	48610.003685/2017-41
PRPB0180375	POSTO DE COMBUSTIVEIS GRID PICUI LTDA - EPP	26.298.591/0001-19	PICUI	PB	48610.003677/2017-02
PRRS0180332	POSTO DE COMBUSTIVEIS MARCELINENSE LTDA - ME	26.266.843/0001-28	MARCELINO RAMOS	RS	48610.003206/2017-96
PRMG0180380	POSTO GENTIL DIVINOPOLIS LTDA	23.287.635/0001-17	NOVA SERRANA	MG	48610.003546/2017-17
PRMG0180333	POSTO NINA LTDA - ME	27.116.314/0001-00	VISCONDE DO RIO BRANCO	MG	48610.003053/2017-87
PRCE0180358	POSTO NOSSA SENHORA APARECIDA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	26.721.475/0001-60	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.003314/2017-69
PRMG0180378	POSTO SPRESSO COMBUSTIVEIS LTDA - ME	21.474.927/0001-33	IPATINGA	MG	48610.003782/2017-33
PRMG0180379	POSTO SSNET LTDA - EPP	26.313.041/0001-21	SAO JOAO DO PARAISO	MG	48610.002909/2017-05
PRMG0180335	VELOSO CLEMENTINO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP	20.055.614/0001-88	PONTO CHIQUE	MG	48610.003696/2017-21
PRMA0180314	WASHINGTON AGUIAR LOPES - ME	07.560.623/0002-49	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	MA	48610.014580/2016-36
PRTO0180315	WITI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	25.195.745/0001-84	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.003088/2017-16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 364 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/BA0239262	A C FERNANDES ME	26.166.567/0001-26	SAO FELIPE	BA	48610.003768/2017-30
GLP/PR0239263	ALESSANDRA DE CASSIA PEREIRA 38926419860	24.279.377/0001-90	APUCARANA	PR	48610.003575/2017-89
GLP/RN0239264	ALYSON JONAS MELO FONSECA	25.982.324/0001-01	PENDENCIAS	RN	48610.003574/2017-34
GLP/SP0239265	CADU COMERCIO DE GAS EIRELI- ME	26.626.654/0001-19	BARUERI	SP	48610.003595/2017-50
GLP/CE0239266	CAMPOS SALES DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME	26.627.334/0001-83	CAMPOS SALES	CE	48610.003820/2017-58
GLP/RO0239267	C.S FERREIRA COMERCIO DE GAS ME	26.418.373/0001-70	PORTO VELHO	RO	48610.003533/2017-48
GLP/SP0239268	DEUSDEDIT DE SOUZA BORGES FILHO	26.350.205/0001-90	HORTOLANDIA	SP	48610.003645/2017-07
GLP/PB0239269	DILMA DA SILVA RIBEIRO 09609194494	26.824.057/0001-07	RIACHAO	PB	48610.003576/2017-23
GLP/SE0239270	FERNANDA CRISTINA DA SILVA BARRETO 02954015594	26.514.732/0001-93	PROPRIA	SE	48610.003578/2017-12
GLP/BA0239271	GILIARDE REVENDEDORA DE GAS LTDA ME	27.350.308/0001-13	SALVADOR	BA	48610.003813/2017-56
GLP/GO0239272	IMPERIAL GAS EIRELI - ME	27.079.591/0001-90	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.003589/2017-01
GLP/ES0239273	ISIS MARIA DA SILVA BATISTA	19.359.677/0001-49	ANCHIETA	ES	48610.003577/2017-78
GLP/RN0239274	J R S DANTAS COMERCIO DE GAS - ME	24.995.757/0001-20	NATAL	RN	48610.003586/2017-69
GLP/SC0239275	JOCIANE MARCILIO MACHADO WARMLING 06005880926	26.736.533/0001-20	SAO MARTINHO	SC	48610.003592/2017-16
GLP/PA0239276	JOSAFA ALVES DA SILVA 90983262268	26.407.853/0001-36	ITAITUBA	PA	48610.003636/2017-16
GLP/BA0239277	LAIRTON MATOS DE SANTANA - ME	26.230.013/0001-40	RIBEIRA DO POMBAL	BA	48610.003722/2017-11
GLP/MG0239278	LUIZ PAULO PEREIRA - ME	23.096.828/0001-90	CRUZILIA	MG	48610.003568/2017-87
GLP/GO0239279	M G MONTEIRO COMERCIO DE GAS ME	27.033.435/0001-99	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.003209/2017-20
GLP/PA0239280	MANOEL DE JESUS DE CASTRO 23728485268	26.436.069/0001-56	ANANINDEUA	PA	48610.003646/2017-43
GLP/SP0239281	MARIVALDO FERNANDES DA SILVA - EPP	06.068.234/0002-38	PIRAPOZINHO	SP	48610.003822/2017-47
GLP/SC0239282	MARLISE DE SOUZA ROLDÃO DE OLIVEIRA 77030460944	26.749.430/0001-02	ICARA	SC	48610.003593/2017-61
GLP/MS0239283	MILTON A. PEREIRA - ME	22.690.913/0004-62	FIGUEIRAO	MS	48610.003594/2017-13
GLP/CE0239284	PETRUCIA FERREIRA DA COSTA MAIA	23.698.860/0001-46	AQUIRAZ	CE	48610.003647/2017-98
GLP/SP0239285	PORT GAS DE TATUI EIRELI- ME	60.347.267/0001-81	TATUI	SP	48610.003569/2017-21
GLP/BA0239286	RODRIAGUA COMERCIAL LTDA ME	11.496.553/0002-84	NOVA SOURE	BA	48610.003641/2017-11
GLP/SP0239287	RUTH GSBRIELA DE MORAES 22015431861	26.675.070/0001-33	SAO CARLOS	SP	48610.003642/2017-65
GLP/ES0239288	VILSON EDUARDO FERNANDES 017719849781	18.225.353/0001-55	VARGEM ALTA	ES	48610.003580/2017-91
GLP/GO0239289	ZERICO CUSTODIO DA COSTA	26.327.872/0001-52	BONFINOPOLIS	GO	48610.003284/2017-91

Nº 365 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
RS0172334	ABASTECEDORA ABM LTDA	89.470.462/0013-10	PORTO ALEGRE	RS	48610.005632/2004-41
RS0229151	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS ONGARATTO LTDA	90.719.501/0004-68	RIO GRANDE	RS	48610.005739/2008-11
SP0201376	ANNA HOTEL LTDA.	05.571.182/0003-36	BAURU	SP	48610.009835/2006-77
SP0011664	AUTO POSTO DE SERVICOS CAMPOS JUNIOR LTDA	02.868.433/0001-99	PIRACICABA	SP	48610.008653/2001-74
PR/MS0082302	AUTO POSTO DONADEL LTDA - EPP.	11.174.649/0001-45	NAVIRAI	MS	48610.003683/2010-85
PA0172897	AUTO POSTO MARITUBA LTDA	05.506.535/0001-52	MARITUBA	PA	48610.005978/2004-48
MG0015554	AUTO POSTO SKALADA LTDA	19.921.410/0001-01	CENTRALINA	MG	48610.017177/2001-82
PR/MG0110162	AUTO POSTO VERDELANDIA LTDA	11.770.717/0001-39	VERDELANDIA	MG	48610.003691/2012-93
RS0014873	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SIOL LTDA	02.451.069/0001-67	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.011986/2001-81
RS0207182	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS VITÓRIA II LTDA.	08.382.104/0001-10	CAMPO BOM	RS	48610.001916/2007-18
RS0030864	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VONTOBEL LTDA.	03.733.868/0001-99	NAO-ME-TOQUE	RS	48610.001155/2003-62
SP0030878	IGUATEMI POSTO DE SERVIÇOS LTDA	56.418.965/0001-53	SAO PAULO	SP	48610.001581/2003-12
BA0165367	ITAPICURU COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	05.369.642/0001-86	PONTO NOVO	BA	48610.010957/2003-63
PR/MA0096742	J C DOS SANTOS	13.220.542/0001-11	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	MA	48610.007737/2011-62
SP0017504	MARTINS AUTO POSTO LTDA	45.554.037/0001-08	SAO PAULO	SP	48610.018460/2001-21
AL0026705	MRR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E REPRESENTACOES LTDA	03.657.112/0001-08	MACEIO	AL	48600.002009/2002-92
PR/SP0070580	PATLO POSTO DE SERVIÇOS LTDA	08.939.487/0001-84	SAO PAULO	SP	48610.005961/2009-03
RS0002898	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MAGRO LTDA	01.340.676/0001-97	SAO FRANCISCO DE PAULA	RS	48610.000140/2001-15
MG0020964	ROBSON BRAZ DE ALMEIDA	00.526.866/0001-30	JURAMENTO	MG	48610.002021/2002-88
SP0030850	SAMAMBAIA AUTO POSTO LTDA	49.995.541/0001-96	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	48610.001441/2003-28
SP0188988	VITARY AUTO POSTO LTDA.	07.257.466/0001-16	AVARE	SP	48610.006004/2005-62
AL0023868	WAGNO DOS SANTOS GOMES	00.751.063/0001-80	INHAPI	AL	48610.004929/2002-26

Nº 366 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna público o cancelamento das autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0214031	ALESSANDRA ANTONIA FERNANDES 03682559990	14.698.424/0001-86	BLUMENAU	SC	48610.003030/2012-68
GLP/TO0230161	ARLETE DOS SANTOS SERAFIM 02448729107	21.891.772/0001-30	MIRANORTE	TO	48610.004908/2015-25
GLP/SP0204454	BOTIJÃO DE OURO DE ITATIBA LTDA - ME	08.744.072/0001-55	ITATIBA	SP	48610.018893/2010-78
GLP/MG0172940	DISTRIBUIDORA DE GÁS J-E-D LTDA.	08.208.785/0001-02	SABARA	MG	48610.009929/2008-16
GLP/MG0223053	ELDIO DE ALMEIDA - ME	18.208.326/0001-74	TAIOBEIRAS	MG	48610.010443/2013-80
GLP/SP0223154	ERICA APARECIDA CARVALHO AMADOR 34050661829	16.516.765/0001-19	CERQUEIRA CESAR	SP	48610.007614/2013-93
GLP/MS0221880	FABIO GAS - DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA - ME	18.125.156/0001-64	DOURADOS	MS	48610.007203/2013-06
GLP/BA0179047	GEDIEL DE OLIVEIRA RIOS	04.477.581/0001-08	SALVADOR	BA	48610.009288/2009-72
GLP/MG0204472	GILDOMAR LESSA NUNES	26.399.360/0001-00	SERRO	MG	48610.019027/2010-02
GLP/TO0226398	I. P. DA COSTA MENDES - ME.	20.447.130/0001-84	GURUPI	TO	48610.008258/2014-14
GLP/GO0220619	J M SILVA - GAS SOLAR - ME	17.415.481/0001-07	GOIANIA	GO	48610.004220/2013-83
GLP/SP0237780	JANAIANA APARECIDA ALVES 37002904892	26.214.325/0001-60	OUROESTE	SP	48610.014536/2016-26
001/GLP/GO0013743	JHON GAS LTDA - ME	04.376.799/0001-76	IPORA	GO	48610.004281/2007-19
GLP/PE0223074	JOCIANO COSMO PASCOAL - ME	18.534.670/0001-53	CARUARU	PE	48610.009618/2013-14
GLP/MG0211693	JOSELIA MOREIRA DE SOUZA RODRIGUES	12.114.519/0001-80	MANHUACU	MG	48610.012130/2011-02
GLP/BA0225585	KEMIGAS COMERCIO DE GAS BAHIA LTDA	63.246.490/0003-92	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.003320/2014-73
GLP/CE0236170	LUIS HENRIQUE MAIA DE SOUSA	21.981.910/0001-72	ITAPAJE	CE	48610.009921/2016-51
GLP/SC0213200	MACHADO E HOINASCKI LTDA ME	80.099.732/0001-10	ANITAPOLIS	SC	48610.001016/2012-20
GLP/GO0235844	MARCELO MESSIAS DOS SANTOS	24.198.543/0001-23	RIALMA	GO	48610.009151/2016-47
GLP/SC0231820	MARLENE ALVES DE JESUS 03720658996	19.702.286/0001-85	ITAIOPOLIS	SC	48610.011707/2015-84
GLP/MG0174967	MERCEARIA MILLE LTDA	21.928.114/0001-76	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.011687/2008-12
GLP/RS0210462	NELSON DA SILVA DIAS MERCEARIA BAZAR	02.255.770/0001-00	BALNEARIO PINHAL	RS	48610.011963/2011-48
GLP/MS0208180	NIKKEY COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. ME.	03.678.621/0002-06	CORUMBA	MS	48610.007296/2011-07
001/GLP/RJ0013336	REVENDEDORA DE GÁS PAIS E FILHOS DO PARQUE SUÉCIA LTDA	06.090.845/0001-00	BELFORD ROXO	RJ	48610.002943/2007-16
GLP/MG0223552	ROSALIA GONÇALVES DA MOTA - ME	18.632.603/0001-71	MONTES CLAROS	MG	48610.010818/2013-10
GLP/PR0217621	S J ARAUJO & CIA LTDA - EPP	76.046.499/0005-63	CAMPO MOURAO	PR	48610.011011/2012-13
GLP/ES0226861	S. RIGONI COMERCIO - ME	19.097.458/0001-39	VILA VELHA	ES	48610.003518/2014-57
GLP/AC0224030	SUPERMERCADO IRMÃOS MARINHO LTDA - ME	18.073.420/0001-63	ACRELANDIA	AC	48610.012991/2013-44

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 368 - A Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº BA0079507 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao SOARES CRUZ - DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 11.353.066/0001-81, pelas razões constantes no Processo Administrativo 48611.001036/2014-52.

Nº 369 - A Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/BA0186162 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente ao ILDENOR NOVAES DE ARAUJO ME, inscrito no CNPJ sob o nº 04.980.327/0001-28, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.000167/2014-12.

Nº 370 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, retifica a autorização concedida a L J COMBUSTIVEIS E TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO LTDA, registrada sob o CNPJ 15.394.407/0001-18, por meio do Despacho n° 463, publicado no DOU de 09/05/2013, para o exercício da atividade de revenda varejista flutuante.

Nº 371 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, em complemento ao Despacho n° 253, publicado no DOU de 17/03/2017, torna pública a autorização ordinária para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo ao POSTO LIDER - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA. - EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 26.658.488/0001-32, em substituição à autorização por decisão judicial, observado o disposto no Art. 30 da Resolução supracitada, conforme processo 48610.001580/2017-57.

MARIA INES SOUZA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 143, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base na Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015 e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.007878/2010-02, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Petróleo Brasileiro S.A., em sua filial Refinaria de Duque de Caxias - REDUC, CNPJ nº 33.000.167/0088-62, autorizada a operar 5 (cinco) oleodutos de transferência, para a movimentação de gasolina, óleo diesel, GLP e etanol os quais interligam a REDUC às Companhias Distribuidoras instaladas em seu entorno, conforme características listadas na tabela abaixo:

N.°	TAG/ IDENTIFICAÇÃO	ORIGEM	DESTINO	DIÂMETRO (Polegadas)	EXTENSÃO TOTAL (Km)	PRODUTO
3	RE-8"-O-370 1647 A / RE-8"-O-370 1650 A	Reduc	Raízen BCAX	8	2,05	AEAC/ AEHC
7	RE-8"-O-370 1644 A / RE-8"-O-370 1645 A	Reduc	Raízen BCAX	8	2,05	Óleo Diesel
12	RE-10"-O-370 1638 A / RE-12-"O-370 1639 A	Reduc	Raízen BCAX	10	2,05	Gasolina
17	RE-10"-O-370 1641 A / RE-10-"O-370 1642 A	Reduc	Raízen BCAX	10	2,05	Óleo Diesel
31	RE-6"-O-370 1630 A	Reduc	Granel	6	0,23	GLP

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Petrobras Brasileiro S.A. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Ficam revogadas as operações dos oleodutos de Códigos 581 e 583, listados no Anexo II, da Autorização ANP N° 31, de 7/2/2003, publicada no DOU de 10/2/2003.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 144, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.003390/2017-74, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Blueshift Geração e Comercialização de Energia Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 24.588.716/0001-10, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP n.º 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de abril de 2017

Nº 367 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.003390/2017-74, considerando:

- O atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011; e

- O deferimento do pedido de autorização de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, resolve:

1-Fica a Blueshift Geração e Comercialização de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 24.588.716/0001-10, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.42.35.24588716.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 5/2017-PB

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

3195/2017-846.294/2016-SANTA RITA DE CASSIA MINERADOURA LTDA. ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3196/2017-846.017/2017-ALA CONSULTORIA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE EIRELI ME-

3197/2017-846.021/2017-MINERAÇÃO PAULISTA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3198/2017-846.002/2017-GP ALDOCK MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-

3199/2017-846.005/2017-CAZUZA DE SOUSA SALVADOR E MOURA NUNES-

3200/2017-846.006/2017-JOÃO PEDRO SALVADOR DE LIMA-

3201/2017-846.020/2017-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 15/2017-PI

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

3203/2017-803.276/2016-FERRAZ AGROPECUARIA E MINERAÇÃO LTDA ME-

3204/2017-803.009/2017-FERNANDO MARCELO BRAGA MENDES-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3205/2017-803.259/2016-DALMO ALVISE-

3206/2017-803.010/2017-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.-

3207/2017-803.011/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3208/2017-803.007/2017-MAURICIO DE AMORIM AQUINO-

3209/2017-803.014/2017-METAPI MINERAÇÃO S A-

3210/2017-803.015/2017-METAPI MINERAÇÃO S A-

RELAÇÃO Nº 31/2017-SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3202/2017-878.024/2017-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-

RELAÇÃO Nº 69/2017-MT

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

3158/2017-866.685/2015-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-

3159/2017-866.406/2016-ADEMIR BERALDI-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3160/2017-866.723/2016-LENIR CASTILHO BATISTA-
3161/2017-866.809/2016-J.C. MACIEL FILHO ME-
3162/2017-866.810/2016-FLAVIO MARANGONI COSTA-
3163/2017-866.814/2016-CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA-
3164/2017-866.828/2016-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO-
3165/2017-866.899/2016-ADEMAR GERÔNIMO FARIAS FILHO-
3166/2017-866.050/2017-M V TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3167/2017-866.314/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3168/2017-866.315/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3169/2017-866.316/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3170/2017-866.317/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3171/2017-866.318/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3172/2017-866.319/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3173/2017-866.320/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3174/2017-866.321/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3175/2017-866.322/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3176/2017-866.549/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3177/2017-866.550/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3178/2017-866.551/2015-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA.-
3179/2017-866.010/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3180/2017-866.043/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3181/2017-866.044/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3182/2017-866.045/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3183/2017-866.046/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3184/2017-866.047/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3185/2017-866.048/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3186/2017-866.049/2017-LUCRA ASSESSORIA E CORRETORA DE CEREAIS LTDA-
3187/2017-866.060/2017-ANGELO CARLOS VICARI-
3188/2017-866.065/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3189/2017-866.066/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3190/2017-866.068/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3191/2017-866.069/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3192/2017-866.070/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3193/2017-866.071/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3194/2017-866.072/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

RELAÇÃO Nº 77/2017-SEDE-DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

811.046/2015-MIRIM INCORPORAÇÕES E LOTEAMENTO DE IMOVEIS LTDA-ALVARÁ N°3110/2017-Destacado do DNPM 811.123/2012-ALVARÁ N°3296/2015-Vencimento em 10/6/2017

811.047/2015-MIRIM INCORPORAÇÕES E LOTEAMENTO DE IMOVEIS LTDA-ALVARÁ N°3111/2017-Destacado do DNPM 811.123/2012-ALVARÁ N°3296/2015-Vencimento em 10/6/2017

811.048/2015-MIRIM INCORPORAÇÕES E LOTEAMENTO DE IMOVEIS LTDA-ALVARÁ N°3112/2017-Destacado do DNPM 811.123/2012-ALVARÁ N°3296/2015-Vencimento em 10/6/2017

810.390/2016-TRESCASTRO E CIA LTDA-ALVARÁ N°3113/2017-Destacado do DNPM 810.502/2014-ALVARÁ N°1434/2016-Vencimento em 23/2/2018

810.400/2016-RETROCAM TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA ME-ALVARÁ N°3114/2017-Destacado do DNPM 810.280/2015-ALVARÁ N°4151/2015-Vencimento em 29/6/2017

810.678/2016-JOSÉ CARLOS DIAS DA SILVA-ALVARÁ N°3115/2017-Destacado do DNPM 810.583/2011-ALVARÁ N°10704/2011-Vencimento em 18/5/2017

810.679/2016-ONEIDE SILVEIRA GUERRA-ALVARÁ N°3116/2017-Destacado do DNPM 810.583/2011-ALVARÁ N°10704/2011-Vencimento em 18/5/2017

810.680/2016-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA-ALVARÁ N°3117/2017-Destacado do DNPM 810.583/2011-ALVARÁ N°10704/2011-Vencimento em 18/5/2017

RELAÇÃO Nº 79/2017-SEDE-DF

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Retificação que entram em vigor na data de sua publicação:(276)

831.525/2004-BHP BILLITON BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3118/2017-3 anos - Retifica o ALVARÁ N°11.367, DOU de 13/10/2009

RELAÇÃO Nº 81/2017-SEDE-DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

880.031/2008-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N° 11.216 Publicado DOU de 5/9/2016- Onde se lê: "... numa área de 9860,00 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 9858,4 ha,..."

866.335/2009-ECOPLAN MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N° 11.361 Publicado DOU de 17/3/2014- Onde se lê: "... numa área de 803,63 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 12,88 ha,..."

826.758/2010-E.B. PERES & CIA LTDA-ALVARÁ N° 14.063 Publicado DOU de 12/9/2011- Onde se lê: "... numa área de 957,51ha, ...", Leia-se: "... numa área de 585,31 ha,..."

833.514/2011-LINO GERALDO ALVES DE SOUZA ME-ALVARÁ N° 437 Publicado DOU de 15/6/2016- Onde se lê: "... numa área de 49,96 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 6,55 ha,..."

834.890/2011-AREAL VISTA ALEGRE LTDA ME-ALVARÁ N° 6416 Publicado DOU de 21/7/2014- Onde se lê: "... numa área de 682,78ha, ...", Leia-se: "... numa área de 677,23 ha,..."

890.818/2012-JUMACOL JUPARANÃ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N° 2361 Publicado DOU de 15/4/2015- Onde se lê: "... numa área de 50,00 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 34,27 ha,..."

866.144/2013-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N° 15.616 Publicado DOU de 8/12/2015- Onde se lê: "... numa área de 8685,07 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 8600,59 ha,..."

866.249/2013-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO-ALVARÁ N° 5862 Publicado DOU de 30/6/2014- Onde se lê: "... numa área de 2140,52 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 1366,63 ha,..."

826.995/2014-AREIAL DO VALE LTDA-ALVARÁ N° 11.797 Publicado DOU de 18/12/2014- Onde se lê: "... numa área de 349,10 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 183,21 ha,..."

831.936/2014-GUSTAVO MOURA GUIMARÃES-ALVARÁ N° 1236 Publicado DOU de 19/2/2016- Onde se lê: "... numa área de 13,38 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 8,63 ha,..."

832.218/2014-JOSÉ CARLOS PEREIRA NETO-ALVARÁ N° 1386 Publicado DOU de 12/3/2015- Onde se lê: "... numa área de 976,89 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 971,00 ha,..."

833.389/2014-CONSTRULOC CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA ME-ALVARÁ N° 7857 Publicado DOU de 14/9/2015- Onde se lê: "... numa área de 833,46 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 9,98 ha,..."

880.142/2014-GILSON AGINATO JUNG-ALVARÁ N° 2348 Publicado DOU de 15/4/2015- Onde se lê: "... numa área de 658,21, ...", Leia-se: "... numa área de 636,11 ha,..."

815.271/2015-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-ALVARÁ N° 3797 Publicado DOU de 10/6/2015- Onde se lê: "... numa área de 234,76 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 4,77 ha,..."

866.207/2015-JAIR FERNANDES DA SILVA JUNIOR-ALVARÁ N° 17.189 Publicado DOU de 24/12/2015- Onde se lê: "... numa área de 97,77 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 49,74 ha,..."

848.113/2016-ERYCA TATYANE MARTINHO DE AMORIM-ALVARÁ N° 6891 Publicado DOU de 18/7/2016- Onde se lê: "... numa área de 377,95 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 367,97 ha,..."

RELAÇÃO Nº 82/2017-SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
826.130/2016-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
850.086/2007-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
Despacho publicado(256)

834.262/2008-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-Nos termos do Parecer Nº 00054/2017/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pela Senhora Coordenadora de Cobrança, Recuperação de Crédito e Contencioso da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, RETIFICO o documento de fl. 66, retirando a expressão "não ter sido apresentada defesa". CONHEÇO do recurso interposto pela interessada às fls. 58/65 e às fls. 69/72, e, no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO.

820.637/2011-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME-Nos termos do DESPACHO Nº 05/2017-CTC/DGTM fl. 293, aprovado pelo Senhor Diretor de Gestão de Títulos Minerários, que ora aprovo, retifico o despacho de fl. 212, publicado no DOU em 05/02/2016, onde se lê: "...INDEFIRO o pedido de transformação de regime e consequente outorga de registro de licença no processo nº 820.218/2012.", leia-se: "...INDEFIRO o pedido de transformação de regime referente ao processo nº 820.637/2011 e consequente outorga de registro de licença no processo nº 820.218/2012".

Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)

850.253/2001-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA

Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)

890.282/2004-FERNANDA THOME MOREIRA MARTINS

Não conhece o recurso interposto(1837)

834.715/1995-Interposto porURSULA PAULA DEROMA às fls. 136/139, repetido às fls. 175/182, por falta de admissibilidade

Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)

815.113/1995-SERGIO LUIZ BIEHLER-Nos termos do Despacho da Comissão de Disponibilidade, que ora aprovo, e adoto como fundamento desta decisão:- TORNO SEM EFEITO o despacho de fl. 941, publicado no D.O.U de 09/11/2015; - MANTENHO a decisão que não conheceu a proposta de Carlos Roberto de Souza, proferida à fl. 897, publicada no D.O.U. de 16/10/2014; - MANTENHO a decisão que habilitou as propostas de Orlando Roselindo - ME e de Ildo Balestrim, proferida à fl. 896, publicada no D.O.U. de 16/10/2014, e inabilitou as propostas da Infrasul Infraestrurura e Empreendimentos Ltda. GS Extração de Areia Ltda. e de GEO Castro Consultoria Ltda; - NEGO PROVIMENTO aos recursos de Orlando Roselindo - ME de fls. 946/953, e de G S Extração de Areia Ltda. de fls. 956/960; tendo em vista a manutenção da habilitação da primeira recorrente e a inabilitação da segunda.

Nega provimento ao recurso apresentado(1806)

871.005/2003- Recurso interposto por GEOL

871.006/2003- Recurso interposto por GEOLAB SERVIÇOS GEOLOGICOS LTDA

871.008/2003- Recurso interposto por GEOLAB SERVIÇOS GEOLOGICOS LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

850.188/2013- COUTO CABRAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

850.189/2013- COUTO CABRAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)

815.126/1983-MARIA PEREIRA DE SOUZA

815.253/1985-MARIA PEREIRA DE SOUZA

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)

805.873/1968-BIRITIBA MIRIM MINERAÇÃO LTDA.

821.524/1987-PEDREIRA ENGEBRITA LTDA

821.276/2000-FONTE PEDRA BRANCA ÁGUA MINERAL LTDA

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

812.094/1973-RIUMA MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO

821.524/1987-PEDREIRA ENGEBRITA LTDA-GRANITO

820.159/2005-DUAS MATAS AGRÍCOLA LTDA-ARGILA

Autorizo o aditamento de substância mineral(427)

821.524/1987-PEDREIRA ENGEBRITA LTDA-SAIBRO-Portaria de Lavra Nº 387/1993, DOU de 3/12/1993

Nega aprovação do relatório de reavaliação de reservas(429)

821.233/1996-FONTE PAREDÃO VERMELHO LTDA ME-AGUA MINERAL(Fonte Safira)

Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)

820.711/1981-EMPRESA DE MINERAÇÃO TRÊS IRMÃS LTDA.- Início:7/7/2009-Término:7/7/2019

Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)

821.524/1987-PEDREIRA ENGEBRITA LTDA-SAIBRO

Fase de Requerimento de Licenciamento
Despacho publicado(1153)

820.218/2012-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME-Nos termos do DESPACHO Nº 05/2017-CTC/DGTM fl. 293, aprovado pelo Senhor Diretor de Gestão de Títulos Minerários, que ora aprovo, retifico o despacho de fl. 212, publicado no DOU em 05/02/2016, onde se lê: "...INDEFIRO o pedido de transformação de regime e consequente outorga de registro de licença no processo nº 820.218/2012.", leia-se: "...INDEFIRO o pedido de transformação de regime referente ao processo nº 820.637/2011 e consequente outorga de registro de licença no processo nº 820.218/2012".

Nega provimento ao recurso interposto(1170)

831.751/2013-ELENITA SILVA BERGAMO ME

864.017/2015-JESUS DOS SANTOS GONÇALVES & CIA LTDA ME

871.279/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

871.309/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

871.310/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

871.311/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

Não conhece o recurso interposto(1837)

810.147/2016-Interposto porGILBERTO COMIN-ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 170/2017-MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3119/2017-833.294/2015-GEOMINÉRIOS GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA ME-
3120/2017-831.639/2016-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-
3121/2017-831.651/2016-MINERAÇÃO AREIA DE MINAS LTDA ME-
3122/2017-831.658/2016-ELITE MINERAÇÃO LTDA-
3123/2017-831.660/2016-MINERADORA BRITO JUNIOR LTDA-
3124/2017-831.663/2016-ROCHA BRASIL MINERAÇÃO LTDA ME-
3125/2017-831.678/2016-VITOR LOURENÇO NOGUES GIAMPAOLO-
3126/2017-831.680/2016-NADSON TORRES SARMENTO ME-
3127/2017-831.687/2016-MARCOS ANTONIO LEMES-
3128/2017-831.688/2016-REINALDO PIMENTA DE AGUILAR NETO-
3129/2017-831.696/2016-RUBENS LUIZ GHISOLFI-
3130/2017-831.707/2016-PROTERMO LTDA-
3131/2017-831.746/2016-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
3132/2017-831.747/2016-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
3133/2017-831.748/2016-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
3134/2017-831.749/2016-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
3135/2017-831.750/2016-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3136/2017-833.650/2011-MB MINERADORA-
3137/2017-834.443/2011-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-
3138/2017-831.643/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS-
3139/2017-831.644/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS-
3140/2017-831.645/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS-
3141/2017-831.646/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS-
3142/2017-831.647/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS-
3143/2017-831.648/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS-
3144/2017-831.650/2016-PATTERN TECNOLOGIA IND MINER AMBIENTAL LTDA-
3145/2017-831.654/2016-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
3146/2017-831.655/2016-ECO SEIXO MINERADORA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3147/2017-831.681/2016-GALANTE GRANITO LTDA ME-
3148/2017-831.684/2016-FALCON METAIS LTDA-
3149/2017-831.691/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
3150/2017-831.692/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
3151/2017-831.693/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
3152/2017-831.701/2016-DAYNE PEREIRA COELHO-
3153/2017-831.703/2016-FALCON METAIS LTDA-
3154/2017-831.727/2016-MARCELO ELIAS DOMINATO-
3155/2017-831.883/2016-MINERAÇÃO JUPITER LTDA-
3156/2017-831.942/2016-MINERAÇÃO JUPITER LTDA-
3157/2017-832.579/2016-ANDRÉ LUIZ ALMEIDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
844.026/2012-ITAMAR FIOR-OF. N°095/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
844.071/2011-CARLOS ANDRÉ DE MENDONÇA UCHÔA-ARAPIRACA/AL, CRAÍBAS/AL, IGACI/AL - Guia n° 001/2017-20.000toneladas-Calcário- Validade:05/04/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
844.025/2012-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA- Área de 903,58 para 71,33-Argilito

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
844.008/1995-MINERAÇÃO COSTA DOURADA LTDA-Fonte Santa Martha; Marca Costa Dourada, embalagens de 20 litros.- MARAGOGI/AL

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
844.066/2014-SAULO QUINTELA CAVALCANTI ME-Registro de Licença N°:029/2014 - Vencimento em 28/09/2017
Autoriza redução de área(1207)
844.066/2014-SAULO QUINTELA CAVALCANTI ME-Área reduzida de 49,22 para 26,25

Fase de Registro de Extração
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
844.131/2013-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- Registro de Extração N°001- DOU de 14/10/2013

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
844.076/2016-CERÂMICA DO AGRESTE LTDA.

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 56/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
872.435/2016-N GREEN MINERAIS LTDA
872.486/2016-W.C. TRANSPORTESZ & CONTRUÇÕES LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
872.736/2015-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-OF. N°142/2017
872.613/2016-B4F NEFELINA DA BAHIA LTDA-OF. N°144/2017
872.615/2016-B4F NEFELINA DA BAHIA LTDA-OF. N°145/2017
872.957/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°146/2017
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
872.767/2015-CEF EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA ME

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
872.227/2015-BARBARENSE LOCAÇÃO LTDA
870.696/2016-PAULO ROBERTO SCARTAZZINI
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
872.333/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
872.472/2003-Jacobina Mineração e Comércio Ltda. CNPJ - 42.195.728/0001-30- Substância Aprovada:

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
870.349/2010-ANTÔNIO DAVI DOS SANTOS NETO-OF. N°161/2017-180 dias

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
870.253/2016-VICTOR PEREIRA ELLER - PLG N°02/2017 de 27/03/2017 - Prazo 3 anos

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
871.860/2006-COOPERATIVA MINERAL DA BAHIA CMB - PLG Nº 06/2008 de 01/07/2016- Vencimento em 01/07/2018
871.861/2006-COOPERATIVA MINERAL DA BAHIA CMB - PLG Nº 05/2008 de 01/07/2016- Vencimento em 01/07/2018
873.335/2006-COOPERATIVA MINERAL DA BAHIA CMB - PLG Nº 01/2009 de 01/07/2016- Vencimento em 01/07/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
871.190/2016-SILVANO JOSÉ DA CONCEIÇÃO ME-Registro de Licença N°2/2017 de 06/01/2017-Vencimento em 11/05/2019
871.324/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°33/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 17/06/2019
872.225/2016-MÁRCIA HELENA FRANCISQUETO ME-Registro de Licença N°32/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 25/07/2034
872.232/2016-SETA ENGENHARIA S.A.-Registro de Licença N°31/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 13/09/2021
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
872.683/2016-PAULO ROBERTO SCARTAZZINI
870.059/2017-BARBARENSE LOCAÇÃO LTDA
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
871.397/2015-BLOCO FORTE OESTE COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
872.269/2016-VALTEMI DIAS DA CRUZ ME LTDA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
870.439/2016-PARQUE EOLICO SOBRADINHO LTDA
870.440/2016-PARQUE EOLICO SOBRADINHO LTDA
870.441/2016-PARQUE EOLICO SOBRADINHO LTDA

RELAÇÃO Nº 63/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
871.495/2008-MINERADORA UBAX LTDA
870.349/2012-CBG MINERAÇÃO S A
870.350/2012-CBG MINERAÇÃO S A
870.351/2012-CBG MINERAÇÃO S A
870.352/2012-CBG MINERAÇÃO S A
870.353/2012-CBG MINERAÇÃO S A
871.082/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.086/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.087/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.088/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.089/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
Indefere pedido de reconsideração(263)
870.712/2010-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.
870.849/2011-G P GRANITOS DO BRASIL LTDA
871.703/2012-SCHEIDEGGER MINERAÇÃO, TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA ME
Não conhece requerimento protocolizado(270)
870.126/2010-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
871.094/2007-LIPARI MINERAÇÃO LTDA.
872.736/2009-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
871.442/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
871.950/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
871.951/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
871.952/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.
872.307/2010-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.309/2010-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.310/2010-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.312/2010-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.318/2010-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.319/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.320/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.321/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.322/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.323/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.324/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.325/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.327/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.832/2010-CLARIANT S.A.
872.892/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.953/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
872.954/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
871.082/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.087/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.088/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.089/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO
871.230/2014-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME
871.552/2014-HELMO BAGDÁ GAMA
871.799/2014-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
871.894/2014-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
872.264/2014-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
872.265/2014-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
872.266/2014-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
872.267/2014-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
872.293/2014-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
870.245/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
870.283/2015-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
870.444/2015-SANTO ANTONIO GRANITOS LTDA
870.445/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
870.458/2015-MAURO JORGE MAGALHÃES BILATE
870.460/2015-MAURO JORGE MAGALHÃES BILATE
871.482/2015-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.
871.516/2015-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.
871.292/2016-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 66/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.561/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME-CURAÇÁ/BA - Guia n° 051/2017-16.000t-Granito- Validade:18/08/2017
871.107/2015-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-CURAÇÁ/BA - Guia n° 050/2017-10.000t-Mármore- Validade:29/10/2017
872.093/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-PIRIPÁ/BA, TREMEDAL/BA - Guia n° 044/2017-16.000t-Quartzito- Validade:31/03/2018
872.340/2015-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-CAMPO FORMOSO/BA - Guia n° 048/2017-10.000t-Mármore- Validade:03/08/2018
870.408/2016-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME-NOVO HORIZONTE/BA, PIATÃ/BA - Guia n° 052/2017-16.000t-Quartzito- Validade:22/12/2017
871.219/2016-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-PAU BRASIL/BA, POTIRAGUÁ/BA - Guia n° 027/2017-10.000t-Mármore- Validade:02/03/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
875.018/2008-AQUARIUS MINERADORA LTDA.- Área de 802,82ha para 611,08ha-Granito
870.063/2012-GRAVITAL PEDRAS LTDA EPP- Área de 963,74ha para 555,64ha-Quartzito
872.237/2013-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES- Área de 465,30ha para 426,14ha-Mármore
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
871.455/2014-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-ALVARÁ N°10.943/2014
871.505/2014-V.M. MINERAÇÃO MURICI LTDA ME-ALVARÁ N°10.959/2014
872.096/2014-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°12.024/2014
872.197/2014-COLUMBIA EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°214/2015
872.198/2014-COLUMBIA EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°215/2015
872.199/2014-COLUMBIA EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°777/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
872.457/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°3.285/2013
872.458/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°3.286/2013
872.618/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-ALVARÁ N°188/2014
871.215/2013-MINE INVEST BRAZIL LTDA-ALVARÁ N°2122/2014
871.216/2013-MINE INVEST BRAZIL LTDA-ALVARÁ N°2123/2014
871.524/2013-BRASIL GRAFITE S.A.-ALVARÁ N°12.939/2013
871.823/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°1.561/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
873.649/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-CURAÇÁ/BA - Guia n° 053/2017-4.000t-Minério de Cobre- Validade:10/12/2018
873.541/2008-GLOBUS MINERAÇÃO COMERCIO LTDA ME-ANGICAL/BA, BARREIRAS/BA, RIACHÃO DAS NEVES/BA - Guia n° 035/2017-36.000t-Areia- Validade:30/03/2018

RELAÇÃO Nº 67/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.651/2008-RAMON TRANSPORTE LTDA-OF. N°86/2017
872.289/2008-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA-OF. N°83/2017
873.568/2009-JOPPI MINERADORA LTDA.-OF. N°74/2017
870.126/2010-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA-OF. N°87/2017
870.333/2010-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA-OF. N°82/2017
873.942/2011-IBMG MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP-OF. N°762017
871.084/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO-OF. N°73/2017
871.085/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO-OF. N°66/2017
872.460/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-OF. N°68/2017
872.466/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-OF. N°72/2017
871.712/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°84/2017
870.388/2014-BENEDITO RIBEIRO CALDAS NETO-OF. N°70/2017
870.660/2014-RAMON TRANSPORTE LTDA-OF. N°86/2017
871.535/2015-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-OF. N°71/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)
870.651/2008-RAMON TRANSPORTE LTDA-OF. N°85/2017
870.660/2014-RAMON TRANSPORTE LTDA-OF. N°85/2017

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
802.589/1976-INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS LTDA-OF. N°221.44.011/2017
802.590/1976-INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS LTDA-OF. N°221.44.011/2017
803.441/1978-BRASIL BAHIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.005/2017
875.776/1993-MINERAÇÃO ALMEIDA VELAME LTDA.-OF. N°221.44.003/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
800.394/1973-ARATU MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°221.44.018/2017
802.589/1976-INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS LTDA-OF. N°221.44.027/2017
802.590/1976-INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS LTDA-OF. N°221.44.027/2017
803.441/1978-BRASIL BAHIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.011/2017
870.126/1988-ARATU MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°221.44.018/2017
875.776/1993-MINERAÇÃO ALMEIDA VELAME LTDA.-OF. N°221.44.008/2017
872.137/1996-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.-OF. N°221.44.022/2017
870.456/2001-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.-OF. N°221.44.022/2017
870.720/2002-ÁGUA MINERAL GABRIELA LTDA-OF. N°221.44.025/2017

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
872.226/2012-FIGUEIREDO SERVIÇOS DE TRATORES LTDA-OF. N°221.44.010/2017
872.283/2014-FRANCISCO BARROS MONTE ME-OF. N°221.44.008/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
870.854/2003-PEDREIRA IGUAPE LTDA-OF. N°221.44.021/2017
873.597/2005-CERÂMICA REAL LTDA EPP-OF. N°221.44.019/2017
871.204/2010-MINERAÇÃO PEDRA DO CAVALO LTDA-OF. N°221.44.024/2017
873.763/2011-AJA BRITAGEM LTDA-OF. N°221.44.017/2017
872.226/2012-FIGUEIREDO SERVIÇOS DE TRATORES LTDA-OF. N°221.44.023/2017
872.283/2014-FRANCISCO BARROS MONTE ME-OF. N°221.44.015/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
870.687/1991-ITAPEMIRIM GRANITOS & MARMORES LTDA EPP-OF. N°221.44.020/2017

RELAÇÃO Nº 69/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
803.441/1978-BRASIL BAHIA MINERAÇÃO LTDA- AI N° 252/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
872.683/2012-DIRCEU ANTONIO TONELLI ME-AI N°880/2017
872.660/2013-MATOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-AI N°881/2017
871.857/2014-DIRCEU ANTONIO TONELLI ME-AI N°879/2017
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
872.683/2012-DIRCEU ANTONIO TONELLI ME-AI N°2221/2016
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1691)
870.388/2014-BENEDITO RIBEIRO CALDAS NETO- AI N°002/2017

Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
871.204/2010-Mineração Pedra do Cavalo Ltda- AI N°873/2017

RELAÇÃO Nº 74/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
870.145/2003-P. GRAN PEREIRA GRANITOS LTDA-NOT. N°3379/2008
871.444/2005-Manoel Oliveira Nunes- NOT. N°1616/2011
872.652/2005-Celidalva Santos de Oliveira- NOT. N°3176/2011
871.268/2006-GSHL BRASIL MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°2820/2011
872.300/2006-Jandir Fraga- NOT. N°2707/2011
872.545/2006-Jailton Oliveira Brito- NOT. N°235/2012
871.051/2007-JESSÉ FIGUEIREDO DA SILVA- NOT. N°4080/2012

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
870.223/2005-Geraldo Ferreira Dantas Filho- NOT. N°749/2012
871.480/2005-Thiago Xible Salles Ramos- NOT. N°3445/2012
871.121/2006-Valdecir Pereira Rais- NOT. N°2548/2012
871.521/2006-Localog Locação e Logística S.A- NOT. N°2831/2011
873.413/2007-Granazul Extração de Granitos Ltda- NOT. N°975/2012
870.919/2008-Henrique Jorge de Oliveira Pinho- NOT. N°2242/2012
871.051/2008-Sidney Diniz de Almeida- NOT. N°2032/2012
872.353/2009-Khalil Najib Karam- NOT. N°2805/2012

RELAÇÃO Nº 75/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
872.069/2003-WILSON MACHADO CORREIA- NOT. N°2036/2012
873.155/2006-Jandir Fraga- NOT. N°507/2012
871.226/2007-SANTA MARIA IMPORT- NOT. N°1015/2012
872.333/2007-SUL AMERICANA DE ROCHAS LTDA-NOT. N°4021/2012
873.722/2007-Atena Mineração Ltda- NOT. N°2311/2012
874.188/2007-Bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp- NOT. N°131/2013
873.268/2008-JESSÉ FIGUEIREDO DA SILVA- NOT. N°1199/2012
874.086/2008-Minergy Resources Pesquisa e Exploração Ltda- NOT. N°2866/2012
875.025/2008-CID CARLOS PEREIRA- NOT. N°2697/2012

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
870.723/2006-ITAMAMBUCA AGROPECUÁRIA LTDA-NOT. N°3049/2011
870.850/2006-HUTSON GUEDES TEIXEIRA- NOT. N°3076/2012
873.834/2007-Minergy Resources Pesquisa e Exploração Ltda- NOT. N°594/2012
873.025/2008-WALMIR ANTÔNIO CARNIELO- NOT. N°1573/2012
873.185/2008-Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda Me- NOT. N°2907/2012
873.390/2008-JORGE ELIAS CHALFUN FILHO- NOT. N°2057/2012

RELAÇÃO Nº 77/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
870.015/2016-NATAILDO SAMPAIO DE OLIVEIRA - Publicado DOU de 20/12/2016, Relação n° 234, Seção I, pág. 83- Onde se lê :"... ALBATROZ INCORPORADO LTDA, CNPJ 86.916.954/0001-54, LEIA-SE : "... ALBATROZ INCORPORADORA LTDA , CNPJ 86.916.954/0001-64"

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 67/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
861.408/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.409/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
861.837/2010-SR COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°375/2017
861.648/2011-JOSÉ MARIA BARROS-OF. N°371/2017
861.932/2011-JOSE ROSA DO NASCIMENTO-OF. N°365/2017
861.342/2012-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°368/2017
861.429/2013-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-OF. N°372/2017

860.420/2014-AGUA MINA PURA LTDA-OF. N°367/2017 Indefere pedido de reconsideração(263)
860.126/2007-OURO FINO DE GOIÁS MINERAÇÃO LTDA Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
860.879/2015-FREDERICO ARANTES SANTOS- Área de 207,64 para 49,96-AREIA E CASCALHO
861.145/2015-RIO DOCE AREIA E MINERAÇÃO LTDA-Área de 277,38 para 47,88-AREIA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
861.151/2008-VALEMAR VALE DO MARANHÃO MINERAÇÃO LTDA ME-MINÉRIO DE FERRO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
860.731/2011-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME
861.283/2011-PAULO ALVES DE SOUSA
861.284/2011-PAULO ALVES DE SOUSA
861.733/2011-HONORATO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
862.291/2011-MINAGRAN MINERAÇÃO LTDA ME
861.649/2012-RIO VERMELHO MINERAÇÃO LTDA.
861.102/2013-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA
861.732/2013-BRASIL MINÉRIOS S.A.
861.733/2013-BRASIL MINÉRIOS S.A.
861.734/2013-BRASIL MINÉRIOS S.A.
861.735/2013-BRASIL MINÉRIOS S.A.
861.257/2015-GOYAZ BRITAS LTDA
861.359/2015-MINERAÇÃO CURRAL DE PEDRA LTDA Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
861.628/2013-OURO FINO DE GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°3148/2015 Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
861.798/2010-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-ALVARÁ N°3193/2011
861.675/2013-WALTENIR VICENTE NETO-ALVARÁ N°12649/2013

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.188/2011-JOSÉ ROBERTO DELFINO DE SOUZA ME-OF. N°366/2017
860.567/2012-MINERAÇÃO SANT'ANA EIRELI ME-OF. N°376/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
861.211/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°369/2017-60 dias
861.810/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°370/2017-60 dias

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
004.853/1964-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA- Fonte: ANÁPOLIS I; Marca: INDAIÁ; Embalagem: 20L (sem gás) e Fonte: CONCEIÇÃO; Marca: INDAIÁ; Embalagem: 20L (sem gás).- ANÁPOLIS/GO
806.201/1976-SAÚDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte: SÃO JOSÉ; Marca: NATIVA; Embalagem: 500mL (sem gás).- HIDROLÂNDIA/GO
860.194/1994-D'VIDA ÁGUAS MINERAIS LTDA.- Fonte: DA VIDA; Marca: ACQUA PURA & LEVE; Embalagens: 300mL, 500mL (com gás) e 300mL, 500mL e 5L (sem gás).- BRASÍLIA/DF
861.942/1995-NSA MINERACAO AGUA D'MINA LTDA ME- Fonte: BOM JARDIM; Marca: ESMERALDA; Embalagens: 510 mL, 1,5 L e 5L (sem gás).- SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO/GO
860.066/2000-BELO VALLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte: SÃO PEDRO; Marca: NATIVA; Embalagem: 20 L (sem gás).- NOVO GAMA/GO
860.820/2000-CAIAPÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÀGUA MINERAL LTDA- Fonte: CAIAPÓ; Marca: CAIAPÓ; Embalagens: 10L e 20L (sem gás).- JATAÍ/GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.524/2002-ELETRO MINERAÇÃO SÃO SIMÃO LTDA.-OF. N°373/2017
Nega provimento a defesa apresentada(476)
861.121/2004-ESMERALDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA

RELAÇÃO Nº 74/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Brasil Kirin Industria de Bebidas LTDA. Cpf/cnpj :50.221.019/0001-36 - Processo minerário: 860831/01 - Processo de cobrança: 960139/17 Valor: R$.10.996.484,30

Titular: Brasil Minérios S.A. Cpf/cnpj :02.683.365/0001-93 - Processo minerário: 811050/68 - Processo de cobrança: 960181/17 Valor: R$.23.243,61, Processo minerário: 960239/89 - Processo de cobrança: 960182/17 Valor: R$.2.614.430,46, Processo minerário: 960239/89 - Processo de cobrança: 960183/17 Valor: R$.1.987.178,86

Titular: Pedreira Izaíra Indústria e Comércio Ltda Cpf/cnpj :01.551.829/0001-45 - Processo minerário: 813474/73 - Processo de cobrança: 960207/17 Valor: R$.1.157.386,50

Titular: Votorantim Metais S.a Cpf/cnpj :18.499.616/0004-67 - Processo minerário: 2019/39 - Processo de cobrança: 960144/17 Valor: R$.21.806.332,37, Processo minerário: 816021/70 - Processo de cobrança: 960145/17 Valor: R$.285.624,13, Processo minerário: 805985/71 - Processo de cobrança: 960146/17 Valor: R$.1.065.112,76

RELAÇÃO Nº 76/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Cledston Luciano de Souza - 861637/09, 861637/09

RELAÇÃO Nº 77/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Abrante Francisco Marques - 860050/08 - Not.224/2017 - R$ 751,85
Amarillo Mineração do Brasil LTDA. - 860626/08 - Not.227/2017 - R$ 4.922,65
Anazir Rodrigues da Silva Junior - 861936/12 - Not.256/2017 - R$ 459,05
Areal Minas Goiás Ltda - 862102/11 - Not.245/2017 - R$ 382,90
Brasilca - Mineração Brasileira Ltda - 860095/98 - Not.282/2017 - R$ 3.859,55, 860206/93 - Not.283/2017 - R$ 3.859,55
Ceramica Santa Barbara Ltda Epp - 861841/12 - Not.253/2017 - R$ 489,93
Conor Moreira do Vale Junior - 861680/11 - Not.242/2017 - R$ 0,00
Divani Inácio de Lima - 861022/10 - Not.240/2017 - R$ 43,57
Extração de Areia Ouroana Ltda - 860210/13 - Not.258/2017 - R$ 1.862,23
Fornecedora Silva Ltda - 860798/14 - Not.266/2017 - R$ 190,91
Gil Adriano da Silva - 861745/13 - Not.260/2017 - R$ 146,65
Hernani Pires - 861036/10 - Not.241/2017 - R$ 934,53
Ildeu Antonio Pereira - 861183/14 - Not.268/2017 - R$ 839,08
Itafós Mineração S.A. - 860714/08 - Not.228/2017 - R$ 298,24, 860821/08 - Not.229/2017 - R$ 7.517,76, 860822/08 - Not.230/2017 - R$ 7.400,93, 860823/08 - Not.231/2017 - R$ 7.380,16, 860824/08 - Not.232/2017 - R$ 6.105,37, 860826/08 - Not.233/2017 - R$ 7.577,48
J.R. Pereira - 861505/12 - Not.250/2017 - R$ 715,80
Jaime de Melo Reis - 861887/12 - Not.255/2017 - R$ 1.747,05
Juliano Xavier Frausino Barnabe - 861657/13 - Not.259/2017 - R$ 2.728,19
Leoncio Carlos Medeiros - 860220/12 - Not.246/2017 - R$ 743,08
Lmr Engenharia LTDA. - 861167/12 - Not.249/2017 - R$ 1.945,42
Lucelina Lopes Silva - 860519/09 - Not.235/2017 - R$ 650,54
Luiz Carlos do Carmo - 860621/14 - Not.264/2017 - R$ 189,61
Luiz Pagliato Junior - 861814/13 - Not.261/2017 - R$ 3.808,38
Marcio Luiz Martins - 861491/07 - Not.223/2017 - R$ 375,93
Mineração Diamantina Ltda - 860481/14 - Not.263/2017 - R$ 892,16
Mineração e Comercio de Produtos Minerais Caiapó Ltda - 861578/12 - Not.252/2017 - R$ 1.345,85
Mineração Goiás Velho Ltda - 861016/09 - Not.237/2017 - R$ 546,55, 861587/09 - Not.238/2017 - R$ 3.526,14
Mineracao rg Ltda Epp - 861884/12 - Not.254/2017 - R$ 4.407,34
Mineração Rio Claro Ltda - 861589/09 - Not.239/2017 - R$ 4.690,38
Portogen Mineração Ltda - 860535/09 - Not.236/2017 - R$ 2.538,43
Reginaldo Martins Costa - 860930/08 - Not.234/2017 - R$ 220,90
Rio Claro Minerals Pesquisa e Exploração Mineral sa - 860501/08 - Not.225/2017 - R$ 455,51, 860573/08 - Not.226/2017 - R$ 2.989,29
Rones Ribeiro da Silva me - 860919/14 - Not.267/2017 - R$ 125,13
Seta Mineração Ltda - 860696/14 - Not.265/2017 - R$ 186,78, 861540/12 - Not.251/2017 - R$ 5.953,14, 860437/12 - Not.247/2017 - R$ 7.554,61, 860476/12 - Not.248/2017 - R$ 1.858,13
Silvério Trindade Maia - 861757/11 - Not.243/2017 - R$ 191,45
Vale do Itiquira Agregados Minerais Ltda - 860445/14 - Not.262/2017 - R$ 1.161,40

RELAÇÃO Nº 78/2017

Concessão de Lavra
Fica a abaixo relacionada ciente de que julgou-se parcialmente procedente a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)

Processo de Cobrança nº 961.006/2016 Notificado: Mineração de Calcário Montividiu Ltda.
CNPJ/CPF: 02.174.951/0001-02 NFLDP nº 1127/2016
Valor: R$ 668.439,78 Decisão n.º 031/2017

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
866.942/2011-LEÃO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO LTDA-AI N°889/2016
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
866.585/2014-SOLOENGE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-AI N°39/2017
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
866.825/2011-AFONSO ÁLVARO FONTES MUSOLINO-AI N°19/2017
866.326/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°96/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
866.158/2004-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°8/2017
866.339/2006-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°4/2017
866.283/2007-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°1/2017
866.596/2007-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°3/2017
866.299/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°6/2017
866.300/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°2/2017
866.302/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°5/2017
866.304/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - AI N°7/2017
866.532/2011-SANTO INÁCIO MINERAÇÃO LTDA - AI N°36/2017
866.669/2011-APARECIDO GOMES - AI N°18/2017
866.942/2011-LEÃO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO LTDA - AI N°27/2017
866.677/2012-CARLOS PATRICIO DO CARMO - AI N°43/2017
866.825/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°219/2017
866.908/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°223/2017
866.912/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°225/2017
866.991/2012-ENIO JOSE BREMM - AI N°45/2017
866.048/2013-SANDRO MANOEL DUARTE MARTINS - AI N°32/2017
866.055/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°66/2017
866.057/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°67/2017
866.125/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°75/2017
866.131/2013-NARCISO MONTANHER FILHO - AI N°53/2017
866.158/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°82/2017
866.159/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°83/2017
866.164/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°85/2017
866.165/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°86/2017
866.167/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°88/2017
866.168/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°89/2017
866.170/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°91/2017
866.277/2013-SERGIO ROBERTO AUGUSTO DE SIQUEIRA JUNIOR - AI N°30/2017
866.451/2013-TECGEO GEOLOGIA, ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. - AI N°48/2017
866.481/2013-CONCRESAN CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA. - AI N°28/2017
866.654/2013-AROEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - AI N°45/2017
866.689/2013-JOÃO BROGGI JÚNIOR - AI N°56/2017
866.746/2013-ADRIANO CABRAL DE MORAES - AI N°52/2017
866.757/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°217/2017
866.760/2013-JOÃO EURIPEDES ALVES E SILVA - AI N°49/2017
866.767/2013-DAIANNY CASSIA DE CAMPOS FRANÇA LOPES CAVALCANTE - AI N°50/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

866.788/2013-LUCELIA RIBEIRO FERREIRA - AI N°13/2017
866.990/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°229/2017
867.001/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°234/2017
867.013/2013-JOANA ARCAS MOUTRAN - AI N°41/2017
867.161/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°236/2017
867.162/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°237/2017
867.163/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A - AI N°238/2017
867.364/2013-SERGIO ROBERTO AUGUSTO DE SIQUEIRA JUNIOR - AI N°31/2017
866.029/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°257/2017
866.035/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°260/2017
866.047/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°261/2017
866.049/2014-NEDER ROGERIO DA SILVA - AI N°17/2017
866.270/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°11/2017
866.271/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°262/2017
866.509/2014-MODAL ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO LTDA ME - AI N°40/2017
866.686/2014-L A LEMOS CASCALHEIRA ME - AI N°29/2017
866.712/2014-FRANCISLEI ALMEIDA DA SILVA E CIA LTDA. ME - AI N°59/2017
866.742/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°9/2017
866.258/2015-ANDREA CELICE FERREIRA CATHALAT - AI N°816/2016

RELAÇÃO Nº 68/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.126/2016-CONSTRUTORA ZANIN LTDA ME-JUÍNA/MT - Guia n° 06/2017-12.000toneladas-Argila- Validade:17/05/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.090/2012-FLAVIO GOMES DA SILVA -Alvará N°10640/2014

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
866.851/2009-CLAUDEMIR RIBEIRO MAGALHÃES ME-CAMPOS DE JÚLIO/MT, SAPEZAL/MT - Guia n° 05/2017-50.000toneladas-Areia- Validade:21/10/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
866.701/2013-TRANSMIDAL TRANSPORTES E MINERAÇÃO DALSOQUIO LDTA EPP-Registro de Licença N°20/2017 de 06/04/2017-Vencimento em 28/05/2017
866.289/2016-MINERADORA AMIGAL LTDA-Registro de Licença N°19/2017 de 06/04/2017-Vencimento em 14/03/2021
866.680/2016-VALMOR JOSÉ ANDRADE-Registro de Licença N°21/2017 de 06/04/2017-Vencimento em 12/11/2025

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
866.513/2006-C DE ARRUDA CASTRILLON ME- Registro de Licença N°:029/2007 - Vencimento em 17/07/2019
866.274/2013-CLEIDIANE GOMES DE OLIVEIRA PORTO- Registro de Licença N°:037/2013 - Vencimento em 18/01/2018
866.275/2013-CERÂMICA SANTA VITÓRIA LTDA ME-Registro de Licença N°:067/2013 - Vencimento em 18/01/2018
866.508/2013-J TESTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME- Registro de Licença N°:072/2013 - Vencimento em 31/01/2019
867.019/2013-MINERAÇÃO COITÉ LTDA- Registro de Licença N°:004/2014 - Vencimento em 02/08/2017
867.020/2013-MINERAÇÃO COITÉ LTDA- Registro de Licença N°:005/2014 - Vencimento em 02/08/2017
867.021/2013-MINERAÇÃO COITÉ LTDA- Registro de Licença N°:066/2014 - Vencimento em 02/08/2017
867.039/2013-PAULO RICARDO FENNER- Registro de Licença N°:010/2014 - Vencimento em 24/07/2017
867.040/2013-PAULO RICARDO FENNER- Registro de Licença N°:096/2013 - Vencimento em 24/07/2017
867.047/2013-INÁCIO JOSÉ WEBLER- Registro de Licença N°:093/2013 - Vencimento em 24/07/2017
867.076/2014-CASCALHEIRA INSULA LTDA ME- Registro de Licença N°:050/2015 - Vencimento em 30/08/2017

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
866.820/2016-VALDECI ALVES DA COSTA
866.883/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.053/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 154/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
834.426/2008-BRAZMINCO LTDA
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
830.208/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
830.210/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
830.215/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
830.219/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
830.222/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
830.452/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
831.274/2016-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.
831.625/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.644/2009-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°53/2017-ERPM-MG
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
831.753/2005-PAGEOMIN PROJETOS DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. ME-AI N°1282/2010-FISC-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
834.294/1995-VALES EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA ME-OF. N°23/2017-ERPC-MG
832.123/2002-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°54/2017-ERPM-MG
830.679/2010-TOP INVEST MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°49/2017-ERPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.335/1985-FERROGEO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°59/2017-ERPM-MG-180 dias
831.677/1990-COBRE SUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°60/2017-ERPM-MG-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
832.123/2002-MINERAX MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°45/2017-ERPM-MG
833.148/2011-CARLOS ALBERTO DOS SANTOS ME-OF. N°17/2017-ERPC-MG

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
830.016/2001-ÁGUA MINERAL VARGINHA LTDA.- AI Nº 439/2016-FISC/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
802.185/1971-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°52/2017-ERPM-MG
805.141/1976-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°53/2017-ERPM-MG
830.622/1979-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.-OF. N°211/2017-FISC/MG e 376/2017-FISC/MG
830.088/1983-ANTONIO ITO VASCONCELOS & FILHO LTDA.-OF. N°420/2017-FISC/MG
830.483/1986-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.-OF. N°376/2017-FISC/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
001.356/1940-MINERAÇÃO ÁGUA PADRE MANOEL LTDA.-OF. N°410/2017-FISC/MG
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
831.396/2016-CARLOS MORATO DIAS
831.804/2016-LUDGERIO CARVALHO ROCHA
Indefere por Interferencia Total(1339)
832.534/2016-RITA DE CÁSSIA VIEIRA
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
834.837/2008-São Jorge Mineração e Materiais de Construção Ltda
832.046/2011-Emerson Pedrosa Caetano - ME
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.972/1989-AGENOR XAVIER MACHADO
830.893/2001-OROZIMBO FERNANDES DA SILVEIRA
834.837/2008-SÃO JORGE MINERAÇÃO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
832.046/2011-FERNANDO DE MATTOS COELHO

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.333/2002-PEDRO JOSÉ MONTES-OF. N°69/2017-ERPM-MG
830.778/2003-ECOBRIX BRITAGEM E USINAGEM LTDA-OF. N°607/2017-DGTM-MG
834.458/2010-LOCAMEX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°609/2017-DGTM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
832.666/2007-COMERCIAL RESENDE E VIEIRA LTDA-OF. N°633/2017-DGTM-MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.770/1984-BRITAMIL BRITA CONCRETO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.- Registro de Licença N°:428/1984 - Vencimento em 13/10/2018
831.963/1996-J.K. COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA ME- Registro de Licença N°:1372/2000 - Vencimento em Indeterminado
830.778/2003-ECOBRIX BRITAGEM E USINAGEM LTDA- Registro de Licença N°:2627/2005 - Vencimento em 09/09/2018
830.779/2003-ECOBRIX BRITAGEM E USINAGEM LTDA- Registro de Licença N°:2628/2005 - Vencimento em 09/09/2018
832.468/2005-ELIAS DE BARCELOS BRAGA- Registro de Licença N°:2822/2006 - Vencimento em 28/03/2019
831.292/2006-COMERCIAL RESENDE E VIEIRA LTDA-Registro de Licença N°:3218/2008 - Vencimento em 10/10/2020
830.236/2007-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP- Registro de Licença N°:3173/2007 - Vencimento em 19/09/2018
830.237/2007-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP-Registro de Licença N°:4098/2013 - Vencimento em 16/11/2018
831.750/2009-PEDRA 90 DE ALÉM PARAÍBA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:3572/2011 - Vencimento em Indeterminado
832.758/2010-CERAMICA CARMELO LTDA- Registro de Licença N°:4214/2014 - Vencimento em 11/11/2018
834.246/2010-DEMARLI MARIA DE MOURA- Registro de Licença N°:3738/2012 - Vencimento em 31/12/2017
834.458/2010-LOCAMEX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA- Registro de Licença N°:3778/2012 - Vencimento em 04/11/2019
832.908/2014-MINÉRIOS BOA VISTA LTDA- Registro de Licença N°:4761/2016 - Vencimento em 22/09/2019
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
832.468/2005-ELIAS DE BARCELOS BRAGA-Argila-Registro de Licença N°2822/3ºDS, DOU de 31/03/2006.
831.368/2015-AREIAL TAPERA LTDA-Argila-Registro de Licença N°4540/2015, DOU de 29/09/2015
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
832.666/2007-COMERCIAL RESENDE E VIEIRA LTDA -AI N°01/2016-OUTORGA/SUPRIN/DNPM/MG
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
832.362/2003-MINERAÇÃO TRANS-ALEGRIA & JLC LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
833.629/2014-TRANSCOR INDUSTRIA CERÂMICA, COMÉRCIO, RECICLAGEM E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°70/2017-ERPM-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
831.805/2015-JOSÉ PEDRO CATANI DE PAULA ME-OF. N°634/2017-DGTM-MG
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
831.786/2016-LEANDRO ANTÔNIO RODRIGUES
830.061/2017-NILSON ALTINO
830.095/2017-CERAMICA OLIVEIRA CAMPOS LTDA ME

RELAÇÃO Nº 163/2017

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
830.016/2001-ÁGUA MINERAL VARGINHA LTDA.- AI N°438/2016-FISC/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
831.753/2005-PAGEOMIN PROJETOS DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. ME- AI N°1282/2010-FISC-MG
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
831.142/2000-ANTONIO DANIEL GUIMARÃES- Registro de Licença N°1.547/3ºDS de 2001-Onde se lê:"...9,47 hectares ..." Leia-se:"... 5,77 hectares..."
831.044/2009-DOUGLAS FRANCISCO DA SILVA- Registro de Licença N°3.828/DNPM de 2012-Onde se lê:"...14,52 hectares ..." Leia-se:"... 7,78 hectares..."

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
831.739/1986-ST SOUTO & TOLEDO MINERAÇÃO LIMITADA - Publicado DOU de 28/07/2010, Relação n° 215/2010, Seção 1, pág. 153- Onde se lê:"...Aprova Relatório de Pesquisa/inciso I do art.30 do CM (3.17)..." Leia-se:"...Aprova o Relatório de Pesquisa com redução de área, de 550,18 ha para 418,19 ha...(2.91) "

Fase de Lavra Garimpeira
Retificação de despacho(1393)
831.254/2007-VALMIR CLAUDIO CRUZ - Publicado DOU de 01/10/2014, Relação n° 602, Seção 1, pág. 69- Onde se lê:"... sujeito a aplicação de multa prevista no Artigo 100,inciso II do Regulamento do Código de Mineração..." Leia-se:"..Sujeito á aplicação de multa prevista no Artigo 27,inciso II, da Portaria DNPM nº178/2004, de 12/04/2004.

RELAÇÃO Nº 169/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
833.455/2014-ROMARIO GONÇALVES DE OLIVEIRA ME-SÃO GERALDO DO BAIXIO/MG - Guia n° 42/2017-7.950 toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:14/09/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.690/2007-FHAE MINERAÇÃO LTDA ME-ARAÇUAÍ/MG - Guia n° 38/2017-6.240 toneladas/ano-Granito- Validade:01/11/2020
832.127/2009-MINERAÇÃO DISPER LTDA. - ME-MONTE SIÃO/MG - Guia n° 46/2017 e 47/2017-30.000 toneladas/ano e 8.500 toneladas/ano-Areia e Cascalho- Validade:02/03/2019 ou PL

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.007/2014-IZONETI SILVA DA SILVA
850.033/2017-ELINETE DA PAIXÃO ALVES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.030/2016-CONSTRUTORA E BRITAGEM MIL ANOS LTDA-OF. N°2.119/2017 - Superintendência do DNPM/PA
850.595/2016-CHESTHER GOMES PEDRO-OF. N°2.015/2017
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
851.009/2006-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
850.791/2008-VALDIR DAL MORO-AI N°76/2013
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
850.659/2009-AVELINO VIEIRA FERNANDEZ- Cessionário:850.772/2011-Mario Luis Cassoni
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.276/2005-COBREX PROSPECÇÃO MINERAL S.A.
850.100/2009-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
Indefere pedido de reconsideração(263)
850.313/2009-MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.864/2011-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA-Cessionário:MCT MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 00.781.332/0001-50- Alvará n°11.046/2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
851.984/1993-RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A. - DOCEGEO
751.959/1996-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
850.369/2009-CIA MINEIRA DE CARAJÁS CMC
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
850.820/2012-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA-AI N°070/2016
851.268/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°428/2016
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
851.256/2012-CUNHA TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME-AI N°652/2017
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
851.166/2007-COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ-AI N°1.049/2010
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
850.467/2004-MINERAÇÃO VALE DO TAPAJÓS LTDA-DOU de 11/03/2008 e 04/05/2006
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
851.416/1991-JOSÉ BERNARDO CARDOSO
850.665/1992-MADSON JOSÉ ARAUJO COSTA
850.666/1992-MADSON JOSÉ ARAUJO COSTA
850.743/1992-JOSÉ RIBAMAR ALVES DOS SANTOS
850.760/1992-JOSÉ RIBAMAR ALVES DOS SANTOS
850.762/1992-JOSÉ RIBAMAR ALVES DOS SANTOS
850.764/1992-JOSÉ RIBAMAR ALVES DOS SANTOS
850.770/1992-JOSÉ RIBAMAR ALVES DOS SANTOS
850.942/1992-RAIMUNDO SEBASTIÃO RODRIGUES
850.660/2016-JUAREZ ALVEZ DA SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.566/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA-OF. N°3.528/2016 - Superintendência do DNPM/PA
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
851.201/2013-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES - PLG N°08/2017 de 23/03/2017 - Prazo 5 anos
851.202/2013-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES - PLG N°09/2017 de 23/03/2017 - Prazo 5 anos
851.205/2013-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES - PLG N°10/2017 de 23/03/2017 - Prazo 5 anos
851.206/2013-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES - PLG N°11/2017 de 23/03/2017 - Prazo 5 anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.982/2014-GILBERTO TADEU MONTEIRO
851.078/2014-ARMANDO AMANCIO DA SILVA
850.584/2016-COOGAMIBRA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL
850.627/2016-COOGAMIBRA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
850.313/2003-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA-OF. N°3.487/2016 - DNPM/PA-60 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
851.148/1992-VALE METAIS BÁSICOS S A- Alvará n° 1.957/1995 - Cessionário: VALE S/A- CNPJ 33.592.510/0001-54

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.903/2006-KELVIA ÁGUA LTDA- Fontes: Tapajós e Sairé, Marca: Nova Aqua e Embalagens: 20L- SANTARÉM/PA
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
850.176/2003-NORTE BRASIL M. ÁGUAS LTDA- AI N° 696/2017 - Superintendência DNPM/PA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
811.015/1973-VALE S A-OF. N°2.178/2017 - SUP/DNPM/PA (DGTM)
811.016/1973-VALE S A-OF. N°2.178/2017 - SUP/DNPM/PA (DGTM)
851.355/1991-VALE S A-OF. N°2.178/2017 - SUP/DNPM/PA (DGTM)
850.176/2003-NORTE BRASIL M. ÁGUAS LTDA-OF. N°2.144/2017 - Superintendência do DNPM/PA
850.650/2006-VALE S A-OF. N°2.178/2017 - SUP/DNPM/PA (DGTM)

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.530/2016-EDISON MENEGALLI-Registro de Licença N°06/2017 de 21/03/2017-Vencimento em 14/07/2018
850.108/2017-GREGÓRIO N COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°07/2017 de 23/03/2017-Vencimento em 28/12/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.507/2016-VW INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°3.530/2016 - Superintendência do DNPM/PA
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
850.402/2015-MANOEL SOUZA DE AQUINO-ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
851.600/2011-MSJ TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA-Registro de Licença N°:41/2015 - Vencimento em 06/01/2018
851.380/2012-ZOTERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP- Registro de Licença N°:001/2013 - Vencimento em 23/11/2017
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
851.760/2013-AREIAL SANTA ROSA EIRELI ME
850.057/2015-QUARESMA & MOURA LTDA

Fase de Lavra Garimpeira
Instaura processo administrativo de nulidade da PLG/Prazo para defesa 60 dias(1325)
857.425/1995-JOEL SILVA ARAÚJO

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
850.137/2004-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
850.162/2005-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.
850.541/2006-SOUTH32 MINERALS S.A.
851.477/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.

RELAÇÃO Nº 52/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
851.268/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- NOT. N°243/2016
Torna sem efeito despacho publicado(192)
850.820/2012-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA- DOU de 23/03/2017
851.268/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 14/12/2016
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
857.856/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N°184/2016
851.026/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.- AI N°411/2016
851.031/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.- AI N°412/2016
851.035/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA.- AI N°413/2016
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
852.518/1996-Mineração Silvana Ltda- NOT. N°238/2016
851.268/2012-Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A.- NOT. N°244/2016
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
850.791/2008-VALDIR DAL MORO- AI N°76/2013
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
850.791/2008-Valdir Dal Moro- NOT. N°195/2015

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
850.363/2003-LEONARDO MARQUES DA SILVA- AI N°605/2012

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
803.004/2017-ESPIRITO SANTO MINERACAO E EXPORTACAO LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
803.321/2013-MCM MINERADORA DE CALCÁRIO MATAS LTDA- Cessionário:803.110/2016 e 803.111/2016-Mariana da Silva Oliveira e Detonex Serviços Explosivos e Transportes Ltda Me
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
803.147/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- AI N°4/2017 (inobservância ao parágrafo único, art. 31, do RCM)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.002/2009-MINOR MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA-OF. N°157/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
803.139/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- Área de 1.000,00 para 48,20-Diabásio para brita
803.145/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- Área de 1.000,00 para 48,54-Granito para brita
803.146/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- Área de 1.000,00 para 48,91-Granito para brita
803.147/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- Área de 1.000,00 para 47,22-Quartzito para brita

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

803.148/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- Área de 1.000,00 para 48,45-Gnaisse para brita
803.150/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA- Área de 1.000,00 para 49,31-Gnaisse para brita

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
803.441/2013-CERAMICA TORRÕES LTDA-OF. N°144/2017
803.441/2013-CERAMICA TORRÕES LTDA-OF. N°144/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
803.007/2007-CERÂMICA CAMPO MAIOR LTDA- Registro de Licença N°:4/2007 - Vencimento em 26/08/2025
803.210/2010-JRR CASTRO ME- Registro de Licença N°:16/2010 - Vencimento em 15/12/2017
803.195/2013-D M CASTELO BRANCO FILHO- Registro de Licença N°:19/2013 - Vencimento em 10/05/2017
803.230/2013-ANTONIO CARLOS GALENO SANTOS ME- Registro de Licença N°:15/2013 - Vencimento em 20/03/2020
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
803.079/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.080/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.081/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.082/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.083/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.084/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.085/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.086/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.087/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.088/2002-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA-OF. N°164/2017
803.331/2009-MINERSUL MINERAÇÃO DE CALCARIO DO SUL LTDA-OF. N°162/2017
803.332/2009-MINERSUL MINERAÇÃO DE CALCARIO DO SUL LTDA-OF. N°162/2017
803.359/2012-CERÂMICA JENIPAPO LTDA-OF. N°150/2017
803.467/2012-NARITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°155/2017
803.349/2013-NARITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°155/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.145/2014-LARA MARTINS ALMEIDA ROCHA-Registro de Licença N°6/2017 de 17/03/2017-Vencimento em 12/06/2019

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
800.185/1982-INDUSTRIA COIMBRA DE MINERIOS LTDA-OF. N°145-146/2017

RELAÇÃO Nº 20/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interpostas; restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/PI relativo ao débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 903.334/2013 Notificado: CBE - Companhia Brasileira de Equipamento.
CNPJ/CPF 27.184.936/0001-76 NFLDP nº 138/2013
Valor: R$ 7.401.512,95 Fase: Grupamento Mineiro

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Superintendente-Relação nº 71/2017 e Relação nº 72/2017 - Superintendência no Pará, e no Despacho do Superintendente-Relação nº 19/2017 - Superintendência no Piauí, publicados no DOU de 11-4-2017, Seção 1, página 66, no título, inclua-se por ter sido omitido: Departamento Nacional de Produção Mineral.

(p/Coejo)

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.100/2015-MINERAGRAN MINERAÇÃO DE MÁRMORES E GRANITOS
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.272/2011-MARCONI ANTÔNIO PRAXEDES BARRETTO-AI N°92/2017
848.894/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-AI N°99/2017
848.047/2012-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-AI N°100/2017
848.164/2012-EDGARD RAMALHO DANTAS-AI N°89/2017
848.179/2012-CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA LTDA-AI N°90/2017
848.462/2012-BRX RESOURCES LTDA-AI N°91/2017
848.021/2014-MOACIR ANDRADE SIMÕES-AI N°87/2017
848.142/2014-FREDERICO VIEIRA DE MELO-AI N°93/2017
848.143/2014-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-AI N°94/2017
848.238/2014-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-AI N°98/2017
848.239/2014-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-AI N°88/2017
848.240/2014-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-AI N°97/2017
848.253/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°95/2017
848.254/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°96/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.024/2017-ECOCIL EMPRESA DE CONSTRUCOES CIVIS LTDA-Registro de Licença N°12/2017 de 07/04/2017-Vencimento em 10/01/2027
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.315/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°479/2017-SGTM/DNPM/RN
848.005/2017-ACF MINERÇÃO LTDA-OF. N°466/2017-SGTM/DNPM/RN
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
848.012/2017-LINO BRITA LTDA ME
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
848.035/2017-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME

RELAÇÃO Nº 41/2017

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
848.133/2015-IMOBILIARIA SAO SEVERINO LTDA- Registro de Licença N°35/2015-Onde se lê: "área de 38,36 ha", Leia-se: "área de 34,44 ha"

OCTÁVIO SANTIAGO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.178/2005-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA-OF. N°Ofício Nº 416/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.200/2012-EMPRESA DE MINERAÇÃO LAMBARI MÁRMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°Ofício nº 534/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.028/2013-ROGERIO DE ARAUJO SACCHI-OF. N°Ofício nº 705/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.581/2014-AGROPECUÁRIA QUINTA DO FRADE LTDA-OF. N°Ofício Nº 440/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.582/2014-AGROPECUÁRIA QUINTA DO FRADE LTDA-OF. N°Ofício Nº 441/2017/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.328/2010-ALEXANDRE C MARINS MINERADORA-OF. N°Ofício nº 471/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.364/2012-J J MINERADORA LTDA-OF. N°Ofício nº 505/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.365/2012-J J MINERADORA LTDA-OF. N°Ofício nº 507/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.366/2012-J J MINERADORA LTDA-OF. N°Ofício nº 508/2017/DNPM/RJ-DFAM
890.937/2012-VICTÓRIA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 600/2017/DNPM/RJ-DFAM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.322/2009-VERDE AREIA MINERAÇÕES LTDA ME.- Área de 854,59 ha para 49,76 ha-charnoquito para brita
890.462/2012-MARCOS CESAR MATOS DOS SANTOS-Área de 15 ha para 2,36 ha-ÁGUA MINERAL
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.852/2012-PEDRA PALMARES MINERAÇÃO LTDA.-granito para brita
890.853/2012-STEIN MINERAÇÃO LTDA.-granodiorito para brita
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.201/2010-MACLA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE SAIBRO LTDA EPP
890.040/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
890.041/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
890.255/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
890.081/2015-TATIANA MARTINS DA COSTA SANTOS-ALVARÁ N°2385/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
890.581/2009-LENOIR ANTÔNIO GEREMIA-ALVARÁ N°6693/2010/2010
890.582/2009-LENOIR ANTÔNIO GEREMIA-ALVARÁ N°7108/2010/2010
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.249/2013-RUDNEI RODRIGUES DA SILVA-AI N°865/2016
890.477/2013-AREAL CATAVENTO LTDA ME-AI N°33/2017
890.979/2014-AREAL PORTO DAS BARCAS LTDA-AI N°34/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
890.442/2007-ALVORADA EMPRESA PADRÃO DE TERRAPLANAGEM LTDA - AI N°08/2017
890.411/2010-TERNIUM BRASIL S.A. - AI N°06/2017
890.006/2013-PEDRO QUATRONE - AI N°862/2016
890.114/2013-O.C. CARDOSO FILHO EXTRAÇÃO DE ARGILA - AI N°864/2016
890.308/2013-AGRO INDUSTRIAL DUASANNAS LTDA. - AI N°864/2016
890.332/2013-FAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA - AI N°805/2016
890.345/2013-DECORE PÁDUA PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME - AI N°833/2016
890.012/2014-CLEIDE MALAFAIA TORRES - AI N°05/2017
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
890.028/2013-ROGERIO DE ARAUJO SACCHI- AI N°92/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.000/2004-COMÉRCIO DE PEDRAS IRMÃOS FRAUCHES LTDA-OF. N°Ofício nº 0672/2017/DFAN/DNPM/RJ

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.194/1985-MINERAÇÃO CRISTAL ÁGUA DE SERRA LTDA- Aprova os modelos de rótulos de embalagens de água mineral da fonte Cristali, marca Cristali, para embalagens de 20 litros, sem gás, e modelos de rótulos de água mineral da fonte Guapimirim, marca Serra dos Órgãos, para embalagens de 10 litros e 20 litros, sem gás, apresentados pela Mineração Cristal Água da Serra Ltda, no município de Guapimirim.- GUAPIMIRIM/RJ
890.398/1997-UNIDAS MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Apova os modelos de rótulos de embalagens de água mineral da fonte Mata Atlântica, marca Acqua Futura, para embalagens de 200 mililitros, 5 litros, 10 litros e 20 litros, sem gás, apresentados pela Unidas Mineração Indústria e Comércio Ltda., no município de Magé.- MAGÉ/RJ
890.227/2000-ALEX DE OLIVEIRA MINERADORA LTDA EPP- Aprova o modelo de rótulo de embalagens de água mineral da fonte Divino Espírito Santo, marca Santa Rita de Cassia, para embalagens de 20 litros, sem gás, apresentado pela Alex Oliveira Empresa Mineradora Ltda no município de Volta Redonda.- VOLTA REDONDA/RJ
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Aprova os modelos de rótulos de embalagens de água mineral da fonte Safira, marca Itabira, para embalagens de 330 mililitros, 510 mililitros e 1,5 litros, com gás, 200 mililitros, 330 mililitros, 510 mililitros, 1,5 litros e 20 litros, sem gás e marca ascatazul, para embalagens de 330 mililitros, 510 mililitros e 1,5 litros, com gás, 200 mililitros, 330 mililitros, 510 mililitros, 1,5 litros e 20 litros, sem gás. Fonte Rubi, marca Itabira,para embalagens de 330 mililitros, 510 mililitros e 1,5 litros, com gás, 200 mililitros, 330 mililitros, 510 mililitros, 1,5 litros e 20 litros, sem gás e marca Cascatazul, para embalagens de 330 mililitros, 510 mi-

lilitros e 1,5 litros, com gás, 200 mililitros, 330 mililitros, 510 mililitros, 1,5 litros e 20 litros, sem gás, apresentados pela Itabira Água Mineral Natual Ltda., no município de Rio Bonito.- RIO BONITO/RJ

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

890.253/2000-MINERAÇÃO SANTA JOANA LTDA- AI N° 22/2017

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

890.466/1999-MINERADORA ENVASADORA E DISTRIBUIDORA BREA LTDA- AI Nº 791/2016

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

890.137/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO ALTO DA SERRA LTDA-OF. N°Ofício nº 343/2017/DNPM/RJ-DFAM

890.187/1995-MINERAÇÃO PIMENTA LTDA.-OF. N°Ofício nº 496/2017/DNPM/RJ-DFAM

890.397/1996-EMPRESA DE MINERAÇÃO CARNEIRO LTDA-OF. N°Ofício nº 453/2017/DNPM/RJ-DFAM

890.253/2000-MINERAÇÃO SANTA JOANA LTDA-OF. N°Ofício Nº 297/2017/DNPM/RJ-DFAM

890.367/2003-SALUDE MINERADORA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°Ofício nº 450/2017/DNPM/RJ-DFAM

890.599/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIRO LTDA-OF. N°Ofício nº 541/2017/DNPM/RJ-DFAM

890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. N°Ofício Nº 448/2017/DNPM/RJ-DFAM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

890.129/2003-VALE DO MARMELO MINERACAO LTDA-OF. N°Ofício Nº 476/2017/DNPM/RJ-DFAM

Não conhece requerimento protocolizado(1101)

890.286/2005-MADEI PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

890.599/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIRO LTDA- AI N°24/2017, 25/2017 e 26/2017

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

008.624/1943-MINERADORA MORGADO LTDA- AI N°783/2016

804.514/1975-INDUSTRIAL EXTRATIVA ARARUAMA LTDA- AI N°787/2016

811.122/1975-AREAL SANTA FÉ LTDA ME- AI N°790/2016

890.538/2003-JM TEIXEIRA PEDRAS ME- AI N°02/2017

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)

890.599/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIRO LTDA-OF. N°Ofício nº 540/2017/DNPM/RJ-DFAM

Fase de Licenciamento

Determina arquivamento do Auto de Infração(762)

890.648/2010-J.C.N. LEONES- AI N°25/2015

Nega provimento a defesa apresentada(1193)

890.418/1990-PEDRACOM PEDREIRAS LTDA EPP

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento Auto de infração.(1844)

890.247/2009-J. A. B. CONSTRUTORA LTDA-AI N°351/2015, 611/2015 e 612/2015

RELAÇÃO Nº 31/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)

890.028/2013-ROGERIO DE ARAUJO SACCHI- AI N°872/2016

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

812.243/1976-ANTÔNIO ALVES GONÇALVES - Publicado DOU de 19/04/2007, Relação n° 22/2007, Seção I, pág. 67- Onde se lê: " aprovo o Relatório de Pesquisa". Leia-se: " APROVO o Relatório Final de Pesquisa nos municípios de Paracambi/Rj e Seropédica/RJ".

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

890.247/2009-170/2016, 171/2016 e 172/2016- NOT. N°

Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)

890.247/2009-J. A. B. CONSTRUTORA LTDA- AI N°351/2015, 611/2015 e 612/2015

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

890.648/2010-278/2016- NOT. N°

Torna sem efeito multa aplicada - RAL(1724)

890.648/2010-J.C.N. LEONES- AI N°25/2015

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

890.278/2004-AREAL BOA ESPERANÇA DE QUEIMADOS LTDA - Publicado DOU de 26/03/2014, Relação n° 57/2014, Seção I, pág. 93- Leia-se: " Aprova o Relatório Final de Pesquisa o município de Nova Iguaçú..."

890.279/2004-AREAL BOA ESPERANÇA DE QUEIMADOS LTDA - Publicado DOU de 26/03/2014, Relação n° 57/2014, Seção I, pág. 93- Leia-se: " Aprova o Relatório Final de Pesquisa o município de Nova Iguaçú..."

890.019/2005-PEDREIRA PEREGRINA LTDA - ME - Publicado DOU de 28/04/2011, Relação n° 78/2011, Seção I, pág. 81- Onde se lê: "...APROVO o Relatório Final de Pesquisa..." Leia-se: "... APROVO o Relatório Final de Pesquisa no município de São Fidélis/RJ..."

890.397/2005-VOTORANTIM CIMENTOS S A - Publicado DOU de 01/04/2008, Relação n° 60/2008, Seção I, pág. 379- Onde se lê: "...no município de Seropédica, estado do Rio de Janeiro...". Leia-se: "...nos municípios de Seropédica e Japeri, estado do Rio de Janeiro/RJ...".

890.105/2007-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FONTE LIMPA LTDA - Publicado DOU de 15/04/2008, Relação n° 65/2008, Seção I, pág. 39- Onde se lê: "aprovo o Relatório Final de Pesquisa de Saibro e Ganisse... Leia-se "APROVO o Relatório Final de Pesquisa de Saibro e Ganaisse com redução da área passando-se de 46,60 ha para 38,49 ha

NILTON CALDEIRA DA FONSECA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)

886.109/2015-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.- DOU de 13/03/2017

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

886.152/2007-MINERADORA DE ÁGUAS F. M. G. DE ABREU LTDA. - Publicado DOU de 04/10/2011, Relação n° 100/2011, Seção 1, pág. 55- Onde se lê: Aprova o relatório de pesquisa (317) - 886.152/2007 - Fausto Mendes Guimaraes de Abreu - Agua Mineral, leia-se: Aprova o relatório de pesquisa com redução de area (291) 886.152/2007 Fausto Mendes Guimaraes de Abreu - Agua Mineral - Area reduzida de 50,00ha para 7,6ha

Fase de Requerimento de Licenciamento

Torna sem efeito exigência(1284)

886.083/2016-MAURO LEONARDO CALIXTO DA CRUZ-OF. N°1.261/2016-DOU de 26/10/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Retificação de despacho(1387)

886.114/2012-BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S.A - Publicado DOU de 20/06/2016, Relação n° 46, Seção 1, pág. 89- Onde se lê: Guia nº 028 -2016 toneladas, leia-se: Guia nº 28/2016, 6.000 toneladas

RELAÇÃO Nº 10/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Aldori May - 886319/13 - A.I. 89/17

André Vinicius Follador - 886345/13 - A.I. 83/17

Araújo Comércio de Materiais Para Construção LTDA. me - 886118/13 - A.I. 55/17

Areal Cidade Alta Ltda me - 886080/13 - A.I. 49/17

Areal Porto Sulamerica Ltda me - 886267/11 - A.I. 244/16

Aremax Comércio e Extração Ltda me - 886338/13 - A.I. 85/17, 886336/13 - A.I. 86/17

Arthur Frozoni - 886428/11 - A.I. 248/16

Barboza e Pedraza Extração e Comércio de Areia LTDA. me - 886130/13 - A.I. 59/17

Britamar Extração de Pedras e Areia Importação e Exportação Ltda - 886121/13 - A.I. 56/17, 886089/13 - A.I. 50/17, 886329/13 - A.I. 101/17

c. r. m. Gadelha Importação e Exportação me - 886179/13 - A.I. 96/17

Cassius Clóvis Cezemer de Morais - 886128/13 - A.I. 57/17, 886129/13 - A.I. 58/17

Cemel Cerâmica Medici Ltda me - 886037/13 - A.I. 45/17

Ceramica Romana Ltda - 886101/13 - A.I. 52/17

Construtora e Instaladora Rondonorte Ltda me - 886320/13 - A.I. 88/17

e. Perini e Cia Ltda Epp - 886056/13 - A.I. 47/17

Elias Ambrosio Ferreira - 886387/13 - A.I. 79/17

Emerson José Muller - 886344/13 - A.I. 84/17

f. Bezerra Sobrinho Comércio Importação e Exportação LTDA. - 886294/13 - A.I. 92/17

Francisco Eduardo Fortunato - 886269/11 - A.I. 246/16

j m Cerâmica Ltda me - 886187/13 - A.I. 98/17

Jânio Mendonça de Sousa - 886216/13 - A.I. 95/17

Joabe Bianchi - 886158/13 - A.I. 63/17

Joao Francisco Dos Santos - 886038/13 - A.I. 46/17

Jorgina Prando Tudela - 886012/13 - A.I. 43/17

Lenira Inês Ávila Savoldi - 886001/13 - A.I. 42/17

Lorides Alves Ferreira - 886171/13 - A.I. 64/17, 886326/13 - A.I. 87/17, 886296/13 - A.I. 91/17

Lucas Vieira Augusto Dos Santos - 886363/13 - A.I. 81/17

Lucimone Maria de Almeida - me - 886144/13 - A.I. 61/17

Marcio Umino - 886364/13 - A.I. 80/17

Mendes e Cardoso LTDA. - 886143/13 - A.I. 60/17

Mineração Cacoal Ltda Epp - 886100/13 - A.I. 51/17

Mineração Jaciara s a - 886293/11 - A.I. 250/16, 886295/11 - A.I. 240/16

Mineração Kandandu Ltda - 886020/13 - A.I. 44/17

Mineradora Porto Franco Ltda - 886273/13 - A.I. 105/17

Rodocon Construções Rodoviárias Ltda - 886072/13 - A.I. 48/17

Rumilda Gusse Osowski Areias Eireli me - 886347/13 - A.I. 82/17

Silva & Perscha Ltda - 886110/13 - A.I. 54/17, 886263/13 - A.I. 103/17

Terra Materiais Para Construções Ltda ME. - 886300/13 - A.I. 90/17

Valdenir Terlecki Fonseca - 886193/13 - A.I. 99/17

Valentim Manduca Pacios - 886147/13 - A.I. 62/17

Valter Carvalho Mendes - 886109/13 - A.I. 53/17

Votorantim Cimentos n ne s a - 886210/11 - A.I. 238/16

Zortton Comércio e Serviços IMP. e EXP. Ltda - 886226/13 - A.I. 94/17

RELAÇÃO Nº 11/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

G.p.s Edificações e Construções Ltda me - 886301/13

Votorantim Cimentos n ne s a - 886208/11, 886206/11

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 25/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito exigência(137)

820.308/2016-CPX PAULISTA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-OF. N°002/2017-DTM/DNPM/SP-DOU de 08/02/2017

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)

821.295/2014-RAFAEL MIRANDA MAC CORNICK-DOU de 07/10/2015

Fase de Concessão de Lavra

Torna sem efeito Auto de Infração(608)

820.243/1997-Mineração Meia Lua Ltda.- AI N°691/16-DFISC/DNPM/SP - de 10.08.16

820.060/1999-Mineração Meia Lua Ltda.- AI N°692/16-DFISC/DNPM/SP - de 10.08.16

Fase de Licenciamento

Despacho de retificação do Registro de Licença(741)

820.606/1998-JAIR POSSOS ME- Registro de Licença N°1.953/1998-Onde se lê: Vencimento da Licença 22/02/2017 leia-se: Vencimento da Licença 04/06/2023

820.735/1998-JAIR POSSOS ME- Registro de Licença N°2.040/1998-Onde se lê: Vencimento da Licença 22/02/2017 leia-se: Vencimento da Licença 04/06/2023

820.736/1998-JAIR POSSOS ME- Registro de Licença N°2.041/1998-Onde se lê: Vencimento da Licença 22/02/2017 leia-se: Vencimento da Licença 04/06/2023

820.737/1998-JAIR POSSOS ME- Registro de Licença N°2.042/1998-Onde se lê: Vencimento da Licença: 22/02/2017, leia-se: Vencimento da Licença: 04/06/2023

820.738/1998-JAIR POSSOS ME- Registro de Licença N°2.044/1998-Onde se lê: Vencimento da Licença 22/02/2017leia-se: Vencimento da Licença 04/06/2023

820.739/1998-JAIR POSSOS ME- Registro de Licença N°2.043/1998-Onde se lê: Vencimento da Licença 22/02/2017leia-se: Vencimento da Licença 04/06/2023

820.129/2008-RIO VERDE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME- Registro de Licença N°3.281/2013-Onde se lê: Vencimento da Licença: 02/06/2035, leia-se: Vencimento da Licença: 07/11/2036

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

821.067/1981-INTERCEMENT BRASIL S A - Publicado DOU de 22.02.81, Relação n° , Seção I, pág. - Onde se lê: no municipio de Jacupiranga - Leia-se: nos municípios de Cajati e Jacupiranga

822.023/1987-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Publicado DOU de 11.08.98, Relação n° 024, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.551/1993-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 22.01.98, Relação n° 033, Seção I, pág. - alteração das reservas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

820.882/1997-SERGIO RICARDO MENDONÇA DE ALMEIDA - ME - Publicado DOU de 29.04.10, Relação n° 024, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.631/1998-MESSIAS TRANSFERETTI MONTE MOR - FI - Publicado DOU de 15.12.03, Relação n° 453, Seção I, pág. - onde se lê: a área fica reduzida de 965,39 ha para 56,51 ha - Leia-se: a área fica reduzida de 965,9 ha para 14,81 ha e também Onde se lê: nos Municípios de Monte Mor e Elias Fausto - Leia-se: no Município de Monte Mor.

820.341/1999-REALMIX AGREGADOS MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 31.05.04, Relação n° 243, Seção I, pág. - alteração das reservas

821.222/1999-REFRIGERANTES TUTTI INDÙSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Publicado DOU de 30.08.06, Relação n° 292, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.350/2005-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 08.03.10, Relação n° 013, Seção I, pág. - alteração das reservas

820.494/2009-PADOVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 12/11/15, Relação n° 150, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.632/2009-CERÂMICA BRIOSCHI LTDA. EPP - Publicado DOU de 13/04/16, Relação n° 043, Seção I, pág. - alteração de reserva

RELAÇÃO Nº 37/2017

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

801.336/1978-EMPRESA DE MINERAÇÃO JALES LTDA EPP- AI N° 205/2017-DFISC/DNPM/SP

820.711/1980-MINERAÇÃO DO VALE LTDA- AI N° 129/17-DFISC/DNPM/SP - 20.03.17

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

820.611/1988-PORTO DE AREIA SETE PRAIAS LTDA-AI N°206/2017-DFISC/DNPM/SP

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

820.610/2005-MANGALARGA COMÉRCIO DE PROD AGROPECUÁRIOS LTDA-AI N°174/2017-DFISC/DNPM/SP

820.611/2005-MANGALARGA COMÉRCIO DE PROD AGROPECUÁRIOS LTDA-AI N°183/2017-DFISC/DNPM/SP

820.510/2007-VANIELI RAGOZONI RUBIA-AI N°161/2017-DFISC/DNPM/SP

820.282/2009-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-AI N°149/17-DFISC/DNPM/SP

820.655/2009-THIAGO PAGGIARO-AI N°150/17-DFISC/DNPM/SP

821.087/2010-JOSE DJOUKI NETO-AI N°151/17-DFISC/DNPM/SP

821.126/2010-VILELA & SILVA LTDA ME-AI N°152/17-DFISC/DNPM/SP

820.136/2011-VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°153/17-DFISC/DNPM/SP

820.363/2011-JOSE MARIA LEROY-AI N°154/17-DFISC/DNPM/SP

820.387/2011-PAULO LUCIANO PEREZ-AI N°184/2017-DFISC/DNPM/SP

820.394/2011-ALLAN PETTERSON LOPES SANTOS-AI N°175/2017-DFISC/DNPM/SP

820.395/2011-MINERAÇÃO VALE DO SÃO SIMÃO LTDA-AI N°155/17-DFISC/DNPM/SP

820.397/2011-MINERAÇÃO VALE DO SÃO SIMÃO LTDA-AI N°156/17-DFISC/DNPM/SP

820.538/2011-ISRAEL JOSÉ GONZAGA-AI N°157/17-DFISC/DNPM/SP

820.539/2011-ISRAEL JOSÉ GONZAGA-AI N°158/17-DFISC/DNPM/SP

820.542/2011-OTÁVIO PILON FILHO-AI N°159/17-DFISC/DNPM/SP

820.552/2011-MARCIA VIEIRA COELHO-AI N°176/2017-DFISC/DNPM/SP

820.556/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA MÔNICA LTDA.-AI N°160/17-DFISC/DNPM/SP

820.591/2011-MARCO ANTONIO CANTARIM-AI N°198/2017-DFISC/DNPM/SP

820.592/2011-JOSÉ ANTÔNIO DOMINGUES DALIA-AI N°199/2017-DFISC/DNPM/SP

820.616/2011-TUTE MINERAÇÃO LTDA-AI N°177/2017-DFISC/DNPM/SP

820.678/2011-RICARDO MICKENHAGEN-AI N°178/2017-DFISC/DNPM/SP

820.684/2011-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-AI N°179/2017-DFISC/DNPM/SP

820.685/2011-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-AI N°180/2017-DFISC/DNPM/SP

820.691/2011-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-AI N°200/2017-DFISC/DNPM/SP

820.731/2011-CARLOS ALBERTO PINTO NETO-AI N°181/2017-DFISC/DNPM/SP

820.739/2011-MILTON CARLOS BONATO-AI N°201/2017-DFISC/DNPM/SP

820.747/2011-SYLVIO LUIZ DE CARVALHO RAMOS-AI N°202/2017-DFISC/DNPM/SP

820.748/2011-WILSON GABRIEL GIANNETTI-AI N°203/2017-DFISC/DNPM/SP

820.910/2011-AREIA CRISTALINA MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTES EIRELI EPP-AI N°204/2017-DFISC/DNPM/SP

820.026/2012-ADAUTO DIAS BORGES JUNIOR-AI N°185/2017-DFISC/DNPM/SP

820.014/2014-WAGNER DAMO-AI N°186/2017-DFISC/DNPM/SP

821.338/2014-FLÁVIO JOSÉ LEGASPE MAMEDE-AI N°182/2017-DFISC/DNPM/SP

RELAÇÃO Nº 42/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

821.080/2012-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°427/17-DFISC/DNPM/SP

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

821.353/1996-EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS MESQUITA LTDA. -Alvará N°8107/18.02.2000

820.188/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A -Alvará N°7807/14.09.2015

820.189/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A -Alvará N°7808/14.09.2015

820.190/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A -Alvará N°7809/14.09.2015

820.191/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A -Alvará N°7810/14.09.2015

820.192/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A -Alvará N°7811/14.09.2015

820.680/2007-MILTON ANEZIO SALZEDAS -Alvará N°8211/30.07.2010

820.898/2009-OLARIA CENTENÁRIO DE BARIRI LTDA - ME -Alvará N°7725/14.09.2015

820.382/2010-I3 PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - Alvará N°3046/31.03.2011

820.072/2012-JOSÉ DAVID HADDAD -Alvará N°7227/04.12.2012

820.699/2012-SONIA GARCIA DANTAS MARTINS -Alvará N°75/13.01.2017

820.694/2013-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA. -Alvará N°6142/07.07.2014

820.357/2014-ANTONIO ALEXANDRE GRACIOSO DUZ -Alvará N°7749/14.09.2015

820.720/2014-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA. -Alvará N°4213/29.06.2015

820.721/2014-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA. -Alvará N°7821/14.09.2015

820.723/2014-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA. -Alvará N°7761/14.09.2015

820.724/2014-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA. -Alvará N°7762/14.09.2015

820.737/2014-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°1224/12.03.2015

820.410/2015-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA. -Alvará N°3010/28.03.2016

820.412/2015-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA. -Alvará N°3011/28.03.2016

820.726/2015-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA. -Alvará N°12802/2610.2015

820.030/2016-PEDREIRA DOVALLE COMÉRCIO DE PEDRAS EM GERAL LTDA. -Alvará N°6930/19.07.2016

820.294/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA. -Alvará N°9257/14.09.2016

820.321/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA. -Alvará N°10267/28.09.2016

820.322/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA. -Alvará N°10268/28.09.2016

820.647/2016-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA. -Alvará N°12877/13.12.2016

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

821.309/2011-ELIAS NAUFER NETTO

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

820.158/2010-NEWTON VIANA DE OLIVEIRA - AI N°142/2014-DFISC/DNPM/SP

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP- Fonte Kátia (Poço) - marca: Levíssima - embalagens de 200 ml, 300 ml, 1,5 L, 5L, 10L e 20L (sem gás) e embalagem de 510 ml, (sem gás e com gás) - Fonte Priscilla (Poço) - marca: Levíssima - embalagens de 200 ml, 300 ml, 1,5L, 5L, 10L e 20L (sem gás) e embalagem de 510 ml (sem gás e com gás) - Fonte Clementina (Poço) - marca: Americana - embalagens de 10L e 20L (sem gás) - marca: Colina Azul - embalegens de 10L e 20L (sem gás) e marca: Levísima - embalagens de 200 ml, 300 ml, 1,5L 5L, 10L e 20L (sem gás) e embalagem de 510 ml (sem gás e com gás)- AMERICANA/SP

817.502/1969-SANTUÁRIO DE APARECIDA ÁGUA MINERAL LTDA.- FONTE MARIAH - Marca "Santuário de Aparecida": recipientes de 510 mL, sem gás.- TAUBATÉ/SP

807.144/1977-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.- FONTE NOSSA SENHORA APARECIDA (POÇO 6) - Marca "Schin": recipientes de 300 mL, 500 mL e 1,5 L, sem gás e gaseificada artificialmente.- ITU/SP

820.518/1981-MINERAÇÃO JOANA LEITE LTDA- FONTE ALVORADA - Marca "Bonafont - Água Leve": recipientes de 500 mL, sem gás e gaseificada artificialmente; FONTE JAPI - Marca "Bonafont - Água Leve": recipientes de 500 mL, sem gás e gaseificada artificialmente.- JUNDIAÍ/SP

820.184/1996-AGUABOA MINERAÇÃO EIRELI ME-FONTE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA - Marca "Aguaboa": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás; Marca "Prediletta Premium": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás.- ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA/SP

820.743/1998-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA- FONTE DIAMANTE - Marca "Lindoya Jóia": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás; FONTE TOPÁZIO - Marca "Lindoya Jóia": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás;- LINDÓIA/SP

820.195/2002-FONTE MINERAL BRASILIA LTDA ME-Fonte Lara (Poço 2) - Marca: Leve Life - embalagens de 330 ml e 510 ml, (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagens de 1,5L, 5L, 10L e 20L (sem gás) - Marca: Phina - embalagens de 330 ml e 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagens de 1,5L 5L, 10L e 20L (sem gás) - Marca: Fonte de Água Viva - embalagens de 330 ml e 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente) e embalagens de 1,5L, 5L, 10L e 20L (sem gás) - Marca: Acqua Brasilis - embalagens de 10L e 20L (sem gás)- MACATUBA/SP

820.774/2002-MINERADORA SERRA DA PRATA LTDA-Fonte Nossa Senhora de Lourdes - Marca: Águas da Prata - embalagens de 310 ml e 1,5L (sem gás)- ÁGUAS DA PRATA/SP

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

820.017/1989-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA- AI Nº 166/2014-DFISC/DNPM/SP

820.704/1998-MINERAÇÃO HIDROLEVE LTDA- AI Nº 951/2016-DFISC/DNPM/SP e 952/2016-DFISC/DNPM/SP

820.743/1998-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA- AI Nº 167/2014-DFISC/DNPM/SP

821.592/1999-MINERADORA RENOVATIO SOCIEDADE LIMITADA- AI Nº 945/2016-DFISC/DNPM/SP

820.175/2001-VALE DAS ÁGUAS LTDA.- AI Nº 957/2016-DFISC/DNPM/SP

820.565/2001-BBR SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA- AI Nº 138/2014 e 217/2016

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

820.175/2001-VALE DAS ÁGUAS LTDA.- AI N° 956/2016-DFISC/DNPM/SP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

002.946/1962-ESTÂNCIA VALINHOS LTDA-OF. N°428/17-DFISC/DNPM/SP

820.246/1979-VILAS BOAS MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°446/17-DFISC/DNPM/SP - 03.04.17

820.650/1982-ÁGUAS MINERAIS BACCARELLI LTDA-OF. N°444/17-DFISC/DNPM/SP - 04.04.17

820.650/1982-ÁGUAS MINERAIS BACCARELLI LTDA-OF. N°444/17-DFISC/DNPM/SP - 04.04.17

820.017/1989-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA-OF. N°425/17-DFISC/DNPM/SP

820.704/1998-MINERAÇÃO HIDROLEVE LTDA-OF. N°438/17-DFISC/DNPM/SP

820.031/1999-SÃO BENEDITO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA. ME-OF. N°432/17-DFISC/DNPM/SP - 30.03.17

820.483/1999-ANTONIO BENEDITO RODRIGUES SILVEIRA ME-OF. N°466/17-DFISC/DNPM/SP - 04.04.17

821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA-OF. N°445/17-DFISC/DNPM/SP - 03.04.17

821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA-OF. N°430/17-DFISC/DNPM/SP - 29.03.17

821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA-OF. N°430/17-DFISC/DNPM/SP - 29.03.17

821.592/1999-MINERADORA RENOVATIO SOCIEDADE LIMITADA-OF. N°440/17-DFISC/DNPM/SP

821.399/2000-RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA-OF. N°443/17-DFISC/DNPM/SP - 04.04.17

820.175/2001-VALE DAS ÁGUAS LTDA.-OF. N°442/17-DFISC/DNPM/SP

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA-OF. N°431/17-DFISC/DNPM/SP - 29.03.17

Nega provimento a defesa apresentada(476)

820.704/1998-MINERAÇÃO HIDROLEVE LTDA

PAULO AFONSO RABELO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 70, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI no uso da atribuição que lhe confere o artigo 17, inciso XI, do Anexo I do Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016:

Considerando que a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, nos artigos 62, 121, 140 e 211, prevê a averbação e registro de determinadas modalidades de contratos;

Considerando que a expedição do Certificado de Averbação ou do Certificado de Registro pelo INPI é um ato administrativo cuja finalidade é produzir efeitos em relação a terceiros, resolve:

Art. 1º Estabelecer o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia, na forma da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996.

CAPÍTULO I

DOS CONTRATOS AVERBADOS OU REGISTRADOS PELO INPI

Art. 2º O INPI averbará os contratos de licença, de sublicença e de cessão de direitos de propriedade industrial e registrará os contratos de transferência de tecnologia e de franquia a seguir:

I - Licença de direito de propriedade industrial:

a) o contrato de licença e de sublicença para exploração de patente concedida ou de pedido de patente, conforme disposto nos artigos 61 a 63 da Lei n° 9.279, de 1996;

b) o contrato de licença e de sublicença para exploração de registro de desenho industrial ou de pedido de desenho industrial, conforme disposto no artigo 121 da Lei n° 9.279, de 1996; e,

c) o contrato de licença e de sublicença para uso de registro de marca ou de pedido de marca, conforme disposto nos artigos 139 a 141 da Lei n° 9.279, de 1996.

II - Cessão de direito de propriedade industrial:

a) o contrato de cessão de patente concedida ou de pedido de patente, conforme disposto nos artigos 58 a 60 da Lei n° 9.279, de 1996;

b) o contrato de cessão de registro de desenho industrial ou de pedido de desenho industrial, conforme disposto no artigo 121 da Lei n° 9.279, de 1996; e,

c) o contrato de cessão de registro de marca ou de pedido de marca, conforme disposto nos artigos 134 a 138 da Lei n° 9.279, de 1996.

III - Transferência de tecnologia:

a) o contrato de fornecimento de tecnologia ("know how") que compreende a aquisição de conhecimentos e de técnicas não amparados por direitos de propriedade industrial ou o fornecimento de informações tecnológicas, destinados à produção de bens e serviços; e,

b) o contrato ou fatura de prestação de serviços de assistência técnica e científica que estipula as condições de obtenção de técnicas, métodos de planejamento e programação, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução ou prestação de serviços especializados.

IV - o contrato de Franquia empresarial regido pela Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994.

Art. 3° Os contratos de exportação de tecnologia estão dispensados da averbação ou registro no INPI.

CAPÍTULO II

DO PEDIDO DE AVERBAÇÃO OU DE REGISTRO DE CONTRATO

Art. 4º O pedido de averbação ou de registro e outras petições serão apresentados em formulário próprio do INPI, por qualquer das partes contratantes, instruídos com os seguintes documentos:

I - Formulário de pedido de averbação ou de registro;

II - Comprovante do recolhimento da retribuição devida, com a respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU);

III - Procuração, observado o disposto nos artigos 216 e 217 da Lei n° 9.279, de 1996;

IV - Contrato, fatura, ou instrumento representativo do ato, observando-se as formalidades de atos praticados no exterior, quando aplicável;

V - Tradução para o idioma português, quando redigido em idioma estrangeiro;

VI - Formulários Ficha Cadastro da Pessoa Jurídica ou Física contratantes;

VII - Estatuto, contrato social ou ato constitutivo da pessoa jurídica e última alteração sobre objeto social consolidada e representação legal da pessoa jurídica da empresa cessionária, franqueada ou licenciada, domiciliada ou residente no Brasil;

VIII - Outros documentos, a critério da parte interessada, pertinentes ao negócio jurídico.

§ 1º. Em caso de sublicenciamento de direito de propriedade industrial, o requerente apresentará o contrato ou outro documento contendo a autorização formal do titular desse direito para sublicenciamento;

§ 2º. Para os contratos de franquia, o requerente apresentará a Circular de Oferta de Franquia ou uma declaração de recebimento da Circular de Oferta de Franquia, nos termos art. 3º da Lei nº 8.955, de 1994;

§ 3º. Em caso de subfranqueamento, o requerente apresentará o contrato ou outro documento contendo a autorização formal do franqueador para subfranqueamento.

Art. 5º O pedido de averbação ou de registro conterá as seguintes especificações:

I - Partes contratantes;

II - Modalidade contratual;

III - Objeto do contrato;

IV - Valor do contrato;

V - Moeda, valor e forma de pagamento somente para os contratos e faturas de serviços de assistência técnica e científica;

VI - Prazo de vigência do contrato;

VII - Outras observações relacionadas ao contrato, quando for o caso.

Art. 6º O requerente da averbação ou registro será responsável pela validade e licitude do contrato ou fatura.

Parágrafo único. Os contratos e faturas de serviço de assistência técnica e científica serão considerados vigentes até o pagamento das contraprestações, independentemente do tempo em que elas forem realizadas.

Art. 7º No caso de averbação de contratos de licença ou cessão de direitos de propriedade industrial, o título ou o pedido de patente ou de registro deve ter sido concedido ou depositado no INPI.

Parágrafo único. O contrato a ser averbado pelo INPI indicará o número de cada pedido ou título concedido pelo INPI, patente ou registro, e respectivo prazo de vigência.

Art. 8º A decisão proferida pelo INPI relativa ao requerimento de averbação ou registro pode ser:

I - Deferimento e emissão do certificado de averbação ou de registro;

II - Formulação de exigência;

III - Indeferimento fundamentado; ou,

IV - Arquivamento.

§ 1º. O prazo para decisão é de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data de publicação da notificação do requerimento na Revista da Propriedade Industrial, observado o disposto no art. 211 da Lei n° 9.279, de 1996.

§ 2º. O prazo para o cumprimento de exigência é de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação na Revista da Propriedade Industrial, observado o disposto no art. 224 da Lei n° 9.279, de 1996, sob pena de arquivamento do requerimento.

CAPÍTULO III

DAS PARTES DO CONTRATO

Art. 9º. Deve constar no contrato a identificação das partes do contrato e de seus representantes legais, nome ou denominação e os endereços completos, com logradouro, cidade, unidade da federação e o país.

Art. 10. O INPI observará os seguintes aspectos em relação ao domicílio ou residência das partes:

I - A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações;

II - Nos contratos envolvendo propriedade industrial a referência será a título concedido ou pedido de direito depositado no INPI.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 11. O prazo do contrato de licença de direitos de propriedade industrial não poderá ultrapassar a vigência desses direitos no Brasil.

Art. 12. O cancelamento da averbação ou do registro está sujeito à apresentação de distrato ou instrumento representativo do ato assinado pelas partes contratantes, por meio de petição a ser juntada ao respectivo processo.

CAPÍTULO V

DO CERTIFICADO

Art. 13. O Certificado de Averbação ou de Registro conterá as seguintes especificações:

I - Número do processo de averbação ou de registro;

II - Partes contratantes;

III - Modalidade contratual;

IV - Objeto do contrato;

V - Valor declarado do contrato;

VI - Forma de pagamento declarado do contrato para os contratos ou faturas de serviço de assistência técnica e científica;

VII - Prazo de vigência declarado do contrato;

VIII - Prazo de vigência dos direitos de propriedade industrial concedidos pelo INPI, se houver direitos de propriedade industrial em seu objeto;

IX - Data do protocolo do pedido de averbação ou de registro no INPI;

X - Data da publicação do deferimento de averbação ou de registro na Revista da Propriedade Industrial no INPI;

XI - Uma nota informativa com o seguinte conteúdo: "O INPI não examinou o contrato à luz da legislação fiscal, tributária e de remessa de capital para o exterior";

XII - Observações relacionadas ao contrato, quando for o caso.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Aplicam-se aos contratos de licença e de cessão de registro ou de pedido de registro de topografia de circuito integrado as normas previstas nesta Instrução Normativa, observado o disposto nos artigos 41 a 54, da Lei n° 11.484, de 31 de maio de 2007.

Art. 15. Ficam revogadas as Instruções Normativas nº 16, de 18 de março de 2013, e nº 39, de 22 de junho de 2015.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entrará em vigor no dia 1º de julho de 2017.

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.045, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/02/2017 e 05/04/2017, e na reunião extraordinária realizada em 22/11/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/02/2017 e 05/04/2017, e na reunião extraordinária realizada em 22/11/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.010951/2016-42
Proponente: Associação Grêmio São Luiz
Título: Esporte com Educação
Registro: 02RS158252016
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 89.280.382/0001-68
Cidade: Farroupilha UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 466.120,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0486 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43108-7
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003163/2015-11
Proponente: Associação Brasileira das Equipes e Pilotos de Automobilismo Amador
Título: Contratação de Equipe para Temporada de Fórmula 3
Valor autorizado para captação: R$ 1.040.199,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6615 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20689-X
Período de Captação até: 04/04/2018

2 - Processo: 58701.003939/2015-01
Proponente: Associação Brasileira das Equipes e Pilotos de Automobilismo Amador
Título: Formação Básica de Piloto de Fórmula
Valor autorizado para captação: R$ 1.849.819,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6615 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20688-1
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58701.003372/2015-65
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol de Salão
Título: Campeonato Brasileiro de Seleções Sub 15
Valor autorizado para captação: R$ 1.592.417,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0675 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58600-5
Período de Captação até: 31/12/2017

4 - Processo: 58701.003943/2015-61
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol de Salão
Título: Grand Prix de Futsal Feminino
Valor autorizado para captação: R$ 806.118,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0675 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58606-4
Período de Captação até: 31/10/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 7 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar a:

Nº 599 - Francisco José de Souza Filho, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 600 - José Ribeiro de Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 602 - Orlando Rocha Filho, rio São Francisco, Município de Porto da Folha/Sergipe, irrigação.

Nº 605 - Tecnoplan Engenharia Ltda., rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nº 606 - Marluce Evangelista Pereira, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 607 - Edva Gonçalves de Abreu, rio São Francisco, Município de São Romão/Minas Gerais, irrigação.

Nº 608 - Vivalda Vieira de Oliveira, rio Jequitinhonha, Município de Jacinto/Minas Gerais, Irrigação.

Nº 609 - Cícero Vagner Gomes do Nascimento, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 610 - Jurandi Ferreira da Silva, rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação.

Nº 613 - Noé Pires de Carvalho Júnior, reservatório da UHE Apolônio Sales (Moxotó), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 614 - Manoel Vicente Braz, reservatório da UHE Apolônio Sales (Moxotó), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 615 - Companhia de Saneamento De Minas Gerais - Copasa, rio São Francisco, Município de Pedras de Maria da Cruz/Minas Gerais, esgotamento sanitário.

Nº 616 - Ernesto Avelino de Souza Almeida ME, rio Sapucaí, Município de Piranguinho/Minas Gerais, mineração.

Nº 617 - Ednaldo da Silva Melo, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 618 - Jalles Machado S.A., rio Maranhão, Município de Vila Propício/Goiás, irrigação.

Nº 619 - Célia Maria Ferreira de Oliveira, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 620 - Vitivinícola Santa Maria S.A., rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/Pernambuco, irrigação e indústria.

Nº 621 - Sebastião Martins Araújo, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 622 - Marinaldo Gomes de Sá, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/Bahia, irrigação.

Nº 623 - Companhia de Aguas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, Açude Passagem das Traíras (rio Seridó), Município de São José do Seridó/Rio Grande do Norte, abastecimento público.

Nº 624 - Luiz Carlos Mendes, rio Pomba, Município de Dona Eusébia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 625 - Uelderson da Costa Carneiro, rio Pomba, Município de Dona Eusébia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 626 - Cicero Aleixo dos Santos, reservatório da UHE Apolônio Sales (Moxotó), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 627 - Nilton Roberto Oliveira Melo e Ninéia Policena Pires Melo, Reservatório da UHE de Três Marias (rio São Francisco), Município de Morada Nova de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 628 - Luciene Carla Dias Vieira, rio Pomba, Município de Astolfo Dutra/Minas Gerais, irrigação.

Nº 629 - Pedro César Vieira da Silva, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Nº 630 - Weliton Barbosa Fonseca, rio Jequitinhonha, Município de Coronel Murta/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Nº 631 - Olinto Augusto da Cunha Peixoto, rio Jequitinhonha, Município de Jacinto/ Minas Gerais, irrigação.

Nº 632 - Rodrigo Pereira Tenório, rio São Francisco, Município de Gararu/Sergipe, irrigação.

Nº 633 - Josan Pereira Tenório, rio São Francisco, Município de Gararu/Sergipe, irrigação.

Nº 634 - Rodrigo Pereira Tenório, rio São Francisco, Município de Gararu/Sergipe, irrigação.

Nº 635 - Hamilton Santos da Silva, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 637 - Cristal Pigmentos do Brasil S.A., rio Guaju, Município de Mataraca/Paraíba, irrigação.

Nº 638 - Companhia Estadual de Aguas e Esgotos CEDAE, rio Pomba, Município de Aperibé/Rio de Janeiro, abastecimento público.

Nº 639 - Lucas Villela Rosa, Reservatório da UHE Serra do Facão (rio São Marcos), Município de Campo Alegre de Goiás/Goiás, irrigação.

Nº 640 - Evilasio Vitoraze, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Nº 641 - Fernando Antônio Cerqueira, rio Preto, Município de Água Doce do Norte/Espírito Santo, irrigação.

Nº 642 - Manoel da Cunha Pereira Soares Peixoto, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Nº 643 - José Roberto Cerqueira, rio Preto, Município de Água Doce do Norte/Espírito Santo, irrigação.

Nº 644 - Osvaldo de Castro Lemos Filho, Leila Maria Lemos Estorino e Rosely Maria Lemos Carreia, Reservatório da UHE Marechal Mascarenhas de Moraes/ex-Peixoto (rio Grande), Município de Delfinópolis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 645 - Valter Nunes de Oliveira; Antônio Nunes da Silva, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 646 - Adilson de Freitas Ardizzon, rio Cotaxé ou braço norte do rio São Mateus, Município de Boa Esperança/Espírito Santo, irrigação.

Nº 647 - Rui Jose da Mata, rio José Pedro, Município de Ipanema/Minas Gerais, irrigação.

Nº 648 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/Bahia, aquicultura.

Nº 649 - Bahia Empreendimentos Turísticos e Lazer Ltda, rio Buranhém, Município de Porto Seguro/Bahia, esgotamento sanitário.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu:

Nº 601 - Revogar, a partir de 24 de março de 2017, a Resolução nº. 247, de 03 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 06 de julho de 2007, seção 1, página 88, a qual outorgou a Porto de Areia Água Vermelha Ltda. o uso de recursos hídricos no Reservatório da UHE Ilha Solteira, no rio Grande, com a finalidade de Mineração no município de Iturama - MG, em virtude de os usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, segundo a declaração CNARH nº. 294409, e, portanto, independerem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 603 - Revogar, a partir de 23 de março de 2017, a Resolução nº. 140, de 09 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2007, seção 1, página 56, a qual outorgou a Minersul Entre Rios Ltda. - EPP o uso de recursos hídricos no Reservatório da UHE Ilha Solteira, no rio Grande, com a finalidade de Mineração no município de Santa Albertina - SP297912, em virtude de os usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, segundo a declaração CNARH nº. 297912, e, portanto, independerem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 604 - Revogar, a partir de 24 de março de 2017, a Resolução nº. 247, de 03 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 06 de julho de 2007, seção 1, página 88, a qual outorgou a Porto de Areia Água Vermelha Ltda. o uso de recursos hídricos no Reservatório da UHE Ilha Solteira, no rio Grande, com a finalidade de Mineração no município de Iturama - MG, em virtude de os usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, segundo a declaração CNARH nº. 294409, e, portanto, independerem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 611 - Revogar, a partir de 25 de agosto de 2015, a Resolução ANA nº 399, de 16 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2009, Seção 1, página 59, a qual outorgou a Areal São Camilo Ltda. o direito de uso de recursos hídricos no Rio Pomba, com a finalidade de Mineração, declaração(ões) CNARH nº. 89755, no município de Leopoldina - MG, por motivo de desistência do interessado.

Nº 612 - Revogar, a partir de 25 e agosto de 2016, a Resolução ANA nº 860, de 16 de dezembro de 2011, linha 215, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2011, Seção 1, página 80, a qual outorgou a Areal São Camilo Ltda. o direito de uso de recursos hídricos no Rio Pomba, com a finalidade de Mineração, declaração(ões) CNARH nº. 65262, no município de Leopoldina - MG, por motivo de desistência do interessado.

Nº 636 - Revogar, a partir de 9 de janeiro de 2017, a Resolução ANA nº 1150, 13 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2014, Seção 1, página 118, a qual outorgou a Consórcio Constran Egesa Pedrasul Estacon CMT o direito de uso de recursos hídricos no rio São Francisco, com a finalidade de Indústria, declaração CNARH nº. 208825, no município de Serra do Ramalho - BA, por motivo de desistência do interessado.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 651ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de abril de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 650 - João Ricardo Geaquinto Costa de Souza, rio Samambaia, Município de Cristalina/Goiás, irrigação, por motivo de indisponibilidade hídrica.

Nº 651 - Carlos Alberto de Souza Júnior, rio Verde Grande, Município de Verdelândia/Minas Gerais, irrigação, por motivo de incompatibilidade com o Termo de Alocação de Água 2016/2017 do rio Verde Grande, de 5 de maio de 2016.

Nº 653 - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Verde Grande, Município de Montes Claros/Minas Gerais, obra hidráulica.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 652, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 651ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de abril de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Verde Grande, Município de Montes Claros/Minas Gerais, abastecimento público.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 247, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Prorroga o prazo previsto no art. 9º da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, para as empresas e órgãos públicos firmarem Termo de Compromisso ou Termo de Cessão com o ICMBio. (Processo nº 02126.000007/2016-14)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 7 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar, para mais 90 (noventa) dias, a partir do dia 13 de abril de 2017, o prazo previsto no art. 9º da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016, seção 1, páginas 135 e 136, para as empresas e órgãos públicos firmarem Termo de Compromisso ou Termo de Cessão com o ICMBio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 20, DE 31 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 dezembro de 1987, e com o Processo Administrativo nº 04994.000195/2010-83, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de reforma agrária, o imóvel de propriedade da União denominado Fazenda Malícia, localizado no município de Corumbá de Goiás, estado de Goiás, registrado sob Matrícula nº 7.198, Livro nº 2-AK, do Registro de Imóveis daquela Comarca, com área de 318,96.85 hectares, cadastrado no Sistema SPIUnet sob RIP Imóvel nº 9317.00009.500-4, a ser transferido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de projeto de reforma agrária, para assentamento de aproximadamente 17 (dezessete) famílias integrantes de movimento social organizado.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União do Estado de Goiás - SPU/GO dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição competente e ao INCRA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 51, DE 7 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.636/98, bem como os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04967.001608/2010-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência do Patrimônio da União no Espirito Santo, a lavrar termo aditivo ao contrato de cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, autorizado pela Portaria nº 311, de 24 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de julho de 2012, seção 1, pág. 72, para:

I - Alterar o valor da cessão para R$ 91.914,62 (noventa e um mil, novecentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), a partir da assinatura do respectivo termo aditivo, com base em nova avaliação feita pela Secretaria do Patrimônio da União à luz da Portaria SPU nº 404, de 28 de dezembro de 2012.

§ 1º O valor previsto no inciso I será reajustado anualmente, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou índice que vier a substituí-lo.

§ 2º O valor da retribuição pelo arrendamento dos imóveis será revisado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo, desde que comprovada a superveniência de fatores que tenham alterado o equilíbrio econômico do contrato.

§ 3º O termo aditivo deve ser assinado com a participação e a anuência das partes envolvidas, Ferrus Resources do Brasil S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 08.852.207/0001-04 e União, mantidas as demais condições pactuadas.

§ 4º O novo valor da contraprestação anual devida à União será cobrado a partir da data de assinatura do termo aditivo, mantendo-se o valor original para os períodos anteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 11 de abril de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	47427.002188/2014-97
Entidade	Sindicato dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Rio de Janeiro.
CNPJ	21.010.744/0001-67
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Estadual: Rio de Janeiro
Categoria Profissional	Categoria Profissional dos Condutores de Ambulância, da rede privada, contratados ou concursados da rede pública Municipal e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

Em cumprimento à Decisão Judicial, Processo 0001664-76.2016.5.10.0010, procedente da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, a qual determinou a análise do processo 46417.001303/2014-62, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46417.001303/2014-62
Entidade	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MORUNGABA
CNPJ	19.900.766/0001-50
Abrangência	Municipal
Base Territorial	São Paulo: Morungaba
Categoria	Servidores Públicos Municipais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, das Autarquias Municipais e Fundações Públicas Municipais, ativos e inativos

Tendo em vista decisão prolatada pelo MM. Juízo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no Processo Judicial 1000857-68.2017.4.01.000 (Processo Referência: 1000722-41.4.01.3400), a Portaria Ministerial 186/2008 e a Nota Técnica 130/2017/AIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve: RESTABALECER o Registro Sindical 46215.003454/2017-74 da FESSPERJ - Federação dos Sindicatos de Servidores e Funcionários Públicos Estaduais e Municipais no Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 22.331.299/0001-08, nos termos do art. 33, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA N° 53, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO no DF, no uso de sua competência, que lhe foi subdelegada pela Portarias/MTE nº 28, de 07 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 11 de janeiro de 2016, e tendo em vista a instituição ministerial do Sistema HOMOLOGNET pela Portaria 1.620, de 15/07/2010, e sua normatização pela Secretaria de Relações do Trabalho, de acordo com as Instruções Normativas/SRT/MTE N° 15, 14/07/2010, e Nº 17, de 14/11/2013, resolve:

Art.1º - Estabelecer a obrigatoriedade da utilização do Sistema HOMOLOGNET na Agencia Regional do Gama, desta Superintendência Regional do Trabalho no Distrito Federal, para fins de assistência e homologação do termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT), prevista no artigo 477, § 1º da CLT, em atendimento ao que determina o Artigo 7º da IN/SRT Nº 17, de 14/11/2013, e demais normas correlatas.

Art. 2º - Casos omissos serão dirimidos junto a Chefia da Seção de Relações do Trabalho da SRTE-DF.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor em 02 de maio de 2017

BELTIDES JOSE DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA 116, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando que a medida Provisória nº 763/2016, autorizou a liberação de saque de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, das contas inativas para todos os trabalhadores cujo contrato de trabalho tenha sido encerrado até o dia 31/12/2015, e que no Estado de Santa Catarina aproximadamente 1.685.485 trabalhadores gozam desse direito, considerando o Ofício nº 011/2017/SR Florianópolis, da Caixa Econômica Federal; considerando ainda que nos termos do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o sábado é considerado como dia útil não trabalhado em perfeita consonância com a súmula 113 do TST, resolve:

Conceder autorização à Caixa Econômica Federal, para no âmbito do Estado de Santa Catarina abrir suas agências para atendimento a tais trabalhadores no dia 08/04/2017.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

PORTARIAS DE 10 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, RESOLVE:

Nº 118 - Conceder autorização a SAILOR INDÚSTRIA TEXTIL EIRELI SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.533.011/0001-62, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Dr. Pedro Zimmermmann, nº 11.113, Galpão 02 no município de Blumenau - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001553/2017-42, protocolado no dia 16/03/2017.

Nº 119 - Conceder autorização a ALENICE INDÚSTRIA TEXTIL LTDA SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.837.366/0001-35, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Rodolfo Tepasse, nº 111, Bairro Caixa Imigrantes no município de Guaramirim- SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001566/2017-11, protocolado no dia 16/03/2017.

Nº 120 - Conceder autorização a BOUTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE CAMA E BANHO LTDA SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.313.402/0001-58, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua do Cedro, nº 1181, Bairro Dom Joaquim, no município de Brusque - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02

(dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001794/2017-91, protocolado no dia 27/03/2017.

Nº 121 - Conceder autorização a MAGGIOR TEXTIL LTDA EPP SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.044.069/0001-42, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia Br 470 Km 66,5, nº 3715, Bairro Encano do Norte, município de Indaial - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001793/2017-47, protocolado no dia 28/03/2017.

Nº 122 - Conceder autorização a TEXTIL CRISTINA LTDA SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.571.292/0001-97, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Leoberto Leal, nº 300, Bairro Centro, município de Ilhota - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001795/2017-36, protocolado no dia 28/03/2017.

Nº 123 - Conceder autorização a BUNGE ALIMENTOS S.A / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.046.101/0001-93, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia Jorge Lacerda s/nº Bairro Poço Grande, município de Gaspar - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001792/2017-01, protocolado no dia 28/03/2017.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

Ministério dos Direitos Humanos

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 62, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o credenciamento do organismo estrangeiro "HAND IN HAND INTERNATIONAL ADOPTIONS" para atuar em matéria de adoção internacional no Brasil

A SECRETÁRIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, e no inciso V do art. 2º do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999, e considerando o constante dos autos do processo nº 08000.014481/2017-07, resolve:

Art. 1º Credenciar o organismo "HAND IN HAND INTERNATIONAL ADOPTIONS", com sede na "2519 S. Shields, 106, Fort Collins, Colorado, Estados Unidos da América", encarregado de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia - Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, assim como as disposições do Decreto nº 5.491, de 2005, sob pena de suspensão de seu credenciamento.

Art. 3º O credenciamento tem validade de 2 (dois) anos, contados da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do respectivo prazo de validade, consoante o disposto no § 7º do art. 52 da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 323, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Disciplina a exploração comercial nos aeroportos incluídos no Plano Nacional de Desestatização - PND ou qualificados para parcerias no Programa de Parcerias e Investimentos - PPI.

O MINISTRO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 27, inciso XXI e §8º, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, c/c com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, e pelo art. 1º do Anexo I do Decreto n. 7.476, de 10 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 2º, da Portaria nº 143, de 06 de abril de 2017, deste Ministério, publicada no Diário Oficial da União, de 07 de abril de 2017, Seção 1, pg.44, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2° A celebração, prorrogação, renovação e o aditamento de contratos comerciais nos aeroportos incluídos no PND ou qualificados para parcerias no PPI, que ainda não tiveram publicados os respectivos editais de concessão, deverão ter prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período até que se assine o contrato de concessão para o respectivo aeroporto.

§1º Poderá o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil aprovar, excepcionalmente, prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, mediante solicitação prévia do operador aeroportuário, que deverá indicar o prazo proposto para a contratação, não superior a 60 (sessenta) meses, e as respectivas justificativas.

§ 2º Fica vedada a celebração, prorrogação, renovação e o aditamento de contratos comerciais em aeroportos incluídos no PND ou qualificados para parcerias no PPI, após a publicação do respectivo edital de concessão, exceto mediante anuência prévia do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo ensejará ao operador as penalidades previstas no instrumento de outorga, podendo resultar na sua denúncia, revogação ou rescisão. "(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 1.047, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Altera quantitativo de cargos comissionados da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso XLII, da mencionada Lei, e 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

Considerando o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.508296/2017-01, deliberado e aprovado na 1ª Reunião Extraordinária Administrativa da Diretoria, realizada em 27 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do quadro demonstrativo de cargos comissionados da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. A alteração do quadro de que trata o caput obedece ao limite de custos determinado para cargos comissionados na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, previsto no Anexo VII do Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.481, de 14 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2016, Seção 1, página 57.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

ANEXO

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS E DE CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC

	CA II	CA III	CAS I	CAS II	CCT II	CCT III	CCT IV	CCT V	CGE I	CGE II	CGE III	CGE IV	CCT I	CD I	CD II	TOTAL
Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)	0	3	1	2	0	0	1	0	0	0	1	4	0	0	0	R$ 62.857,20
Assessoria Internacional (ASINT)	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	R$ 19.396,65
Assessoria de Articulação com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (ASIPAER)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	R$ 14.156,33
Gabinete (GAB)	0	1	0	0	0	1	2	4	0	1	0	0	0	0	0	R$ 33.724,04
Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância (ASJIN)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	R$ 17.184,09
Assessoria Parlamentar (ASPAR)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	R$ 14.459,14
Assessoria Técnica (ASTEC)	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	R$ 28.784,66
Auditoria Interna (AUD)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	R$ 17.980,35
Corregedoria (CRG)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	R$ 17.980,35
Diretoria Juliano Noman (DIR/JN)	1	1	0	1	0	0	0	4	0	0	0	1	0	0	1	R$ 52.651,26
Diretoria-Presidência (DIR-P)	1	1	0	1	0	0	0	4	0	0	0	1	0	1	0	R$ 53.447,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Diretoria Hélio Paes de Barros (DIR/PB)	1	1	0	1	0	0	0	4	0	0	0	1	0	0	1	R$ 52.651,26
Diretoria Ricardo Bezerra (DIR/RB)	1	1	0	1	0	0	0	4	0	0	0	1	0	0	1	R$ 52.651,26
Diretoria Ricardo Fenelon Junior (DIR/RF)	1	1	0	1	0	0	0	4	0	0	0	1	0	0	1	R$ 52.651,26
Ouvidoria (OUV)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	R$ 17.980,35
Procuradoria (PF-ANAC)	0	0	1	0	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	R$ 25.736,04
Superintendência de Administração e Finanças (SAF)	0	2	7	9	1	11	18	3	1	0	2	8	1	0	0	R$ 208.922,99
Superintendência de Aeronavegabilidade (SAR)	4	2	3	2	1	13	20	10	1	2	4	8	0	0	0	R$ 307.732,73
Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos (SAS)	0	0	0	1	0	1	3	3	1	0	4	7	0	0	0	R$ 136.868,82
Superintendência de Ação Fiscal (SFI)	0	0	0	2	0	17	1	5	1	0	2	4	2	0	0	R$ 112.619,88
Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP)	0	1	1	1	5	7	8	4	1	0	2	3	0	0	0	R$ 112.747,07
Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária (SIA)	0	0	3	3	0	1	14	0	1	0	4	10	0	0	0	R$ 187.917,32
Superintendência de Planejamento Institucional (SPI)	0	0	0	0	0	4	2	1	1	0	1	4	0	0	0	R$ 70.069,98
Superintendência de Padrões Operacionais (SPO)	0	0	2	16	0	7	11	5	1	0	5	7	0	0	0	R$ 217.035,32
Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos (SRA)	0	0	0	0	0	4	2	6	1	0	5	3	0	0	0	R$ 125.021,35
Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	0	0	0	0	1	2	3	6	1	0	2	1	1	0	0	R$ 75.098,27
TOTAL	9	14	20	41	8	69	95	75	10	7	37	65	4	1	4	R$ 2.088.325,48

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 31 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.170 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 20 P-20 (9PBB). Processo nº 00065.503319/2017-94. A homologação tem validade até 27 de outubro de 2019.

Nº 1.175 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade PIONEIRO DE LIBRA, (9PLI). Processo nº 00065.510975/2017-43. A homologação tem validade até 14 de fevereiro de 2020.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 3 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.189 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade Oceanic Champion (9PHV). Processo nº 00065.503158/2017-39. A homologação tem validade até 12 de dezembro de 2019.

Nº 1.190 - Homologa o heliponto privado a bordo da unidade VERMELHO 2 PVM-2 (9PVM). Processo nº 00065.511865/2017-07. A homologação tem validade até 10 de janeiro de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.217, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.505082/2017-86, resolve:

Inscreve o aeródromo privado Kapoto (MT) (código OACI: SNIK) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.305, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001397/2006-44 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 418ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Reconhecer o erro material a ensejar a retificação da área do terminal de titularidade da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, inscrita no CNPJ sob o nº 60.894.730/0002-96, localizado em Cubatão - SP, de 105.440,54 m² (cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados e cinquenta e quatro decímetros quadrados) para 554.348,01m² (quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito metros quadrados e um decímetro quadrado), por meio da celebração de termo aditivo para rerratificação do Contrato de Adesão nº 107/2016-ANTAQ, nos termos da minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Adesão SOG 0215883.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.344, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50300.000757/2005-18 e 50300.002847/2017-79, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 219-ANTAQ, de 9 de agosto de 2005, da empresa EDLOPES Transportes Ltda., CNPJ nº 23.022.148/0001-22, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em decorrência de alteração do endereço e da razão social.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.345, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50306.002117/2014-75 e 50300.003236/2017-48, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.222-ANTAQ, de 14 de agosto de 2015, da empresa F E Transporte e Navegação Ltda. - ME, CNPJ nº 09.493.824/0001-1, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em decorrência de alteração na frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.346, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003083/2017-39, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir autorização em caráter especial e de emergência ao Consórcio Novo Terminal Marítimo de Salvador - CONTERMAS, composto pelas empresas Socicam Terminais Rodoviários e Representações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 62.396.296/0001-69, e Aba Infraestrutura e Logística Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 55.395.883/0001-78, com base no art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para movimentar passageiros no terminal, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Resolução, ou até a celebração do respectivo contrato de arrendamento, quando restará devidamente extinta.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera o CONTERMAS do atendimento dos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente, bem como de observar a obrigatoriedade de remuneração da Autoridade Portuária referida no Despacho da área técnica, registrado sob o nº GPO 0152440, reiterado pelo Despacho de nº 0249641.

Art. 3º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, acompanhe o cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 4, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo § 1º do art. 5º, c/c o disposto no inciso V, do art. 51, ambos do Regimento Interno, com base nas disposições constantes da Norma para Homologação de Acordo Operacional entre Empresas Brasileiras e Estrangeiras de Navegação para Troca de Espaços no Transporte Marítimo Internacional, aprovada pela Resolução nº 194-ANTAQ, de 16 de fevereiro de 2004, considerando o que consta no processo nº 50300.001739/2015-17, resolve:

Art. 1° HOMOLOGAR o Addendum Oitavo ao Acordo Operacional para Troca de Espaços firmado entre as empresas de navegação Aliança Navegação e Logística Ltda. e Hamburg Südamerikanische Dampfschifffahrts Gesellchaft KG, homologado pela Portaria nº 6/SOG, de 21/09/2015, com as seguintes alterações:

- substituição do navio Zim Chicago pelo navio Cosco Shipping - Sling 1;
- substituição do navio Torrente pelo navio Switzerland - Sling 1;
- substituição do navio E. R Tianan pelo navio Cma Cgm Ganges - Sling 1;
- substituição do navio Teno pelo navio Cap Cma Cgm Congo - Sling 1;
- substituição do navio Cap San Tainaro pelo navio San Vicente - Sling 2;
- substituição do navio Cma Cgm Congo pelo navio Croatia - Sling 2;
- substituição do navio Cma Cgm Ganges pelo navio Uask Al Khor - Sling 2;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

SAMUEL RAMOS DE CARVALHO CAVALCANTI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 33, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a Limitação de Empenho e Movimentação Financeira e estabelece o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o CNMP no exercício financeiro de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 94, de 30 de março de 2017, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, combinado com o art. 58, § 12, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme o Anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenho de Outras Despesas Correntes e de Capital, constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria CNMP-PRESI Nº 30, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 62, Seção 1, Pág. 128, de 30 de março de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

ANEXO I

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REDUÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHOS

59101- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO R$ 1,00			
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.032.2100.8010.0001 - Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público.	4.4.90.00	100	496.008
T O T A L			496.008

ANEXO II

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL
ATÉ MARÇO	14.760.663	18.455.873
ATÉ ABRIL	17.998.663	21.579.164
ATÉ MAIO	21.236.663	24.702.455
ATÉ JUNHO	25.474.663	27.825.746
ATÉ JULHO	27.712.663	30.949.037
ATÉ AGOSTO	30.950.663	34.072.328
ATÉ SETEMBRO	34.188.663	37.195.619
ATÉ OUTUBRO	37.426.663	40.318.910
ATÉ NOVEMBRO	40.664.663	43.442.201
ATÉ DEZEMBRO	43.911.282	46.565.492

Nota: Esta programação poderá sofrer alterações, em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação e recomposição de limitação de empenho e/ou créditos adicionais.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ESTATÍSTICA DO MÊS DE MARÇO DE 2017

I - PRODUTIVIDADE

CONSELHEIRO	RELATOR				REVISOR			
	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Relator	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Revisor
Jeferson Luiz Pereira Coelho	3	5	1	7	0	3	1	2
Ivana Auxiliadora Mendonça Santos	5	8	10	3	0	0	0	0
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	0	3	3	0	0	0	0	0
Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano [1]	0	2	1	1	0	0	0	0
Sandra Lia Simón	4	6	7	3	0	0	0	0
Manoel Jorge e Silva Neto	3	4	2	5	5	0	4	1
Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre [2]	0	5	4	1	0	2	2	0
Ricardo José Macedo de Britto Pereira	4	3	3	4	0	1	1	0
Edelamare Barbosa Melo	3	4	4	3	0	0	0	0
TOTAIS	22	40	35	27	5	6	8	3

1 - Férias dia 01/03/2017, do dia 03/03/2017 até 05/03/2017 e do dia 07/03/2017; licença para tratamento de saúde dia 02/03/2017 e dia 06/03/2017.
2 - Férias de 01/03/2017 até o dia 10/03/2017.

II - SITUAÇÃO

Entrada de processos no mês	24
Distribuição e redistribuição de processos no mês	27
Total de processos decididos/deliberados	18
Outras decisões/deliberações	1
Resoluções	1

Brasília-DF, 10 de março de 2017.
IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Secretária do Conselho

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 7 DE ABRIL DE 2017

NOTÍCIA DE FATO 1-72.2017.1401
EMENTA. ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS. SUPOSTAS IRREGULARIDADES. NOTÍCIA ANÔNIMA DESACOMPANHADA DE ELEMENTOS MÍNIMOS. VEROSSIMILHANÇA DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELA AUTORIDADE MILITAR. DENUNCISMO IRRESPONSÁVEL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Notícia anônima de supostas irregularidades no âmbito da Escola de Sargentos das Armas. Missiva desacompanhada de elementos mínimos que embasem as alegações. Verossimilhança das informações prestadas pela Administração Militar. Ausência de indícios de comportamento delituoso que demandem a atuação do Ministério Público Militar. Inexistência de justa causa que justifique a continuidade das apurações. Denuncismo irresponsável. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

NOTÍCIA DE FATO 247-85.2016.1106
EMENTA. NOTÍCIA ANÔNIMA. SUPOSTA PERSEGUIÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Notícia-crime anônima em desfavor de oficial-general em razão da suposta prática de atos de perseguição contra tenente-coronel. Fatos já investigados em sindicância. Não caracterização. Controvérsias relativas à promoção e punições que refogem à competência da Justiça Militar da União. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 10, DE 29 DE MARÇO DE 2017

(Sessão Ordinária do Plenário)
Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 14 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausente o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 9, referente à sessão ordinária realizada em 22 de março (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 23 e 29 de março, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 028.932/2011-0
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Tribunal de Contas da União
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 005.932/2017-3
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

Processo: 006.203/2017-5
Interessado: /CONSÓRSIO SPE - SKANSKA-PROMON-ENGEVIX, /Consórcio Techint-Andrade Gutierrez
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 19 da Res. 175/2005
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Administrativos
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 024.771/2016-3
Interessado: /TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES
Processo: 006.367/2017-8
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 015.705/2011-0/R002
Recorrente: COBRAPE - CIA. BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 015.705/2011-0/R003
Recorrente: TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 015.705/2011-0/R004
Recorrente: Jose Roberto Jung Santos/Ricardo Braga Vieira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
Recurso: 016.423/2012-7/R001
Recorrente: DAVI GABRIEL GARCIA SILVEIRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO
Recurso: 003.843/2016-5/R001
Recorrente: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 009.481/2016-8/R001
Recorrente: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ
Recurso: 029.878/2016-0/R001
Recorrente: EMPRORIUM
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 029.886/2016-3/R001
Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES
Recurso: 032.668/2016-3/R001
Recorrente: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES
COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)
Da Presidência:
Procedimentos para convocação de Ministro-Substituto a fim de completar a composição do Plenário e das Câmaras ou para efeito de quórum mínimo durante a realização de votação dos processos desta Corte.
Limitação de empenho e movimentação financeira e adoção de procedimentos para contingenciamento no Orçamento do Tribunal para 2017.
Homenagem à AUFC Teresa Cristina Mesquita Nogueira por ocasião de sua aposentadoria. O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti associou-se à manifestação.
Apresentação do resultado consolidado da Pesquisa de Clima Organizacional realizada em novembro de 2016.
Do Ministro Aroldo Cedraz:
Lançamento do número 137 da Revista do TCU.
Apresentação de projeto de alteração das Resoluções TCU nº 259/2014 e nº 175/2005, que dispõem, respectivamente, sobre a constituição e a relatoria de processos apartados nesta Corte de Contas. Foi aberto prazo de 15 dias para a apresentação de emendas e sugestões.
Distribuição do Relatório de Gestão referente ao biênio 2015-2016.
PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO
O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 523 a 552.
ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)
TC-004.462/2017-3 - Relator: Ministro José Múcio Monteiro - Acórdão 583.
DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 159 - "Aprova, para o exercício de 2018, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal (FPE)."
PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA
Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
TC-012.092/2016-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
TC-012.030/2003-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-006.283/2013-6 e TC-031.960/2016-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-010.803/2016-5, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;
TC-014.650/2016-9, TC-031.373/2015-1 e TC-033.793/2015-8, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;
TC-028.346/2011-4, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
TC-009.834/2010-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, a pedido do revisor (art.119), Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
TC-028.116/2013-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e
TC-015.316/2016-5, TC-026.073/2011-0, TC-026.341/2015-8, TC-035.118/2011-3, TC-036.031/2012-7 e TC-036.422/2016-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
SUSTENTAÇÕES ORAIS
Na apreciação do processo nº TC-007.353/2008-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, a Dra. Polyanna Ferreira Silva Vilanova Junior produziu sustentação oral em nome de Marcelo Rosa Rennó Gomes, Simon Ricardo Sanandres e Vicente Gullo. Acórdão 556.
Na apreciação do processo nº TC-012.127/2013-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foi indeferida solicitação formulada pelo Dr. Jorge Luiz Zanforlin Filho para produzir sustentação oral em nome do Consórcio Logos-Concremat, em razão do solicitante não ser parte no processo. Acórdão 557.
PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO
Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº TC-020.988/2009-0 (Ata nº 33/2015), cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa e revisor, o Ministro Bruno Dantas. Acórdão nº 558.
REABERTURA DE DISCUSSÃO
Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-026.476/2015-0 (Ata nº 14/2016), cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro e revisor, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira. Acórdão nº 553.
PEDIDO DE VISTA
Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-003.900/2017-7, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Augusto Nardes.
PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA
Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:
MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-026.476/2015-0 - Acórdão 553
O Ministro Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti também usaram da palavra para discutir a matéria.
MINISTRO VITAL DO RÊGO
TC-007.353/2008-8 - Acórdão 556
Os Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes e José Múcio Monteiro também usaram da palavra para discutir a matéria.
TC-026.291/2011-8 - Acórdão 554
TC-035.297/2012-3 - Acórdão 555
MINISTRO AUGUSTO NARDES
TC-012.127/2013-2 - Acórdão 557
MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-020.988/2009-0 - Acórdão 558
MINISTRO BENJAMIM ZYMLER
TC-003.576/2013-2 - Acórdão 559
TC-008.282/2010-2 - Acórdão 560
TC-011.205/2009-0 - Acórdão 561
O Presidente Raimundo Carreiro fez uso da palavra, nos termos do art. 107 do Regimento Interno.
TC-013.068/2016-4 - Acórdão 562
TC-036.429/2016-3 - Acórdão 563
MINISTRO AROLDO CEDRAZ
TC-004.092/2017-1 - Acórdão 564
TC-007.328/2014-1 - Acórdão 565
TC-011.717/2012-2 - Acórdão 566
TC-025.266/2016-0 - Acórdão 567
TC-028.934/2012-1 - Acórdão 568
TC-031.518/2013-3 - Acórdão 569
TC-031.914/2016-0 - Acórdão 570
TC-033.619/2016-6 - Acórdão 571
O Ministro José Múcio Monteiro usou da palavra para discutir a matéria.
TC-034.376/2016-0 - Acórdão 572
TC-035.677/2015-5 - Acórdão 573
TC-007.722/2015-0 - Acórdão 574
Os Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usaram da palavra para discutir a matéria.
MINISTRO AUGUSTO NARDES
TC-001.400/2017-7 - Acórdão 575
TC-004.391/2017-9 - Acórdão576
TC-008.376/2016-6 - Acórdão 577
TC-014.798/2005-7 - Acórdão 578
TC-027.981/2015-0 - Acórdão 579
O Ministro Aroldo Cedraz usou da palavra para discutir a matéria.
TC-026.394/2016-2 - Acórdão 580
TC-031.604/2016-1 - Acórdão 581
MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
TC-003.225/2017-8 - Acórdão 582
TC-004.462/2017-3 - Acórdão 583
TC-007.955/2007-7 - Acórdão 584
TC-010.139/2014-1 - Acórdão 585
TC-019.602/2012-0 - Acórdão 586
MINISTRA ANA ARRAES
TC-003.193/2001-7 - Acórdão 587
TC-004.472/2017-9 - Acórdão 588
TC-011.620/2012-9 - Acórdão 589
TC-011.792/2010-8 - Acórdão 590
TC-012.948/2013-6 - Acórdão 591
TC-036.606/2016-2 - Acórdão 592
MINISTRO BRUNO DANTAS
TC-003.746/2011-9 - Acórdão 593
O Presidente Raimundo Carreiro, o Ministro Benjamin Zymler, os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e o Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin usaram da palavra para discutir a matéria.
TC-010.373/2013-6 - Acórdão 594
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.
TC-014.233/2016-9 - Acórdão 595
ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA
O Vice-Presidente José Múcio Monteiro assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Presidente Raimundo Carreiro.
TC-018.659/2003-5 - Acórdão 596
TC-020.764/2015-4 - Acórdão 597
MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-007.608/2009-7 - Acórdão 598
Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa foi convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler, em função do quórum mínimo exigido.
ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA
O Presidente Raimundo Carreiro reassumiu a cadeira da Presidência.
TC-014.452/2016-2 - Acórdão 599
Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa foi convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler, em função do quórum mínimo exigido.
TC-028.093/2015-1 - Acórdão 603
TC-028.623/2016-9 - Acórdão 608
Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa foi convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler, em função do quórum mínimo exigido.
INTERRUPÇÃO DA SESSÃO
Às 17 horas e 36 minutos, a Presidência suspendeu a sessão ordinária para realização de sessão extraordinária de caráter reservado, nos termos do § 1º do art. 94 do Regimento Interno. A sessão ordinária foi reaberta às 17 horas e 45 minutos.
MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-024.621/2016-1 - Acórdão 601
TC-014.184/2012-5 - Acórdão 600
TC-025.781/2016-2 - Acórdão 602
MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-002.560/2016-0 - Acórdão 604
TC-030.171/2014-8 - Acórdão 605
MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA
TC-004.355/2013-0 - Acórdão 606
TC-027.122/2016-6 - Acórdão 607
ACÓRDÃOS PROFERIDOS
Os acórdãos de nºs 523 a 552, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 553 a 608, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.
RELAÇÃO Nº 9/2017 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER
ACÓRDÃO Nº 523/2017 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, II, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 169, I e § 2º, do Regimento Interno do TCU, tendo em vista que este processo atingiu seu objetivo e sopesadas as manifestações das instâncias precedentes, em:
I - considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.4 do Acórdão nº 3.295/2014 - Plenário;
II - apensar, em definitivo, o presente processo ao TC nº 010.906/2014-2 (processo originador), nos termos do art. 5º, II, da Portaria Segecex nº 27/2009; e
III - dar ciência desta deliberação à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
1. Processo TC nº 008.563/2016-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Ademar Arthur Chioro dos Reis (CPF nº 738.678.377-91).
1.2. Interessado: Ministério da Saúde.
1.3. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações: não há.
ACÓRDÃO Nº 524/2017 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 243, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridas as determinações constantes do subitem 1.8 do Acórdão 756/2014-Plenário, conforme pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da adoção das medidas abaixo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-011.021/2014-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 013.674/2014-5 (DENÚNCIA); 014.378/2014-0 (DENÚNCIA); 018.662/2013-7 (DENÚNCIA)

1.2. Responsável: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (34.028.316/0031-29)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.7. Representação legal: Maury Izidoro (OAB-SP 135.372) e outros

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência da presente decisão à Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - DR/SPM/ECT e à auditoria interna da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e

1.8.2. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do RITCU, apensando-o definitivamente ao TC 009.101/2013-6, conforme previsto no art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27/2009 (Padrões de Monitoramento).

ACÓRDÃO Nº 525/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conceder ao Ministério do Esporte prorrogação do prazo fixado pelos subitens 9.4, 9.4.4. e 9.9 do Acórdão 936/2016 - Plenário, por noventa dias, e ao Ministério do Turismo prorrogação do prazo fixado pelos subitens 9.4, 9.4.3. e 9.9 da mesma decisão, por cento e oitenta e sete dias, nos termos do despacho inserto à peça 44.

1. Processo TC-014.148/2016-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde; Fundo Nacional de Saúde - MS; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador); Ministério das Cidades (vinculador); Ministério do Esporte (vinculador); Ministério do Turismo (vinculador); Superintendência Regional do Incra No Estado do Maranhão

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 526/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário¸ ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-025.778/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 023.977/2016-7 (SOLICITAÇÃO); 007.652/2015-1 (SOLICITAÇÃO); 018.772/2016-1 (SOLICITAÇÃO); 031.683/2015-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adriana Estrela Sturião (095.092.377-01); Assis Walace Magnago Guimarães (859.646.037-34); Augusto Ribeiro do Espírito Santo (850.331.387-15); Cláudia Regina Barreto Costa (633.180.087-53); Frederico William Cipriano Nascimento (991.652.366-53); Haroldo Ferraz Meira Júnior (936.995.735-91); Jadson Adriani de Oliveira (055.998.127-90); José Vicente Santolini Ferreira (873.413.107-82); Leonid Mednis Filho (106.526.058-00); Licia Calimam Cabrini (093.679.077-61); Log Viana Incorporações Spe Ltda (15.639.774/0001-34); Luiz Carlos Ramos (621.007.347-68); Mariza dos Santos Schmidt (017.080.057-14); Patrícia Ribeiro Maciel Teubner (078.797.307-61); Rafael Carpanedo Fiorio (068.866.797-08); Raimundo França Júnior (019.920.937-50); Renato Brasil Canuto (981.720.347-68); Silvana Machado Tonani (085.361.327-36)

1.3. Interessado: Log Viana Incorporações Spe Ltda (15.639.774/0001-34)

1.4. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect No Espírito Santo - Dr/es

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.8. Representação legal: Renata Goretti Balduino de Souza e outros, representando Log Viana Incorporações Spe Ltda; Daniel Sousa Isaias Pereira (27.253/OAB-DF) e outros, representando Diretoria Regional da Ect No Espírito Santo - Dr/es; Fabricio de Freitas Martins (11712/OAB-ES) e outros, representando Raimundo França Júnior, Assis Walace Magnago Guimarães, Augusto Ribeiro do Espírito Santo, Cláudia Regina Barreto Costa, Frederico William Cipriano Nascimento, Haroldo Ferraz Meira Júnior, Jadson Adriani de Oliveira, José Vicente Santolini Ferreira, Luiz Carlos Ramos, Mariza dos Santos Schmidt, Rafael Carpanedo Fiorio, Renato Brasil Canuto e Silvana Machado Tonani; Jandiara Rosa Passos (7901/OAB-ES), representando Licia Calimam Cabrini.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. deferir o pedido de prorrogação de prazo efetuado pela Caixa Econômica Federal, de forma que o cumprimento ao disposto no item 1.9.1. do Acórdão 2584/2016-Plenário possa ocorrer no prazo adicional de sessenta dias, a contar de 24/2/2017;

1.9.2. dar ciência ao requerente do teor deste acórdão.

RELAÇÃO Nº 11/2017 - Plenário

Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 527/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o presente recurso de revisão não preenche os requisitos específicos de admissibilidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Anderson José de Souza e determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente, do teor desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade (peça 119) dos autos.

1. Processo TC-017.547/2011-3 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 004.223/2015-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.221/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.220/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Anderson José de Souza (161.737.082-72); Construtora Solida Ltda (05.502.075/0001-94)

1.3. Recorrente: Anderson José de Souza (161.737.082-72)

1.4. Órgão/Entidade: Município de Rio Preto da Eva - AM

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.9. Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (4.177/OAB-AM) e outros, representando Anderson José de Souza; Simone Rosado Maia Mendes (A666/OAB-AM) e outros, representando Construtora Solida Ltda.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 528/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, art. 9º da Lei 10.520/2002, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 9), em conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pelo representante, visando à suspensão dos atos relativos ao Pregão Eletrônico Into 19/2017, tendo em vista a inexistência do pressuposto do *periculum in mora*, condicionante essencial exigido no art. 276 do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-004.454/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Alertar ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad (Into) que, na reedição de um novo certame com o mesmo objeto do Pregão eletrônico 19/2017 e, de um modo geral, em futuras licitações observe que:

1.6.1.1.a exigência de comprovação de vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante, mediante apresentação de cópia de carteira de trabalho, extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional, definidas no art. 30, inciso II e §1º, da Lei 8.666/1993, restringindo a competitividade do certame e caracterizando gestão antieconômica dos recursos públicos, fato passível da cominação prevista no art. 58 da Lei. 8.443/1992;

1.6.1.2.a exigência de atestados e certidões para avaliação da competência técnica das licitantes que extrapolem os preceitos do art. 30 da Lei 8.666/1993 e, por conseguinte, restrinjam o caráter competitivo do certame poderá caracterizar ato praticado com grave infração à norma legal passível da cominação da multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992;

1.6.2.Dar ciência desta deliberação ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad (Into) e à representante;

1.6.3. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 529/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia deste Acórdão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 26), aos representantes, aos responsáveis e à Prefeitura Municipal de Taquaral de Goiás/GO, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/GO.

1. Processo TC-010.225/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Estrutural Construtora e Incorporadora Eireli (14.579.853/0001-34)

1.2. Interessados: Aleimar Elias de Freitas (839.675.911-15); Claudivino Soares da Silva (355.377.951-91) e José Antônio da Silva (CPF 386.938.791-20).

1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de Taquaral de Goiás/GO.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.7. Representação legal: José Rubens Santos (CPF 027.520.421-91), representando a empresa Estrutural Construtora e Incorporadora Eireli (peça 18).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 3/2017 - Plenário

Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 530/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno; em considerar cumprida a recomendação contida no item 9.2, bem como a determinação contida no item 9.3 do Acórdão 3.014/2016-TCU-Plenário, e determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, após ciência da presente deliberação à Caixa Econômica Federal e ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.700/2015-7 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: identidade preservada (Lei 8.443/1992, art. 55)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Eduardo Jorge Sarmento Mendes (26834/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Karina Amorim Sampaio Costa (23.803/OAB-DF) e outros, representando Mcr Sistemas e Consultoria Ltda; Larissa Nayara Soares Gonzaga (48.047/OAB-DF), representando Erick José Travassos Vidigal.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 531/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno; em considerar atendidas, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e pelo Banco do Brasil S/A, as determinações constantes dos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 611/2016 - TCU - Plenário; apensar o processo a seguir relacionado aos autos do TC-028.729/2016-1, e encaminhar cópia da presente deliberação e das peças 11 e 12 dos autos ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como à Gerência de Auditoria Relacionamento com Entidades de Fiscalização e Controle e à Diretoria de Gestão de Pessoas, ambos do Banco do Brasil S/A.

1. Processo TC-028.729/2016-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 532/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235, 237 e 243, todos do Regimento Interno, em: a) considerar cumpridas pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea) as determinações consignadas nos subitens 9.2, 9.4.1 e 9.5 do Acórdão 2.853/2016-TCU-Plenário e parcialmente atendida aquela constante no seu subitem 9.4.2; b) encaminhar os presentes autos à Secex Fazenda para que, quando da deflagração de novas licitações relacionadas ao objeto da Concorrência 1/2016, que restou anulada, verifique se a terceirização pretendida guarda coerência com as atividades fins da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e, em caso negativo, restitua os autos à Selog para que seja analisada a observância dos critérios fixados para a realização dos estudos preliminares, conforme disposto no subitem 9.4.2 do mencionado julgado; e c) comunicar à Empresa Gestora de Ativos (Emgea) o teor da presente deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.036/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: L. F. Maia Sociedade de Advogados (CNPJ 66.489.899/0001-66).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Gestora de Ativos - Emgea.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Rayana Oliveira Castro e Silva (49.183/OAB-DF), representando Siscom - Sistema de Cobrança Modular S/c Ltda; Daniel Rodrigues Alves (01999/OAB-DF) e outros, representando Empresa Gestora de Ativos.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 533/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno; e artigo 106, § 4º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da representação adiante relacionada e comunicar os fatos tratados nestes autos ao Ministério da Saúde, na condição de gestor do Programa Mais Médicos, e à Controladoria Geral da União - CGU, mediante a remessa de cópia da peça inicial, da instrução da unidade técnica (peça 3) e da presente deliberação; comunicar o teor deste acórdão ao autor da representação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e à Prefeitura Municipal de Passa Sete/RS; e determinar o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.514/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul - Cremers.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Passa Sete - RS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 534/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as razões expostas pela unidade técnica no parecer de peças 12 a 14 e com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento após as comunicações processuais devidas.

1. Processo TC-027.030/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Expert Cobranças, Serviços de Recuperação de Ativos Financeiros Ltda.

1.2. Órgão/Entidade: Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Paulo Eugenio Souza Portes de Oliveira (14.607/OAB-MS) e outros, representando Expert Cobranças, Serviços de Recuperação de Ativos Financeiros Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 17/2017 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 535/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1.708/2015 - Plenário, prolatado na Sessão de 15/7/2015, Ata nº 28/2015, procedendo às alterações abaixo indicadas, mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- inserir o responsável no item 3: "*Barros Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.027.988/0001-31), atualmente, denominada Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.*";

- incluir no item 8 os representantes legais: "*James Lobo de Oliveira (OAB/MA 6.679) e Taynara Santos Fernandes (OAB/PI 7.795)*)";

- relativamente à fundamentação legal do acórdão, alterar o item 9, para que onde se lê "*... arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea 'c'; 19, caput; 23, inciso III, alíneas 'a' e 'b'; 28, inciso II; 57; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 208, 209, § 7º, 214, inciso III, alíneas 'a' e 'b', 267 e 268, incisos II e IV, do Regimento Interno/TCU...*", leia-se "*...arts. 1º, inciso I; 16, incisos II e III, alínea 'c'; 18; 19, caput; 23, incisos II e III, alíneas 'a' e 'b'; 28, inciso II; 57; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, 214, incisos II e III, alíneas 'a' e 'b', 267 e 268, incisos II e IV, do Regimento Interno/TCU...*";

- incluir o item 9.6: "*julgar regulares com ressalva as contas de Jovan Balby Cunha, Othon Luiz Machado Maranhão, Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda., Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda., F. Martins Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda., F.F. Serviços e Construções Ltda., F.G. Construções e Empreendimentos Ltda., Barros Construções e Empreendimentos Ltda., atualmente denominada Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda. Pilotis Construções, Avaliações e Projetos Ltda., e Procarde Construções Ltda., dando-lhes quitação*";

- acrescentar o item 9.7: "*autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações*";

1. Processo TC-009.213/2011-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Humberto Ivar Araujo Coutinho (CPF 027.657.483-49), ex-prefeito; Antonio Reis (CPF 516.471.253-91), ex-coordenador de Obras e Paisagismo; Vinicius Leitão Machado (CPF 062.679.553-20), ex-Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Alexandre Henrique Pereira da Silva (CPF 530.620.353-15), Arnaldo Benvindo Macedo Lima (CPF 282.935.843- 00), Jovan Balby Cunha (CPF 269.315.083-34), Neuzelina Compasso da Silva (CPF 127.993.003-91), Othon Luiz Machado Maranhão (CPF 907.687.103-59) e Renê Ribeiro da Cruz (CPF 282.917.863-72), membros da comissão de licitação; Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ 03.214.866/0001-93); Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (CNPJ 03.170.243/0001-66); F. Martins Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CNPJ 41.481.441/0001-30); F.F. Serviços e Construções Ltda. (CNPJ 05.667.137/0001-18); F.G. Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.232.026/0001-89); Pilotis Construções, Avaliações e Projetos Ltda. (CNPJ 08.600.941/0001-78); Procarde Construções Ltda. (CNPJ 03.150.213/0001-98); V. E. de Sousa Pereira & Cia. Ltda. (CNPJ 07.344.549/0001-42); e Barros Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 05.027.988/0001-31), atualmente, denominada Sampaio Oliveira Construções e Empreendimentos Ltda.

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secex/MA

1.6. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27.635); James Lobo de Oliveira (OAB/MA 6.679) e Taynara Santos Fernandes (OAB/PI 7.795)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2017 - Plenário

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 536/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e considerando não caber revisão de ofício do mérito dos atos dos interessados, uma vez ausentes os pressupostos definidos no art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em arquivar o processo abaixo relacionado e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 58, a Rolne Robson Silva, pensionista do instituidor José Antônio Soares da Silva, e a Odimar da Silva Loureiro, pensionista do instituidor Sylvio dos Santos Loureiro, e ao Departamento de Órgãos Extintos (Depex/SE/MP).

1. Processo TC-011.330/2013-9 (REVISÃO DE OFÍCIO - PENSÃO CIVIL)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Interessadas: Gilda Maria Robichez Ramos - falecida (CPF 045.829.507-87); Odimar da Silva Loureiro (CPF 854.087.357-53); Rolne Robson Silva (CPF 432.410.503-00).

1.3. Unidade: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: Luiza Helena de Oliveira Nobre (OAB/RJ 59.150) e outro.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 537/2017 - TCU - Plenário

Vista esta petição, com pleito de nulidade da citação e de outros atos processuais que culminaram no acórdão 2.162/2013 - Plenário, o qual condenou o requerente em débito solidariamente a outros responsáveis e aplicou-lhe multa de R$ 20.000,00;

considerando o pronunciamento da Secretaria de Recursos (peças 348/349) de que o pleito em exame deve ser conhecido como mera petição;

considerando os argumentos consignados na manifestação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR (peças 355/356);

considerando que restou demonstrado que a citação arguida foi devidamente entregue no endereço do peticionário, não havendo que se falar em sua nulidade;

considerando que os demais atos processuais questionados em nada prejudicaram o exercício da defesa por parte do requerente.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 171 do Regimento Interno do TCU, em conhecer do pleito em exame como mera petição, rejeitá-la e fazer a determinação do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC 044.445/2012-1 (Tomada de Contas Especial)

1.1. Apensos: 029.542/2016-2, 024.833/2013-4, 010.311/2016-5, 024.375/2016-0, 010.323/2016-3, 010.576/2016-9, 026.208/2011-3 e 010.575/2016-2.

1.2. Classe de Assunto: I

1.3. Requerente: Dilmar Turmina (CPF 580.897.729-00).

1.4. Unidade: Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur e Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

1.8. Representação legal: Flavio Luiz da Costa (OAB/PR 56.725).

1.9. Determinar à Secex/PR que dê ciência desta deliberação ao requerente.

ACÓRDÃO Nº 538/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, e

considerando a quitação, dada pelo acórdão 2.837/2016 - Plenário, da multa aplicada a Gerardo de Freitas Fernandes aplicada pelo acórdão 2.901/2014 - Plenário;

considerando análise posterior da SeinfraRodoviaAeroporto, que detectou a existência de débito remanescente de R$ 264,09 e propôs a exclusão do registro de quitação e a realização de diligência com vistas à cobrança de tal valor;

considerando que o "saldo remanescente da multa é de baixa materialidade e não teve origem em conduta do responsável - houve falha do órgão responsável pelo desconto, que não promoveu adequadamente a incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela (...)", conforme registrado pelo Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos princípios da economia processual e da racionalidade administrativa e nos termos do parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em manter o registro de quitação ao responsável ante o recolhimento da multa que lhe foi aplicada pelo acórdão 2.901/2014 - Plenário.

1. Processo TC-001.576/2014-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apenso: TC 004.210/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsável: Gerardo de Freitas Fernandes (CPF 062.944.483-87).

1.3. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil - SeinfraRodoviaAeroporto.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 539/2017 - TCU - Plenário

Vista esta solicitação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP para prorrogação do prazo para atendimento a determinações do acórdão 3.001/2016 - Plenário, proferido por este Tribunal ao apreciar relatório de auditoria realizada no Fundo de Financiamento Estudantil - Fies;

considerando que ofício encaminhado pelo MP demonstra que os órgãos envolvidos estão adotando as medidas requeridas para cumprimento da aludida deliberação;

considerando a inviabilidade de que as conclusões advindas de tais medidas sejam submetidas ao TCU no prazo por ele fixado;

considerando que a prorrogação de prazo solicitada, de 60 (sessenta) dias, não trará prejuízo relevante à consecução dos objetivos do já referido acórdão;

considerando que a revisão em andamento do Fies está a cargo do Ministério da Fazenda - órgão não mencionado na deliberação em questão -, em articulação com o Ministério da Educação;

considerando que o subitem 9.4.3.2 do acórdão 3.001/2016 - Plenário dispôs sobre critérios para inclusão do Fies nas próximas leis de diretrizes orçamentárias, e que estas possuem prazo constitucional para apresentação;

considerando que os expedientes acostados aos autos pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em 24/3/2017 e 27/3/2017, respectivamente, pedem prorrogação de prazo para cumprimento das mesmas determinações e pelo mesmo período pleiteado pelo MP;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto pelo deferimento do pleito (peças 164/165).

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com relação ao acórdão 3.001/2016 - Plenário, em prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para cumprimento do subitem 9.4.4, incluir o Ministério da Fazenda na relação de órgãos e entidades responsáveis no processo e informar ao MP que, caso não seja possível cumprir o subitem 9.4.3.2 na elaboração da LDO 2018, solicite explicitamente a este Tribunal, de forma motivada, que o referido subitem passe a ser cumprido a partir da LDO 2019.

1. Processo TC-011.884/2016-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Unidade: Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.

1.7. Advogado: não há.

1.8. Orientações/ Determinações: não há.

ACÓRDÃO Nº 540/2017 - TCU - Plenário

Visto este processo de monitoramento do cumprimento das determinações dos itens 9.4, 9.5 e 9.6 do acórdão 548/2014 - Plenário, que tratou de auditoria operacional na Agência Nacional de Aviação Civil -Anac e na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero para verificar a atuação daquelas entidades no acompanhamento dos contratos de concessões aeroportuárias, especificamente dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando que o acórdão 1.865/2016 - Plenário, parcialmente modificado pelo acórdão 2.297/2016 - Plenário, determinou à Infraero, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, que:

"9.2.1. normatize e implemente, no prazo de 30 (trinta) dias, procedimentos a serem seguidos pelo seu corpo técnico para analisar conclusivamente a adequação e a consistência dos pareceres emitidos pelas empresas de consultoria, em atenção ao disposto nos Acordos de Acionistas e Protocolos de Governança, no que se refere a assegurar que as contratações entre partes relacionadas estejam compatíveis com os termos e as condições de mercado, considerando obrigatoriamente a inclusão da expertise da área de engenharia da empresa pública no processo decisório e o estabelecimento de quantidade de dias suficiente para viabilizar a referida análise;

9.2.2 abstenha-se de autorizar contratações das concessionárias, de que a Infraero participa ou virá a participar, com partes relacionadas, até que demonstrasse a este Tribunal pleno atendimento ao comando descrito no subitem anterior; [...]

9.2.6. implemente, no prazo de 30 (trinta) dias, procedimentos para acompanhamento da execução dos contratos com partes relacionadas das concessionárias em que a Infraero tem participação, com vistas a assegurar o atendimento aos termos e às condições de mercado, devendo abranger a apuração de responsabilidades por eventuais falhas relativas à execução desses contratos, em especial com relação àquelas que porventura possam ser objeto de processos punitivos decorrentes de descumprimentos de disposições do contrato de concessão, a fim de evitar ou minimizar prejuízos da empresa pública por penalidades ocasionadas por eventos de responsabilidade exclusiva de terceiros;

9.2.7. formalize, no prazo de 30 (trinta) dias, os procedimentos para análise quanto ao atendimento aos termos e condições de mercado de que trata o item 5.3, alínea "ix", dos Acordos de Acionistas dos aeroportos de Galeão e Confins; [...]"

considerando que a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A (BH Airport) interpôs pedido de reexame (peça 348) contra o acórdão 1.865/2016 - Plenário e requereu sejam revistas as determinações à Infraero referentes à abstenção de autorizar contratações com partes relacionadas (item 9.2.2), ao acompanhamento da execução dos contratos firmados com partes relacionados (item 9.2.6) e da formalização dos procedimentos para análise das contratações com partes relacionadas para os aeroportos de Galeão e Confins (item 9.2.7);

considerando que a requerente alegou, em síntese, que: "(i) a determinação para que a Infraero se abstenha de autorizar contratações com partes relacionadas não deveria alcança-la, uma vez que não teriam sido feitos apontamentos de supostas irregularidades referentes à concessão do aeroporto de Confins, e nenhum contrato para a realização de obras ou serviços de engenharia teria sido celebrado com partes relacionadas dos acionistas privados da concessionária; (ii) apesar dos riscos associados às contratações com partes relacionadas, estas também podem ser benéficas às partes, tendo em vista o interesse comum no sucesso do aeroporto e possibilitando a obtenção de condições contratuais iguais às de mercado; (iii) no âmbito da concessão do aeroporto de Confins, o próprio acordo de acionistas já teria definido rigoroso procedimento para análise dos contratos firmados com partes relacionadas, o que afasta o risco de transações com partes relacionadas se darem em condições diferentes das praticadas no mercado; (iv) a determinação para que a infraero implemente, no prazo de 30 dias, procedimentos para acompanhamento da execução dos contratos com partes relacionadas das concessionárias em que tem participação criaria tratamento diferenciado indevido entre os acionistas da sociedade de propósito específico - SPE e geraria distorções no âmbito da gestão interna da empresa; (v) conforme Lei 8.987/1995, a competência para a fiscalização da execução da concessão teria sido conferida à Anac, o que englobaria os serviços e obras executadas pelos contratados da concessionária, sejam partes relacionadas ou não; e, (vi) o Protocolo de Governança não deve ser formalizado exclusiva e unilateralmente pela Infraero, mas sim ser efetivamente discutido e aprovado consensualmente por todos os acionistas da concessionária, observando as especificidades da SPE e da Concessão".

considerando que nenhuma das determinações do acórdão 1.865/2016 - Plenário foi endereçada à Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A;

considerando a existência de mera expectativa de que a Infraero venha, futuramente, a não autorizar contratações com partes relacionadas, ou que a formalização dos procedimentos para análise da compatibilidade de tais contratações com valores e condições de mercado venha a ser feita de forma unilateral;

considerando que as determinações exaradas por este Tribunal contribuem para que a Infraero adote medidas para cumprir o disposto no Acordo de Acionistas;

considerando que os mecanismos societários de controle da empresa pelo acionista, conforme Lei 6.404/1976, podem ser: análise dos documentos contábeis relevantes (art. 133); atuação do Conselho Fiscal (art. 161); participação e manifestação nas Assembleias-Gerais da Companhia (art. 123, parágrafo único, alínea "d") e solicitação de exibição integral dos livros da sociedade (art. 105), dentre outros mecanismos de controle;

considerando que a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976) não é exaustiva quanto aos mecanismos de controle, a exemplo de outros que possam emergir do Estatuto Social ou Acordo de Acionistas;

considerando a natureza preponderantemente técnica do controle a ser realizado pela Anac, o qual enfatiza a verificação dos princípios da regularidade, da continuidade, da generalidade, da atualidade e da modicidade tarifária dos serviços públicos;

considerando que a realização de controle pela Anac, de natureza pública e regulatória, não se confunde com o controle de natureza gerencial, a ser realizado pela Infraero sobre os negócios celebrados pela SPE com suas partes relacionadas;.

considerando que este Tribunal determinou que a empresa pública, em caráter de urgência, normatizasse os critérios que considerasse necessários para avaliar que uma contratação específica atende aos padrões de mercado e, a influência de tal normatização no Protocolo de Governança, eventualmente celebrado de forma consensual por todos os acionistas da concessionária, é questão distinta, de natureza societária, e que não foi tratado no âmbito imediato da decisão recorrida;

considerando que o interesse de agir na via recursal ocorre a partir de gravame que decorra do ato impugnado;

considerando que, em meu despacho preliminar de admissibilidade deste recurso (peça 373), ainda não havia sido discutida a existência de sucumbência da recorrente;

considerando que, no presente caso, não se pode reconhecer a existência de interesse recursal, visto que a decisão ora recorrida, até o presente momento, não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo à recorrente;

considerando por fim, que não ficaram demonstrados nem o prejuízo aos interesses da concessionária pelas determinações do acórdão 1.865/2016 - Plenário, nem a sucumbência necessária à admissão do pedido de reexame;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 278 e 282, do Regimento Interno, em não conhecer dos pedidos de reexame, em razão da ausência de interesse recursal, dando-se ciência desta deliberação à recorrente, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e à Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1. Processo TC-030.165/2014-8 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 034.814/2015-9 (Solicitação), 030.132/2015-0 (Solicitação); 026.656/2016-7 (Solicitação); 033.424/2015-2 (Solicitação); 011.619/2016-3 (Solicitação); 025.334/2016-6 (Solicitação)

1.2. Recorrente: Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A (CNPJ 19.674.909/0001-53).

1.3. Unidades: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relator da deliberação recorrida: ministro Augusto Nardes.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

1.8. Representação legal: Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764) e outros (procuração a peça 184);

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 11/2017 - Plenário

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 541/2017 - TCU - Plenário

Considerando a impossibilidade de quantificação de eventual dano ao erário da Eletrobrás Distribuição Rondônia (EDRO) na Concorrência 6/2006, uma vez que os valores dos insumos constantes das propostas apresentadas e das planilhas de custos não podem ser comparados com os valores dos insumos constantes do SINAPI;

Considerando que as Planilhas de Composição de Custos do Projeto Básico tiveram sua origem em concorrência pretérita, realizada pela EDRO dois anos antes da avença;

Considerando a fragilidade das informações ali constantes, bem como a falta de zelo na construção de um orçamento suficientemente próximo da realidade de mercado para apuração do preço a ser contratado;

Considerando que, na celebração de termos aditivos, as eventuais alterações contratuais devem ser precedidas de procedimento administrativo no qual fique adequadamente consignada a motivação das alterações tidas por necessárias, que devem ser embasadas em pareceres e estudos técnicos pertinentes, bem como deve restar caracterizada a natureza superveniente, em relação ao momento da licitação, dos fatos ensejadores das alterações;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal, muito embora a unidade instrutora tenha sido silente quanto ao exame sumário, com inobservância da Resolução TCU 259/2014.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerar prejudicado o atendimento do item 9.2.1 do Acórdão 1.984/2009-TCU-Plenário; e em dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada, com cópia da instrução (peça 127), sem prejuízo da medida a seguir, promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.527/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Eletrobrás Distribuição Rondônia

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Dar ciência à Eletrobrás Distribuição Rondônia sobre as seguintes impropriedades, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

1.6.1. não elaboração de relatório técnico circunstanciado e/ou juntada de respectivas pesquisas de preços que justificassem a não utilização dos valores constantes do SINAPI para a composição de custos unitários de materiais e serviços estimados na licitação e para o julgamento dos preços das propostas vencedoras na Concorrência 6/2006, em infração ao § 1º do art. 112 da Lei 11.178/2005 (LDO 2005);

1.6.2. não juntada de pareceres e estudos técnicos que motivassem as alterações tidas por necessárias e que caracterizassem as suas naturezas supervenientes, em relação ao momento da Concorrência 6/2006, nos Contratos DT/38/2007, DT/40/2007 e DT/42/2007, em descumprimento ao Acórdão 2.032/2009-TCU-Plenário.

1.7. Dar ciência à unidade instrutora que a atuação do Tribunal no processamento de representações e denúncias deve observar necessariamente o exame sumário previsto no art. 106 da Resolução 259/2014, bem como as regulamentações posteriores da Secretaria Geral de Controle Externo

RELAÇÃO Nº 6/2017 - Plenário

Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 542/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de proposta de correção de erro material do item 9.3 do Acórdão 2.850/2016-TCU-Plenário, formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão e ratificada pelo Ministério Público junto ao TCU.

Considerando que a ciência da empresa Planurb Planejamento e Construções Ltda (CNPJ 14.312.169/0001-91) ocorreu em 10/4/2013, conforme peça 47, e não em 10/5/2013, como consta no item 4 da instrução da unidade técnica (peça 107), de modo que a data mais recente das citações realizadas passa a ser 18/4/2013;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por erro material, o item 9.3 do Acórdão 2.850/2016-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 9/11/2016 - Ordinária, Ata 46/2016 - Plenário (peça 100), mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados, em caráter excepcional, a partir das datas em que os responsáveis foram regularmente citados, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

Leia-se:

"9.3. condenar, solidariamente, os responsáveis identificados no subitem anterior, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados, em caráter excepcional, a partir de 18/4/2013, data mais recente dentre as citações dos responsáveis solidários, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

1. Processo TC-041.557/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Gerardo de Freitas Fernandes (062.944.483-87); José Ribamar Tavares (037.885.043-15); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Planurb Planejamento e Construcoes Ltda (14.312.169/0001-91); Wolney Wagner de Siqueira (020.432.201-44).

1.2. Entidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.6. Representação legal: Felipe Furtado Morais (OAB/RJ 142.387), André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021), Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265), David Levistone da Silva e Souza (OAB/GO 11.750) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 543/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumpridas, pela Gerência Executiva do INSS em Campos dos Goytacazes/RJ, as determinações constantes dos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 554/2016-TCU-Plenário;

b) dar ciência deste Acórdão à Gerência Executiva do INSS em Campos dos Goytacazes/RJ, nos termos do art. 169, § 1º, do Regimento Interno/TCU;

c) apensar os presentes autos aos do TC 026.384/2015-9, nos termos do art. 5º, inciso II, c/c o art. 4º, inciso III, ambos da Portaria-Segecex 27/2009.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-008.407/2016-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campos dos Goytacazes/RJ.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 544/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento das determinações constantes do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário.

Considerando o ingresso das peças 96, de autoria do Deputado Distrital Wasny de Roure, que encaminha informações relativas ao resultado atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Iprev/DF) para as providências que esta Corte entender necessárias, e 97, de autoria da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que encaminha ao TCU cópia de representações do MPC/DF a respeito da mesma matéria para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis;

Considerando que o Acórdão 61/2017-TCU-Plenário (peça 104) determinou à SecexPrevidência que analisasse as peças 96 e 97 acostadas aos autos, a fim de verificar se os elementos apresentados poderiam complementar as informações contidas na presente auditoria;

Considerando o teor da manifestação da referida unidade técnica em atendimento ao citado acórdão, consubstanciada nas peças 112 a 114, que, em essência, concluiu que as informações constantes das peças 96 e 97 complementam aquelas já disponíveis nos autos, sem contudo, interferir nas conclusões nem nas determinações exaradas no âmbito Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário;

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao monitoramento das determinações constantes do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

a) fazer a determinação especificada no item 1.8.

1. Processo TC-008.368/2016-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 009.285/2015-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA).

1.2. Responsável: Benedito Adalberto Brunca (012.420.648-42).

1.3. Órgão: Ministério do Trabalho.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à SecexPrevidência que:

1.8.1. encaminhe ao Deputado Distrital Wasny de Roure bem como à Procuradora Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, cópias da presente decisão e da instrução da unidade técnica lançada à peça 112;

1.8.2. promova o monitoramento das determinações constantes do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 545/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para atendimento às determinações indicadas nos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão 3.162/2016-TCU-Plenário.

1. Processo TC-023.922/2015-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Entidade: Comitê Olímpico Brasileiro; Comitê Paralímpico Brasileiro; Confederação Brasileira de Atletismo; Confederação Brasileira de Clubes; Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais; Confederação Brasileira de Hipismo; Confederação Brasileira de Judô; Confederação Brasileira de Rugby; Confederação Brasileira de Voleibol.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: Luciano Henrique Alvim Battistoti Hostins (OAB/SC 10.405); Luiz Fernando de Moraes (OAB/DF 27.437); Luene Gomes Santos (OAB/DF 16.727); Joao Paulo Goncalves da Silva (OAB/DF 19.442) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 546/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação à Sra. Margareth Melo Rezende Butori (CPF 645.802.456-87), diante do recolhimento integral da multa de que trata o subitem 9.3.2 do Acórdão 1.907/2012-TCU-Plenário;

b) encaminhar cópia da presente deliberação à referida responsável.

1. Processo TC-026.269/2007-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alexandre Eustáquio Martins (547.852.196-53); Arildo Mariano Rego (225.804.501-06); Carlaile de Jesus Pedrosa (108.902.546-72); Cleanto Marcos Pedrosa (129.742.776-91); Companhia Alma Dell' Art (04.712.715/0001-28); Companhia Cultural Nós Dois (06.133.727/0001-23); Cooperativa dos Carreteiros de Contagem Ltda. (01.163.619/0001-80); Daniel Leite Fonseca (095.344.826-68); Divino Lourenço da Silva (310.979.446-20); Emanoel Geraldo da Silva (828.783.906-87); Fabrício Fernandes Freire (718.745.856-87); Fernando Antônio Brandão (256.271.396-68); Gilbert Luiz Diniz (856.468.306-72); Gilmar Lembi Mascarenhas (264.210.896-15); Gilson Alves de Melo (663.432.086-15); Gilson Ferreira de Oliveira (029.960.056-43); Helena Tavares da Silva (421.366.526-72); Hudson Antônio de Souza (228.761.206-82); João Augusto Reis (832.136.948-00); Kleyton Arnoud Dutra (036.627.846-02); Kleyton Arnoud Dutra - Me (04.342.806/0001-19); Lar de Meninas Madalena Medioli (03.958.569/0001-52); Letícia Fonseca de Paula Lima (856.480.356-91); Luciene Aparecida dos Santos Corrêa (898.012.706-59); Lumen Fomento Mercantil Ltda. (07.156.701/0001-63); Margareth Melo Rezende Butori (645.802.456-87); Núcleo Asssistencial Espírita Glacus (22.737.829/0001-04); Patrus Ananias de Sousa (174.864.406-87); Ponto Contacto Nova Canaã Promoção Bem-estar Social (22.737.746/0001-15); Raimundo Gonçalves Rego (175.329.906-30); Regina Lúcia Rezende Cunha (517.019.956-20); Regina Stela Varela (015.224.506-53); Roberto Gonçalves Rego (325.357.326-53); Rômulo Victor Pinheiro Veneroso (256.468.936-15); Samuel Eloi Batista (061.405.666-73); Servquality Ind. Com. e Serv. Gerais Ltda. (02.912.237/0001-74); Total Limpeza Indústria e Comércio Ltda. (01.867.600/0001-14); Vetor - Instituto de Assessoria, Planejamento, Pesquisas e Estudos Sociais (06.111.535/0001-16); Walfredo Ladeira Senna (070.537.626-53); Walter Raimundo de Souza (328.028.386-87); Wilma Conceição Amaral (863.791.196-04).

1.2. Interessados: Congresso Nacional; Prefeitura Municipal de Betim - MG (18.715.391/0001-96).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Betim - MG.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.7. Representação legal: Geraldo Lázaro Resende (OAB/MG 52.288), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/MG 56.543), Tatianne Xavier Melo Rezende (OAB/MG 124.412), Marcelo Geraldo dos Santos Rezende (OAB/MG 108.764) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 547/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei n. 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU e com o Enunciado 192 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) deferir os pedidos, autorizando o parcelamento das multas aplicadas ao senhor Antonio José Castelo Branco Medeiros (CPF 010.767.603-68) e à senhora Maria Pereira da Silva Xavier (CPF 306.431.713-04), por meio do Acórdão 2.227/2014-TCU-Plenário, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas da atualização monetária devida, alertando-os de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

b) fixar, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data prevista para o recolhimento de cada parcela, para que o responsável comprove, perante este Tribunal, o seu efetivo pagamento.

1. Processo TC-017.877/2011-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 036.123/2011-0 (DENÚNCIA).

1.2. Responsáveis: Antonio José Castelo Branco Medeiros (010.767.603-68); Edson Alves de Andrade Filho (659.784.983-34); Maria Pereira da Silva Xavier (306.431.713-04); Viviane Fernandes Faria (108.386.038-07); Wilson Gondim Cavalcanti Filho (846.101.663-72); Zorbba Baependi da Rocha Igreja (849.836.803-06).

1.3. Interessados: Instituto Civitas - Cidadania e Políticas Públicas (05.948.089/0001-36); Procuradoria da República/PI - MPF/MPU (26.989.715/0022-37).

1.4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Piauí.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.8. Representação legal: Astrogildo Mendes de Assunção Filho (OAB/PI 3.525), Guilherme Carvalho e Sousa (OAB/DF 30.628), Márcia Maria Macedo Franco (OAB/PI 2.802), Juarez Chaves de Azevedo Júnior (OAB/PI 8.699), Germano Tavares Pedrosa e Silva (OAB/PI 5.952) e outros.

1.9. Determinar à Secex-PI que, ao notificar o responsável do deferimento da solicitação do parcelamento, faça constar expressamente do ofício os procedimentos para recolhimento dos valores devidos.

ACÓRDÃO Nº 548/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para atendimento à determinação indicada no item 1.6 do Acórdão 2.176/2016-TCU-Plenário.

1. Processo TC-045.668/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.5. Representação legal: Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 15/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 549/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado de São Paulo - Senai/SP,

Considerando o pronunciamento da unidade técnica constante da peça 11, corroborado pelos dirigentes às peças 12 e 13, que, em divergência com o parecer do controle interno, propõe *"56.(...) julgar regulares as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 do Regimento Interno do TCU, uma vez que suas contas lograram demonstrar a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade de suas gestões*,

Considerando, todavia, que o Ministério Público/TCU, em linha ligeiramente diversa opina no sentido do julgamento pela regularidade com ressalva das contas do responsável Walter Vicioni Gonçalves, Diretor Regional do Sesi/SP, com quitação ao responsável, e a regularidade com ressalva das contas dos demais, com quitação plena, ressalvando-se, quanto a essas propostas, a questão relativa ao aporte de recursos ao plano de previdência complementar de forma não paritária, irregularidade essa surgida em exercícios anteriores e que considera necessário maior aprofundamento em processo apartado específico (peça 14),

Considerando que a proposição de regularidade com ressalva das contas, alvitrada pelo *Parquet*, fundamenta-se nas falhas indicadas pelo Controle Interno, relativas à: ausência de comprovação de regularidade fiscal, em desacordo com pareceres que respaldaram dispensas de licitação (subitem 2.2.1.2, peça 5, pp. 17/9); contratos sem prazo certo de execução e pagamento posterior ao previsto no parecer que embasou a inexigibilidade de licitação (subitem 2.2.1.3, peça 5, pp. 19/22); descumprimento da Lei Complementar 123/2006 (tratamento diferenciado a ser dispensado a microempresas e a empresas de pequeno porte em licitações) (subitem 2.3.1.1, peça 5, pp. 22/8); ausência de exigência nos editais de licitação de declaração, por parte das empresas licitantes, de não utilização de trabalho irregular de menores (subitem 2.3.1.2, peça 5, pp. 28/30); realização de pregão presencial por menor preço global, em lote único, configurando risco de limitação à competitividade, em detrimento do princípio da economicidade (subitem 2.3.1.3, peça 5, pp. 30/42); e pagamento simultâneo de pessoal vinculado a empresa terceirizada e com vínculo empregatício com o Senai (subitem 3.1.1.1, peça 5, pp. 43/6),

Considerando, ainda, que as medidas apuratórias dos fatos relacionados aos aportes de recursos a entidade de previdência complementar são alvitradas pelo Ministério Público na forma de constituição de processo apartado específico, não influindo, assim, no julgamento das presentes contas,

Considerando a pertinência dos ajustes efetuados pelo Ministério Público/TCU, e a necessidade de maior aprofundamento das questões levantadas quanto aos aportes de recursos de previdência complementar, em processo específico, medida essa que não tende a impactar a gestão das contas ora examinadas, relativas ao exercício de 2014, de modo que podem ser apreciadas na forma alvitrada em seu parecer,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, e com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas do responsável, Sr. Walter Vicioni Gonçalves (CPF 051.118.388-72), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

b) julgar regulares as contas dos demais responsáveis, Srs. Paulo Antonio Skaf (CPF 674.083.628-00), Benjamin Steinbruch (CPF 618.266.778-87), João Guilherme Sabino Ometo (CPF 027.686.588-04), Heitor Alves Filho (CPF 019.932.598-72), Luiz Adelar Sheuer (CPF 271.811.898-91), Saulo Pucci Bueno (CPF 052.572.188-60), Sergio Tiaki Watanabe (CPF 326.285.528-68), Dorival Biasia (CPF 028.334.768-68), Newton José Leme Duarte (CPF 006.113.758-85), Luiz Antônio de Medeiros Neto (CPF 028.411.168-67), Atílio Machado Peppe (CPF 427.489.258-15), Garabed Kenchian (CPF 022.887.588-99), Arnaldo Augusto Ciquielo Borges (CPF 005.994.138-32), Antônio de Sousa Ramalho Júnior (CPF 190.769.098-06), Nelson Antonio Dias (CPF 066.048.268-13), Débora Cypriano Botelho (CPF 059.172.978-43), Ricardo Figueiredo Terra (CPF 025.638.228-07), Roberto Monteiro Spada (CPF 716.260.778-00), José Carlos Mendes Manzano (CPF 447.108.958-72), Agostinho Sebastião Spinola (CPF 245.401.028-34), José Roberto de Melo (CPF 190.229.568-49), Carlos Eduardo Cabanas (CPF 033.270.128-06), Boaventura Inglesi Neto (CPF 061.771.078-34.), Fenando César Soprani (022.495.938-76), Erulos Ferrari Filho (CPF 876.690.058-15), Jayme Borges Gamboa Filho (CPF 093.385.308-41), Carlos Alberto da Silva Cucio (CPF 073.565.828-56), dando-lhes quitação plena;

c) dar ciência deste acórdão ao Senai/SP e ao representante do Ministério Público/TCU, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1. Processo TC-029.841/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.1. Responsáveis: Agostinho Sebastião Spinola (245.401.028-34); Antônio de Souza Ramalho Júnior (190.769.098-06); Arnaldo Augusto Ciquielo Borges (005.994.138-32); Atílio Machado Peppe (427.489.258-15); Benjamin Steinbruch (618.266.778-87); Boaventura Inglesi Neto (061.771.078-34); Carlos Alberto da Silva Cucio (073.565.828-56); Carlos Eduardo Cabanas (033.270.128-06); Dorival Biasia (028.334.768-68); Débora Cypriano Botelho (059.172.978-43); Erulos Ferrari Filho (876.690.058-15); Fernando Cesar Soprani (022.495.938-76); Garabed Kenchian (022.887.588-99); Heitor Alves Filho (019.932.598-72); Jayme Borges Gamboa Filho (093.385.308-41); Jose Carlos Mendes Manzano (447.108.958-72); José Roberto de Melo (190.229.568-49); João Guilherme Sabino Ometto (027.686.588-04); Luiz Adelar Scheuer (271.811.898-91); Luiz Antonio de Medeiros Neto (028.411.168-67); Nelson Antonio Dias (066.048.268-13); Newton José Leme Duarte (006.113.758-85); Paulo Antonio Skaff (674.083.628-00); Ricardo Figueiredo Terra (025.638.228-07); Roberto Monteiro Spada (716.260.778-00); Saulo Pucci Bueno (052.572.188-60); Sergio Tiaki Watanabe (326.285.528-68); Walter Vicioni Gonçalves (051.118.388-72)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai No Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secex/SP que autue processo específico com natureza de representação formulada pelo Ministério Público/TCU, incluindo nele as peças 5 a 7, 11 a 13 e 14 deste processo, e outras que entender pertinentes, com vistas à apuração dos indícios de irregularidades reportados pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira em seu parecer de peça 14, fundado nas constatações de auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (peças 5 a 7) e elementos de peças 11 a 13, com remessa da representação à SecexPrevidência, unidade a quem competirá a instrução do processo e a adoção das seguintes providências preliminares de apuração:

1.7.1.1. realização de diligência à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc/Ministério da Fazenda, com vistas a:

1.7.1.1.1. colher manifestação conclusiva acerca da regularidade ou irregularidade dos aportes de recursos de forma não paritária pelo Senai/SP ao Plano de Previdência Complementar Indusprev, mencionadas no item 3.3.1.1 do relatório de auditoria do Controle Interno (peça 5), a saber:

1.7.1.1.1.1. contribuições normais para saldamento do plano de benefício definido (desde 2004);

1.7.1.1.1.2. contribuições extraordinárias para amortização do passivo atuarial do saldamento do plano de benefício definido (desde 2004);

1.7.1.1.1.3. contribuições extraordinárias para equacionamento de déficits técnicos do plano de benefício definido a partir de 2010;

1.7.1.2. obter cópia dos pareceres da Previc (ou da Secretaria de Previdência Complementar, sua antecessora) que aprovaram o plano de saldamento em 2004 e a cobertura dos déficits técnicos a partir de 2010, sem paridade contributiva;

1.7.2. determinar à SecexPrevidência que:

1.7.2.1. para subsídio ao fornecimento das informações requeridas em diligência, encaminhe à Previc cópia dos seguintes elementos:

1.7.2.1.1. Relatório/Certificado de Auditoria de Gestão/Parecer SFC/CGU/PR 201503996 (peças 5/7);

1.7.2.1.2. instrução da Secex/SP (peças 11/3);

1.7.2.1.3. parecer do Ministério Público de Contas e cópia deste acórdão;

1.7.2.2. apure, nos autos da representação a ser autuada, a procedência da existência de suposto dano ao erário no valor aproximado de quase R$ 14 milhões, tendo em vista as contribuições ao plano de Contribuição Definida, para custeio do auxílio doença, do seguro invalidez, de pensão por morte e da taxa de administração, pagas exclusivamente pelo Senai/SP de 2004 até maio de 2014, ou seja, de forma não paritária, contrariando os artigos 202 da Constituição Federal, 6º da Lei Complementar 108/2001 e 21 da Lei Complementar 109/2001 (peça 5, pp. 61/7), segundo reportado pelo Ministério Público/TCU no parecer de peça 14 destes autos, oferecendo, se for o caso, proposição no sentido da conversão dos autos em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992, ou outra medida considerada pertinente à apuração;

1.7.2.3. assegure ao Senai/SP, em caso de constatação/confirmação das irregularidades representadas, inclusive caso a Previc venha a se manifestar no sentido da existência de irregularidade em qualquer aporte porventura realizado de forma não paritária, a mais ampla defesa e exercício do contraditório, realizando-se, preliminarmente, as oitivas necessárias junto a essa entidade, nos termos do art. 250, inciso V, do RI/TCU, antes mesmo de eventual proposição de conversão em tomada de contas especial.

ACÓRDÃO Nº 550/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional, relativa ao exercício de 2014.

Considerando que a presente prestação de contas encontra-se perfeitamente constituída;

Considerando que a unidade técnica, em sua instrução, identificou falhas consistentes em aporte ao plano de previdência complementar da entidade, em valores superiores ao segurado, contrariando dispositivo constitucional, e em fragilidades verificadas na documentação comprobatória referente aos resultados alcançados na gestão do Pronatec no exercício de 2014;

Considerando, entretanto, a existência de aspectos atenuantes da culpa do gestor responsável;

Considerando que foi restabelecida a paridade de contribuições entre empregador e beneficiários;

Considerando a proposta da unidade técnica de julgamento das contas dos srs. Diretores Gerais, titular e substituto, pela regularidade, com ressalvas, por entender que as ocorrências não são suficientes para macular o conjunto da gestão;

Considerando que as demais falhas observadas foram ne natureza formal;

Considerando a proposta da unidade técnica no sentido do julgamento das contas dos demais gestores pela regularidade;

Considerando as propostas da unidade técnica no sentido da expedição de recomendações e ciência, no sentido da correção das falhas observadas e prevenção de novas ocorrências futuras;

Considerando o parecer oferecido pelo MP/TCU, manifestando sua concordância com as propostas oferecidas pela unidade técnica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. II, 18 e 23, inc. II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inc. I, 208 e 214, inc. II, do Regimento Interno, as contas do Sr. Sidney da Silva Cunha (CPF 422.099.437-87), Diretor Geral, e do Sr. José Carlos Cirilo da Silva (CPF 482.525.306-72), Diretor Geral, substituto, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, 17 e 23, inc. I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inc. I, 207 e 214, inc. I, do Regimento Interno, as contas dos Srs. Jacinto Fabio Barbosa Corrêa (CPF 728.486.187-87); Simone Mendonça Caldas (CPF 010.808.157-59); Girleny de Oliveira Viana (CPF 081.255.377-24); Anna Beatriz de Almeida Waehneldt (CPF 021.620.047-47); Lucia Regina Senra da Silva Prado (CPF 828.896.607-10); e Marilene da Conceição Siqueira Delgado (CPF 517.877.686-00), dando-lhes quitação plena;

c) adotar as demais medidas constantes do item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-029.875/2015-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Abel Gomes da Rocha Filho (267.673.255-20); Adeildo Sotero da Silva (061.284.834-53); Adeilton Feliciano do Prado (156.610.401-72); Adelmir Araujo Santana (023.615.821-04); Adonai Aires de Arruda (088.717.289-04); Airton Nogueira (172.696.018-87); Alberto Salvatore Giovanni Vilardo (003.070.251-87); Alci Matos Araújo (904.487.157-91); Anna Beatriz de Almeida Waehneldt (021.620.047-47); Antonio Guilherme Fracasso (107.854.858-72); Antonio Johann (078.119.500-49); Antonio José Domingues de Oliveira Santos (014.706.557-72); Antonio de Sousa Freitas (042.054.723-15); Antônio Lopes Trindade (013.133.201-53); Ari Faria Bittencourt (027.533.089-34); Aíla Vanessa David de Oliveira Sousa (665.388.076-15); Bruno Breithaupt (093.095.869-15); Carlos Alberto D'ambrósio (295.228.118-15); Darci Piana (008.608.089-04); Divaildo Bartolomeu de Lima (040.168.744-91); Domingos Tavares de Souza (323.169.841-34); Douglas Fernando de Mello (811.996.609-06); Dênio Aparecido Ramos (287.359.941-34); Edenir Zandoná Júnior (254.544.129-53); Edigar Florêncio da Silva (023.241.564-15); Edison Ferreira de Araújo (289.039.438-72); Edyr Campos Pacheco (017.511.742-04); Egon Ewald (004.447.079-72); Emerson Beloti de Souza (334.330.706-87); Expedito Solaney Pereira de Magalhães (319.495.924-72); Francisco Alano (029.253.209-10); Francisco Alberto Bezerra (005.075.393-20); Francisco Amaral (269.663.360-68); Francisco Calasans Lacerda (115.891.248-04); Francisco Everton da Silva (154.967.243-68); Francisco Gomes de Oliveira (102.050.049-20); Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (048.380.683-87); Fábio de Carvalho (046.256.331-68); Genival Beserra Leite (755.131.618-34); Genésio Teles de Carvalho (067.452.701-10); Girleny de Oliveira Viana (081.255.377-24); Helton Andrade (537.501.016-04); Heribaldo Machado (045.437.505-00); Hervi Biancardi Alves (015.208.458-47); Hugo de Carvalho (005.489.526-04); Ibrahim Muhd Ahmad Mahmud (059.685.690-34); Jacinto Fabio Barbosa Corrêa (728.486.187-87); Jadir Rafael da Silva (779.273.388-20); Jose Carlos Boulhosa Baqueiro (065.442.315-68); Josias Silva de Albuquerque (005.070.594-68); José Alcides dos Santos (073.836.731-15); José Antônio de Araújo (065.820.953-15); José Arteiro da Silva (000.601.353-87); José Augusto de Carvalho (014.077.327-49); José Carlos Cirilo da Silva (482.525.306-72); José Carlos Moraes Lima (008.992.755-91); José Carlos Quintino de Moura (103.546.625-20); José Carlos Raposo Barbosa (172.783.924-20); José Cid Sousa Alves do Nascimento (010.533.628-97); José Evaristo dos Santos (036.011.961-15); José Lino Sepulcri (036.072.597-04); José Luis Kralik (335.297.790-91); José Luiz Revollo (734.144.843-15); José Raimundo dos Santos (003.690.125-34); José Roberto Tadros (001.844.462-87); José Roberto Torres Machado (183.690.730-34); José Rossini Araújo Braulino (305.241.054-72); José de Sousa e Silva (095.703.577-20); João Arthur Prudencio Rêgo (124.075.345-49); João Lima Cavalcanti Filho (169.532.074-34); Ladislao Pedroso Monte (060.008.352-72); Leonardo Ely Schreiner (013.232.450-49); Leonardo Ottoni Vieira (690.469.051-87); Lindolfo Neto de Oliveira Sales (150.865.854-49); Lucia Regina Senra da Silva Prado (828.896.607-10); Lucilene Binsfeld (845.049.279-34); Luiz Antônio Bezerra Lacerda (155.969.664-87); Luiz Carlos Bohn (062.673.430-49); Luiz Gastão Bittencourt da Silva (671.636.967-87); Luso Soares da Costa (007.307.187-00); Lázaro Luiz Gonzaga (130.106.546-34); Manoel Procópio da Silva Filho (107.635.201-44); Marcelo Fernandes de Queiroz (322.551.444-68); Marco Aurelio Sprovieri Rodrigues (184.187.328-49); Maria das Graças Gonçalves Almeida (583.735.511-15); Marilene da Conceição Siqueira Delgado (517.877.686-00); Mauricio Rezende de Almeida Pontes (372.188.087-00); Miguel Setembrino Emery de Carvalho (029.500.907-10); Natan Schiper (023.111.437-00); Nestor André de Carli (110.625.840-15); Paulo Eduardo Ritz (120.805.808-84); Paulo Roberto Casé (029.806.144-91); Paulo Schettini Motta (024.977.945-53); Paulo Sergio de Carvalho (112.641.011-04); Paulo Sérgio Pinto Marques Pinheiro (300.857.642-72); Paulo Sérgio Ribeiro (139.111.981-91); Pedro Jamil Nadaf (265.859.101-25); Raniery Araújo Coelho (597.497.501-44); Ricardo Herculano Bulhões de Mattos (387.914.987-91); Ricardo Ortolan (676.759.480-68); Roberto Peron (107.177.141-87); Rodrigo Minotto (940.727.950-20); Rui Antônio dos Santos (055.028.530-04); Sabastião José da Silva (286.663.211-72); Sebastião de Oliveira Campos (598.891.608-20); Sérgio Augusto Alves de Oliveira (418.342.916-15); Teófilo Gomes da Silva Neto (001.539.662-20); Valdemir de Sá (251.618.659-20); Wainer Pastorini Haddad (497.020.686-49); Wilton Malta de Almeida (060.278.495-68); Zoroastro Torquato Araújo (076.370.471-72)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: Douglas Wallison dos Santos (14.632/E/OAB-DF) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional (Senac/DN), com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, acerca da Jurisprudência do TCU, segundo a qual os Serviços Sociais Autônomos têm que observar a paridade contributiva constitucional em relação às contribuições ao plano de previdência complementar, matéria discutida no TC 016.607/2015-5;

1.7.2 recomendar ao Senac/DN que reavalie os indicadores destinados a avaliar os programas sob sua responsabilidade, em especial o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), consoante, entre outras referências técnicas, o documento de Orientação Técnica de Indicadores de Desempenho, aprovado por Portaria-TCU-Segecex 33, de 23/12/2010, observando os requisitos ali estabelecidos.

1.7.3 determinar ao Senac/DN que, no Relatório de Gestão de sua próxima prestação de contas anual completa, informe acerca na situação dos planos de previdência complementar para os quais tenha contribuído, relativamente aos exercícios de 2016 em diante.

ACÓRDÃO Nº 551/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, comunicando-se os interessados da presente deliberação, sem prejuízo de expedir ciência e recomendações à unidade jurisdicionada, consoante pareceres emitidos nos autos, na forma do item 1.7 deste acórdão.

1. Processo TC-030.765/2015-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alexandre Comin (082.341.738-71); Alexandre Moura Cabral (766.109.007-44); Ana Junqueira Pessoa (040.303.336-56); Andrei José Rodrigues (292.471.758-28); André Marcos Favero (017.152.969-31); Daniel Marteleto Godinho (028.904.316-65); Douglas Finardi Ferreira (269.806.798-56); Edna de Souza Cesetti (505.402.621-53); Felipe Hees (019.138.777-01); Heloisa Gomes Pereira (716.102.431-53); Heloisa Regina Guimaraes de Menezes (618.217.646-68); Herlon Alves Brandão (034.673.806-70); Humberto Luiz Ribeiro da Silva (602.569.901-15); Igor Manhaes Nazareth (305.925.308-09); João Luis Rossi (191.780.088-67); Julio Cesar de Araujo Nogueira (349.557.477-87); Marco Antônio Nunes Bastos (214.620.891-00); Marco Cesar Saraiva da Fonseca (730.648.747-72); Marcos Alberto Nakagomi (578.988.041-04); Marcos Otávio Bezerra Prates (707.921.518-87); Marcos Vinicius de Souza (288.757.138-98); Margarete Maria Gandini (419.865.470-00); Mauricio Lucena do Val (636.623.617-87); Márcio Luiz de Freitas Naves de Lima (951.999.346-00); Natália Lorenzetti (030.278.249-45); Nelson Akio Fujimoto (021.839.178-14); Paulo Sergio Coelho Bedran (092.366.944-20); Pedro Gabriel Wendler (558.267.840-91); Rafael de Sá Marques (001.183.986-44); Renato Agostinho da Silva (057.347.324-27); Renato Rezende de Campos Souza (563.636.211-00); Ricardo Schaefer (507.857.450-68); Roberto Jorge Enrique de Souza Dantas (483.548.807-53); Tolio Edeo Ribeiro (590.745.406-78)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria-executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência, nos termos do art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, das seguintes impropriedades relacionadas à gestão de 2014:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.1.1 o Ministério não possui macroprocessos finalísticos com gestão de risco implementada de forma sistemática (as ações são isoladas e não sistematizadas), o que está em desacordo com as boas práticas relacionadas ao tema e com o estabelecido nos arts. 13 e 14, inciso I, da IN Conjunta MP/CGU 01/2016;

1.7.1.2 no que diz respeito ao Programa Inovar-Auto, não foram implementados mecanismos de fiscalização, o que coloca em risco o cumprimento pleno dos compromissos assumidos pelas empresas e, consequentemente, o atingimento dos objetivos do programa e está em desacordo com a exigência prevista no parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.819/2012;

1.7.1.3 no exame dos processos de concessão do regime de *Drawback*, foram identificados os seguintes pontos fracos:

1.7.1.3.1 ausência de priorização, no Planejamento Estratégico do MDIC, das metas que estavam previstas no PPA;

1.7.1.3.2 não aplicação de medidas de mitigação de riscos possíveis, bem como de sanções previstas;

1.7.1.3.3 não divulgação de dados relevantes ao acompanhamento do desempenho do regime;

1.7.1.4 quanto à governança de Tecnologia da Informação, foram identificadas as seguintes falhas:

1.7.1.4.1 o Comitê de TI do MDIC foi instaurado por meio da Portaria 116/2009, a qual não reflete a atual estrutura regimental do Ministério, estabelecida mediante o Decreto 7.096/2010;

1.7.1.4.2 no PDTI 2015-2016, a criação do Regimento Interno do Comitê de TI consta como iniciativa ainda a ser implementada, o que demonstra que o referido comitê não teve o seu ciclo de formação concluído, sendo o Regimento Interno documento essencial à eficácia desse grupo deliberativo;

1.7.1.4.3 a equipe de TI é insuficiente face às demandas, e há grande número de atividades terceirizadas, razão pela qual se faz necessário realizar estudo qualitativo e quantitativo de pessoal de TI, definindo as necessidades do Ministério, por área especializada.

1.7.2. recomendar ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que adote as seguintes medidas:

1.7.2.1 implante mecanismo de gestão de riscos sistematizada, com adoção de padronização no novo ciclo de Planejamento Estratégico (2016-2019), em atendimento às boas práticas relacionadas ao tema e em observância ao estabelecido nos arts. 13 e 14, inciso I, da IN Conjunta MP/CGU 01/2016;

1.7.2.2 atue para o saneamento das falhas apontadas pela CGU no Relatório de Auditoria de Gestão 201503568, no que diz respeito à governança de TI, especialmente quanto ao funcionamento dos Comitês de TI e de Segurança da Informação e Comunicação;

1.7.2.3 no que diz respeito ao Programa Inovar-Auto, institua os mecanismos adicionais necessários à verificação completa do atendimento dos compromissos pactuados com as empresas habilitadas, estabelecendo cronograma de implementação dos mecanismos de verificação dos compromissos, conforme exigência do art. 19, parágrafo único, do Decreto 7.819/2012.

RELAÇÃO Nº 10/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 552/2017 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de representação (autuada inicialmente como denúncia) sobre possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 42/2015 (UASG 160.322) pelo Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ);

Considerando que, pelo fato de o Controle Interno do Exército possuir maior acesso à execução dos atos administrativos questionados, o TCU, por meio do Acórdão 1.119/2016-Plenário, deliberou por determinar, primeiramente, que o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) se manifestasse conclusivamente, no prazo de até 90 noventa) dias, sobre a existência, ou não, das irregularidades informadas nestes autos (item 1.7.1 do aludido acórdão), sobrestando os autos até a remessa da resposta do CCIEx (item 1.7.2.1 do aludido acórdão);

Considerando que, em sua resposta, o Controle Interno do Exército informou que teriam sido realizadas as apurações necessárias sobre os fatos noticiados ao TCU, não tendo sido constatadas as falhas noticiadas por intermédio da peça inicial;

Considerando que, procedendo à análise da resposta apresentada pelo CCIEx, a unidade técnica constatou que, de fato, não procedem as notícias aduzidas na peça exordial, devendo ser levantado o sobrestamento destes autos para considerar a presente representação improcedente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) levantar o sobrestamento destes autos, em virtude da remessa da manifestação conclusiva do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), conforme indicado no item 1.7.2.1 do Acórdão 1.119/2016-TCU-Plenário;

b) conhecer da presente representação para no mérito considerá-la improcedente, com base na manifestação conclusiva do Centro de Controle Interno do Exército;

c) considerar cumprida pelo Centro de Controle Interno do Exército a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 1.119/2016-TCU-Plenário; e

d) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-010.361/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército (HCE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RJ que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx); e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 553/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-026.476/2015-0

2. Grupo II, Classe VII - Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Conselho Nacional do Ministério Público, Defensoria Pública da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, órgãos da Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos da Justiça Eleitoral, Justiça Militar e órgãos da Justiça do Trabalho

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Semag

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do acompanhamento, referente ao segundo quadrimestre de 2015, das ações previstas em dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF) que dispõem sobre os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com base nos arts. 1º, § 1º, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 169, inciso V, 250, incisos II e V, do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar atendidas as exigências de publicação e encaminhamento, a este Tribunal, dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao segundo quadrimestre do exercício de 2015, em obediência aos arts. 54 e 55 da mesma lei;

9.2 considerar cumprida a exigência de disponibilização dos Relatórios de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2015 no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro por parte dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;

9.3 determinar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União que, a partir do próximo Relatório Gestão Fiscal que vier a ser publicado após a ciência deste acórdão:

9.3.1 providenciem a exclusão da duplicidade de valores da ordem de R$ 212 bilhões, referentes a registros do Fundo de Amparo ao Trabalhador que estão computados tanto no item "Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado", quanto no item "Disponibilidades do FAT", apresentando o detalhamento e o efeito contábil desse ajuste em nota explicativa do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, em cumprimento ao disposto no art. 29, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.3.2 apenas efetuem a dedução a título de garantias concedidas no Demonstrativo das Operações de Crédito nos casos em que a garantia esteja vinculada a alguma operação de crédito da própria União e que tenha sido realizada no período de referência;

9.4 determinar aos órgãos do Poder Judiciário referidos no Art. 92 da Constituição Federal, para fins de cumprimento dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000, que reelaborem e republiquem os relatórios de gestão fiscal, desde o segundo quadrimestre de 2015, e passem a publicar os seguintes, neles registrando em colunas separadas o limite original a que estão sujeitos nos estritos termos do art. 20, §§ 1º e 2º, da mesma lei complementar, bem assim os limites alterados pelos atos administrativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

9.5 determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo a abertura de processo para verificação e discussão sobre o cumprimento dos limites de despesa de pessoal no âmbito do Poder Judiciário, fixados na forma prescrita na Lei Complementar 101/2000, ouvindo-se os conselhos, tribunais e demais órgãos federais pertinentes, entre eles o Ministério da Fazenda (ao qual compete examinar o cumprimento dos requisitos e restrições a serem observados para a celebração de operações de crédito pela União);

9.6 determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental deste Tribunal que examine a questão do reconhecimento e mensuração dos valores registrados na conta 1.2.1.1.1.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber, por ocasião da auditoria do Balanço Geral da União do exercício financeiro de 2016, especialmente aqueles registrados no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), avaliando se a natureza da transação de repasses de recursos do FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) previstos no art. 7º da Lei 8.019/1990 satisfaz a definição do elemento ativo das demonstrações financeiras, conforme as normas contábeis aplicáveis;

9.7 encaminhar cópia deste acórdão, assim como do relatório e do voto, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.8 arquivar os autos.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0553-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Revisor).

ACÓRDÃO Nº 554/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.291/2011-8.

1.1. Apensos: 009.401/2016-4; 009.396/2016-0; 009.402/2016-0; 009.407/2016-2; 009.395/2016-4; 009.397/2016-7; 009.405/2016-0; 009.403/2016-7; 009.398/2016-3; 009.399/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Claudio Pereira (152.308.562-20); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab (63.692.479/0001-94); Crisanto Rudzo Tseremey Wa (646.367.391-91); Domingos Savio Borges Barreto (475.775.252-00); Jecinaldo Barbosa Cabral (588.208.922-00); João Neves Silva (163.916.752-87); Samuel Yriwerana Karaja (529.545.361-87).

3.3. Recorrente: Jecinaldo Barbosa Cabral (588.208.922-00).

4. Órgão/Entidade: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab/AM.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Ana Lúcia Salazar de Souza (OAB/AM 7.173) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Jecinaldo Barbosa Cabral, ex-Coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab/AM, contra o Acórdão 7.154/2014-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso II, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0554-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 555/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.297/2012-3.

1.1. Apenso: 019.159/2012-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: I- Embargos de Declaração (Pedido de Reexame).

3. Recorrente: Eudes Costa de Holanda Junior (414.110.803-00).

4. Entidade: Conselho Federal de Administração (CRA/CE).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Clovis Alexandre de Arraes Alencar (OAB/CE 10.559) e outros, representando Eudes Costa de Holanda Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Eudes Costa de Holanda Junior, ex-diretor administrativo e financeiro do Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE), em face do Acórdão 2.849/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos por Eudes Costa de Holanda Junior, por restarem intempestivos; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0555-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 556/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.353/2008-8.

1.1. Apensos: 008.725/2006-3; 023.024/2013-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento).

3. Recorrentes: Vicente Gullo (411.317.037-15); Marcelo Rosa Rennó Gomes (201.359.636-72); Simon Ricardo Sanandres (466.725.167-00).

4. Entidade: Transportadora Associada de Gás S. A. Grupo Petrobras - MME.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

8.2. Jean Guilherme Arnaud Deon (44764/OAB-DF) e outros, representando Consórcio Amazonas Gás.

8.3. Márcio Monteiro Reis (93815/OAB-RJ) e outros, representando Vicente Gullo.

8.4. Cristiana Muraro Tarsia (164957/OAB-RJ) e outros, representando Simon Ricardo Sanandres.

8.5. Fernando Villela de Andrade Vianna (134601/OAB-RJ) e outros, representando Marcelo Rosa Rennó Gomes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelos Srs. Vicente Gullo, Marcelo Rosa Rennó Gomes e Simon Ricardo Sanandres frente ao Acórdão 3.005/2015-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica que realize a oitiva da Transportadora Associada de Gás S. A. do Grupo Petrobras, ou da organização que a tenha substituído, para que esclareça quais eram as atribuições da Gerência de Empreendimento IEGN/IENOR na elaboração do projeto do gasoduto Urucu-Coari-Manaus e dos respectivos memorias, principalmente daqueles relativos aos métodos construtivos e à logística de transporte de materiais;

9.2. sobrestar o julgamento do presente pedido de reexame, até que sejam recebidas as manifestações relativas ao subitem 9.1;

9.3. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, aos recorrentes e aos demais interessados no processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0556-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 557/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.127/2013-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Monitoramento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social.

8. Representação legal: Hermano de Villemor Amaral (OAB/SP 109.098-A), Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361), Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB/DF 28.560) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 1.007/2011-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro na Portaria nº 27/2009-Segecex, tornar insubsistentes o subitem 9.2.1.2 e a parte final do subitem 9.2.3, a partir de "e a anexação de provas", do Acórdão nº 1.007/2011-TCU-Plenário;

9.2. com fulcro no art. 243 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, considerar parcialmente cumprido o subitem 9.2.1.1 e cumpridos os subitens 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão nº 1.007/2011-TCU-Plenário;

9.3. determinar ao Ministério da Integração Nacional que:

9.3.1. consoante o item 9.2.10 do Acórdão nº 1.007/2011-TCU-Plenário, caso não obtenha sucesso na negociação com o Consórcio Logos-Concremat para o ressarcimento dos valores por ele devidos, no montante total histórico de R$ 9.911.948,58, referentes aos salários pagos aos profissionais sem comprovação de vínculo no Contrato nº 9/2005-MI, conforme apontado pela Comissão de Resposta aos Acórdãos 1007/2011 e 1009/2011/SIH/MI na apuração realizada em atendimento à determinação consignada no subitem 9.2.1 do citado acórdão, adote providências, se não o fez, para a imediata instauração de tomada de contas especial visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, as providências adotadas com vistas ao cumprimento da determinação consignada no subitem anterior e os resultados delas advindos;

9.4. dar ciência à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e do Emprego e à Receita Federal do Brasil acerca dos indícios de irregularidades referentes à subcontratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços no âmbito do Contrato nº 9/2005 do Ministério da Integração Nacional, para que, se for o caso, avaliem se esses contratos de pessoas jurídicas burlam as normas trabalhistas e tributárias vigentes e adotem as providências que entenderem cabíveis, encaminhando-lhes cópia eletrônica destes autos;

9.5. dar ciência ao Ministério da Integração Nacional quanto ao não cumprimento dos requisitos contratuais e legais, constantes do art. 72 da Lei nº 8.666/1993 e da Cláusula Décima Nona do Contrato nº 9/2005, para a autorização e o acompanhamento da execução de serviços por subcontratação, devendo atentar para o controle das subcontratações no âmbito dos contratos firmados pelo Ministério, em especial quanto ao objeto e ao montante subcontratado, a fim de coibir práticas irregulares que possam causar dano ao erário;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério da Integração Nacional, ao Consórcio Logos-Concremat e à Secretaria Federal de Controle Interno.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0557-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 558/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.988/2009-0.

1.1. Apenso: 033.770/2013-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT (04.219.688/0001-56)

3.2. Responsáveis: Francisco Canindé da Silva (559.085.196-34); Francisco Canindé da Silva Me (04.809.827/0001-00); Ronildo Pereira Medeiros (793.046.561-68); Walmir Guse (060.590.538-07)

3.3. Recorrente: Walmir Guse (060.590.538-07).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 226, de 9/9/2016.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Ivo Marcelo Spínola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Ronildo Pereira Medeiros.

8.2. Hélio Antunes Brandão Neto, representando Walmir Guse.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de revisão interposto pelo Sr. Walmir Guse contra o Acórdão 10561/2011-2ª Câmara, modificado para esclarecimento de obscuridade, sem alteração de mérito, pelo Acórdão 1785/2012-2ª Câmara, e mantido em seus exatos termos pelos Acórdãos 667/2013-2ª Câmara e 352/2014-2ª Câmara, que decidiram recurso de reconsideração contra o Acórdão 10561/2011-2ª Câmara e embargos de declaração ao Acórdão 667/2013-2º Câmara, respectivamente, todos de iniciativa do ora recorrente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 288, caput e inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente, ao Ministério da Saúde, ao Denasus, e aos demais interessados.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0558-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Revisor) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 559/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.576/2013-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Representação)

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessado: Procuradoria da República/MS - MPF/MPU (26.989.715/0017-70)

3.2. Recorrentes: Pedro Alcântara Soares Morel (173.820.251-87); Ionas dos Anjos (707.911.718-68); Pricila Elizabete Procopiou (542.343.521-87); Massaco Satomi (825.505.738-20); Wilson de Barros Cantero (338.358.101-20); e José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34)

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Maria Henriqueta de Almeida (OAB/MS 4364-B), Edinei da Costa Marques (OAB/MS 8.671), Fabrízio Tadeu Severo dos Santos (OAB/MS 7.498), Everton Juliano da Silva (12.442/OAB-MS) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Ionas dos Anjos, Pricila Elizabete Procopiou, Pedro Alcântara Soares Morel, Wilson de Barros Cantero e Massaco Satomi contra o Acórdão 5.058/2016-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 não conhecer do recurso interposto por José Carlos Dorsa Vieira Pontes, tendo em vista a sua intempestividade e a ausência de fatos novos, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285, caput e § 2º, e 286, parágrafo único, do RITCU;

9.2. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Ionas dos Anjos, Pricila Elizabete Procopiou, Pedro Alcântara Soares Morel, Wilson de Barros Cantero e Massaco Satomi, nos termos dos arts. 285 e 286 do RITCU c/c o art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos recorrentes, ao interessado e à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, remetendo-lhes cópia do relatório e do voto que a fundamentaram.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0559-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 560/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.282/2010-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60)

3.2. Responsáveis: Bernadete Ten Caten (332.576.040-68); Ernesto Rodrigues (332.495.049-04); Eurival Martins Carvalho (299.577.022-20); Izabel Rodrigues Lopes Filha (212.257.372-49); José Orlando da Silva Dias (100.000.000-19); Juvenal de Oliveira Sobrinho (163.781.058-04); Maria Elizabete dos Santos (510.790.032-15); Maria Raimunda César Sousa (200.000.000-27); Vandeilson dos Santos Carneiro (471.902.802-00)

3.3. Recorrente: Bernadete Ten Caten (332.576.040-68).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal:

8.1. Claudio Fernando Mendes (9.593/OAB-PA) e outros, representando Bernadete Ten Caten.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 3.085/2012-Plenário,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do recurso interposto pela Sra. Bernadete Ten Caten para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0560-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 561/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.205/2009-0.

1.1. Apensos: 008.738/2009-6; 008.580/2010-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Inspeção

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Cláudia Rosana de Araújo Costa (805.257.333-53); Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43); Ivan Marques de Toledo Camargo (210.411.481-00); José Geraldo de Sousa Júnior (191.173.968-91); Márcia Abrahão Moura (334.590.531-00); Roberto Armando Ramos de Aguiar (333.566.888-04); Timothy Martin Mulholland (150.829.971-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Sammara Gomes Rocha e outros, representando Guilherme Henrique de Sá Mendes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Inspeção,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. aplicar às sras. Cláudia Rosana de Araújo Costa e Márcia Abrahão Moura a multa prevista no §1º do art. 58 da Lei 8.443/1992 no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. confirmar a medida cautelar determinada pelo Acórdão 2355/2016-Plenário e determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.2.1. corrija os valores atualmente pagos a título de URP aos beneficiários dos MS 26156 e MS 28819 para os patamares existentes antes do advento da Lei 13.325/2016;

9.2.2. exclua a rubrica relativa à URP dos contracheques dos inativos e pensionistas que integravam o polo ativo do MS 25.678, ainda que eventualmente sejam beneficiários dos MS 26156 e MS 28819;

9.2.3. promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado das multas estipuladas no subitem 9.1 deste Acórdão sobre os vencimentos das responsáveis, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.2;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal e relatora dos MS 26156, e ao Ministro Ricardo Lewandowski, atual relator do MS 28819;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0561-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 562/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.068/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Faixa Sinalização Viária Ltda. (74.315.607/0001-05)

3.2. Responsável: José da Silva Tiago (089.172.641-15).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal:

8.1. Diana Carolina Biseo Henriques (387770/OAB-SP), Gustavo Marinho de Carvalho (246.900/OAB/SP), e outros, representando Faixa Sinalização Viária Ltda.

8.2. Paulo Aristóteles Amador de Souza, representando o Dnit.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada nas obras de manutenção de trechos rodoviários abrangidos pelo Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), executadas no âmbito do Contrato TT-133/2014, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a empresa Faixa Sinalização Viária Ltda., referente ao Lote 70 do Edital RDC 335/2013-00, que contempla trechos das rodovias BR-158, BR-272, BR-369, BR-373 e BR-487, no Estado do Paraná,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que o indício de irregularidade grave, identificado no Contrato TT-133/2014, relativo aos serviços executados no âmbito do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal) em diversos segmentos rodoviários no Estado do Paraná, foi saneado, tendo em vista que o Dnit formalizou termo de aditamento ao contrato reduzindo o valor avençado em R$ 5.713.377,46 (data-base em maio/2012);

9.2. encaminhar os autos a SeinfraRodoviaAeroporto com a finalidade de oportunamente concluir o presente monitoramento, avaliando os documentos referentes ao item 9.2 do Acórdão 2.828/2016-Plenário;

9.3. em caráter excepcional, autorizar a prorrogação de prazo pleiteada pelo Diretor Geral do Dnit em 180 dias, a contar do término do prazo do Acórdão 2.828/2016-Plenário, ressaltando-se que:

9.3.1. o Dnit deve apresentar todos os aditivos contratuais de repactuação relativos aos contratos celebrados no âmbito do Programa BR-Legal em que for identificada a previsão de prestação de serviços em trechos de rodovias federais não implantadas, ainda em construção ou que não estejam sob a jurisdição do Dnit;

9.3.2. os termos de aditamento devem contemplar a redução proporcional do valor do contrato, nos moldes do item 9.1 do Acórdão 2.828/2016-Plenário, tendo em vista que a licitação foi realizada pelo regime de Contratação Integrada, no qual o preço foi ofertado para o total da malha rodoviária que constava nos editais de licitação;

9.3.3. a situação do Convênio 1.115/2012, referente ao segmento do km 51,6 ao km 82,3 da Rodovia BR-101/PE, deve ser revista no sentido de definir claramente a atuação do único agente público responsável pela manutenção da rodovia, no caso o Dnit ou o DER/PE.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0562-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 563/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.429/2016-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Câmara dos Deputados.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Revisor: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, apresentada a esta Corte por decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 1º, § 2º, inciso V, da Lei 8.730/1993, c/c o art. 232, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da solicitação objeto do Ofício 1880/2016/SGM/P e, em atendimento, determinar à Sefip que encaminhe à Presidência da Câmara dos Deputados, com as cautelas devidas, cópia da declaração de bens e rendas do Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, apresentada por ocasião de sua posse no cargo de ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República;

9.2. alertar o destinatário que o documento tem caráter sigiloso, de forma que, nos termos dos arts. 25, § 2º, e 26 da Lei 12.527/2011, o acesso às informações nele contidas "*cria a obrigação para aquele que as obteve de resguardar o sigilo*", incumbindo à autoridade pública responsável, em particular, adotar as providências necessárias à observância das medidas e procedimentos de segurança pertinentes;

9.3. considerar integralmente atendida a solicitação e, em consequência, autorizar o oportuno arquivamento dos autos.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0563-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Revisor) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 564/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.092/2017-1.

2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Ministério de Minas e Energia (vinculador).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica) e Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura Pública (Coinfra).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos administrativos versando sobre proposta de ação de controle objetivando avaliar as ações do Ministério de Minas e Energia, das Centrais Elétricas Brasileiras e da Agência Nacional de Energia Elétrica para a entrada em operação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária Extraordinária de caráter reservado, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.autorizar a realização da ação de controle;

9.2.restituir os autos à Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura Pública, para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0564-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 565/2017 - TCU - Plenário

1. TC 007.328/2014-1.

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em TCE)

3.Interessado: Francisco da Rocha Miranda (CPF 060.151.821-72).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Araguatins-TO (CNPJ 01.237.403/0001-11)

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7.Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8.Advogados constituídos nos autos: Stefany Cristina da Silva (OAB/TO 6.019), Antônio Carlos Cardoso Pontes e outros, representando Francisco da Rocha Miranda; Vinícius Coelho Cruz (1654/OAB-TO), representando Prefeitura Municipal de Araguatins - TO.

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos embargos de declaração opostos pelo Sr. Francisco da Rocha Miranda, em face do Acórdão 1.349/2016 - TCU - Plenário (Peça 76), que conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo responsável contra o Acórdão 1.885/2015 - TCU - Plenário (Peça 48), retificado pelo Acórdão 2.355/2015-TCU-Plenário (Peça 63).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1.conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Francisco da Rocha Miranda para, no mérito, não conceder a eles provimento;

9.2. dar conhecimento da presente deliberação aos interessados.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0565-10/17-P.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 566/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC011.717/2012-2

1.1. Apensos: 019.453/2013-2; 024.287/2014-8; 028.334/2014-0; 022.257/2016-0; 033.103/2013-5; 026.392/2011-9; 003.817/2015-6; 016.287/2015-0; 006.409/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. (40.450.769/0001-26); Clovis Lascosque (480.761.807-59); Eduardo Antônio Lamberti (653.630.357-15); Eduardo de Almeida Prata (478.915.137-91); Fernando Elias Siqueira Rangel (525.379.357-72); Flávia Fardim Antunes Bringhenti (039.288.327-94); Guilherme Fernandes Magalhães (102.685.447-43); Hugo José Amboss Merçon de Lima (766.020.107-78); Mário Emílio Nascimento da Silva (418.120.427-87); Sergius de Carvalho Furtado (559.568.907-20); Thiago Nespoli (089.746.217-38).

4. Órgãos/Entidades: Companhia Docas do Espírito Santo; Secretaria de Portos (extinta); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraHid).

8. Representação legal:

8.1. Bruna Canal Gagno (13701/OAB-ES) e outros, representando Companhia Docas do Espírito Santo.

8.2. Adriana Barbosa Felix (32396/OAB-DF) e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à auditoria nas obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória/ES, executadas por intermédio do Contrato 77/2009, firmado entre a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a empresa Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A, no âmbito do programa de trabalho 26.784.0909.0E23.0032-2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. converter este processo em Tomada de Contas Especial, para quantificação do débito, apuração dos fatos e identificação dos responsáveis, com fundamento nos arts. 47 da Lei 8.443/1992 e 252 do Regimento Interno, observado o disposto no art. 41 da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Companhia Docas do Espírito Santo, que, antes de aprovar alterações significativas em metodologias executivas ou especificações de projetos, realize análise aprofundada acerca das implicações financeiras e técnicas decorrentes, com vistas a evitar o acréscimo de custos e prazos e a supressão de serviços voltados para a aferição da qualidade da obra;

9.3. dar ciência à Companhia Docas do Espírito Santo que, para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei 8.666/1993, as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, à Companhia Docas do Espírito Santo, à empresa Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. e à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0566-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 567/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC025.266/2016-0

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Acompanhamento

3. Interessado: TCU

4. Órgãos/Entidades/Unidades: Banco do Brasil S.A.; Secretaria do Tesouro Nacional

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento das transferências constitucionais efetuadas, no primeiro semestre de 2016, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (IPI-Exp), à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Estados e Municípios (Cide) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar em conformidade com os coeficientes estabelecidos nos normativos que tratam a matéria os valores distribuídos por beneficiário, no primeiro semestre de 2016, para as seguintes transferências:

9.1.1. Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), conforme a Decisão Normativa-TCU 144, de 25/3/2015;

9.1.2. Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme a Decisão Normativa-TCU 148, de 25/11/2015;

9.1.3. Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (IPI-Exp), conforme a Decisão Normativa-TCU 145, de 22/7/2015;

9.1.4. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis - Estados e Municípios (Cide), conforme as Decisões Normativas-TCU 142, de 11/2/2015 (repasse de janeiro de 2016), e 149, de 3/2/2016 (repasse de abril de 2016);

9.1.5. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme a Portaria Interministerial MEC/MF 11, de 30/12/2015;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Banco do Brasil S.A.;

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0567-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 568/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.934/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp. (08.335.195/0001-32).

4. Órgãos/Entidades: Colégio Militar de Brasília; Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada; Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

8. Representação legal:

8.1. Angela Cignachi Baeta Neves (18730/OAB-DF) e outros, representando Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação em que restou comprovado cometimento de fraude à licitação pela empresa Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp. (CNPJ 08.335.195/0001-32), por ter apresentado declaração inverídica no sentido de que atendia às condições para usufruir das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, beneficiando-se de tratamento diferenciado destinado a ME/EPP, indevidamente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as justificativas contidas na manifestação encaminhada pela empresa Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp. (CNPJ 08.335.195/0001-32);

9.3. declarar, com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.443/92, Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp. (CNPJ 08.335.195/0001-32) inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal por período de 18 (dezoito) meses;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.4.1. à empresa Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp. (CNPJ 08.335.195/0001-32);

9.4.2. à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para as providências necessárias à atualização do registro da empresa Almeida Dias Material de Construção Ltda.-epp. (CNPJ 08.335.195/0001-32), no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf;

9.4.3. a título de Representação, com fulcro no art. 71, inciso XI, da Constituição Federal, c/c art. 1º, inciso VIII, da Lei nº 8443/1992, ao Ministério Público Federal e à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

9.5. determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao Tribunal acerca das medidas adotadas com vistas ao cumprimento do item 9.4.2 retro;

9.6. apensar definitivamente este processo ao TC 023.692/2012-0 após o trânsito em julgado do presente Acórdão.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0568-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 569/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.518/2013-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Monitoramento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Flávio Decat de Moura (060.681.116-87); José Pedro Rodrigues de Oliveira (003.945.136-49).

3.2. Recorrente: Furnas Centrais Elétricas S.A. (23.274.194/0001-19).

4. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Representação legal:

8.1. Juliana Sales Monteiro de Barros e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes aos Embargos de Declaração opostos por Furnas Centrais Elétricas S.A. em face do Acórdão 2.478/2014-TCU-Plenário, que retificou, de ofício, o Acórdão 2.393/2014-TCU-Plenário, o qual julgou o Relatório de Monitoramento referente ao cumprimento das determinações exaradas por meio do Acórdão 100/2013-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fulcro nos artigos 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, dar-lhes provimento para esclarecer que a instauração de Tomada de Contas Especial determinada pelo item 9.18.1.1.1 do Acórdão 100/2013-TCU-Plenário foi considerada inoportuna e dispensada pelo Voto complementar proferido pelo Relator no julgamento que resultou no Acórdão 2.393/2014-TCU-Plenário, aplicando-se ao caso o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa-TCU 71/2012;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, ao embargante e aos demais responsáveis.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0569-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 570/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.914/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Desestatização.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraHid).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento de outorga da permissão de exploração de terminal alfandegado de uso público do tipo Estação Aduaneira Interior (EADI) a ser implantado em Anápolis, no Estado de Goiás;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator e com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 250, II, III e 258, II, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 7º, inciso I, da IN-TCU 27/1998, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1 considerar que, sob o ponto de vista formal, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal atendeu aos requisitos do primeiro estágio da outorga previstos na Instrução Normativa TCU 27/1998;

9.2 considerar que, dentro do escopo adotado para o exame do primeiro estágio do acompanhamento da licitação referente à outorga de permissão para exploração de terminal alfandegado de uso público do tipo Estação Aduaneira Interior (EADI) a ser implantado no município de Anápolis-GO, não foram observadas nenhuma irregularidade ou não-conformidade relevantes que justifiquem a paralisação do referido processo licitatório, após análise dos estudos referentes ao dimensionamento físico e operacional do terminal, à estimativa de demanda, receita, investimento e despesa, além da taxa de desconto do fluxo de caixa e da estrutura tarifária do empreendimento;

9.3. recomendar à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal que inclua, nas minutas do edital e do contrato a serem publicados, cláusula específica que explicite a necessidade de promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em virtude de situações que tornem inexigíveis as contribuições ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf);

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária que monitore, no segundo estágio, a implementação da recomendação constante do item anterior;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal;

9.6. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid) para o prosseguimento do feito.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0570-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 571/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.619/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo então Presidente do Senado Federal (Exmo. Sr. senador Renan Calheiros), para que o TCU realize auditoria da dívida pública interna federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal; no art. 38, II, da Lei n.º 8.443/1992; no art. 232, III, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU n.º 215/2008.

9.2. realizar auditoria, nos termos do art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 239 do Regimento Interno do TCU, junto ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central do Brasil, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com o objetivo de avaliar aspectos relevantes da gestão e da trajetória da dívida pública federal, em especial os que impactem diretamente na conformidade e na modernização da gestão, na transparência e na sustentabilidade da dívida, bem como nos efeitos sobre o orçamento público e a política econômica nacional;

9.3. informar ao Exmo. Sr. senador Eunício Oliveira, atual presidente do Senado Federal, e ao Exmo. Sr. senador Alvaro Dias, autor do Requerimento 741/2016, que estão em andamento as seguintes fiscalizações:

9.3.1. auditoria aprovada na sessão plenária, desta Corte de Contas, de 1º/2/2017 e autuada sob o TC 003.365/2017-4, sobre os critérios e condicionantes verificados por ocasião da concessão de garantias, notadamente no que diz respeito ao procedimento de análise de capacidade de pagamento dos beneficiários, as causas, os montantes e os possíveis riscos decorrentes de garantias honradas pela União, assim como as medidas administrativas e judiciais adotadas para execução das contragarantias, constituindo essas variáveis econômicas de relevo que impactam substancialmente a metodologia de cálculo da dívida consolidada líquida, cujo saldo, em 2016, ultrapassou o limite de 350% (trezentos e cinquenta porcento) da receita corrente líquida proposto ao Senado Federal, ainda sem aprovação;

9.3.2. auditoria operacional objeto do processo TC 011.919/2015-9, com o objetivo de apurar as causas e as consequências do aumento da dívida interna federal no período de 2011 a 2014;

9.3.3. auditoria operacional objeto do processo TC 007.722/2015-0, a fim de avaliar o impacto das operações com títulos públicos emitidos diretamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 2008 a 2014, nos custos da dívida pública mobiliária federal;

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Exmo. Sr. senador Eunício Oliveira, atual presidente do Senado Federal, e ao autor do requerimento, Exmo. Sr. senador Álvaro Dias;

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0571-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 572/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.376/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Representação - VII

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ricardo Diniz Almeida (02.270.280/0001-83).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A..

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Hélio Malta Pinto (88141/OAB-MG) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

8.2. Fernanda Alves Gomes Guerra (43.578/OAB-DF), representando Ricardo Diniz Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação formulada pela empresa RCS Tecnologia Ltda., com pedido de concessão de medida cautelar, ante possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico (PE) 2016/4270 (7421) do Banco do Brasil S.A., que teve por objeto a contratação de empresa especializada, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, para a prestação de serviços destinados a manter a disponibilidade por meio do gerenciamento, da operação e da manutenção da infraestrutura dos prédios administrativos, Torre Sul, Central e Norte, que compõem o complexo de Edifícios do Banco do Brasil, com valor total estimado de R$ 13.860.365,60 (treze milhões oitocentos e sessenta mil trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a representação por preencher os requisitos de admissibilidade constantes do art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e por estar formulada nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar e, no mérito, considerar parcialmente procedente a presente representação;

9.3. assinar prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 251 do Regimento Interno-TCU, para que o Banco do Brasil S.A promova a anulação da habilitação da empresa Ricardo Diniz Almeida-ME e de todos os atos subsequentes no pregão eletrônico 2016/4270 (7421), pelo não atendimento ao disposto no art. 30, §1º, da Lei 8.666/1993, dado o cancelamento, pelo CREA/DF, da documentação utilizada para a comprovação da sua qualificação técnica exigida no item 1.1.10.1, alínea "b" do anexo 2 do edital (CATs 0720160001228, e 0720160001229), informando ao Tribunal, no mesmo prazo, as medidas que forem adotadas e alertando-o quanto à possibilidade de o TCU sustar a execução do ato impugnado, caso não atendido, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis;

9.4. recomendar ao Banco do Brasil que negocie os preços propostos pelas demais licitantes a serem convocadas no pregão eletrônico 2016/4270 (7421), conforme disposto no inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, no intuito de se obter proposta com valor igual ou até menor que o da primeira colocada;

9.5. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Banco do Brasil, à representante, RCS Tecnologia Ltda., e à empresa Ricardo Diniz Almeida-ME;

9.6. apensar o TC 030.263/2016-6 a este processo, por tratar das mesmas questões já analisadas nestes autos, e encerrá-lo, dando ciência aos interessados, nos termos do inciso I, c/c o §1º do art. 169 do Regimento Interno-TCU;

9.7. arquivar o presente processo, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o inciso II do art. 250, do Regimento Interno-TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore o cumprimento da determinação supra.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0572-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 573/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.677/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Gustavo Matos do Vale (156.370.266-53); Construtora Damiani Ltda. (03.618.474/0001-90); Construtora Espaço Aberto Ltda. (76.601.343/0001-73); Eduardo Roberto Stuckert Neto (818.548.891-68); Francisco José de Siqueira (070.459.304-10); Geraldo Moreira Neves (205.913.813-20); Marcelo Raggi Pacheco (042.884.269-01); Paulo Maurício Brito Verçosa (642.466.713-04).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraTel).

8. Representação legal:

8.1. Kamai Figueiredo Arruda (74869/OAB-PR) e outros, representando Construtora Damiani Ltda.

8.2. Carlos Alberto de Araujo Gomes (13565/OAB-SC) e outros, representando Construtora Espaço Aberto Ltda.

8.3. Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Representação do Ministério Público Federal acerca de suposta irregularidade na contratação das empresas Espaço Aberto Ltda. e Construtora Damiani Ltda. pela Infraero no Contrato 0102-EG/2013/0001, cujo objeto é a execução de obras no Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre-RS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 121, § 1º, inciso VI e § 10, da Lei 13.408/2016 e no art. 29 da Resolução-TCU 280/2016, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar ao Serviço de Informação sobre Fiscalização de Obras, vinculado à Coinfra, que reclassifique, no sistema Fiscalis, o achado "sub-rogação contratual fática advinda com o 1° Termo aditivo do Contrato 0102-EG/2013-001" (Relatório de Fiscalização 305/2016), de IG-P para IG-C, em função do término do prazo de execução e de vigência do contrato conjugado com a decisão da Infraero em não dar continuidade à obra;

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados no 1° Termo Aditivo do Contrato 0102-EG/2013-001, que tem por objeto a execução de obras de ampliação do terminal de passageiros, central de utilidades e demais obras complementares do Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre-RS, não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 121 da Lei 13.408/2016, tendo sua classificação sido alterada para IG-C (irregularidade grave que não prejudique a continuidade), em função do término do prazo de execução e de vigência do contrato conjugado com a decisão da Infraero em não dar continuidade à obra;

9.3. dar ciência do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, à Infraero e aos demais responsáveis; e

9.4. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração para que proceda a análise das audiências e oitivas determinadas pelo Acórdão 2.354/2016-TCU-Plenário.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0573-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 574/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.722/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria Operacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil (00.038.166/0001-05); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (33.657.248/0001-89); Secretaria do Tesouro Nacional (00.394.460/0409-50).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070), Danilo Messere Romancini (OAB/DF 25.054), André Carvalho Teixeira (OAB-DF 18.135) e outros, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Dilmar Ramos Pereira (766.557.251-00), representando o Banco Central do Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria Operacional, tendo como objetivo examinar as emissões diretas de títulos públicos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período de 2008 a 2014, e os impactos nos custos da dívida pública mobiliária federal, no risco soberano e no resultado fiscal, bem como avaliar a transparência das referidas operações,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do RITCU, à Secretaria do Tesouro Nacional que considere, na gestão estratégica de médio e longo prazos da dívida pública federal, os possíveis impactos das emissões diretas nos preços do mercado primário de títulos públicos (peça 91, itens 74, 117 e 171 do Relatório de Auditoria), com a ressalva de que a legalidade dessas emissões para instituições financeiras controladas pela União ainda será objeto de deliberação por parte desta Corte no TC 010.173/2015-3;

9.2. Recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do RITCU, ao governo federal que não delegue a uma entidade distinta do Tesouro Nacional a gestão de expressivos montantes de títulos públicos (peça 91, item 160 do Relatório de Auditoria);

9.3. Recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do RITCU, à Secretaria do Tesouro Nacional que publique os cálculos dos impactos nos preços dos títulos públicos decorrentes de políticas de emissão direta de títulos públicos como complemento aos relatórios já publicados por aquela Secretaria (peça 91, item 171 do Relatório de Auditoria);

9.4. Encaminhar cópia da presente deliberação, juntamente com o relatório e voto, à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério da Fazenda; ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; à Secretaria do Tesouro Nacional; às Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e à Coordenação do Programa IDI/INTOSAI de Auditorias Especializadas (Auditoria da Dívida Pública);

9.5. Autorizar o monitoramento dos itens 9.1 a 9.3 pela Secretaria de Macroavaliação Governamental;

9.6. Arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno-TCU.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0574-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 575/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.400/2017-7.

1.1. Apenso: 001.415/2017-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representantes: Representantes: Deputado Federal Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva e Chron Epigen Indútria e Comércio Ltda (CNPJ 04.415.365/0001-38).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Bruno Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representações acerca das supostas irregularidades a seguir discriminadas, verificadas no Pregão Eletrônico 5/2017 (Sistema de Registro de Preços) (peça 1, fls. 20-102), mediante o qual o Ministério da Saúde objetiva adquirir o medicamento "*alfaepoetina humana recombinante 1.000UI, 2.000UI, 3.000UI, 4.000UI, 10.000UI*",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer das representações por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes, deixando-se de efetuar quaisquer determinações ao Ministério da Saúde ante a anulação do Pregão Eletrônico 5/2017;

9.2. recomendar ao Ministério da Saúde que:

9.2.1. em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, reavalie a pertinência, conveniência e oportunidade de eventualmente serem considerados semelhantes os fármacos "*alfaepoetina ou eritropoietina na forma alfa*", considerando o exame preliminar efetuado na instrução a unidade técnica (itens 20 a 43 da instrução da unidade técnica - peça 29);

9.2.1. avalie dividir a quantidade de cada item do edital (cada tipo de concentração do medicamento) em lotes, de forma a possibilitar maior competitividade, considerando, para isso, a viabilidade técnica e econômica, assim como observando a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega, consoante disposto no art. 8º do Decreto 7.892/2013 (parágrafo 50 da instrução de peça 29);

9.3. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Saúde, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e aos representantes;

9.4.determinar à Secretaria de Controle Externo da Saúde que acompanhe os procedimentos decorrentes das deliberações emitidas nestes autos, representando ao Tribunal caso necessário; e

9.5. arquivar os presentes autos, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0575-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 576/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.391/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso em processo administrativo.

3. Recorrente: Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados (45.762.077/0001-37).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (Ouvidoria).

8. Representação legal: Rafaela Tavares Ramos (OAB/SP n° 386. 732).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido recurso administrativo interposto por Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados contra a decisão monocrática proferida pelo Exmo. Ministro-Substituto Weder de Oliveira na demanda da Ouvidoria nº 284272,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator,

9.1. com fundamento no art. 15 da Lei nº 12.527/2011 e no art. 28, *caput*, e § 2º da Resolução TCU nº 249/2012, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a acompanham, ao recorrente, por intermédio da Ouvidoria do Tribunal de Contas da União;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0576-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 577/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.376/2016-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto V: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Cristiano Oliveira Calixto (008.084.121-08); Glauciane Ribeiro Antonelli (531.175.651-91); Paulo de Siqueira Garcia (335.382.551-72); e Washington dos Santos Ramalho (395.837.401-87).

4. Entidades: Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal (CEF); e Município de Goiânia/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO) e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934), Carlos Henrique Bernardes Castelo Chiossi (OAB/DF 40.915), Adam Luiz Alves Barra (OAB/DF 19.786) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de auditoria (Fiscobras-2016) determinada pelo Acórdão 2.112/2016-TCU-Plenário, realizada na Caixa Econômica Federal, representante do Ministério das Cidades, e no Município de Goiânia/GO, com o objetivo de avaliar a execução das obras de implantação de canalização e microdrenagem no Córrego Cascavel, em Goiânia/GO, no trecho entre a Avenida Castelo Branco e a Avenida Leste-Oeste,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Goiânia/GO, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que apresentem, no prazo de 30 dias, contados da ciência desta deliberação, informações atualizadas sobre o cumprimento das ações previstas no Plano de Ação relacionado à execução das obras financiadas com recursos do Termo de Compromisso 351013-69, bem como a planilha orçamentária vigente, em formato Excel e editável (com fórmulas e vínculos), relacionada à execução do objeto desse ajuste;

9.2. determinar a autuação de processo específico para o monitoramento do cumprimento do subitem 9.1 do Acórdão 2.112/TCU-2016 e das providências relacionadas à reparação/readequação da estrutura do canal do Córrego Cascavel, e promover a juntada ao novo processo das peças 32, 42, 43, 44, 67, cópia da presente decisão, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, assim como de outras peças que entender necessárias; e

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992, e no art. 250, IV, do RITCU, que analise, em conjunto e em confronto com eventuais irregularidades identificadas no processo de monitoramento a ser constituído, o resultado das audiências dos responsáveis já ouvidos neste processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0577-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 578/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.798/2005-7.

1.1. Apenso: 012.217/2013-1

2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Sílvia Cristina Maito Leitão (410.824.271-87).

4. Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: José Antônio Arocha da Cunha (OAB/DF 37.065).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, nos quais foi interposto recurso de revisão contra o Acórdão 957/2010-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão deste Colegiado, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à recorrente, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0578-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 579/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.981/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Monitoramento (em Auditoria).

3. Interessado/Responsáveis

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsável: Marcelo Pedroso, CPF 097.825.858-40.

4. Entidades: Autoridade Pública Olímpica; Ministério do Esporte (vinculador) e Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: Dara de Souza e Silva, CPF 663.557.707-63 representando a Autoridade Pública Olímpica (peça 122).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de monitoramento das deliberações contidas nos subitens 9.4 e 9.6 do Acórdão 2.596/2013-Plenário e 9.4.1 e 9.4.3 do Acórdão 1.662/2014-Plenário, consideradas parcialmente cumpridas em análise prévia, bem como das determinações e recomendação contidas no Acórdão 1.784/2015-Plenário, as quais tratam da evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Rio-2016, da governança dos agentes federais envolvidos na organização dos Jogos e da transparência das informações ligadas aos gastos destinados ao evento esportivo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelo Pedroso, Presidente em Exercício da Autoridade Pública Olímpica;

9.2. considerar cumpridas parcialmente as determinações contidas nos subitens 9.4.1 e 9.4.3 do Acórdão 1.662/2014-TCU-Plenário c/c os subitens 9.10 e 9.15 do Acórdão 1.784/2015-TCU-Plenário, entretanto, ante as razões expostas no Voto, deixar de aplicar multa ao responsável;

9.3. considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.4 e 9.6 do Acórdão 2.596/2013-Plenário e nos subitens, 9.6, 9.7.1 e 9.8 do Acórdão 1.784/2015-TCU-Plenário;

9.4. considerar parcialmente implementada a recomendação contida no subitem 9.9 do Acórdão 1.784/2015-TCU-Plenário;

9.5. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que dê continuidade às ações de controle referentes aos Jogos Rio-2016, especialmente, no que se refere às prestações de contas dos recursos públicos federais utilizados nos Jogos, tanto referentes à Matriz de Responsabilidade, como aos Planos de Antecipação em Investimentos em Políticas Públicas (PAAIPP) e ao orçamento do Comitê Rio-2016;

9.6. dar ciência à Presidência da República, ao Ministério do Esporte, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro que a não execução dos projetos previstos no Dossiê de Candidatura e nas cartas de garantia oferecidas pelo governo do estado e pelo prefeitura municipal do Rio de Janeiro ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a exemplo da despoluição da Baía de Guanabara, caracteriza o descumprimento de obrigação assumida;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam às seguintes entidades:

9.7.1. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ); Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM/RJ) e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, com vistas à avaliação da necessidade de futuras providências com relação à prestação de contas dos recursos públicos utilizados pelo estado e pelo município do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016, tanto os referentes às Matrizes de Responsabilidade como os referentes aos Planos de Antecipação em Investimentos em Políticas Públicas (PAAIPP);

9.7.2. Autoridade Pública Olímpica (APO); Ministério do Esporte (ME); Governo do Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados; e Comissão e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;

9.8. apensar os presentes autos ao TC 004.185/2014-5.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0579-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 580/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.394/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério do Esporte (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de requerimento do Congresso Nacional, aprovado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Of. N. 1428/2016/SGM/P, de 16/9/2016), originário de Solicitação de Informação a este Tribunal (SIT) nº 24, de 2016, de autoria do Exmo. Deputado Arnaldo Jordy, questionando o uso de recursos públicos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento nos arts. 71, inciso IV, da Constituição Federal, 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. informar à Câmara do Deputados que estão em andamento ações deste Tribunal acerca das despesas dos Jogos Rio-2016 (processos TC-008.576/2016-5, TC-010.138/2014-5 e TC-008.486/2015-8), com foco na divulgação de informações relacionadas a esses gastos e nos valores das isenções fiscais relacionadas a serviços prestados ao Comitê Rio-2016, bem como sobre eventual utilização de recursos públicos na atuação dessa entidade, e que, tão logo haja apreciação dos processos, as deliberações serão enviadas àquela Casa para suplementar a solicitação ora tratada;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que dê continuidade às ações de controle referentes às prestações de contas das renúncias de receitas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016;

9.4. encaminhar cópia da desta deliberação, acompanhada do voto e relatório que a fundamentam:

9.4.1. à Câmara dos Deputados, em atenção ao Of. N. 1428/2016/SGM/P, de 16/9/2016, do Presidente daquela Casa, originário de Solicitação de Informação a este Tribunal (SIT) nº 24, de 2016;

9.4.2. à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ) e à Secretaria-Geral de Controle Externo, para que enviem à Câmara dos Deputados cópia das deliberações que vierem a ser proferidas no âmbito dos processos TC-008.576/2016-5, TC-010.138/2014-5 e TC-008.486/2015-8, para suplementar as informações ora enviadas àquela Casa; e

9.5. restituir os autos à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0580-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 581/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.604/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados (vinculador), Conselho Nacional de Justiça (vinculador), Conselho Nacional do Ministério Público (vinculador), Presidência da República (vinculador), Senado Federal (vinculador) e Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria autorizado pelo Acórdão 2.807/2016-TCU-Plenário (sigiloso - TC-027.347/2016-8), visando ao desenvolvimento de metodologia de avaliação da gestão da ética aplicável à administração pública federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que realize auditoria piloto, a ser coordenada pela SecexAdministração, a fim de validar e aperfeiçoar o Modelo de Avaliação da Gestão da Ética sugerido neste trabalho, observando o contido nos artigos 188-A e 244 do Regimento Interno do TCU;

9.2. retirar a chancela de sigilo do processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0581-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 582/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.225/2017-8

2. Grupo I - Classe VII - Solicitação

3. Interessado: Gilmar Mendes (Presidente do Tribunal Superior Eleitoral)

4. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta solicitação de prorrogação de prazo para encaminhamento de processo de tomada de contas especial.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 3º, da Lei 8.443/1992; art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU; e art. 11, § 2º, da Resolução-TCU 71/2012, com a redação dada pela Resolução-TCU 76/2016, em:

9.1. conhecer da presente solicitação;

9.2. prorrogar, excepcionalmente, o prazo para o envio da tomada de contas especial do Diretório Nacional do Partido Progressista (PP), relativa à gestão dos exercícios financeiros de 2006 e 2007, até o dia 20/6/2017, conforme requerido pelo solicitante;

9.3 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0582-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 583/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 004.462/2017-3

2. Grupo I - Classe VII - Representação

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Estados e Distrito Federal

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que é apresentado ao Plenário o Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2018, os coeficientes individuais de participação no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, para a distribuição dos recursos a que alude a alínea "a" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar, nos termos apresentados no relatório que compõe a presente deliberação, o Projeto de Decisão Normativa que fixa, para o exercício de 2018, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, para a distribuição dos recursos a que alude a alínea "a" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, acompanhado dos seguintes anexos: Anexo I: FPE - Coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal; Anexo II: FPE - Memória de cálculo dos coeficientes; e Anexo III: FPE - Nota explicativa;

9.2. enviar cópia deste acórdão e da decisão normativa ora aprovada, bem como do relatório e do voto que os fundamentam, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ao Ministro de Estado da Fazenda, ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Presidente do Banco do Brasil S.A. e ao Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

9.3. determinar à Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo nos estados sobre a necessidade de encaminharem imediatamente para a Secretaria de Macroavaliação Governamental eventuais recursos administrativos interpostos, com base no art. 292 do Regimento Interno, para retificação dos coeficientes individuais de participação publicados, relativos ao FPE do exercício de 2018, independentemente da data de recebimento; e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0583-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 584/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.955/2007-7

2. Grupo II - Classe V - Relatório de Levantamento

3. Responsáveis: Aimê Fernanda Souza e Silva Gomes (engenheira, CPF 445.947.124-87), Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente, falecido, CPF 073.008.591-00), Clóvis Lins de Andrade (arquiteto, CPF 591.288.524-00), Construtora Marquise S/A (CNPJ 07.950.702/0001-85), Eleuza Teresinha Manzoni dos Santos Lores (ex-diretora de engenharia, CPF 369.876.387-72), HV Engenharia Ltda. (CNPJ 07.097.587/0001-48), José Antônio de Castro Pereira (engenheiro, CPF 165.741.843-04), José Wellington Moura (ex-gerente de engenharia da Superintendência Regional do Nordeste, CPF 010.345.965-00), Lenarte Moura Santana (engenheiro, CPF 501.020.794-04), Neotec Projetos e Engenharia Ltda. (CNPJ 01.017.538/0001-71), Paulo Heliomar Barreto da Silva Júnior (engenheiro, CPF 616.682.734-20), Roberto Germano de Souza Araújo (encarregado das atividades de operações, segurança e manutenção CPF 299.443.414-87) e Techna Projetos e Consultoria Ltda. (CNPJ 04.462.277/0001-97).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB) e Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob, extinta)

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359), representando os herdeiros de Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos; Clarissa Pacheco Ramos (OAB/DF 32.502), representando Roberto Germano de Souza Araújo; Leonardo Capistrano (OAB/DF 29.510), representando Construtora Marquise S/A; Renata Arnaut Araujo Lepsch (OAB/DF 18.641), representando Eleusa Teresinha Manzoni dos Santos Lores; e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de levantamento de auditoria realizado na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) para verificar a execução da expansão da infraestrutura do Aeroporto Internacional de João Pessoa/PB, compreendendo a ampliação e reforma do terminal de passageiros e o reforço de pista e pátio, no âmbito do Fiscobras-2007.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com base no art. 47 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. excluir da relação processual os nomes de Aimê Fernanda Souza e Silva Gomes, Clóvis Lins de Andrade, HV Engenharia Ltda., José Antônio de Castro Pereira, Lenarte Moura Santana, Neotec Projetos e Engenharia Ltda., Paulo Heliomar Barreto da Silva Júnior, Roberto Germano de Souza Araújo e Techna Projetos e Consultoria Ltda.;

9.2. converter os autos em tomada de contas especial e determinar à Secex/PB que promova a identificação dos responsáveis pelos projetos e planilhas de preços utilizadas no procedimento licitatório, cuja instauração foi aprovada pela Informação Padronizada IP 003/EGRF/2003, de 25/07/2003, e realize sua citação pelos valores a seguir indicados, solidariamente com os herdeiros de Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, Eleuza Teresinha Manzoni dos Santos Lores, José Wellington Moura e a empresa Construtora Marquise S/A:

9.2.1. Ampliação e reforma do terminal de passageiros

Data	Valor
17/5/2003	522,54
7/12/2004	14.071,03
23/12/2004	18.534,72
3/3/2005	61.888,07
30/3/2005	3.131,16
31/3/2005	3.401,35
5/4/2005	1.251,40
8/4/2005	11.717,17
31/5/2005	11.933,44
30/9/2005	902,02
18/10/2005	15.486,40
27/12/2005	177,44
2/1/2006	20.328,12
17/1/2006	16.406,62
16/3/2006	655,02
28/4/2006	4.648,68
17/5/2006	2.839,87
19/6/2006	4.625,88
18/7/2006	3.497,25
23/8/2006	2.384,40
20/9/2006	16.798,21
6/11/2006	21.440,10
10/1/2007	93.144,23
17/1/2007	71.884,48
16/2/2007	118.737,64
21/3/2007	33.531,10
18/4/2007	12.567,12
5/7/2007	37.695,31

9.2.2. Ampliação das pistas e pátios

Data	Valor
7/5/2004	585.493,95
21/6/2004	115.164,60
9/7/2004	298.605,23
13/08/2004	226.065,48
20/9/2004	664.711,72
29/10/2004	517.070,36
7/12/2004	124.348,38
23/12/2004	280.579,21
03/03/2005	248.928,03
30/03/2005	876.352,65
31/03/2005	96.155,56
05/04/2005	44.192,71
08/04/2005	371.516,37
18/10/2005	452.980,63
02/01/2006	428.534,01
17/01/2006	261.195,04

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0584-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 585/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC010.139/2014-1

1.1. Apenso: TC 023.151/2015-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Representação)

3. Recorrentes: Fernando Alves do Nascimento (CPF 100.139.385-68) - Chefe do Setor de Recursos Logísticos do Dnocs/Cest-AL - e Paulo Maia de Souza Valente (CPF 524.758.404-04) - Coordenador do Dnocs/Cest-AL

4. Unidade: Coordenadoria Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em Alagoas

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de pedidos de reexame interpostos por Paulo Maia de Souza Valete e Fernando Alves do Nascimentos em face do Acórdão 1.606/2015-Plenário, que, entre outras providências, aplicou aos recorrentes multas nos valores de R$ 4.000,00 e R$ 2.000,00, respectivamente, em razão de irregularidades constatadas no Pregão Eletrônico 1/2013 do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Coordenadoria Estadual em Alagoas (Dnocs/Cest-AL).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, antes as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 26, 48 e 27 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 217, 218, 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 conhecer dos pedidos de reexame, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 dar quitação a Gilberto Gomes da Silva Junior quanto ao pagamento da multa a ele cominada por meio do item 9.4 do Acórdão 1.606/2015-Plenário;

9.3 dar conhecimento do teor desta deliberação aos recorrentes e a Gilberto Gomes da Silva Junior.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0585-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 586/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.602/2012-0

1.1. Apenso: TC 008.884/2006-0

2. Grupo II - Classe: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores (369.876.387-72) - ex-Diretora de Engenharia da Infraero

4. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF), Alex Zeidan dos Santos (19.546/OAB-DF), Clovis Manzoni dos Santos Lores (42883/OAB-DF), Luiz Cláudio Araújo Ribeiro (45286/OAB-DF), Emmanuel Mauricio Teixeira de Queiroz (15672/OAB-DF), Marcelo Arantes de Melo Borges (15000/OAB-GO) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de embargos de declaração opostos por Eleuza Teresinha Manzoni dos Santos Lores, ex-Diretora de Engenharia da Infraero, em face do Acórdão 2.121/2016 - Plenário, que julgou irregulares as suas contas, a condenou ao pagamento do débito de R$ 6.837.524,16 (data base 8/1/2008) e lhe aplicou multa de R$ 580.000,00, em tomada de contas especial instaurada visando à recomposição do débito decorrente do superfaturamento do Contrato 061 -EG/2004/0031, celebrado entre a Infraero e o Consórcio Gautama-Beter, relativo à execução das obras e serviços de engenharia no aeroporto de Macapá/AP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0586-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 587/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC003.193/2001-7

1.1. Apenso: TC 017.054/2010-9

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Wigberto Ferreira Tartuce (CPF 033.296.071-49).

4. Unidades: Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal - Seter/DF.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Melanie Costa Peixoto (OAB/DF 14.585), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando o recorrente; José Antônio Fischer Dias (OAB/DF 12.917) e outros, representando a Ação Social do Planalto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração apresentados por Wigberto Ferreira Tartuce contra o acórdão 75/2017 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0587-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 588/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC004.472/2017-9.

2. Grupo I - Classe VII - Representação.

3. Unidades: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

4. Representante: Petróleo Sabbá S.A. (CNPJ 04.169.215/0001-91).

4.1. Responsáveis: Maurício Quintella Malta Lessa, ministro de Estado do MTPA (CPF 803.556.334-34), e Luiz Osmar Scarduelli Junior, presidente da Comissão Especial de Licitação da Antaq (CPF 029.435.129-90).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

8. Representação: Denise Nefussi Mandel (OAB/SP 163.228), Eber Luciano Santos Silva (OAB/SP 229.641), Letícia Oliveira Lins de Alencar (OAB/DF 53.640), Cláudio Ribeiro Huguet (OAB/DF 46.640) e outros.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, formulada pela Petróleo Sabbá S.A. acerca de possíveis irregularidades no Leilão 8/2016-Antaq, destinado ao arrendamento do terminal STM05, no Porto Organizado de Santarém/PA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la improcedente;

9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que adotem as medidas necessárias ao acerto de contas e à elisão de eventual prejuízo ao erário, verificando se as benfeitorias a serem indenizadas em relação ao terminal STM05, objeto de concessão no Leilão 8/2016-Antaq, já não foram integralmente depreciadas por utilização da própria empresa; se o tempo adicional de exploração após o fim do contrato de locação firmado entre a Petróleo Sabbá S.A. e a Companhia Docas do Pará pode ser considerado para fins de cumprimento da sentença judicial proferida por meio do acórdão 65.641 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no âmbito da ação ordinária 0007919-51.1997.8.14.0301; e se o período adicional de exploração não gerou obrigação de pagamento ainda não adimplido pela atual exploradora da área;

9.3. indeferir o ingresso da Petróleo Sabbá S.A. como interessada nos presentes autos;

9.4. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à representante, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

9.5. arquivar os autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0588-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 589/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC011.620/2012-9.
1.1. Apenso: TC 024.037/2013-3.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - Crea/SP.
4. Recorrentes: Ângelo Petto Neto (CPF 197.976.308-97), José Tadeu da Silva (CPF 720.451.168-91) e Waldir Ronaldo Rodrigues (CPF 040.796.928-46).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Renata Valéria Pinho Casale Cohen (OAB/SP 225.847) e outros, representando o Crea/SP; Gustavo Di Angellis da Silva Alves (OAB/DF 40.561) e outros, representando Waldir Ronaldo Rodrigues.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos por Ângelo Petto Neto, José Tadeu da Silva e Waldir Ronaldo Rodrigues contra o acórdão 2.711/2015 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Crea/SP.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0589-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 590/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC011.792/2010-8.
2. Grupo II - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
3.1. Responsáveis: Mário Márcio Rogar (CPF 259.171.967-53), César Vaz de Melo Fernandes (CPF 299.529.806-04), Marcelo Brandão Carneiro (CPF 487.661.517-91), Sérgio Torres Serra (CPF 338.628.697-68), Cláudio Danusio de Almeida Semprine (CPF 430.228.047-68), Vera da Silva Vieira Paiva (CPF 800.127.527-20), Luiz Paulo Fernandez Conde (CPF 027.025.097-20), Carlos Agenor Magalhães da Trindade (CPF 213.721.956-53), Fábio Machado Resende (CPF 099.625.657-15), Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto (CPF 098.637.967-00), Henrique Mello de Moraes (CPF 185.840.127-53), Marte Engenharia Ltda. (CNPJ 32.225.757/0001-70), ESEC - Escritório de Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 68.809.300/0001-50), Integral Engenharia Ltda. (CNPJ 16.629.693/0001-16) e Consórcio Construtor Simplício (CNPJ 08.658.887/0001-11), por intermédio da empresa líder Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNPJ 15.102.288/0001-82).
4. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica - SeinfraElétrica.
8. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934) e outros.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a auditoria realizada nas obras do complexo de aproveitamento hidroelétrico de Simplício, composto pela Usina Hidrelétrica - UHE Simplício, pela Pequena Central Hidrelétrica - PCH Anta e demais obras associadas, no âmbito do Fiscobras 2010.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 47 da Lei 8.443/1992, e 169, inciso V, c/c os arts. 198 e 250, § 2º e incisos II e III, do Regimento Interno, em:

9.1. autuar processo de tomada de contas especial e autorizar, desde logo, a citação dos responsáveis pela análise e pela aprovação dos aditivos que geraram superfaturamento de R$ 10.595.871,93 no contrato 16.856, solidariamente ao Consórcio Construtor Simplício, por intermédio da empresa líder Construtora Norberto Odebrecht S.A.;

9.2. autuar processo de tomada de contas especial e autorizar, desde logo, a citação dos responsáveis pela análise e pela aprovação do orçamento que gerou superfaturamento de R$ 7.090.755,43 no contrato 8000001197, solidariamente às empresas Marte Engenharia Ltda., ESEC - Escritório de Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda. e Integral Engenharia Ltda.;

9.3. determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe a este Tribunal quando do julgamento de mérito das ações judiciais perante a 28ª Vara Cível do Rio de Janeiro relativas ao processo 0374398-17.2012.8.19.0001;

9.4. acatar as manifestações de Furnas e Integral Engenharia Ltda. em relação ao sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado no contrato de realocação do trecho I da Ferrovia Centro-Atlântica;

9.5. acatar as razões de justificativas apresentadas por Mário Márcio Rogar e Cesar Vaz de Melo Fernandes em relação à audiência promovida por terem coordenado os estudos de viabilidade econômico-financeira que recomendaram a participação de Furnas, de forma isolada, no leilão do AHE Simplício e subsidiaram a decisão do Conselho de Administração de Furnas;

9.6. acatar parcialmente as justificativas de Marcelo Brandão Carneiro, Sérgio Torres Serra, Cláudio Danusio de Almeida Semprine e Vera da Silva Vieira Paiva concernentes ao achado "adoção de modalidade inadequada de licitação no edital PE.DAQ.G.0077.2007" e deixar de aplicar-lhes multa;

9.7. acatar parcialmente as justificativas de Marcelo Brandão Carneiro, Luiz Paulo Fernandez Conde, Mário Márcio Rogar, Carlos Agenor Magalhães da Trindade, Fábio Machado Resende, Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto e Henrique Mello de Moraes concernentes ao achado "contratação da autora do projeto básico ambiental para executar parte dos programas ambientais" e deixar de aplicar-lhes multa;

9.8. recomendar a Furnas que elabore procedimentos e normas de forma a estabelecer mecanismos adequados de avaliação de riscos e análise de cenários nos estudos que subsidiam o processo de tomada de decisão, especialmente quanto a sua participação em empreendimentos, a fim de prever, com margem de precisão adequada, os fatores que possam impactar nos custos, prazos e, consequentemente, na rentabilidade esperada;

9.9. dar ciência a Furnas das seguintes irregularidades observadas na fiscalização em exame:

9.9.1. contratação de serviço não comum, de gerenciamento ambiental, por meio de pregão, em afronta ao art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002;

9.9.2. licitação de serviços de gerenciamento ambiental pautada em projeto básico insuficiente, ante o que dispõe o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

9.9.3. contratação da autora do projeto básico ambiental para executar parte dos programas ambientais, em afronta ao art. 9º, inciso I, da Lei 8.666/1993.

9.10. comunicar ao Ministério de Minas e Energia as medidas consignadas nos subitens 9.1 e 9.2 deste acórdão;

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, a Furnas Centrais Elétricas S.A., ao Consórcio Construtor Simplício, por intermédio da empresa líder Construtora Norberto Odebrecht S.A., às empresas Marte Engenharia Ltda., ESEC - Escritório de Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda. e Integral Engenharia Ltda. e aos responsáveis mencionados nos subitens 9.5 a 9.7 desta deliberação.

9.12. juntar cópia deste processo às tomadas de contas especiais referidas nos subitens 9.1 e 9.2 deste acórdão; e

9.13. arquivar os autos.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0590-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 591/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC012.948/2013-6.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho (CPF 029.743.982-00), Maria Auxiliadora Marques de Lima (CPF 079.491.462-49) e Suely de Souza Melo da Costa (CPF 079.243.212-68).
4. Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame, interpostos por José Amsterdam de Miranda Sandres Sobrinho, Maria Auxiliadora Marques de Lima e Suely de Souza Melo da Costa contra o acórdão 1.949/2016-TCU-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0591-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 592/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC036.606/2016-2.
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Representante: CDC Indústria e Comércio de Bolsas Eireli - EPP (CNPJ 04.553.782/0001-47).
4. Unidade: Universidade Federal Fluminense.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a representação da CDC Indústria e Comércio de Bolsas Eireli - EPP acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 83/2016 da Universidade Federal Fluminense (UFF), destinado ao registro de preços para eventual aquisição de camisetas personalizadas e outros materiais para eventos relativos a projetos do Ministério do Esporte e das unidades da UFF.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992, arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014 e arts. 3º e 7º da Resolução TCU 265/2014, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. determinar à Universidade Federal Fluminense que adote providências para cumprimento da lei, com a anulação do item 2 da ata de registro de preços resultante do pregão eletrônico 83/2016 e do respectivo empenho e a remessa de cópia da documentação comprobatória de tais medidas à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ no prazo de 15 (quinze) dias;

9.3. dar ciência à Universidade Federal Fluminense acerca das seguintes falhas na condução do pregão eletrônico 83/2016:

9.3.1. descumprimento do art. 15, § 7º, I, da Lei 8.666/1993 ante a ausência, no item 2 do certame, de definição precisa e suficiente do objeto licitado, regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, conforme a súmula TCU 177;

9.3.2. prática de atos fora do horário de expediente, o que contraria jurisprudência deste Tribunal (acórdão 2.273/2016-Plenário) e ofende o princípio da razoabilidade (art. 5º do Decreto 5.450/2005 e art. 2º da Lei 9.784/1999);

9.3.3. convocação para envio de documentação de várias licitantes para o mesmo item ao mesmo tempo, sem respaldo no art. 4º, XVI, da Lei 10.520/2002 e no art. 25, § 5º, do Decreto 5.450/2005.

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Universidade Federal Fluminense, às empresas Ping Pong Equipamentos Esportivos Ltda. - EPP (CNPJ 33.329.509/0001-31) e CDC Indústria e Comércio de Bolsas Eireli - EPP e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0592-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 593/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC003.746/2011-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Órgão: Senado Federal.
4. Embargante: Fernando Braga dos Santos (001.422.203-53).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: José Rossini Campos do Couto Corrêa (OAB/DF 15.932) e Nirciene Rosa Laboissière (OAB/DF 21.441), representando Fernando Braga dos Santos.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Fernando Braga dos Santos ao Acórdão 7307/2016 -TCU-1ª Câmara.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. receber o expediente em questão como mera petição e negar acolhimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa e do disposto no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e nos termos do art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/14;

9.2. aplicar a Fernando Braga dos Santos (001.422.203-53) a multa prevista no *caput* do art. 58 da Lei nº 8.443/1992 c/c o §2º do art. 1.026 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), na forma do art. 298 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão da interposição sucessiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente;

9.3. esclarecer ao embargante que, nos termos do §3º do art. 1.026 do NCPC c/c o art. 298 do RI/TCU, a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, sem prejuízo da elevação;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. abstenha-se de autuar como recurso expedientes apresentados por Fernando Braga dos Santos (001.422.203-53) com inobservância deste acórdão;

9.4.2. adote as providência cabíveis para devolução dos valores indevidamente percebidos pelo recorrente após a notificação do Acordão 3245/2015-TCU-1ª Câmara, conforme seu item 9.3.2, dando pleno cumprimento ao acórdão;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, caso não atendidas as notificações;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao embargante, na pessoa dos representantes legalmente constituídos nos autos, e ao Senado Federal.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0593-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 594/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.373/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional/MS - MJ (00.394.494/0084-63)

3.2. Responsáveis: Claodinardo Fragoso da Silva (237.051.831-68); Júlio Cesar Goncalves (062.087.188-13); Marcelo Gomes Soares (777.024.251-72); Transamérica Construções e Serviços Ltda. (07.417.370/0001-78).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

8. Representação legal:

8.1. Maikel Elias Mouchaileh (21297/OAB-GO), representando Transamérica Construções e Serviços Ltda., Cleide Lúcia Franco e Luzia Rezende de Morais.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação originada do Ofício 1.895/2013-SR/DPF/MS, enviado pela Chefe da então Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos (Delefin), atual Delegacia de Combate à Corrupção e a Crimes Financeiros (Delecor), da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, no qual ela solicita informações e noticia supostas irregularidades na contratação da empresa Transamérica Terceirização de Serviços Gerais Ltda. (CNPJ 07.417.370/0001-78), atual Transamérica Construções e Serviços Ltda. , pela Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso II, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 acolher, nos termos do art. 250, § 1º, do RITCU, as razões de justificativa apresentadas por:

9.2.1. Júlio Cesar Gonçalves (CPF 062.087.188-13), Pró-Reitor de Administração da UFMS à época dos fatos;

9.2.2. Claodinardo Fragoso da Silva (CPF 237.051.831-68), Pró-Reitor de Administração da UFMS à época dos fatos, no que tange às irregularidades constantes nos itens 3.2.3 e 3.2.4, subitens 3.2.4.1, 3.2.4.2, 3.2.4.6, 3.2.4.8 e 3.2.4.9 do voto que antecede este acórdão (itens a, a.3 e a.4, subitens a.4.1, a.4.2, a.4.6, a.4.8 e a.4.9. do ofício de audiência).

9.2.3. Marcelo Gomes Soares (CPF 777.024.251-72), pregoeiro à época dos fatos, no que tange a todas as irregularidades a ele imputadas, exceto quanto à irregularidade constante no subitem 3.2.4.5 do voto que antecede este acórdão (subitem a.4.5 do ofício de audiência), que, no entanto, isoladamente, não enseja a aplicação de sanção por parte deste Tribunal;

9.3. rejeitar, nos termos do art. 43, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, § 2º, do RI/TCU, as razões de justificativa apresentadas por:

9.3.1. Claodinardo Fragoso da Silva (CPF 237.051.831-68), Pró-Reitor de Administração da UFMS à época dos fatos, no que tange às irregularidades constantes nos itens 3.2.1, 3.2.2, 3.2.4, subitens 3.2.4.3, 3.2.4.4, 3.2.4.5, 3.2.4.7, e 3.2.5 do voto que antecede este acordão (itens a, a.1, a.2, a.4, subitens a.4.3, a.4.5 e a.4.7, e b do ofício de audiência);

9.3.2. Marcelo Gomes Soares (CPF 777.024.251-72), pregoeiro à época dos fatos, no que tange à irregularidade constante no subitem 3.2.4.5 do voto que antecede este acordão (subitem a.4.5 do ofício de audiência);

9.4. não acolher os argumentos da oitiva da empresa Transamérica Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 07.417.370/0001-78);

9.5. aplicar ao responsável Claodinardo Fragoso da Silva (CPF 237.051.831-68) a multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fulcro no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor.

9.6. autorizar, desde logo, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RITCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor;

9.7. alertar ao responsável Claodinardo Fragoso da Silva que, na hipótese de parcelamento, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não seja paga até o seu vencimento, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92;

9.9. considerar graves as infrações cometidas por Claodinardo Fragoso da Silva;

9.10. com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992, inabilitar Claodinardo Fragoso da Silva para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, por período de cinco anos;

9.11. declarar a inidoneidade da empresa Transamérica Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 07.417.370/0001-78) para participar de licitação com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/1992, pelo prazo de três anos;

9.12. determinar à Secex-MS que crie processo apartado de tomada de contas especial, com cópia dos documentos pertinentes, com o intuito de verificar eventual débito na execução do contrato celebrado entre a Transamérica Construções e Serviços Ltda. e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em decorrência do Pregão Eletrônico 36/2013, e identificar os responsáveis;

9.13. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul-MS, à Controladoria-Geral da União - Regional Mato Grosso do Sul, à Delegacia de Combate à Corrupção e a Crimes Financeiros (Delecor) da Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0594-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 595/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.233/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional

3.2. Responsáveis: Carlos José Barreiro (000.621.248-46); Jonas Donizette Ferreira (096.964.508-26).

4. Órgãos/Entidades: Ministério das Cidades; Prefeitura Municipal de Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2016 com objetivo de fiscalizar o edital de licitação das obras de implantação do sistema de BRT (*bus rapid transit*) no município de Campinas/SP, nos corredores Campo Grande, Ouro Verde e Perimetral.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acerca do projeto básico que compõe o edital RDC Presencial 5/2016, dar ciência à Prefeitura Municipal de Campinas/SP, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, de que:

9.1.1. a realização de adaptações em composições de preços unitários advindas de sistemas oficiais de referência de custos sem a correspondente demonstração objetiva de sua imprescindibilidade, a exemplo das promovidas no serviço de pavimento de concreto das obras do BRT de Campinas (lotes 1 a 4) afronta os arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto 7.983/2013, bem como o art. 8º, §§ 3º e 4º da Lei 12.462/2011;

9.1.2. a insuficiência de estudos sobre o pavimento existente, a inadequação da estimativa de quantitativos de alguns serviços, a imprecisão de algumas especificações técnicas e a inobservância parcial de normas de acessibilidade afrontam os arts. 2º, inciso IV e parágrafo único, inciso IV, e 4º, § 1º, inciso IV da Lei 12.462/2011;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Prefeitura Municipal de Campinas/SP;

9.3. com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0595-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 596/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.659/2003-5.

1.1. Apenso: 015.665/2002-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: A C G Comércio e Representações Ltda. (05.377.775/0001-02); Antonio Airto de Carvalho (091.271.002-00); Carlos Augusto Beyruth Borges (047.439.382-87); Ely de Souza Santos (035.884.912-87); F. F. Maciel ME - Gráfica Imperial Comércio e Representações (63.593.644/0001-50); F. C. Carvalho Filho - Comercial São Lucas (00.569.473/0001-04); Francisco Cândido de Carvalho Filho (096.159.032-72); Francisco Fernandes Maciel (195.993.822-34); G. S. Silveira - ME (84.313.923/0001-93); Giomar Conegundes Mesquita (045.017.132-91); Greice Helionay Freitas dos Passos (183.213.052-53); J A F de Souza ME - Meu Cantinho (84.308.444/0001-89); José Antonio Ferreira de Souza (216.615.962-15); José Ribamar Pinheiro de Almeida (028.424.402-34); M. M. Maciel ME - Comergraf (00.531.602/0001-75); Mariléia Morais Maciel (095.943.882-34); Mauri Sérgio Moura de Oliveira (028.193.332-49); Paulo Charles Costa Barbosa (308.655.222-00); Paulo Henrique Filgueira Monteiro (809.970.238-72); Recol Distribuição e Comércio Ltda. (04.598.413/0001-70); Roberto Alves Moura (025.938.232-91); Rosalvo Rodrigues da Silva (604.085.532-00); Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora (01.872.016/0001-57); W G Fernandes ME - Ecoservice Contabilidade e Prestadora de Serviços (14.412.688/0001-21); e William Manoel Gomes Fernandes (196.679.572-68).

3.2. Recorrente: Carlos Augusto Beyruth Borges (047.439.382-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Branco-AC.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

8. Representação legal:

8.1. Ferdinando Farias Araújo Neto (2.517/OAB-AC), representando Ely de Souza Santos.

8.2. MÁrcia Cristhiny Costa Barbosa (2.525/OAB-AC) e outros, representando Paulo Charles Costa Barbosa, Recol Distribuição e Comércio Ltda. e Paulo Charles Costa Barbosa;

8.3. Paulo Luiz Pedrazza (1.917/OAB-AC), representando Carlos Augusto Beyruth Borges.

8.4. Silvio Ferreira Lima (2.435/OAB-AC), representando J A F de Souza - Meu Cantinho.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de revisão interposto por Carlos Augusto Beyruth Borges, ex-Secretário de Saúde do Município de Rio Branco/AC, contra o Acórdão 2.464/2012-TCU-Plenário - retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3.322/2012, alterado parcialmente pelo Acórdão 2.056/2014, esse retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3.241/2014, todos do Plenário do TCU -, que julgou irregulares suas contas especiais, com condenação em débito e cominação de multa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992: em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto por Carlos Augusto Beyruth Borges (CPF 047.439.382-87) para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, afastando integralmente, em relação ao recorrente, os débitos quantificados nos itens 9.10.1, 9.10.2, 9.10.5, 9.10.8, 9.10.9, 9.10.14 e 9.10.15 do Acórdão 2.464/2012, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3.322/2012, alterado parcialmente pelo Acórdão 2.056/2014, e retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3.241/2014, todos do Plenário do TCU, sem alterar o *quantum* do débito apurado no item 9.10.11;

9.2. com fulcro no art. 281 do RI/TCU, afastar os débitos imputados aos responsáveis solidários nos subitens 9.10.1, exceto o referente ao Convite 110/98 (Notas Fiscais 151, 152 e 153), no valor original de R$ 74.213,93, e integralmente os constantes dos itens 9.10.2, 9.10.5, 9.10.8, 9.10.9, 9.10.14 e 9.10.15 do Acórdão recorrido, mantendo, exceto quanto ao disposto nos subitens 9.3 e 9.4 a seguir, o restante do Acórdão 2.464/2012, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3.322/2012, e alterado parcialmente pelo Acórdão 2.056/2014, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3.241/2014, todos do Plenário do TCU, em seus exatos termos;

9.3. excluir A C G Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 05.377.775/0001-02) e F. F. Maciel ME - Gráfica Imperial Comércio e Representações (CNPJ 63.593.644/0001-50) do rol dos apenados no item 9.11 do Acórdão recorrido, tornando sem efeito as multas que lhes foram cominadas;

9.4. reduzir as multas aplicadas aos responsáveis por força do subitem 9.11 do Acórdão 2.464/2012, alterado pelo Acórdão 2.056/2014, ambos do Plenário, adotando-se os valores da tabela abaixo, mantendo inalteradas as sanções aplicadas aos demais responsáveis não mencionados.

Responsável	Valor (R$)
Mauri Sérgio Moura de Oliveira	78.300,00
Carlos Augusto Beyruth Borges	2.900,00
Paulo Charles Costa Barbosa	54.400,00
F. C. Carvalho Filho (Comercial São Lucas)	22.700,00
Rosalvo Rodrigues da Silva (Impersoma Distribuidora)	8.300,00
Recol Distribuição e Comércio Ltda.	8.200,00

9.5. dar ciência desta deliberação às entidades/órgãos interessados, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, ao recorrente e aos demais responsáveis arrolados.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0596-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 597/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.764/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Acompanhamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Secretaria do Tesouro Nacional (00.394.460/0409-50); Secretaria de Orçamento Federal - MP (00.489.828/0008-21).

4. Órgãos: Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF e pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP contra os itens 9.1 e 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.4, do Acórdão 3.324/2015-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. revogar a decisão contida à peça 105, que suspendeu os efeitos dos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 3.324/2015-TCU-Plenário, uma vez que citados itens não foram objeto de recurso;

9.2. não conhecer do pedido de reexame em relação ao item 9.1 do acórdão recorrido, ante a ausência de interesse em recorrer;

9.3. conhecer do pedido de reexame em relação ao item 9.2 e seus subitens, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir a determinação contida no item 9.2.1 do Acórdão 3.324/2015-TCU-Plenário, mantendo-se as demais;

9.4. dar ciência desta deliberação às recorrentes, aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0597-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 598/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.608/2009-7

2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Monitoramento (Representação).

3. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno (Incra SR-28) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento de cumprimento de determinação expedida por esta Corte, nos autos de representação formulada pela Secex/GO, em face de possíveis irregularidades na execução de convênios celebrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás (Seagro),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.3, 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão 3.032/2014 - Plenário;

9.2. considerar em cumprimento a determinação contida no item 9.2 do Acórdão 3.032/2014 - Plenário;

9.3. determinar à Secex/GO que continue o monitoramento do integral cumprimento do item 9.2 do Acórdão 3.032/2014 - Plenário, conforme disposto no art. 4º da Portaria-Segecex 27/2009;

9.4. dar ciência à Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno - SR-28/Incra que o cumprimento intempestivo à diligência e à decisão deste Tribunal de Contas, salvo motivo justificado, como identificados ao longo do monitoramento das deliberações do Acórdão TCU 3.032/2014 - Plenário, afrontam o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal c/c o art. 3º do RI/TCU, e podem culminar na aplicação da multa prevista nos incisos IV e VII do art. 268 do RI/TCU;

9.5. enviar cópia desta deliberação, bem como das peças que a fundamentam, à Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário; e

9.6. arquivar o presente processo, com fulcro no disposto no inciso V do art. 169 do RI/TCU.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0598-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 599/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-014.452/2016-2

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Monitoramento (em Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Gestão/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seges/MP); Advocacia-Geral da União (AGU); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão 2.328/2015-TCU-Plenário, proferido no âmbito dos trabalhos de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) - Governança e Gestão das Aquisições - Ciclo 2014, realizada com o objetivo de avaliar as práticas de governança e gestão das aquisições adotadas em 20 órgãos e entidades da Administração Pública Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes nos itens 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão 2.328/2015-TCU-Plenário;

9.2. considerar implementadas as recomendações constantes dos itens 9.1.3 e 9.3.1 do Acórdão 2.328/2015-TCU-Plenário;

9.3. considerar em implementação as recomendações constantes dos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.3.2 do Acórdão 2.328/2015-TCU-Plenário;

9.4. aprovar o plano de monitoramento constante do Anexo I da peça 40 destes autos, bem como a realização de reuniões de acompanhamento com os OGS, ficando a Selog autorizada a efetuar ajustes no cronograma, após ouvida a Segecex, caso requerido pelo ritmo de desenvolvimento dos trabalhos;

9.5. apensar oportunamente os presentes autos ao processo que será aberto para realizar o monitoramento conjunto das deliberações dos Acórdãos 2.622/2015, 2.328/2015 e 2.339/2016, todos do Plenário, com base no art. 42 da Resolução TCU 191/2006; e

9.6. juntar cópia deste acórdão e dos elementos pertinentes aos TCs 025.068/2013-0, 017.599/2014-8 e 020.145/2015-2.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0599-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 600/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC014.184/2012-5 [Apenso: TC 028.564/2011-1]

2. Grupo I - Classe de Assunto - IV: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edson Chigueru Taki (396.863.459-49); Jaldo de Souza Santos (002.840.841-15); Lerida Maria dos Santos Vieira (450.617.344-91); e Walter da Silva Jorge João (028.909.682-00).

4. Entidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento.

8. Representação legal: Felipe Santos Vieira Nogueira (OAB/RO 5.743), representando Lerida Maria dos Santos Vieira; Gustavo Beraldo Fabrício (OAB/DF 10.568) e outros, representando Conselho Federal de Farmácia e Walter da Silva Jorge João.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial, oriunda da conversão do processo de Denúncia encaminhada a esta Corte, por meio da qual foi noticiada a ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito do Conselho Federal de Farmácia - CFF, relacionadas a contratos de prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas dos Srs. Jaldo de Souza Santos, Walter da Silva Jorge João e Edson Chigueru Taki e da Sra. Lérida Maria dos Santos Vieira, condenando, solidariamente, o espólio deixado pelo Sr. Jaldo de Souza Santos, ou seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, até o limite do valor do patrimônio transferido, com os demais responsáveis ora mencionados, ao pagamento das quantias a seguir identificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Conselho Federal de Farmácia - CFF, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir datas abaixo relacionadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R$)	Data da ocorrência
60.000,00	30/03/2011
60.000,00	29/04/2011
60.000,00	31/05/2011
50.000,00	22/07/2011

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Walter da Silva Jorge João e Edson Chigueru Taki e à Sra. Lérida Maria dos Santos Vieira, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Distrito Federal, para a adoção das medidas de sua alçada, e ao Conselho Federal de Farmácia para conhecimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0600-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 601/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-024.621/2016-1.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
3.1. Responsáveis: Emílio Carlos Murad (178.698.973-53), Eudina Costa Pinheiro (475.882.763-04), Gilliano Fred Nascimento Cutrim (804.058.783-20), José Leane de Pinho Borges (482.898.923-49), José Lourenço Bomfim Júnior (782.471.283-49), José Martinho dos Santos Barros (175.662.903-04), Marco Antonio Rodrigues de Sousa (767.176.743-34) e Pedro Oscar de Melo Pereira (332.708.303-78).
4. Entidades: Município de São José de Ribamar/MA, Município de Bernardo do Mearim/MA, Município de Miranda do Norte/MA, Município de Afonso Cunha/MA, Município de Cantanhede/MA e Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização no Estado do Maranhão - Secex/MA.
8. Representação Legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso - Secex/MA, no período de 22/8 a 27/10/2016, acerca de 5 (cinco) transferências voluntárias - TVs cujos proponentes se situam naquele Estado, selecionadas a partir de rol de transferências identificadas mediante o emprego de algoritmo computacional, com base em modelo preditivo desenvolvido pela Secretaria de Gestão da Informação - Seginf.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de que, em sede de auditoria, foram encontradas os seguintes indícios de irregularidade nos ajustes abaixo mencionados:
9.1.1. no Contrato de Repasse 772.883:
9.1.1.1. realização de licitação, sem orçamento prévio, por meio do Pregão Presencial 41/2013, em detrimento da opção pelo Pregão Eletrônico, estabelecida como preferencial pelo art. 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, e em desconformidade com a jurisprudência do TCU consubstanciada nos Acórdãos 604/2009-Plenário e 4.067/2009-2ª Câmara;
9.1.1.2. adjudicação do objeto licitado por preço global e não por itens, contrariando o que determina o Enunciado 247 da Súmula de Jurisprudência do TCU, bem como o art. 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993;
9.1.1.3. pagamento antecipado à firma D. L. Rieche;
9.1.1.4. divergência entre os números de série e de monobloco do trator adquirido e submetido à inspeção pela equipe de auditoria (série M100403588, Monobloco AVTT2007HEM0045993) e o identificado na Nota Fiscal 21, da firma D. L. RIECHE (série M100383660 e monobloco AVTT2007CEM003990), indicando que o equipamento recebido pela Prefeitura não é o mesmo pago com recursos do Contrato de Repasse em comento;
9.1.2. nos Contratos de Repasse 777.704 e 781.928:
9.1.2.1. realização dos Pregões Presenciais 35/2013 do Município de Cantanhede/MA e 78/2015 do Município de São José de Ribamar, em detrimento da forma eletrônica estabelecida como preferencial pelo art. 4º, § 1º, Decreto 5.450/2005, e em desconformidade com a jurisprudência do TCU consubstanciada nos Acórdãos 604/2009-Plenário e 4.067/2009-2ª Câmara;
9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério Público Federal no Maranhão, para ciência.
10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0601-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 602/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-025.781/2016-2.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidades/órgão: Município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB; Município de Boqueirão/PB, Município de Caturité/PB; Município de Alagoa Nova/PB; Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba/PB.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria, referente à fiscalização realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex/PB, no período de 06/10 a 04/11/2016, e que integra a Fiscalização de Orientação Centralizada de Transferências Voluntárias - FOCTVs (TC 012.170/2016-0), a fim de averiguar a regularidade de cinco transferências voluntárias cujos proponentes se situam no Estado da Paraíba, com base no modelo preditivo de avaliação de riscos desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Sistemas e Informação para o Controle - Seginf.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência deste Acórdão, adote, se ainda não o fez, as providências relativas à instauração de tomada de contas especial referente ao Contrato de Repasse 784.878, em vista dos indícios de inexecução parcial do objeto pactuado e da omissão no dever de prestar contas apontados no Relatório de Auditoria de que tratam estes autos, arrolando os responsáveis nele indicados, e informe ao TCU, ao término do referido prazo, as medidas efetivamente adotadas;
9.2. determinar à Secex/PB que encaminhe cópia deste Acórdão, do Relatório e da Proposta de Deliberação que o sustentam, bem como das peças processuais referentes às evidências relativas ao achado descrito no item III.3 do Relatório de Auditoria, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB, para ciência, e providências que entender pertinentes, da alteração realizada no objeto do Contrato de Repasse 766.064, custeado com recursos estaduais, especificamente quanto à execução de rejunte sem asfalto da pavimentação quando o previsto era rejunte com asfalto, nos termos do Plano de Trabalho do aludido ajuste;
9.3. juntar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que sustentam, ao TC 012.170/2016-0, no qual serão consolidadas as auditorias integrantes da Fiscalização de Orientação Centralizada de Transferências Voluntárias - FOCTVs.
10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0602-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 603/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-028.093/2015-1
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Prestação de Contas (Exercício: 2014).
3. Responsável: Antonio do Carmo Neves (113.533.686-53).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senar no Estado de Minas Gerais (04.279.189/0001-54).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).
8. Representação legal: Eliziane de Souza Carvalho (14.887/OAB/DF)
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Minas Gerais, relativa ao exercício de 2014,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, as contas do Sr. Antônio do Carmo Neves (CPF 113.533.686-53), Superintendente do Senar-AR/MG no período de 1º/1 a 31/12/2014, em face das falhas apontadas no relatório que integra o presente acórdão, dando-lhe quitação;
9.2. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, as contas de Roberto Simões (CPF 007.299.146-15) - Presidente do Conselho Administrativo, Andréa Barbosa Alves (CPF 969.955.486-04), Cleber de Minas Monteiro (CPF 172.805.406-00), Eugênio Mendes Diniz (CPF 740.587.896-20), Paulo Roberto Martins Pires (CPF 132.821.076-68), Vilson Luiz da Silva (CPF 361.378.479-34) e Joaquim Ferreira Alves (CPF 203.911.106-91), todos membros do Conselho Administrativo, dando-lhes quitação plena;
9.3. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Minas Gerais (Senar/MG) que, no prazo de trinta dias, contados da ciência deste acórdão, adote medidas, em face da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), para obter o ressarcimento dos valores pagos sem comprovação da participação de 131 pessoas no evento "Encontro estadual de mulheres e jovens rurais do Estado de Minas Gerais", realizado entre 11 e 12/2/2014, processo AR018112, incluindo, no próximo relatório de gestão, comprovação do efetivo ressarcimento;
9.4. dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Minas Gerais sobre a utilização de recursos públicos para pagamento de despesas com frigobar, identificada nos processos AR018116, AR018146 e AR018176, o que afronta a jurisprudência desta Corte, a exemplo do disposto no item 9.2 do Acórdão 1.546/2015-2ª Câmara, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes;
9.5. dar ciência deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Administração Regional no Estado de Minas Gerais;
9.6. determinar o arquivamento do presente processo, após as comunicações processuais e registros pertinentes.
10. Ata n° 10/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0603-10/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 604/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.560/2016-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU).
4. Órgão: Comando Logístico do Exército (Colog).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada, no período de 22/2 a 13/6/2016 (Fiscalis nº 20/2016, Peça nº 1), com o objetivo de avaliar os controles internos do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC), além dos meios e das estruturas de suporte aos processos finalísticos, para que considerem os riscos relevantes e assegurem o cumprimento dos resultados esperados, coibindo fraudes, desvios e ineficiências;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Comando do Exército que:
9.1.1. considere as conclusões da presente auditoria quando da atualização do seu Plano Estratégico de Tecnologia da Informação;
9.1.2. avalie, mediante estudo realizado com a participação do Comando Logístico do Exército (Colog), do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT) e do Centro de Avaliações do Exército (CAEx), a possibilidade de:
9.1.2.1. credenciar laboratórios independentes para, a partir de ensaios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), realizar testes com produtos controlados, em especial, de testes balísticos, em conformidade com norma ISO/IEC 17025;
9.1.2.2. implantar sistemática de acompanhamento da produção de blindagens balísticas, após a aprovação do protótipo, por intermédio de testes em amostras coletadas na linha de produção do fabricante;
9.1.2.3. publicar a listagem atualizada de fabricantes de blindagens balísticas, a exemplo da medida adotada pelo Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América (NIJ);
9.2. determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contas da ciência desta deliberação, em homenagem aos objetivos previstos no Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, o Comando Logístico do Exército (Colog) apresente ao TCU o devido plano de ação com o intuito de:
9.2.1. implantar sistema informatizado para a gestão de todos os processos de trabalho da atividade de fiscalização de produtos controlados, com atendimento de pelo menos os seguintes requisitos:
9.2.1.1. dinâmica de processamento em conformidade com o encadeamento lógico de todas as atividades dos diversos processos de trabalho necessários à atividade de fiscalização de produtos controlados, devendo atentar, no caso de transporte de explosivos ou produtos afins, para a necessidade de exigência e efetivo emprego dos devidos procedimentos de segurança durante todas as etapas do correspondente deslocamento, aí incluído o emprego de escolta dos veículos e de dispositivos de rastreamento e monitoramento remoto sobre os produtos transportados, considerando o volume e o risco do produto, além de outros critérios inerentes à higidez do transporte e à segurança pública, com a adoção de medidas destinadas até mesmo à prevenção de possíveis desvios do produto transportado;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2.1.2. estrutura de funcionamento que viabilize a produção, o arquivamento e o gerenciamento integrado de dados, de informações e de documentos, de forma eletrônica, decorrentes das diversas atividades dos processos de trabalho, sem prejuízo da manutenção e da incorporação das bases de dados atualmente ativas, caso se opte pela descontinuação dos sistemas existentes;

9.2.1.3. interface pela rede mundial de computadores (internet) com os diversos gestores e usuários do SisFPC, incluindo cidadãos, de modo a viabilizar o atendimento on line aos interessados (cadastros, requerimentos, remessa e recebimento eletrônico de documentos, acompanhamento processual etc.), evitando ou minimizando a remessa de documentos físicos ou o deslocamento do usuário às organizações militares fiscalizadoras;

9.2.1.4. transparência aos usuários, por meio de consulta em página da internet, das informações básicas sobre a atividade de fiscalização de produtos controlados: requisitos para obtenção de registros, serviços de blindagens, valores e pagamento de taxas, requerimentos e prazos médios dos processos administrativos, dentre outras;

9.2.1.5. governança mínima de tecnologia da informação, a exemplo de regulação para utilização do sistema, tutoriais ou manuais de operações, segurança, garantia de autenticidade, disponibilidade e integridade dos dados, dos documentos e das informações;

9.2.2. estabelecer critérios objetivos de escolha das normas de ensaio a serem utilizadas nos testes de produtos controlados realizados pelo CAEx, nos termos do art. 14, inciso IX, da Portaria nº 719/2011 (Regulamento R-128);

9.3. determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência desta deliberação, em homenagem aos objetivos previstos no Decreto nº 3.665, de 2000, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) apresente ao TCU o devido plano de ação com o intuito de:

9.3.1. realizar o mapeamento e otimização de todos os processos de trabalho de fiscalização de produtos controlados no âmbito do órgão, a exemplo da aplicação de penalidades e da produção de normas;

9.3.2. coordenar o mapeamento e otimização de todos os processos de trabalho de fiscalização de produtos controlados no âmbito das doze regiões militares, a exemplo de concessão de certificados de registro, vistorias e autorizações para blindagem de automóveis, de modo a evitar replicação de esforços para as atividades de natureza, objetivos e qualificação similares;

9.3.3. promover, em conjunto com os serviços de fiscalização das regiões militares (SFPC/RM), a uniformização dos procedimentos operacionais adotados em cada região militar, de modo a conferir maior coesão normativa e operacional ao SisFPC;

9.3.4. digitalizar ou coordenar a digitalização de todos os processos e documentos referentes ao SisFPC, além de passar a realizar a gestão processual e documental exclusivamente em meio eletrônico para novos procedimentos, nos termos dos arts. 4º, 5º, 6º e 12 do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015;

9.3.5. avaliar a efetiva possibilidade de aderir ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a exemplo do Ministério da Defesa, que adotou a referida solução de processo eletrônico por meio da Portaria Normativa nº 2.143/2015;

9.4. determinar que, em homenagem aos objetivos previstos no Decreto nº 3.665, de 2000, os Comandos Militares de Área (CMA) orientem as correspondentes organizações militares a se absterem de implantar soluções informatizadas próprias para a automação de processos de trabalho de fiscalização de produtos controlados, sem a anuência prévia da DFPC;

9.5. recomendar que o Centro de Controle Interno do Comando do Exército (CCIEx) promova auditorias periódicas no SisFPC com o escopo de avaliar os aspectos operacionais (eficiência, eficácia etc.) do sistema, sem prejuízo da análise dos insumos, processos e produtos essenciais à realização das atividades de fiscalização de produtos controlados pelo Exército; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a unidade técnica promova o monitoramento de todas as determinações e recomendações contidas neste Acórdão; e

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos seguintes destinatários: Ministro de Estado da Defesa; Comandante do Exército; Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx); Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT); Comando Logístico do Exército (Colog); Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN); Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados (CSPCCO); Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE); e Subcomissão Permanente de Segurança Pública (CCJSSP) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0604-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 605/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.171/2014-8.

1.1. Apenso: 025.312/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Representação.

3. Responsável: Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (Cogesn).

4. Órgão: Comando da Marinha junto ao Ministério da Defesa (vinculador).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraHid).

8. Representação legal: Carolina Ferreira Caetano da Silva (16768/OAB-BA) e outros, representando a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada, por força do item 1.7.3 do Acórdão 2.689/2014-TCU-Plenário (Relação nº 34/2014), para a apuração de possível sobrepreço, além de outras irregularidades, nas obras de construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) da Marinha no Município de Itaguaí/RJ;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias, com fulcro no art. 43, I da Lei 8.443, de 1992, e no art. 250, II, do RITCU, a Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (Cogesn) adote as providências necessárias para a correção do Contrato 40.000/2009-009/00 no seguinte sentido:

9.2.1 promova a adequação dos valores dos serviços de fornecimento e fabricação e de montagem de estruturas metálicas aos valores de referência obtidos na pesquisa realizada (R$ 11,36/kg e R$ 4,99, na planilha da UFEM - set/2009, e R$ 13,03/kg e R$ 5,72/kg, na planilha do EBN - mai/2012, respectivamente), por estarem em desacordo com o art. 115 da Lei 11.514/2007 (LDO 2008), devendo calcular o montante das parcelas pagas com sobrepreço para a devida compensação nas futuras medições;

9.2.2 elabore o devido plano de ação, previamente à execução dos serviços inerentes à execução de dragagem e de aterro hidráulico remanescentes no referido contrato, com vistas a otimizar a mobilização dos equipamentos envolvidos, devendo demonstrar a necessária adequação dos preços contratados, em homenagem ao princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput da CF88);

9.2.3. promova os necessários ajustes na planilha de custo da mão de obra de apoio operacional e, no que couber, na planilha de custo da mão de obra direta, por estarem em desacordo com o art. 115 da Lei 11.514, de 13 de agosto de 2007 (LDO 2008), em homenagem aos princípios da legalidade e da eficiência administrativa (art. 37, caput da CF88), adotando as seguintes medidas:

9.2.3.1. indique a fonte utilizada para extrair os salários-base das diversas categorias profissionais;

9.2.3.2. ajuste os percentuais de encargos sociais, limitando-os às referências técnicas: 82,20% para mão de obra mensalista e 129,34% para mão de obra horista;

9.2.3.3. expurgue os itens relacionados com a taxa de atratividade, o adicional de transferência, o treinamento e a qualificação, por falta de amparo legal;

9.2.3.4. ajuste os custos de exames, limitando os valores às referências técnicas: R$ 12,45/mês para exames admissionais, R$ 12,78/mês para exames periódicos e R$ 11,70/mês para exames demissionais (pela data-base de maio de 2012); e

9.2.3.5. ajuste os custos de EPI, limitando os valores à metade dos custos indicados no 22º Termo Aditivo;

9.2.4 manifeste-se expressamente sobre a conveniência e a oportunidade de assumir os encargos pagos pela contratada a seus funcionários (seguro de vida, plano de saúde e cesta básica), em homenagem aos princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência administrativa (art. 37, caput da CF88), devendo elaborar o necessário estudo com o cálculo do impacto financeiro de cada um desses ônus para os cofres públicos, atentando para as seguintes medidas:

9.2.4.1. caso decida discricionariamente pela manutenção do seguro de vida na planilha de custo da mão de obra de apoio operacional, promova o ajuste do seu custo, limitando o valor à referência técnica de mercado: R$ 19,10/mês por empregado (data-base fevereiro de 2016), devendo comprovar a efetiva prestação do benefício por parte da contratada;

9.2.4.2. caso decida discricionariamente pela manutenção do plano de saúde na planilha de custo da mão de obra de apoio operacional, promova o ajuste do seu custo, levando em consideração as reais condições de contratação pelos empregados e a parcela de trabalhadores que aderiram ao plano, devendo comprovar a efetiva prestação do benefício por parte da contratada;

9.2.4.3. caso decida discricionariamente pela manutenção da cesta básica na planilha de custo da mão de obra de apoio operacional, comprove a efetiva prestação do benefício por parte da contratada;

9.2.4.4. alternativamente, caso não fique demonstrada a conveniência e oportunidade da manutenção de qualquer um desses custos, expurgue os respectivos itens da planilha;

9.3. determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias, com fulcro no art. 43, I da Lei 8.443, de 1992, e no art. 250, II, do RITCU, a Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (Cogesn) promova a agregação, em única planilha, de todos os itens inerentes a apoio operacional, administração local e canteiros, com vistas a facilitar o controle e acompanhamento dos custos indiretos da obra, em homenagem aos princípios da legalidade e da eficiência administrativa (art. 37, caput da CF88);

9.4. determinar que, no âmbito do TC 027.943/2010-0, a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) apure as implicações, sobre a infraestrutura do Estaleiro e Base Naval, das soluções de projeto adotadas para o Complexo Radiológico;

9.5. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao 3º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Distrito Federal, em atenção à solicitação de que trata o TC 025.312/2015-4 (apenso);

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à SecexDefesa; e

9.7. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a SeinfraHidroFerrovia promova o monitoramento de todas determinações contidas neste Acórdão, devendo atentar, ainda, para a eventual necessidade de buscar a conversão do processo de fiscalização em tomada de contas especial, no caso de não repactuação dos sobrepreços detectados nestes autos.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0605-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 606/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.355/2013-0.

1.1. Apenso: 001.736/2015-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional; Estacon Infraestrutura S.A. (15.180.296/0001-47).

3.2. Responsáveis: Angélica Rangel Zanetti Bastos (096.535.717-10); Clovis Lascosque (480.761.807-59); Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) (24.316.538/0001-66); Fernando Elias Siqueira Rangel (525.379.357-72).

4. Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraHidroFerrovia).

8. Representação legal:

8.1. Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Estacon Infraestrutura S.a.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) com o objetivo de fiscalizar o edital do regime diferenciado de contratações (RDC) eletrônico 1/2012-Codesa para contratação das obras de construção de berço para atracação de navios em substituição aos dolfins do Atalaia do Porto de Vitória/ES.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Fernando Elias Siqueira Rangel;

9.2. aplicar ao Sr. Fernando Elias Siqueira Rangel a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.0000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. determinar à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) que:

9.4.1. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, no art. 251 do RI/TCU e no art. 125 da Lei 12.465/2011, as providências necessárias para repactuar o contrato 56/2013, firmado com a empresa Estacon Infraestrutura S.A., com vistas à adequação dos preços unitários contratuais às referências de preços calculadas pela SeinfraHidroFerrovia (data-base janeiro/2013) para sanear o sobrepreço de R$ 5.862.598,74 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) , promovendo a compensação de valores indevidamente pagos;

9.4.2. verifique, no prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, a real mobilização dos profissionais previstos na composição de preço unitário da administração local da contratada, e, caso não seja observada a mobilização prevista contratualmente, observado o direito ao contraditório da contratada, realize os ajustes necessários no contrato;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5. dar ciência à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) de que os próximos editais de licitação devem estabelecer critério objetivo de mediação para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, nos termos do acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário;

9.6. dar ciência desta deliberação aos interessados e responsáveis.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0606-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 607/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.122/2016-6.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Representante: Ideorama Comunicação (07.402.534/0001-93).

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (Sebrae/BA), relacionadas à concorrência 002/2016, destinada à contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria de imprensa e produção jornalística, com valor anual estimado para a contratação de R$ 1.497.909,36 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e nove reais e trinta e seis centavos).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência ao Sebrae/BA que:

9.2.1. na modelagem das licitações do tipo técnica e preço devem ser analisadas, conjuntamente, a ponderação atribuída a esses quesitos e os critérios e gradações de pontuação técnica, e serem realizadas simulações e avaliações de possibilidades de resultados, considerando as características do mercado que oferta o objeto pretendido, de forma a minimizar o risco de serem produzidas, inadvertidamente, contratações antieconômicas, restrição injustificada à competitividade e favorecimento indevido;

9.2.2. as pontuações utilizadas para julgamento das propostas dos licitantes devem estar relacionadas a critérios objetivos de avaliação, evitando-se classificações imprecisas;

9.3. dar ciência desta deliberação à representante Ideorama Comunicação; e

9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos, com fulcro no art. 169, II e III, do RI/TCU.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0607-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 608/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-028.623/2016-9.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de informações do Congresso Nacional, formulada pela Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por meio do Ofício 153/2016-CFFC-P, em virtude do Requerimento 258/2016, aprovado pela referida comissão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar ao Exmº Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Leo de Brito, signatário da solicitação enviada a este Tribunal, que:

9.2.1. o Incra tem adotado, segundo informações prestadas a esta Corte em atendimento ao subitem 9.3.3 do Acórdão 2.451/2016 - Plenário, providências para saneamento dos indícios de irregularidades apontados na representação objeto do TC-000.517/2016-0, inclusive no que concerne às Unidades de Conservação de Uso Sustentável - Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e, consoante relatório mensal relativo ao mês de janeiro de 2107, encaminhado por meio do Ofício 2/2017-P, de 3/1/2017, pretende realizar o desbloqueio massivo de 24.691 unidades familiares nos 104 Projetos identificados com indícios de irregularidades, permanecendo bloqueadas 6.219 unidades familiares para tratamento específico, mediante análise dos critérios de elegibilidades e indícios de irregularidades ocorridos antes da homologação/reconhecimento no PNRA;

9.2.2. desde a prolação do Acórdão 775/2016-TCU-Plenário, o Incra já estava autorizado a promover o desbloqueio dos beneficiários mediante comprovação espontânea, por parte do beneficiário, por meio de documentação idônea e verificação, por parte do Instituto, consoante pode ser lido no subitem 9.4 daquele acórdão;

9.2.3. mediante o Acórdão 2.451/2016-TCU-Plenário este Tribunal suspendeu, pelo prazo de 120 dias, a medida cautelar adotada nos subitens 9.2.3 e 9.2.5 do Acórdão 775/2016-TCU-Plenário, conforme item 9.1, medida que também abrangeu as Resex e RDS eventualmente atingidas pela deliberação cautelar;

9.2.4. após essas deliberações deste Tribunal, sobreveio a edição da Medida Provisória 759/2016, apresentada como novo marco legal a regular alguns instrumentos adotados pelo Incra para obtenção e destinação de terras, cadastro e seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), critérios de permanência dos beneficiários, e que impactam também o público das Resex e RDS, a qual será considerada no exame de mérito da representação acerca dos indícios de irregularidade apontados;

9.2.5. o TC-000.517/2016-0 encontra-se atualmente em fase final de análise pela unidade técnica deste Tribunal e tão logo seja apreciado por esta Corte, ser-lhe-á dado conhecimento da deliberação que vier a ser adotada;

9.3. encaminhar ao solicitante, a título de complementação das informações, cópia dos Acórdãos 775/2016 - Plenário e 2.451/2016-TCU-Plenário, do relatório mensal de providências adotadas pelo Incra - Janeiro 2017 (peça 9), bem como cópia desta deliberação;

9.4. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso I, da Resolução - TCU 215/2008.

10. Ata n° 10/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0608-10/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 52 minutos, a Presidência lembrou que está convocada sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 5 de abril, comunicou que a sessão pública do dia 12 de abril realizar-se-á às 10 horas e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 4 de abril de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

1ª CÂMARA

ATA Nº 10, DE 4 DE ABRIL DE 2017

(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)
Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, em missão oficial, o Ministro Walton Alencar Rodrigues.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 9, referente à sessão realizada em 28 de março de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 021.998/2013-2, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
- 011.430/2015-0, 014.996/2014-6 e 017.468/2013-2, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;
- 017.173/2016-7 e 017.263/2016-6, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo;
- 010.232/2014-1, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
- 003.912/2017-5, 004.961/2017-0 e 030.781/2015-9, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1892 a 2027.

RELAÇÃO Nº 10/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1892/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.488/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Casem Mazloum (878.986.088-87)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3.Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1893/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.256/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cynthia Pimentel Belleza Bernardino (049.416.654-14); Debora Rodrigues Coelho (735.528.873-34)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional do Ministério Público (vinculador)

1.3.Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1894/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-034.033/2016-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alexandre José Monte Palma e Silva (574.166.562-49); Elizabeth Antão de Oliveira Lima (004.245.794-72); Maria Nirte Pinheiro Costa (949.711.702-78)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP

1.3.Relator: Ministro Benjamin Zymler

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Sefip, para que efetue as correções devidas no Sistema Sisac relativamente às vantagens que compuseram a base de cálculo dos proventos iniciais da pensão instituída por Edson de Araújo Costa (018.231.242-91).

ACÓRDÃO Nº 1895/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 4.088/2015-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-002.173/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Fernandes dos Santos Neto (610.445.808-44); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sindicato dos Trabalhadores Em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de D (55.537.666/0001-75); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3.Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Talita Andrade de Souza Pinto Oliveira (349766/OAB-SP) e outros, representando Antônio Fernandes dos Santos Neto e Sindicato dos Trabalhadores Em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de D; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Retificar o Acórdão 4.088/2015-1ª Câmara, de modo que onde se lê "... julgar irregulares as contas dos Srs. Luís Antônio Paulino e Antônio Fernandes dos Santos Neto e do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados, condenando-os ao pagamento das quantias abaixo relacionadas...", leia-se "...julgar irregulares as contas dos Srs. Luís Antônio Paulino e Antônio Fernandes dos Santos Neto e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, de Serviços de Computação, de Informática e de Tecnologia da Informação e dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, condenando-os em solidariedade, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas... "

ACÓRDÃO Nº 1896/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 2134/2016-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-003.050/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alexandre Jose Barata Pinheiro (603.847.002-68); Denise Sena da Cunha (089.713.402-82); Raimundo de Jesus Bahia Tavares (108.557.772-49); Ricardo Alessandro Pinto Lima (424.907.232-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Pará

1.3.Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Jaime Carneiro Costa (7562/OAB-PA), representando Alexandre Jose Barata Pinheiro; Pedro Paulo Cavalero dos Santos (8414/OAB-PA), representando Denise Sena da Cunha.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Retificar o subitem 9.2 do Acórdão 2134/2016-1ª Câmara, de modo que onde se lê: *"9.2. (.....) atualizado monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido (.....)";* leia-se: *"9.2. (.....) atualizado monetariamente desde a data deste acórdão (.....)".*

ACÓRDÃO Nº 1897/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade com fundamento no art. 202, § 4º, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.025/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Sindicato dos Guias de Turismo de Foz do Iguaçu (77.812.618/0001-80); Valter Martin Schroeder (530.786.679-87)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná

1.3.Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1898/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com *o* parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, que trata de monitoramento do cumprimento das recomendações constantes do acórdão 1.360/2016-1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

1. Processo TC-018.234/2016-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. tornar insubsistente o item 1.7.4. do Acórdão 1.360/2016 - TCU - 1ª Câmara, sem reformulação da deliberação originária, conforme item 63.3 do documento "Padrões de Monitoramento" anexo à Portaria Segecex 27, de 19 de outubro de 2009; e

1.6.2. apensar definitivamente este processo ao TC 033.272/2014-0, em conformidade com o art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27, de 19 de outubro de 2009;

1.6.3. encerrar o presente processo com fundamento no art. 169, incisos I e V, do Regimento Interno do TCU; e

1.6.4. dar ciência deste acórdão ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

RELAÇÃO Nº 3/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1899/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-030.970/2013-0 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO)

2. Recorrente: Rivalino de Oliveira Alves (CPF 047.329.521-00), ex-prefeito

3. Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Quente/GO

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/GO

8. Advogado constituído nos autos: Rodrigo Justiniano Ribeiro (OAB/GO 29865)

9. Acórdão:

Considerando que, ao se pronunciar sobre verificação, pela Secex/GO, de divergência na seccional do número de registro na OAB do advogado Rodrigo Justiniano Ribeiro, constante da publicação da pauta da sessão em que se prolatou o Acórdão 3.818/2016 - 1ª Câmara, o MP/TCU (peça 63) esclarece que esse fato não encerra hipótese de nulidade da decisão, devendo ser tratado com arrimo na Súmula TCU 145, pois apenas ocorreu inexatidão material;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3818/2016 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 14/6/2016, Ata nº 20/2016, relativamente ao item 8, para que, onde se lê "Advogados constituídos nos autos: Camila Cardoso Guimarães Diniz (OAB/GO 28.220) e Rodrigo Justiniano Ribeiro (OAB/TO 29.865)", leia-se "Advogado constituído nos autos: Rodrigo Justiniano Ribeiro (OAB/GO 29.865)", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

ACÓRDÃO Nº 1900/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 93 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 143, inciso V, alínea "a", e art. 212 do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, e considerando o transcurso de mais de dez anos entre o fato gerador e a notificação dos envolvidos e os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, ACORDAM em levantar o sobrestamento ordenado pelo item 1.7 do Acórdão 720/2014-1ª Câmara; determinar, desde logo, o arquivamento do processo do responsável a seguir indicado, sem julgamento do mérito; e adotar as providências abaixo:

1. Processo TC-032.354/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação de Saúde das Comunidades Indígenas no Município de Arame/MA (04.841.685/0001-50) e Genival Soares Guajajara (758.845.933-68)

1.2. Unidade: Associação de Saúde das Comunidades Indígenas no Município de Arame/MA

1.3.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência à Fundação Nacional de Saúde - Funasa acerca das falhas na constituição desta TCE, em face da apuração inadequada do débito na fase interna do procedimento, e nas apurações posteriores demandadas por este Tribunal, que impossibilitaram a responsabilização devida, o que afronta o art. 5º da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alertando-a de que a reiteração dessas falhas pode ensejar aplicação de penalidades, em se constatando culpa do concedente nas apurações a seu cargo, com espeque no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

1.8. Cientificar os responsáveis, a Fundação Nacional de Saúde - Funasa, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e a Procuradoria da República no Estado do Maranhão a respeito desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1901/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação aos responsáveis, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram cominadas, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação de Dimas Fabiano Toledo, relativa ao item 9.1.1 do Acórdão 1825/2015 - 1ª Câmara, em Sessão de 31/3/2015, Ata nº 9/2015.

Valor original da multa: R$ 20.000,00 data de origem: 31/3/2015

Valor recolhido: R$ 22.770,00 data do recolhimento: 28/9/2016

Quitação de Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, relativa ao item 9.1.1 do Acórdão 1825/2015 - 1ª Câmara, em Sessão de 31/3/2015, Ata nº 9/2015.

Valor original da multa: R$ 20.000,00 data de origem: 31/3/2015

Valor recolhido: R$ 22.770,00 data do recolhimento: 30/9/2016

Quitação de Celso Ferreira, relativa ao item 9.1.2 do Acórdão 1825/2015 - 1ª Câmara, em Sessão de 31/3/2015, Ata nº 9/2015.

Valor original da multa: R$ 25.000,00 data de origem: 31/3/2015

Valor recolhido: R$ 28.462,50 data do recolhimento: 4/10/2016

1. Processo TC-020.183/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Celso Ferreira (011.553.507-15); Dimas Fabiano Toledo (100.434.467-87); Márcio Augusto Vasconcelos Nunes (316.283.207-10)

1.2. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

1.3.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: SecexEstataisRJ

1.6. Representação legal: Joelson Dias (OAB/DF 10.441)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 9/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1902/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.040/2008-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Vilma Baptista Pinheiro (521.024.918-20); Nilo Bozzini (297.251.278-20); Nilo Bozzini (297.251.278-20)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1903/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.038/2016-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Leila Magdala Brasilio de Araújo (668.795.076-20); Leonidas de Freitas Maia (129.140.458-91); Maria da Conceicao de Freitas Xavier (027.739.866-52); Maria de Oliveira Andrade (820.815.306-00); Tereza da Silva Candido (910.570.197-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1904/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.040/2016-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dionisia de Holanda de Alencar (183.114.824-20); Dionisia de Holanda de Alencar (183.114.824-20); Francisco Alencar Matias (125.067.104-34); Maria Celina Santos Cunha (767.325.095-00); Maria Nele Bittencourt (696.035.025-53); Marly Ferreira Firmino (130.688.302-49); Neide dos Santos (044.132.077-50)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1905/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.049/2016-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Geralda Gomes da Silva (297.101.116-04); Laurisa Otaviano Martins (691.156.483-20); Maria Felix Saldanha (423.121.084-53); Maria da Gloria Santos (893.442.608-00); Mariana Xavier de Macedo (012.090.426-81)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1906/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.053/2016-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ledy Cleusa dos Santos Dubois (250.229.460-68); Maria Aparecida Rovai (041.083.708-30); Nely Flores Florenzano (057.340.097-09); Odette Mattos Medici (031.162.417-08); Sylvia Silva de Araujo (870.883.395-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1907/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.059/2016-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adelaide Borges de Siqueira (054.785.858-23); Elisabete Maria da Conceicao (846.288.554-04); Ilza Menezes de Jesus (111.582.125-34); Maria Haida Soares dos Santos (711.614.735-72); Rosemeire dos Santos Vieira Freitas (801.597.455-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1908/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.066/2016-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Arquimedes Viegas Vale Sobrinho (642.971.523-04); Avanydia Potiguar Vilas Boas Santiago (033.221.336-64); Carlos Augusto Abreu Vale (642.971.363-68); Cecilia Annunciada Bello Costa Moreira (713.773.017-53); Fructuosa Muniz Gallo (098.695.367-94); Janette Loureiro de Castro (069.401.437-00); Maria Augusta Abreu Vale (675.937.043-00); Ronaldo Abreu Vale (642.970.983-34)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1909/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.072/2016-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Anita Raimundo Floriano (939.808.179-20); Leni Theresinha Ferreira (204.518.900-78); Lolita Dias da Silva (003.582.785-89); Maria da Graça Silva Casarini (338.069.263-87); Zoe Cruz de Castro (867.163.016-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1910/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.076/2016-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Angelina Celia Domingues Vitalo (173.336.828-03); Maraiza Alvarenga Maia Coutinho (445.274.116-91); Neusa Mari Fernandes Goulart (019.907.170-55); Severina Célia Mouzinho (058.726.774-72); Tânia Veloso de Araújo (216.242.914-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1911/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.083/2016-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alita Caldeira Batista (878.717.425-15); Jair Batista (840.266.505-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1912/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.196/2016-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Mie Yamamoto D'alessandro (450.265.218-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1913/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.464/2017-TCU-1ª Câmara, de forma que nos itens 3.1, 9. 9.1 e 9.2, onde se lê "Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, ME" e "Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações - Cria Brasil", leia-se "Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.309/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania (04.506.979/0001-25); Izídio Manoel de Souza Silva (297.126.704-06)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3.Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1914/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em atender, de forma excepcional, o pedido de prorrogação de prazo (peça 25) para atendimento do item 1.6.3 do Acórdão 5.605/2016-1ª Câmara, por mais trinta dias, a contar do término do último prazo fixado para o requerente e independentemente de notificação, nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.472/2016-9 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1915/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que resta consolidado o entendimento de que não se insere nas competências desta Corte de Contas o patrocínio de interesses privados, como evidencia a alteração regimental do art. 276, com vistas a substituir a expressão "direito alheio" por "interesse público", apto a ensejar a atuação do TCU, cuja tutela deverá ser pleiteada nas instâncias ordinárias do poder judiciário;

Considerando que o Pregão Eletrônico 88/2016 foi anulado de ofício para corrigir as falhas apontadas nas impugnações recebidas ao longo do processo licitatório;

Considerando que as alegações e documentos juntados aos autos não constituem elementos aptos a firmar a atuação do TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, e determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência desta deliberação, com cópia da instrução inicial (peça 2), à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.262/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1916/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que este Tribunal tem decidido que, em casos similares, deve-se encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete ao ente concedente;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal;

Considerando que em decisões normativas anuais o Tribunal de Contas da União decide quais unidades jurisdicionadas irão prestar contas a esta Casa, bem como o conteúdo dos respectivos relatórios de gestão;

Considerando que, conforme o art. 8°, §4º, da Resolução-TCU n. 234/10, as unidades instrutoras do TCU não devem propor em processos específicos a definição dos conteúdos dos relatórios de gestão, devendo fazê-lo em consulta anual realizada pela Segecex.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; e em dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada, com cópia da instrução (peça 3), sem prejuízo das medidas a seguir, promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.744/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Maranhão

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Comunicar à CODOMAR que, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa-TCU 71, de 28 de novembro de 2012, diante da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deve imediatamente, antes mesmo da instauração da tomada de contas especial, adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos. A sua omissão pode ensejar a responsabilização dos agentes públicos por inércia da administração, nos termos do § 5º, art. 4º da INTCU 71/2012;

1.7. Determinar à SECEX-MA que na próxima oportunidade na qual for instada a se pronunciar sobre o conteúdo do relatório de gestão da Companhia Docas do Maranhão para fins de consolidação e elaboração da decisão normativa anual que o define, manifeste-se quanto à necessidade de inclusão, no relatório, das informações e situações específicas tratadas nestes autos.

ACÓRDÃO Nº 1917/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva (113.486.237-72), em face do recolhimento da multa que lhe fora imputada por meio do Acórdão 1.373/2012-TCU-1ª Câmara, dando-lhe ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 148), e em determinar o apensamento dos autos ao TC 014.478/2008-2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.180/2008-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: André Tadeu Bernardo de Sá (001.269.617-00); Carlos Henrique Fonseca e Silva Tavares Reto (047.813.237-90); Celita Cortes Tavares (725.352.297-49); Cleverson Gorski (260.969.001-00); Danny Shpielman (665.112.677-68); Ildary Mesquita Machado (433.827.207-44); Luis Claudio Gonzaga Donadio (017.904.897-09); Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva (113.486.237-72)

1.2. Interessados: Procuradoria da República/RJ - MPF/MPU (26.989.715/0024-07); Roberta Trajano Sadoval Peixoto (037.635.567-02)

1.3.Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6546/OAB-DF) e outros, representando André Tadeu Bernardo de Sá e Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1918/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que este Tribunal tem decidido que, em casos similares, deve-se encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete ao ente concedente;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; adotar as medidas a seguir; e em dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, com cópia da instrução (peça 13), promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.861/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - SP

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Encaminhar cópia integral do processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com vistas a subsidiar o exercício por esse órgão, na qualidade de concedente, das competências de fiscalização originária dos recursos por ele transferidos ao Município de Fernandópolis/SP para o PNAE/2015, bem como para que as irregularidades noticiadas nesta representação possam ser apreciadas em conjunto e em confronto com os demais elementos advindos da prestação de contas.

ACÓRDÃO Nº 1919/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que este Tribunal tem decidido que, em casos similares, deve-se encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete ao ente concedente;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; e em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.862/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lins - SP

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c 250, II, do Regimento Interno do TCU:

1.6.1. que adote providências com vistas à apuração integral das impropriedades e irregularidades apontadas nesta representação, notadamente quanto à prática de preços superiores aos de mercado nas contratações efetuadas para aquisição de gêneros alimentícios à conta dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE repassados ao Município de Lins/SP, nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, notadamente nos pregões 90/2013, 11/2014 e 16/2015, em afronta aos princípios insculpidos no art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993, devendo, inclusive, instaurar tomada de contas especial, se necessário, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992 c/c o disposto na IN/TCU 71/2012;

1.6.2. que encaminhe a este Tribunal as informações sobre as providências adotadas e respectivas conclusões, ao término do prazo de noventa dias;

1.7. Determinar à Secex/SP que encaminhe ao FNDE cópia integral dos autos, para subsidiar a apuração acima requerida e que monitore o cumprimento da determinação constante do item "b", nestes autos;

1.8. Encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Marília/SP, na figura do Dr. Svamer Adriano Cordeiro, com o fim de instruir o Inquérito Civil 1.34.007.000238/2015-26.

RELAÇÃO Nº 6/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1920/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.251/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Igor Rosa Dias de Jesus (114.912.177-74); Paulo Gustavo Loureiro Ouricuri (012.290.747-75); Pedro Tostes Alvim Ferreira (095.374.847-26); Rafael Afonso Monastier (034.217.359-64); Rodrigo Dalton Brasil Pato (095.237.137-52).

1.2. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.3.Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1921/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.525/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Filipe Leite Peixoto (001.734.981-83).

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3.Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1922/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.817/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudiomar Matias Rolim Filho (CPF 003.906.043-80); Tiago Sousa Pereira (CPF 003.883.631-93).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3.Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1923/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.951/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rudy Antonio Sbaraini Orejuela (921.515.159-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3.Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1924/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso III do Regimento Interno/TCU, em:

a)não conhecer da presente representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, caput, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b)enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal do Paraná e à representante;

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 235, parágrafo único, c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.152/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1925/2017 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela empresa Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda, por meio da qual requer a anulação de licitação em andamento, promovida pela Prefeitura do município de Almirante Tamandaré.

Considerando que o estado do Paraná não recebe complementação da União aos recursos do FUNDEB, conforme anexo II da Portaria Interministerial-Ministério da Fazenda/Ministério da Educação 8/2016.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-006.056/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - PR.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1926/2017 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela empresa Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda, por meio da qual requer a anulação de licitação em andamento, promovida pela Prefeitura do município de Almirante Tamandaré.

Considerando que o estado do Paraná não recebe complementação da União aos recursos do FUNDEB, conforme anexo II da Portaria Interministerial-Ministério da Fazenda/Ministério da Educação 8/2016.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-006.060/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - PR.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1927/2017 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela empresa Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda, por meio da qual requer a anulação de licitação em andamento, promovida pela Prefeitura do município de Almirante Tamandaré.

Considerando que o estado do Paraná não recebe complementação da União aos recursos do FUNDEB, conforme anexo II da Portaria Interministerial-Ministério da Fazenda/Ministério da Educação 8/2016.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-006.061/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - PR.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 9/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1928/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.777/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vânia Marcia Pessoa Trindade (276.507.586-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (vinculador)

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1929/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.401/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Luis Morais Ruela (070.015.026-93); Andrea Broch Siqueira Lusquinhos Lessa (708.599.495-91); Antonio Lago Junior (454.925.305-34); Antonio Ricardo Khouri Cunha (967.836.305-44); Bárbara Lopes Barbosa (087.306.486-02)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1930/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.179/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Amorim de Farias Leal (064.795.224-60); Ana Karla Araújo Cavalcanti de Albuquerque (028.129.344-92); Cyntia Emanuella Almeida Figueiredo (073.901.564-81); Fábio Giovanni de Araujo Batista (027.161.904-02); Glenda Hilnara Meira Feliciano (068.858.524-81); Larissa Mendonça de Souza (055.497.584-07); Lucieuda Rodrigues de Araujo (396.500.144-20); Maria Rosimar Gomes dos Santos Rodrigues (601.378.784-00); Maria do Socorro Nicolly Ribeiro de Almeida (013.529.534-39); Paloma do Nascimento Oliveira (064.303.144-80); Perla Sonaly Bispo Araujo (034.400.894-01); Ramon Bolivar Cavalcanti Germano (078.911.474-77)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1931/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.186/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paline Alves Saraiva (000.400.442-62); Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (938.589.652-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1932/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.190/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alesson Pantaleão Nascimento (948.245.685-87); Billy Grahn Almeida Lima (172.496.435-68); Eliane de Matos Pereira (163.405.315-04); Joice Andrade Bonfim (019.619.155-61); Marcos Paulo Leite da Silva (927.732.495-34); Rogério Barreto Martins (659.272.145-68); Rosana Barbosa da Cunha (420.405.905-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1933/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.193/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Dalmi Alves Alcântara (476.876.491-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1934/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.195/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Líliam Jeanne Manzoli Gonçalves Pereira (082.005.406-26); Marcos Gonçalves de Rezende (012.950.036-43); Michele Martins da Silva (036.502.916-57)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1935/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.197/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jorge Luiz Patriota Lima (861.155.026-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1936/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.199/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiano Pessatti de Matos (840.362.225-20); Ezequiel Douglas da Silva (075.671.324-27); Washington Pereira Lacerda (073.546.584-30)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1937/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.200/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Jardim (007.718.910-83); Anamaria Pereira Moreira (000.777.540-77); Cezar Rodolfo Wedig Reinbrecht (006.401.140-24); Cristiane de Almeida (000.558.230-09); Daniela Nicoletti Fávero (008.701.350-90); Flávia Roberta Jarosz (943.602.780-04); Ivan Adair Vicari (507.015.760-49); Lílian Escandiel Crizel (979.615.400-59); Marluci Casalini Wildner (013.074.480-89); Rafael Menezes Nunes (939.426.990-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1938/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.201/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Maria Faria Macena (041.338.889-10); Denise Palma (048.687.599-73); Evandro Cardoso do Nascimento (010.276.869-23); Leonardo Cavalheiro Martinez (062.081.899-93); Mário Augusto Camargo (339.473.428-10); Vanielly Cirino (056.880.969-69)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1939/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.205/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Araujo Leigue Junior (011.788.781-12); Fernando Cesar Russo Gomes (259.558.398-01); Izabela Rosa do Couto Oliveira (037.305.071-25); Vinícius David Charro (025.269.951-32)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1940/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.207/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Achillys Fontes Vieira (670.838.703-49); André Luís Araújo Andrade (013.748.093-81); Antônia da Silva Ribeiro Gonçalves Neta (014.030.913-66)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1941/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.209/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ana Carolina Ceron Oliveira (041.864.679-19); Ana Paula Cecon Calegari (130.661.207-16)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1942/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.211/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: André Luís da Silva Pinheiro (021.804.577-82)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1943/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.212/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Anny Keller Helmer Zorzal (088.535.197-54); Bianca Medeiros (104.970.207-77)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1944/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.215/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Edimilson Clemente de Souza (838.287.702-82)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1945/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.216/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elder Geraldo de Souza (502.671.596-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1946/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.219/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fernanda Bravim (095.152.867-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1947/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.220/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriel Antonio Taqueti Silva (114.037.737-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1948/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.223/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Henrique Marcolino da Silva (087.618.727-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1949/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.225/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Jegiane Carla Favoreto Mariano (112.603.557-21)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1950/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.228/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Laerciana Pereira Vieira (091.992.647-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1951/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.229/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laís Thomazini Oliveira (124.019.587-70); Luís Felipe dos Santos Esteves (058.606.927-57); Luíza Carolina Quadros Gonçalves de Carvalho Martins (118.108.227-77)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1952/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.230/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Maira Pestana Barbosa (059.148.667-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1953/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.232/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mariana Loyola da Silveira Novais (115.327.947-97); Matusalém Dias de Moura Sobrinho Florindo (102.380.947-82); Mirtes de Melo Cavalcante (041.894.294-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1954/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.235/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Reginaldo Alex Calçavara (306.516.058-73)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1955/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.236/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Vianna Lima (085.411.867-50); Ricardo José Regis Ribeiro (992.507.727-34); Ronimar Espíndula Volkers (133.032.417-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1956/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.240/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Taís Monteiro da Silva (117.654.827-12); Thiago Ladislau (058.482.217-07); Tânia Hudson Dias (002.377.517-39); Vanildo Silveira de Oliveira (395.214.357-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3.Relator: Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1957/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.244/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gilmar Torres Marques Moura (833.913.802-25); Gustavo de Lima Marinho (830.896.242-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1958/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.245/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Silva Santos (339.084.598-42); Antonio Marcos Carvalho de Sousa (083.727.886-42); Arilda Aparecida Barbosa (157.974.398-67); Cristiano Santos Botelho (088.219.166-77); Eloária Marcela Morais (101.144.036-94); Fernando Elair Vieira Santos (089.236.816-01)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1959/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.249/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Airton de Souza Melo (051.283.574-81); Bruna Maria Ferrari Machado (036.458.234-09); Diogo Sarmento Ferreira (011.874.544-19); Edelson Moreira da Costa (648.648.714-34); Taminez de Azevedo Farias (010.481.274-51)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1960/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.254/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Cardoso de Mello Prando (023.632.609-02); Maricelia Nunes dos Santos (070.193.829-32)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1961/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.264/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marlon da Silva (342.775.548-73)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1962/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.269/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Akyciel dos Santos Farias (024.456.473-63); Antonio Manoel de Sousa Filho (011.996.183-06); Celina Maria de Souza Olivindo (675.879.683-34); Fabiano Antonio de Moura (669.716.323-20); Gustavo Henrique Ramos de Vilhena (012.055.133-02); Jociel Batista de Carvalho (073.600.496-36); João Paulo Rodrigues da Silva (049.098.213-17); Luciana Oliveira Atanásio (913.652.103-59); Luís Acléude de Moura Leal (764.371.243-34); Lívia Modesto de Melo Sampaio (003.619.643-66); Raimunda Ferreira Gomes Coelho (420.983.273-15); Sergio Augusto Nunes Monteiro (732.416.103-06); Thayane Nascimento Freitas (051.483.603-21)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1963/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.277/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anize Delfino Von Frankenberg (016.121.920-92); Marilía Remuzzi Zandoná (980.793.520-20); Pedro Domingues Goi (989.769.740-34); Vandréa Carla de Souza (553.092.080-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1964/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.279/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelina Almeida Moreira de Araujo (065.846.574-00); Debora Brasil Miranda (018.112.621-47); Denise de Britto Damasco (301.575.521-87); Espedito Mangueira de Lima (298.968.194-91); Fernando Sergio Blumm Ferreira (803.521.201-00); Kaline Amaral Wanderley (047.876.424-30); Katia Maria Pacheco dos Santos (255.880.728-55); Luís Felipe Batista de Oliveira (610.114.601-49); Meirilane Naves da Silva (752.758.306-10); Nathalia Eliza de Freitas (003.343.171-00); Pollyana Moreira de Assis (015.485.441-75); Rogério Rodrigues da Silva (814.693.901-59); Valério Augusto Soares de Medeiros (032.541.874-82)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1965/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.285/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Batista Gomes (287.818.566-87); Kamilla Alexsandra Silva (110.292.386-93)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1966/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.291/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Isaias Neres Pinto (867.915.672-87)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1967/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.305/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniella de Jesus Lima (043.732.815-56); Fabson Calixto da Silva (077.249.914-48); Francy Kelle Rodrigues Silva (067.463.564-77); José Roberto Amorim (723.307.324-49); Maria Natália Matias Rodrigues (048.454.214-10); Renate Stephanes Soboll (119.255.988-61); Rodrigo José da Costa (057.062.074-02); Victor Hugo de Melo (071.009.314-44); Wilton Carneiro Barbosa (871.364.814-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1968/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.308/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Afonso Cassa Reis (113.905.167-92)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1969/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.311/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Cecília Mageski Madeira Santos (056.868.017-03); Daillane dos Santos Avelar (039.498.135-94)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1970/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.312/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Fagna Giacomin Schimitel (097.044.637-31)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1971/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.313/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lorena Nascimento Ferreira (123.051.507-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1972/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.315/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Luciene Oliveira Martins (087.294.127-22); Ludmila Forechi (106.360.847-36)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1973/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.318/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Renata Casagrande Martelli (124.612.037-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1974/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.319/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Thacia Ramos Varnier (128.833.187-86)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1975/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.320/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Vera Lúcia Lopes (064.782.456-67)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1976/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.323/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Prado Garcia (063.808.496-29); Antonio de Padova Marchi Junior (625.650.956-00); Fábio Luís Guimarães (000.302.646-93); Isis Rodrigues Pordeus (385.428.976-68); Lidyane do Valle Camelo (079.808.496-04); Maria Márcia Franco Gomes (517.039.716-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1977/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.324/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adélia Oliveira da Conceição (795.637.592-49); Aderbal Caetano Correa (001.244.272-00); Antonio Márcio Ávila Almeida (879.044.622-49); Arthur Masahiro Yoshino (012.141.492-27); Carlos Benjamin de Souza Gonçalves (304.706.412-15); Cinthya Marques do Nascimento (831.971.412-53); Iracema Jandira Oliveira da Silva (081.073.862-72); Jeovani de Jesus Couto (623.688.422-68); Sheyla Cristina de Souza Calixto (429.245.962-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1978/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.326/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Claudia Oliveira da Silva (059.291.554-96); Ana Ruth Barbosa de Sousa (058.971.764-26); Cristhiane Laysa Andrade Teixeira (074.391.984-09); Emerson Filipe de Carvalho Nogueira (062.463.724-73); Flávio Ferreira da Silva (709.504.314-00); Hauler dos Santos Fonseca (612.723.294-53); Ivaneide de Farias Dantas (524.628.704-15); Joana D'arc de Sousa Lima (086.804.018-54); Laise Alves Cândido (080.651.134-60); Michelly Lima Vieira (051.037.084-50); Pedro Pereira dos Santos (029.168.984-17); Robson de Oliveira Cavalcanti (900.359.094-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1979/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.328/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Queiroz da Cunha (067.513.474-99); Emanuel Batista dos Santos (007.529.704-37); Eriem Allyne Medeiros Azevedo (075.375.764-83); Fábia Cheyenne Gomes de Morais Fernandes (077.628.064-31); Fernando de Paiva Ferreira Junior (084.371.314-30); Francenildo Dantas Rodrigues (034.436.884-03); Francisco Vitorino de Andrade Junior (702.600.014-49); Gabriel Campelo de Melo Ferraz (020.970.321-09); Gentil Gomes da Fonseca Filho (084.152.844-62); Gilson Ferreira da Costa (791.414.044-91); Gisonaldo Arcanjo de Sousa (914.415.104-78); Glayson Francisco Bezerra das Chagas (629.181.412-91); Glenda Dantas Ferreira (007.502.094-70); Guilherme Lucas de Oliveira Lima (043.684.804-06); Gustavo Henrique Ferreira Bittencourt (021.391.524-33); Haryelle Naryma Confessor Ferreira (086.990.794-86); Hayanny Dymara Borges de Melo (082.323.414-24); Helder Viana Pinheiro (070.637.604-83); Heloísa Maria Jacome de Sousa Britto (061.546.254-56); Igor Silvério Freire (052.084.964-70)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1980/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.330/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Felipe Monteiro Seixas (070.503.924-21); Lutiane Pompeu de Paula (056.248.614-35); Marcelly Santos Cossi (076.425.874-57); Maria Goreti dos Santos de Medeiros (101.173.918-67); Maria Regina Macedo Costa (043.744.664-60); Mariana Cela (073.955.754-82); Mayara Silva Fernandes do Rego (085.990.634-56); Paulo Roberto Beltrão Maia (014.363.064-42); Priscilla Brandão de Medeiros (069.232.574-33); Renato Ramos da Silva Dantas (072.163.564-46); Rodrigo Teixeira Ramos (029.697.164-29); Rucélia Patrícia da Silva Marques (038.018.894-59); Saint Clair Gomes Bernardes Neto (706.899.201-30); Samara Keylla Dantas Brasil (064.919.414-42); Saulo Gomes Batista (007.658.944-75); Saulo de Medeiros Torres (059.763.764-44); Sebastião Gomes de Andrade Neto (038.389.364-00); Semuel Ebenezer Dantas Costa (050.445.604-05); Sílvia Oliveira Ribeiro (092.623.364-54); Sílvia Pires Bastos Costa (410.320.473-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1981/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.333/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Carvalho da Silva (001.947.650-75); Arimateia da Silva Bandeira (972.807.551-00); Betânia Barreto de Athayde Bohrer (742.991.230-34); Cláudia Telles de Souza (002.065.660-26); Cristiane Bernardes de Oliveira (735.355.160-72); Daniel de Queiroz Lopes (616.718.940-49); Denise Soledade Jornada (995.960.320-20); Dennis Giovani Balreira (024.059.020-10); Diego Biegler de Oliveira (016.952.520-12); Eliseu Aldrighi Munchow (017.425.700-70); Fernanda Araujo Pimentel Peres (962.322.770-15); Fernanda Melo da Cruz (005.256.900-42); Gustavo Machado (809.272.460-15); Henrique Benedetto Neto (019.313.918-90); Igor Pasa Wiltuschnig (012.635.700-54); Juliano Fagundes Gonçalves (836.259.250-87); Leandro Meirelles Nunes (919.087.360-20); Leandro Totti Cavazzola (675.410.890-87); Lolita Ferreira Goldschmidt (949.164.030-53); Luana Dezingrini Lopes (025.853.890-22)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1982/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.336/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: José Bezerra de Brito Neto (055.450.114-71)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1983/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.337/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Vladimir de Oliveira (025.858.198-09); Vivian Costa Fermo (065.465.319-41)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1984/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.345/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alana Cruz de Souza (031.089.791-24); André de Souza Almeida (014.206.366-50); Anna Karla dos Santos Pereira (037.626.981-20); Ariel Elias do Nascimento (253.082.678-12); Christiane de Holanda Camilo (875.039.801-68); Darley Oliveira Cutrim (755.713.152-53); Diogo Bonadiman Goltara (097.100.997-01); Elias Coimbra da Silva (274.604.188-03); Emília Rocha Lafetá (062.106.076-32)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1985/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.346/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Genilson Rosa Severino Nolasco (775.943.981-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3 Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1986/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.347/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gizelda Moura Rodrigues (401.743.283-20); Heráclito Frederico Crisnamurth de Jesus Miranda (926.642.961-91); Ismael Carlos Pereira de Carvalho (018.497.423-24); Jeane Fernandes Barbosa (029.413.191-40); Julia Jenior Lotufo (031.810.131-96); Leandra Cristina Alencar Silva (952.418.841-49); Lucas Carvalho Quintanilha (038.864.691-82); Luciana Pereira de Sousa (002.031.981-90); Marcelo Freitas de Souza (017.472.891-32)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1987/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.348/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Márcia Pessoa de Sousa Noronha (010.559.581-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1988/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.349/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marilda Buzzini Carvalho (844.028.578-72); Mayara da Cruz Ribeiro de Souza (021.691.113-36); Nádia Flausino Vieira Borges (949.109.521-87); Paulo Henrique Pereira Pinto (005.724.731-50); Rozângela Soares Grangeiro Borges (840.403.781-72); Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus (929.867.141-53); Sileimar Maria Lelis (025.912.176-29); Talita Pereira de Souza Ferreira (914.092.501-30)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1989/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.350/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Tatiana Resende Araujo Lima de Castro Teixeira (848.600.571-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1990/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.351/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Yane Cristina Vieira Lopes (012.989.371-40)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1991/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.359/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Denise Maria Duarte Coutinho (186.804.884-53); Denize Núbia Souza (034.067.514-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Campina Grande que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1992/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.362/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bárbara Tatiana Nunes de Sousa (808.180.305-00); Cinthia Carvalho Almeida (839.680.675-68); Gilberto Souza Couto Junior (018.484.245-07); Joilson da Silva Andrade (033.284.285-18); Luciana Oliveira Almeida Silva (999.498.065-34); Patrícia Nunes de Souza (025.585.185-50); Simone Aline Araujo Guimarães de Sá (024.476.894-38); Vanuza Alves dos Santos do Espírito Santo (615.787.035-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1993/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.395/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erick Fonseca de Castilho (317.882.112-00); Josiane Pereira da Silva (942.096.422-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal Rural da Amazônia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1994/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.396/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vidal Trapiello Neto (971.001.616-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de São João Del Rei que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1995/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.400/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francine Pinto Silva Joseph (804.373.110-15); Rubens Alex de Oliveira Menezes (523.033.222-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1996/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.430/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Antonio Manhães Freitas Junior (092.601.426-95); Clívia Carolina Fiorilo Possobom (300.398.378-40); Rodrigo Guerra Peixoto (013.330.276-80); Wagner Leite Viana (298.665.058-98)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1997/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.434/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Rocheli de Oliveira Lopes (008.675.020-88); Solange dos Santos Silva (979.050.970-72); Vanessa Soares Maurente (996.218.860-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 1998/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão relacionados no item 1.1, e considerar prejudicados por perda de objeto os demais atos de admissão constantes do item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.191/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francine de Azeredo (971.176.250-15); Fylipe Proença Melo (006.954.500-69); Gabriela Heiden Telo (001.310.430-64); Gabriela da Silva (832.520.100-20); Gemerson Gabiatti (915.019.039-34); Gigiane Gindri (935.953.870-15); Gilmar Soares Veiga (316.652.840-72); Giovani Unterberger Mendes (558.155.880-91); Gisele Karasek (012.327.250-56); Gisele dos Santos Cabral (003.464.570-50); Gustavo Rossini Augusti (971.914.850-00); Heloisa Arrussul Braga (001.252.790-43); Ilza Maria Lopes Dornelles (335.731.070-87); Isabel Cristina dos Reis Borges (633.394.470-04); Janaina Charao dos Santos (827.935.730-00); Jefferson Escobar Naiber (814.114.990-34); Jessica Reiling Marques (021.442.310-79); José Airton Rodrigues Gedel (455.861.440-34); José Antonio Souza da Silva (725.626.500-00); José Francisco Pereira Soares (820.454.880-04); Juliana Jardim Silveira (014.304.000-64); Karen Fernanda Quadros da Silva (965.174.840-00); Karine Zortea (010.640.820-84); Kelly Alves da Silva Bruno (004.064.280-18); Leandro Vieira de Andrades (676.481.500-34); Leda Regina Fachini Dalbem (351.434.959-20); Leila da Silva Boeira (804.218.650-91); Leonardo Henrique Grigolo Carrabba (022.438.280-22); Leticia Garcia Santos (017.741.240-25); Livia Caprara Lionco (006.784.680-79); Loiva Inês de Mello Soares (594.166.370-68); Loreni de Almeida (108.675.848-07); Luana Barbosa Martins (004.168.820-13); Lucas Felix Rossi (814.384.860-49); Lucas Guerra Pasquotto (817.807.370-68); Luis Fernando da Silva (290.229.750-53); Luis Joeci Jacques de Macedo Junior (013.645.480-11); Luisa Franzon Brun (023.853.490-19); Luiz Fernandes Luciano Filho (003.660.510-75); Marcia Leffa da Silveira Medeiros (708.709.500-53); Marcio Roberto de Mello (003.614.320-03); Marilei Cristina Kipper (953.174.650-87); Marilia Osorio Ribeiro (319.644.430-91); Marina Casarotto (014.458.740-83); Marleti Vargas Pereira Curto (957.087.580-15); Mauren Azevedo Souza (817.480.600-82); Mauricio Thomé Machado (980.258.720-68); Melane Escouto Medeiros (003.851.600-46); Michele Finger Chaves (027.399.950-83); Michele da Rocha Starosta (006.006.780-24); Michelle da Silveira (812.045.580-00); Michelli Tolfo Flores (957.641.350-87); Minglan Carina Cardoso (961.779.420-91); Miriam Camargo Selau (835.261.700-10); Miriam da Rosa (003.921.260-28); Moises Chaves Lindner (509.055.380-72); Moniree Boff Soares (009.276.670-61); Narrima Carneiro Aquere (674.586.700-10); Natalia Miranda Jung (827.643.600-53); Osorio Flores Coronel (630.486.710-72); Pamela Fraga da Silva Gonçalves (004.479.820-28); Patricia Rodrigues de Almeida (785.427.150-04); Paula Regina da Silva Ribeiro (805.063.560-00); Rafael Lautert da Silva (011.593.850-84); Rafael Pereira de Borba (825.778.540-72); Rafaela Pedroso Linck (967.685.500-63); Raquel Fenner (958.903.000-91); Renan Gulart Nogueira de Souza (007.554.090-86); Renata Aguiar Ricardo (912.868.830-91); Renata Diniz Marques (931.762.440-53); Renata Leite Carvalho (993.716.180-00); Renata Ullmann de Brito (003.289.610-78); Ricardo Pozzer Fantinel (000.907.910-61)

1.2. Interessados: Graziela Almeida Dohmer (001.990.250-61); Guilherme Verdum Silveira Netto (937.886.650-68); Henrique Ludvig Vogt (019.413.200-58); Janaína dos Santos Teixeira (017.875.930-96); Jenifer da Silva Oliveira (018.691.430-00); Jozeli da Rosa Monego (002.907.700-17); Juliana Krause Sachetti (008.161.260-54); Juliano Kafer (013.712.710-38); Laura Fonseca (022.054.930-35); Leandro Casabuena Ferreira (801.155.600-25); Livia Jaqueline Schmitt (023.115.240-03); Livia Zanchet (007.524.030-01); Lucas Eduardo de Oliveira Soares (031.131.060-52); Luciana Areal Navarro (065.646.876-99); Luciana de Melo Weber (002.267.370-98); Luis Henrique Rosa Rodrigues (010.606.280-82); Marcella Salatino Rocha (007.849.270-06); Marco Antonio da Silva (838.731.049-20); Munique Soares Felix (823.863.820-87); Paula Xavier Picon (819.291.610-34); Paulo José da Silva Pflug (007.798.190-12); Paulo Mauricio Steffens Bay (941.361.810-00); Priscila Mesquita Serafim (838.458.360-91); Queila Nunes Bittencourt Pacheco (002.415.300-16); Raquel Camara Rivero (747.434.300-20); Raquel Guimarães dos Santos (002.140.020-20); Ricardo de Andrade Calvetti (979.824.820-15)

1.3.Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1999/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em rever de ofício o Acórdão 1846/2013-TCU-1ª Câmara e considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.967/2013-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Herdilane da Silva Rodrigues (936.293.203-25); Mario Alexandre Rodrigues Gomes (060.412.833-98)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8. comunicar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que, em vista da apreciação pela legalidade de concessão de pensão do sr. Mario Alexandre Rodrigues Gomes (CPF 060.412.833-98), no valor mensal de R$ 3.105,78, é possível que o núcleo familiar a que ele pertence ultrapasse o critério máximo de renda para fazer *jus* ao benefício do bolsa família;

1.9. determinar à Conjur que, considerando a insubsistência do Acórdão 1846/2013-TCU-1ª Câmara, comunique o fato a Advocacia-Geral da União para que ela adote as medidas que entender cabíveis no âmbito da Ação Ordinária 9212-47.2014.4.01.3700, que tramita na 5º Vara da Seção da Justiça Federal de 1º instância no Estado do Maranhão, em cuja decisão em sede de antecipação dos efeitos da tutela suspendeu os efeitos do Acórdão retromencionado.

ACÓRDÃO Nº 2000/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.962/2016-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Elza Cavalcante do Lago (350.465.977-72); Ivonete do Lago Silva (081.669.077-47); Márcia Cavalcante Ferreira (611.914.777-20)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2001/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.981/2016-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Carmelita Ferreira do Sacramento (212.947.394-68); Darcilene Maria do Sacramento Bispo (632.605.574-15); Katia Maria do Sacramento (432.304.744-49); Maria da Conceição do Sacramento Nascimento (974.996.924-34); Maria de Fátima Sarmanho Ramos (269.935.623-91); Maria do Carmo do Sacramento (217.113.804-15)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2002/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas do Sr. Wirton Geraldo Damaceno de Araújo, regulares com ressalva, dando-lhe quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.537/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional (00.409.688/0001-68); Wirton Geraldo Damaceno de Araújo (529.070.666-68)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2003/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", 217, §§ 1º e 2º, todos do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar o parcelamento do débito indicado no item 9.1 e da multa indicada no item 9.2, ambos do Acórdão 1525/2015-1ª Câmara, em vista da solicitação formulada pela Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (ABEE), em 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente e com incidência dos correspondentes acréscimos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

legais, esclarecendo à entidade responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor e alertando-a da necessidade de encaminhamento dos comprovantes de pagamento das parcelas a este Tribunal

1. Processo TC-002.570/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.531/2017-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.532/2017-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (ABEE) (CNPJ 42.408.831/0001-47); Nélio Benedito Fleury, ex-Presidente (CPF 306.590.001-72).

1.3.Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.7. Representação legal: Felipe Carvalho de Oliveira Lima (280437/OAB-SP) e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2004/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.205/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Pedro da Silva (008.186.823-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vargem Grande - MA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2005/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em corrigir, por erro material, o Acórdão 2056/2016-TCU-1ª Câmara, nos seguintes termos:

Onde se lê: " 1. Processo TC-013.328/2013-0."

Leia-se: " 1. Processo TC-010.328/2013-0."

1. Processo TC-010.328/2013-0 (Tomada de Contas Especial)

1.1. Responsáveis: Marly Assis de Andrade Feiger (CPF 618.968.452-15) e Associação dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia (APA/RO) (CNPJ 63.788.020/0001-99).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA).

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação Legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2006/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1 do Acórdão nº 1480/2017-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

- onde se lê "Fundo Municipal de Assistência Social"

- leia-se "Fundo Nacional de Assistência Social"

1. Processo TC-011.555/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Adilson Almeida do Nascimento (353.690.195-68)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2007/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.3 do Acórdão nº 1.481/2017-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

- onde se lê:

9.3. julgar irregulares as presentes contas e condenar Melkisedek Donadon (204.047.782- 91), em solidariedade com a empresa Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda. (antiga GM Engenharia e Construções Ltda.) (05.782.974/0001-98), ao pagamento da quantia de R$ 88.183,03 (oitenta e oito mil, cento e trinta e oito reais, e três centavos), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 5/1/2004, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

- leia-se:

9.3. julgar irregulares as presentes contas e condenar Melkisedek Donadon (204.047.782- 91), em solidariedade com a empresa Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda. (antiga GM Engenharia e Construções Ltda.) (05.782.974/0001-98), ao pagamento da quantia de R$ 88.138,03 (oitenta e oito mil, cento e trinta e oito reais, e três centavos), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 5/1/2004, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

1. Processo TC-019.915/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Melkisedek Donadon (204.047.782-91); Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda. (antiga Gm Engenharia e Construções Ltda. (05.782.974/0001-98)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vilhena - RO

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: Sandra Regina Guareschi Pena e outros, representando Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda. (antiga Gm Engenharia e Construções Ltda.)

ACÓRDÃO Nº 2008/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. José Carlos Teles da Silveira (CPF 188.363.135-15), ante o recolhimento integral da multa no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) que lhe foi cominada por meio do Acórdão 5.174/2013-TCU-1ª Câmara (peça 14, p. 14), de acordo com os comprovantes arrolados à peça 210.

1. Processo TC-025.736/2006-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 002.208/2015-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.207/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.205/2015-7 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Arilton Dantas dos Santos (ex-Prefeito Municipal), CPF 035.265.005-25; José Rubens de Arruda Santana (Prefeito Municipal), CPF 288.894.015-91; Juarez Cardoso Neves (Engenheiro da prefeitura), CPF 101.744.195-20; José Carlos Teles da Silva (Presidente Comissão Permanente de Licitação), CPF 188.363.135-15; Maria de Lourdes Santos Araújo (Superintendente de Negócios), CPF 080.323.215-34; Aristóteles Alves de Menezes Júnior (Superintendente de Negócios), CPF 312.983.625-04.

1.3.Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63) e Prefeitura Municipal de Tucano - BA (13.810.312/0001-02).

1.4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tucano - BA

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.8. Representação legal: Rafael Klautau Borba Costa (38871/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 2009/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, formulada pelo município de Carutapera/MA, com pedido de instauração de tomada de contas especial dentre outros, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à inadimplência do próprio município perante o Ministério do Esporte, a Fundação Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativa à execução do objeto do Contrato de Repasse 63462/2009, Siafi 713505, e do Convênio 00286/2009, Siafi 724909, firmados entre a municipalidade e o Ministério do Esporte/Caixa Econômica Federal e a Fundação Nacional de Saúde, respectivamente, e, ainda, à ausência de transmissão de dados ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 (peça 1, p. 25-28),

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

Considerando que foram confirmadas as notícias de inadimplência apresentadas pelo representante;

Considerando a inconveniência de que sejam suprimidas ordinariamente instâncias de controle, vez que compete aos órgãos repassadores receber e analisar as prestações de contas de transferência de recursos federais a municípios;

Considerando que compete igualmente aos repassadores a instaurar a competente tomada de contas especial, após as demais medidas administrativas cabíveis.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em conhecer da presente representação, uma vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do RI/TCU, e fazer as determinações formuladas adiante, conforme proposto pela Secex/MA (peças 3 a 7).

1. Processo TC-002.728/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Amin Barbosa Quemel (093.418.462-34)

1.2. Interessado: André Santos Dourado (329.631.222-68)

1.3.Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carutapera/MA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1 comunicar à Prefeitura de Carutapera/MA que, na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN-TCU 76/2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência cabem aos concedentes dos recursos (Ministério do Esporte/Caixa Econômica Federal e Fundação Nacional de Saúde) e que não compete ao TCU adotar medidas de verificação da regularidade fiscal de município, nem promover a suspensão de registro de inadimplência por razões de ordem fiscal;

1.8.2 determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU:

1.8.2.1 ao Ministério do Esporte, que, apure a situação de inadimplência do Contrato de Repasse 63462/2009, Siafi 713505, tendo em vista o tempo decorrido desde a expiração de sua vigência em 28/11/2014, e informe as conclusões da apuração no prazo noventa dias;

1.8.2.2 à Fundação Nacional de Saúde, que no prazo de noventa dias, apure a situação de inadimplência do Convênio 00286/2009, Siafi 724909, até o momento sem a instauração do devido processo de tomada de contas especial, tendo em vista o tempo decorrido desde a expiração de sua vigência em 7/11/2015, e informe as conclusões da apuração no prazo assinalado; e

1.8.2.3 à Secex/MA que, nos termos do art. 243 do Regimento Interno do TCU, realize o monitoramento do cumprimento das determinações acima no bojo dos presentes autos.

1.8.3 dar ciência desta deliberação ao Ministério do Esporte, à Caixa Econômica Federal, à Fundação Nacional de Saúde e ao município de Carutapera/MA.

ACÓRDÃO Nº 2010/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relatados estes autos de representação formulada por João Carvalho dos Reis, Prefeito municipal de Sítio Novo/MA, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à execução física do Convênio Funasa EP 1043/2007, Siafi 627053, cuja prestação de contas não foi aprovada em razão da inexecução integral do objeto conveniado;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos arts. 235 e 237 do RI/TCU, pelo que deve ser conhecida;

Considerando que a intenção do prefeito representante é a de responsabilizar o prefeito antecessor pelas irregularidades e danos observados na condução do referido convênio, de com isso retirar o Município de Sítio Novo/MA da listagem de entes públicos inadimplentes no âmbito federal;

Considerando que consulta realizada pela unidade técnica ao Portal da Transparência identificou que o referido convênio encontra-se na condição de "inadimplência suspensa";

Considerando que, no caso, a competência original para instalação de tomada de contas especial é do órgão repassador dos recursos, ou seja, da Fundação Nacional da Saúde - Funasa, e que a eventual instauração da TCE diretamente por este Tribunal poderia representar duplicidade de esforços e, até mesmo, indevida e desnecessária supressão de instância;

Considerando a proposta da unidade técnica no sentido de que seja comunicado à prefeitura municipal a recomendável precedência da Funasa na análise da matéria e a essa última que apure, no prazo de 90 dias, a situação de inadimplência do referido convênio,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 e 237 do Regimento Interno do TCU;

b) comunicar à prefeitura de Sítio Novo/MA, na pessoa do representante legal do Prefeito João Carvalho dos Reis, que, na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN-TCU 76/2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência cabem à autoridade competente, no caso do Convênio-Funasa EP 1043/2007, Siafi 627053, à Fundação Nacional de Saúde, na condição de concedente dos recursos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU:

c.1) à Fundação Nacional de Saúde, que, no prazo de noventa dias, apure a situação de inadimplência do Convênio-Funasa EP 1043/2007, Siafi 627053, até o momento sem a instauração do devido processo de tomada de contas especial, tendo em vista o tempo decorrido desde a expiração de sua vigência em 22/2/2015 e informe as conclusões;

c.2) à Secex/MA, que, nos termos do art. 243 do Regimento Interno do TCU, realize o monitoramento do cumprimento da determinação acima no bojo dos presentes autos;

d) encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde e ao município de Sítio Novo/MA, por meio do representante legal do Prefeito João Carvalho dos Reis.

1. Processo TC-003.604/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Carlos Jansen Mota Sousa (587.415.692-53)

1.2. Interessado: João Carvalho dos Reis (168.460.442-72), Prefeito municipal de Sítio Novo - MA

1.3.Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal: Edmilson Franco da Silva, OAB/MA 4401 (peça 2)

ACÓRDÃO Nº 2011/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relatados estes autos de representação formulada por Rodrigo do Carmo Costa, Procurador-Geral do Município de Imperatriz/MA, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à ausência de encaminhamento, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, das Contas Anuais referente aos exercícios de 2014 e 2015, conforme arts. 49 e seguintes do LC 101/2000, do art. 50 da Lei nº 10.028/2000 e do art. 10, inciso VIII, do Decreto-Lei 201/67;

Considerando que o signatário da peça sob análise detém competência para representar perante este Tribunal;

Considerando que a intenção do signatário da representação é o de solicitar providências no sentido de retirar o Município de Imperatriz/MA da listagem dos entes públicos inadimplentes no âmbito federal, em face da ausência de publicação de informações contábeis de suas contas anuais no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), o que implicou no registro no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) por inadimplência fiscal;

Considerando, entretanto, que a matéria de que trata a representação escapa à competência deste Tribunal, inserindo-se, por um lado, na competência do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos I e II, e § 5º, da Constituição do referido Estado Membro, e, por outro lado, relativamente à suspensão da eventual inadimplência, na competência da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

Considerando a proposta da unidade técnica no sentido de que seja comunicado à Prefeitura municipal de Imperatriz/MA, na pessoa de seu Procurador-Geral, não competir a esta Corte adotar quaisquer medidas com relação às questões por ele tratadas na representação, a teor dos referidos dispositivos da Constituição estadual,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

b) comunicar à Prefeitura municipal de Imperatriz/MA, na pessoa de seu Procurador-Geral, não competir a esta Corte adotar medidas de verificação da regularidade fiscal nas contas municipais, por ser de competência do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão as providências dessa natureza, nos termos de seus art. 172, incisos I e III e § 5º; e nem a suspensão da inadimplência por esse motivo, que insere-se nas competências institucionais da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

d) encaminhar cópia do presente acórdão ao município de Imperatriz - MA, na pessoa de seu Procurador-Geral, e ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para conhecimento.

1. Processo TC-003.825/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo do Carmo Costa, Procurador-Geral do Município de Imperatriz - MA.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: Rodrigo do Carmo Costa, Procurador-Geral do Município de Imperatriz - MA

ACÓRDÃO Nº 2012/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados de autos de representação da Câmara Municipal de Uauá/BA, decorrente de relatório de comissão parlamentar de inquérito, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à aplicação, pelo município, de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2013,

Considerando que a presente representação foi conhecida quando da expedição do Acórdão nº 6.184/2015 - TCU - 1ª Câmara, de 14/10/2015;

Considerando que, provocado pelo TCU por meio do acórdão referido no item anterior desta deliberação, o FNDE promoveu diversas análises e investigações, e concluiu pela existência de débitos, que resultaram na instauração de dois processos de tomada de contas especial;

Considerando os pareceres uniformes constantes dos autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em expedir as determinações formuladas adiante, conforme proposto pela Secex/BA (peças 29/31).

1. Processo TC-004.423/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Olímpio Cardoso Filho (000.738.735-00)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uauá-BA.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU que, no prazo de 180 dias, conclua e remeta à Controladoria Geral da União os processos de Tomada de Contas Especial instaurados para apurar os fatos, quantificar os danos, identificar os responsáveis e obter o respectivo ressarcimento dos recursos repassados ao município de Uauá/BA, a título do Programa Nacional de Apoio a Transporte Escolar - PNATE, no exercício de 2013, conforme informação contida no Ofício nº 20704/2016/Diade/Cgcap/Difin-FNDE;

1.7.2. com fulcro no art. 8º da Resolução 265 do TCU, determinar à Secex/BA que monitore o cumprimento da determinação acima; e

ACÓRDÃO Nº 2013/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Salvador/BA - Comae, noticiando possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no exercício de 2015;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis;

Considerando que pesquisa realizada no Sistema de Gestão de Prestação de Contas evidencia que as contas relativas à aplicação dos recursos do PNAE pela Prefeitura de Salvador, no exercício de 2015, encontram-se "aguardando análise" do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (peça 3);

Considerando que a fiscalização da aplicação dos recursos do PNAE é competência primária do FNDE, conforme consignado na instrução da Secex/BA (peças 6 a 8);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU, e arquivar os presentes autos, após adoção das medidas indicadas no item 1.7.

1. Processo TC-016.249/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Salvador/BA - COMAE

1.2. Órgão/Entidade: Município de Salvador/BA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia do presente processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com vistas a subsidiar a análise da prestação de contas relativa aos recursos repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE ao Município de Salvador, no exercício de 2015;

1.7.2. dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução de peça 6, ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Salvador/BA - COMAE, à Câmara de Vereadores do Município de Salvador/BA e à Prefeitura Municipal de Salvador/BA.

ACÓRDÃO Nº 2014/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerar prejudicado o exame da presente representação, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 8 ao representante, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos Municípios de São Roberto/MA e Serrano do Maranhão/MA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-020.861/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (06.989.347/0001-95)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Roberto - MA; Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão - MA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, adote, no prazo de 90 (noventa) , as medidas administrativas de sua alçada, tendo em vista as irregularidades apontadas nos Acórdãos 562/2015 - PL - TCE/MA, referente ao município de São Roberto/MA, e, caso verificada a ocorrência de dano, atue prontamente para recomposição do erário, mediante a instauração do processo específico de tomada de contas especial, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa-TCU 71, de 28/11/2012, alterada pela IN-TCU 76, de 23/11/2016, comunicando este Tribunal, no mesmo prazo, as medidas adotadas;

1.7.2. à SECEX-MA que, com fulcro no art. 243 do Regimento Interno do TCU, realize o monitoramento do cumprimento da determinação acima no bojo dos presentes autos;

1.8. Medidas:

1.8.1. comunicar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fundamento no art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa-TCU 71, de 28/11/2012, e no art. 106, § 3º, da Resolução TCU 259, de 7/5/2014, o fato relatado no Acórdão 852/2015 - PL - TCE/MA, referente ao município de Serrano do Maranhão, para que adote as providências cabíveis;

1.8.2. encaminhar cópia dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para subsídio a suas apurações.

ACÓRDÃO Nº 2015/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerar prejudicado o exame da presente representação, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 6 ao Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Maranhão, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-027.198/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Maranhão (00.394.544/0183-94)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde que, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas administrativas de sua alçada, tendo em vista as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria 14665, concernente à fiscalização na Secretaria de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA, e, caso verificada a ocorrência de dano, atue prontamente para recomposição do erário, inclusive com a instauração do processo específico de tomada de contas especial, se for o caso, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, c/c art. 7º, inciso VII, do Anexo I ao Decreto 8.901, de 10 de novembro de 2016, comunicando a este Tribunal, no mesmo prazo, as medidas adotadas;

1.7.2. à Secex-MA que, com fulcro no art. 8º da Resolução - TCU 265, de 9 de dezembro de 2014, realize o monitoramento do cumprimento da determinação acima no bojo dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2016/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-027.201/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Helder Lopes Aragão (147.019.603-49)

1.2. Interessado: Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA (06.002.372/0001-33)

1.3.Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2017/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, apresentada pela 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno/RO - Ministério Público do Estado de Rondônia, a partir de documentos encaminhados àquele órgão pelo Conselho Municipal de Saúde de Pimenta Bueno/RO, a respeito de possíveis irregularidades, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Pimenta Bueno/RO, atinentes à não aplicação dos recursos decorrentes da Emenda Constitucional 29 nos programas e ações de Atenção Básica, conforme estabelecido na Lei complementar 141/2012, e não cumprimento de carga horária contratual e endosso de até dois dias não trabalhados por semana a servidores médicos, odontólogos e outros das equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família,

Considerando o registro da Secex/RO (fl. 1, peça 3) de que o Ministério Público do Estado de Rondônia possuiria legitimidade para representar a este Tribunal, nos termos do disposto no inc. IV do art. 237 do Regimento Interno desta Casa;

Considerando, contudo, a ponderação daquela unidade técnica de a representação em tela não haver sido acompanhada de indícios concernentes às irregularidades ou ilegalidades nela apontadas, não havendo sido encaminhado documento algum que demonstre a não aplicação, pelo município em destaque, do percentual mínimo de quinze por cento em ações e serviços públicos de saúde - deixando, assim, de atender a requisito de admissibilidade previsto no art. 235 do Regimento Interno e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014 -, sendo que, diversamente, em consulta ao site http://siops.datasus.gov.br/rel_perc_LC141.pho?e=2, obteve-se a informação de que referido ente municipal tem aplicado percentual superior ao mínimo exigido no art. 7º da Lei Complementar 141/2012 (fl. 1, peça 3);

Considerando o registro do órgão instrutivo de que, quanto ao eventual não cumprimento da carga horária e endosso de dias não trabalhados por servidores do município, o administrador ou responsável não estaria sujeito à jurisdição deste TCU (fl. 1, peça 3);

Considerando, ainda, a ponderação da Secex/RO de que a competência primária para verificar a aplicação, pelo município em tela, do percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde seria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, à luz do parágrafo único do art. 25 da Lei Complementar 141/2012 (fl. 1, peça 3);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) não conhecer da presente Representação, tendo em vista a ausência de preenchimento de requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014;

b) determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão, bem como da instrução constante da peça 3, à representante e à Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO;

c) determinar o encaminhamento de cópia destes autos, em meio digital, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, para conhecimento e eventual adoção das providências que entender pertinentes;

d) arquivar estes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno e no art. 105 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-029.262/2014-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno/RO - Ministério Público do Estado de Rondônia.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/RO.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2018/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerar prejudicado o exame da presente representação, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 7 ao Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Maranhão, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-029.828/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Maranhão (00.394.544/0183-94)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde que, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas administrativas de sua alçada, tendo em vista as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria 14545, concernente à fiscalização na Secretaria de Saúde do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, e, caso verificada a ocorrência de dano, atue prontamente para recomposição do erário, inclusive com a instauração do processo específico de tomada de contas especial, se for o caso, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, c/c art. 7º, inciso VII, do Anexo I ao Decreto 8.901, de 10 de novembro de 2016, comunicando a este Tribunal, no mesmo prazo, as medidas adotadas;

1.7.2. à Secex-MA que, com fulcro no art. 8º da Resolução - TCU 265, de 9 de dezembro de 2014, realize o monitoramento do cumprimento da determinação acima no bojo dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2019/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da SeinfraHid:

1. Processo TC-030.138/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraHid).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Medidas:

1.6.1. informar à autoridade representante que a matéria trazida nos autos foi apreciada pelo Tribunal no TC 019.217/2016-1, já encerrado, que cuidou de denúncia acerca dos fatos relatados na peça exordial;

1.6.2. encaminhar desta deliberação juntamente com o TC 019.217/2016-1, à Procuradoria da República no município de Santos/SP.

ACÓRDÃO Nº 2020/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação à Sra. Vânia Marian Guerino Farinha, ante o recolhimento integral da multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) que lhe foi cominada mediante o item 9.1 do Acórdão nº 6.979/2014-TCU-1ª Câmara (peça 44), de acordo com os comprovantes acostados às peças 128, 149, 170, 179, 180 e 181 e em conformidade com os pronunciamentos de peças 182 e 183 dos autos.

1. Processo TC-033.799/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Adriana Cristina Serrato (726.506.489-53); Anay Ribeiro de Mello (054.489.769-21); Evelise Pontarolli Araújo (598.002.329-15); Ovaldir Nardin (002.992.359-04); Vânia Marian Guerino Farinha (876.517.859-91)

1.2. Interessado: Ponto Br Engenharia Ltda. - Epp (03.783.435/0001-48)

1.3.Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.7. Representação legal: Claudia Beeck Moreira de Souza (46.108/OAB-PR) e outros, representando Adriana Cristina Serrato, Anay Ribeiro de Mello, Evelise Pontarolli Araújo, Ovaldir Nardin e Vânia Marian Guerino Farinha; Marco Antônio Guimarães (22427/OAB-PR) e outros, representando Evelise Pontarolli Araújo, Ovaldir Nardin, Vânia Marian Guerino Farinha, Anay Ribeiro de Mello, Adriana Cristina Serrato, Departamento Regional do Senai No Estado do Paraná e Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná; Karim Mahmud da Maia Abou Fares (21.027/OAB-PR) e outros, representando Ponto Br Engenharia Ltda. - Epp.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2021/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, adotar a seguinte medida, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, bem como encaminhar cópia dos autos à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal e à Secretaria Municipal de Finanças de Belém/PA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MA:

1. Processo TC-033.817/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Companhia Docas do Maranhão (06.347.892/0001-88)

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria-TCU nº 176, de 24 de março de 2017)

1.3.Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Medida: comunicar à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal, bem como à Secretaria Municipal de Finanças de Belém/PA, da ausência de efetuação das retenções tributárias dos pagamentos efetuados em virtude do Contrato 3/2011, firmado entre a Companhia das Docas do Maranhão e a empresa D. Abdon & Cia Ltda, conforme notas fiscais de números 449, 479, 516, 540, 565, 597, 620, 644, 674, 702, 727 e 773, emitidas pela Secretaria Municipal de Finanças de Belém/PA, para adoção das medidas que julgar pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 2022/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relatados estes autos de representação oriunda do Serviço de Auditoria no Estado da Bahia (Seaud/BA) do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) com a finalidade de cientificar o TCU a respeito do descumprimento, pela Secretaria Municipal de Saúde de Quijingue/BA, do Termo de Ajuste Sanitário (TAS) referente à auditoria nº 8544, nos termos do art. 27 da Lei Complementar 141/2012 e do art. 23 do Decreto 7.827/2012;

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, e que o Denasus, como órgão de controle interno, possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso II do art. 237 do RI/TCU;

Considerando que foram apuradas, em Relatório de Auditoria, impropriedades na aplicação de recursos federais mediante cadastro de profissional inexistente em Programa de Saúde da Família e utilização desses recursos em áreas diversas, concluindo-se pela necessidade de ressarcimento no valor histórico de R$ 38.400,00;

Considerando que, em vista disso, foi firmado um TAS com o Município de Quijingue/BA, com vigência até 31/11/2012, restando acertado o cumprimento das ações definidas em plano de trabalho aprovado com recursos próprios do município;

Considerando que o Denasus realizou procedimento para verificação do cumprimento do TAS, concluindo existir um saldo não comprovado de atendimento aos termos de execução do ajuste, pelo que propôs o ressarcimento no valor de R$39.653,64, o qual não foi efetivado;

Considerando que cabe ao Ministério da Saúde dar seguimento à apuração originária relativa à irregularidade que fundamentou a assinatura do TAS e instaurar, caso seja necessário, a competente tomada de contas especial, nos termos do art.8º da Lei 8.443/1992;

Considerando que a atuação do TCU, como órgão de cúpula do sistema de controle administrativo federal, deve ser regida pelo princípio da subsidiariedade, significando que as irregularidades ora relatadas devem, preliminarmente, ser analisadas pelo concedente, uma vez que as ações de controle externo não devem avançar, quando não for estritamente necessário, sobre o espaço de atuação e responsabilidades das autoridades administrativas e seus órgãos de controle interno;

Considerando, ainda, que a materialidade envolvida no TAS é inferior ao limite mínimo de R$ 100.000,00 fixado pelo art. 6º, I, da Instrução Normativa TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, para instauração de tomada de contas especial;

Considerando, portanto, caber ao Ministério da Saúde a adoção das medidas administrativas cabíveis a fim de recompor o erário, bem como as providências do art. 15 da IN TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, entende a unidade técnica, uniformemente, que cópia destes autos deva ser enviada ao referido ministério, para que adote as providências que o caso requer,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, para no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) encaminhar cópia do presente processo ao Ministério da Saúde para adoção das medidas cabíveis objetivando recompor o erário no âmbito do Termo de Ajuste Sanitário (TAS), referente à auditoria 8544, firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Quijingue-BA;

c) dar conhecimento desta deliberação, ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

1. Processo TC-035.968/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Serviço de Auditoria do Estado da Bahia - Seaud/BA do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Quijingue - BA

1.3.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2023/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-005.791/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Ernesto Diel (008.100.100-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2024/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do ars. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias a seguir relacionadas:

1. Processo TC-009.953/2011-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alessandra Lima de Quevedo (719.216.992-72); Catharina de Mare Castro (262.479.680-00); Maria Elma Vieira (235.362.256-91); Tereza Elisa de Jesus Quevedo (673.929.890-49).

1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: Laura Ester Dantas Lopes, OAB/MS 16.076, representando Maria Elma Vieira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2025/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 1134/2017-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê "8. Representação legal: não há.", leia-se "8. Representação legal: Wanda Macedo Carvalho (OAB/BA 639-B), representando ODEBRAN Construtora Ltda - EPP", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-028.532/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: J&D Serviços de Administração e Construção Ltda (05.325.346/0001-83); Odebran Construtora Ltda - Epp (42.068.593/0001-78); Paulo Ernesto Pessanha da Silva (039.407.867-56).

1.2. Entidade: município de Itabela/BA.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Wanda Macedo Carvalho (OAB/BA 639-B), representando ODEBRAN Construtora Ltda - EPP.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2026/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que foi comprovado o efetivo cumprimento do contrato de repasse 122.547/2001 (Siafi 450957).

Considerando que a documentação encaminhada pela Caixa Econômica Federal, referente à prestação de contas dos recursos utilizados, possibilitou o estabelecimento do nexo de causalidade entre os recursos federais repassados ao município de Exu/PE e o objeto do contrato.

Considerando que foram restituídos aos cofres do Tesouro Nacional os recursos bloqueados na conta específica do ajuste.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, naforma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar insubsistente a determinação feita no item 1.7 do acórdão 7519/2013-TCU-1ª Câmara, e determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 023.219/2012-2, com fulcro no art. 35, § 1º, c/c arts. 33 e 37 da Resolução TCU 259/2014, dando conhecimento desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao município de Exu/PE.

1. Processo TC-034.301/2013-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63).

1.2. Entidade: município de Exu/PE.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2027/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação e apensar estes autos ao TC 019.490/2013-5, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante.

1. Processo TC-005.486/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: município de Presidente Figueiredo/AM.

1.2. Entidade: município de Presidente Figueiredo/AM.

1.3.Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. encaminhar cópia desta deliberação, da instrução (peça 5), bem como da documentação acostada às peças 1-3 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis quanto aos recursos repassados ao município de Presidente Figueiredo/AM no âmbito do convênio 700038/2008 (Siafi 626444);

APRECIAÇÃO DO PROCESSO Nº 011.430/2015-0

Cuidam os autos de recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 1290/2016 - Primeira Câmara, prolatado em tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Mata Grande/AL, objetivando a aquisição de caminhão pipa.

Por meio da deliberação recorrida, este Tribunal julgou irregulares as contas do Sr. José Jacob Gomes Brandão, prefeito municipal, e aplicou-lhe a multa do art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, uma vez que o responsável, embora tenha comprovado a aquisição do objeto do convênio com os recursos do ajuste, não dirimiu sua falta no que se refere à prestação de contas.

O Relator, Ministro Benjamin Zymler, acolhendo os pareceres uníssonos da unidade técnica e do Ministério Público, apresentou voto no sentido de que a omissão no dever de prestar contas é falta grave e não falha meramente formal, que conduz, em conformidade com a pacífica jurisprudência desta Casa, ao julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa ao responsável.

Concluiu Sua Excelência, considerando que as razões recursais não se mostram aptas a afastar os fundamentos da decisão recorrida, que o recurso deve ser conhecido para, no mérito, ser-lhe negado provimento.

O Ministro Bruno Dantas apresentou declaração de voto divergente da proposta do Relator e destacou que, apesar de conhecer e respeitar a jurisprudência do Tribunal quanto à matéria, entende que o caso concreto trata de município de pequeno porte, cuja prefeitura não dispunha de assessoria qualificada para instruir o prefeito de maneira satisfatória. Asseverou Sua Excelência que, enquanto o Tribunal não voltar a se debruçar sobre a jurisprudência firmada à luz dos termos da Lei da 'ficha limpa', cuja promulgação foi posterior à consolidação jurisprudencial, os relatores deveriam fazer uma diferenciação mais acurada dos casos de pequenos municípios que não têm um assessoramento satisfatório, sob pena de ceifar o futuro de uma geração de prefeitos e gestores públicos. Por fim, considerando que, a despeito da extemporaneidade, o responsável compareceu aos autos e comprovou, de forma satisfatória, a boa e regular execução do ajuste, o Ministro propôs conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, julgando-se as contas regulares com ressalva, com quitação ao responsável.

O Ministro Benjamin Zymler ressaltou que a proposta defendida pelo Ministro Bruno Dantas quanto à possibilidade de julgamento pela regularidade com ressalva das contas é bastante parecida com a sua posição à época em que o Tribunal firmou jurisprudência quanto à matéria. Para ele, o que importa é a efetiva ocorrência da prestação de contas, que tornaria a omissão ocorrida algo secundário. No entanto, frisou Sua Excelência que o Tribunal vem decidindo de maneira diversa e que o grande argumento da linha jurisprudencial adotada é o de que a máquina pública foi movimentada para buscar o ressarcimento dos valores no âmbito do órgão concedente, do controle interno e do Tribunal, devendo haver uma contrapartida para tal fato, consistente na sanção àqueles que são omissos, que devem ser diferenciados dos gestores não omissos. Ademais, chamou atenção para o fato de que tal posicionamento encontra-se positivado no Regimento Interno do Tribunal, em seu art. 209, § 4º.

Após os demais ministros utilizarem da palavra, o Ministro-Substituto convocado Augusto Sherman Cavalcanti, ao proferir seu voto, sugeriu que o caso fosse levado ao Plenário, a fim de que a questão fosse rediscutida com todos os ministros do Tribunal, pois, do contrário, seria obrigado a votar de acordo com a norma e a jurisprudência atual.

Em vista de tratar-se de processo em que se aprecia recurso de reconsideração contra deliberação proferida pela Câmara, a Presidência alertou sobre a impossibilidade de sua apreciação em Plenário, nos termos do § 1º do art. 17 do Regimento Interno.

Os ministros, no entanto, ante sugestão oferecida pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, considerando a relevância da matéria, decidiram, por unanimidade, suscitar questão de ordem ao Plenário para que, excepcionalmente, o presente recurso seja afetado àquele Colegiado e por ele apreciado.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 2028 a 2073, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2028/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.303/2014-6

2.Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3.Recorrentes: Tadayasu Sakamoto (CPF001.774.079-72) e Fundação Nacional de Saúde

4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6.Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7.Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8.Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedidos de reexame interpostos pela Fundação Nacional de Saúde e pelo inativo Tadayasu Sakamoto contra o Acórdão nº6.198/2016-TCU-1ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal o ato de alteração da aposentadoria, em razão do cômputo de tempo de serviço em condições especiais com base exclusivamente na percepção de adicional de insalubridade pelo servidor.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos para, no mérito, dar-lhes provimento, de modo a:

9.1.1. tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.5.2 do Acórdão nº6.198/2016-TCU-1ª Câmara;

9.1.2. considerar legal o ato de alteração da aposentadoria de Tadayasu Sakamoto, ordenando o registro;

9.2. dar ciência desta deliberação ao inativo e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2028-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2029/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.018/2014-4

2.Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3.Recorrente: Gilberto dos Santos Rocha (CPF063.326.925-53, ex-Prefeito)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Matuípe/BA

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6.Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7.Unidades Técnicas: Secex/BA e Serur

8.Advogado constituído nos autos: Fernando Machado do Couto Filho (OAB/BA nº16.117).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de recurso de reconsideração interposto por Gilberto dos Santos Rocha (ex-Prefeito) contra o Acórdão nº2.823/2016-TCU-1ªCâmara, que julgou irregulares as suas contas e condenou-o em débito, ante a falta de nexo causal entre os recursos do Convênio nº1.293/1999, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Matuípe/BA, que tinha por objeto a construção de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, incisoI, e 33 da Lei nº8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2029-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2030/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.888/2013-9

2.Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3.Recorrente: Miguel Rodrigues Fernandes (CPF022.079.903-20)

4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6.Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7.Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8.Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto por Miguel Rodrigues Fernandes contra o Acórdão nº884/2016-TCU-1ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal seu ato de aposentadoria no cargo de médico do Ministério da Saúde, em razão da tripla acumulação de cargos públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a:

9.1.1. excluir do item 9.2 do Acórdão nº884/2016-TCU-1ª Câmara referência ao nome do recorrente;

9.1.2. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria a Miguel Rodrigues Fernandes, ordenando o registro;

9.2. dar ciência desta deliberação ao inativo e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2030-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2031/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.469/2014-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas)

3. Recorrente: Controladoria Regional da União no Estado de Rondônia

4. Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia (Suest/RO)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pela Controladoria Regional da União no Estado de Rondônia em face do item 1.7.2 do Acórdão 3.774/2016 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e no mérito negar-lhe provimento;

9.2. comunicar a recorrente.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2031-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2032/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.314/2013-1.

1.1. Apenso: 007.345/2012-7

2. Grupo I - Classe: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Raimunda da Costa Araújo (ex-secretária municipal de educação, CPF 038.817.762-49)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Maracanã/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/PA

8. Advogados constituídos nos autos: Alano Luiz Queiroz Pinheiro (OAB/PA 10.826); Bruno Alexandre Jardim e Silva (OAB/PA 17.233); Felipe Leão Ferry (OAB/PA 14.856); Luiz Sérgio Pinheiro Filho (OAB/PA 12.948) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originalmente de tomada de contas especial, agora em fase de análise de recurso de reconsideração, interposto por Raimunda da Costa Araújo, ex-secretária municipal de educação, contra o Acórdão 6.218/2015 - 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, em decorrência da não comprovação de despesa realizada com recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar-Pnate, transferidos ao Município de Maracanã/PA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Raimunda da Costa Araújo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterados os termos originais da deliberação recorrida.

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2032-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2033/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.528/2011-0

1.1. Apenso: TC 017.548/2012-8

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Ildon Marques de Souza (003.025.111-72), ex-prefeito

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Rafael Ferraz Martins (OAB/MA 7552), Ravik de Barros de Bello Ribeiro (OAB/DF 33.192), João Gentil de Galiza (OAB/MA 9814), Diogo Dias Macedo (OAB/MA 7893), Raimundo Fonseca Santos (OAB/MA 9126- A) e João Gentil de Galiza (OAB/MA 9814)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos por Ildon Marques de Souza ao Acórdão 5.056/2016 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante acerca desta deliberação.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2033-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2034/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.873/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (00.414.607/0022-42).

3.2. Responsáveis: José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Neimar Gardenal (061.673.098-50); Wilson de Barros Cantero (338.358.101-20).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

8. Representação legal:

8.1. Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (7.498/OAB-MS), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.

8.2. Nelson da Costa Araújo Filho (3.512/OAB-MS) e outros, representando Neimar Gardenal e Wilson de Barros Cantero.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul acerca de irregularidades detectadas no pregão eletrônico 42/2012 do Núcleo de Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e nos contratos 13 e 14/2012, dele decorrentes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher, nos termos do art. 250, § 1º, do RI/TCU, as razões de justificativa apresentadas por:

9.2.1. José Carlos Dorsa Vieira Pontes, no que tange, em específico, à irregularidade tratada no item '8.1.b' da instrução à peça 41;

9.2.2. Neimar Gardenal, em relação à irregularidade apontada no item '10.1.b' da instrução à peça 41;

9.2.3. Wilson de Barros Cantero, quanto à irregularidade apontada no item '9.1.a' da instrução à peça 41;

9.3. rejeitar, nos termos do art. 43, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, § 2º, do RI/TCU, as razões de justificativa apresentadas por:

9.3.1. José Carlos Dorsa Vieira Pontes, no que tange, em específico, à irregularidade tratada no item '8.1.a' da instrução à peça 41;

9.3.2. Neimar Gardenal, em relação à irregularidade apontada no item '10.1.a' da instrução à peça 41;

9.3.3. Wilson de Barros Cantero, quanto às irregularidades apontadas nos itens '9.1.b' e '9.1.c' da instrução à peça 41;

9.4. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados a multa respectiva, com fulcro no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

José Carlos Dorsa Vieira Pontes	R$ 25.000,00
Wilson de Barros Cantero	R$ 20.000,00
Neimar Gardenal	R$ 15.000,00

9.5. autorizar, desde logo, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor;

9.6. alertar aos responsáveis que, na hipótese de parcelamento, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. autorizar o desconto das dívidas na remuneração dos responsáveis, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações e não seja possível o desconto determinado;

9.9. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), à Controladoria-Geral da União - Regional Mato Grosso do Sul, à Superintendência da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul e ao Juízo da 5ª Vara Federal de Campo Grande/MS;

9.10. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2034-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2035/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.261/2010-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão civil).

3. Recorrente: Fábio Pires do Val, Comandante do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado.

3.1 Interessadas: Janét Viana (384.223.796-00), pensionista de Celso Gomes (150.935.306-20) e Malvina de Jesus de Lima (942.207.947-00), pensionista de Jose Rodrigues de Souza Lima (078.826.377.34).

4. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar/Comando do Exército/Ministério da Defesa.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame interposto pelo Comandante do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado, Tenente-Coronel Fábio Pires do Val, contra o Acórdão nº 2080/2011-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento no artigo 48 da Lei8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. reformar o Acórdão 2080/2011-TCU-1ª Câmara a fim de julgar legais as pensões civis instituídas por Celso Gomes (150.935.306-20) e Jose Rodrigues de Souza Lima (078.826.377.34), concedendo o registro aos atos correspondentes, números de controle 10003401-05-2008-000509-7 e 10003401-05-2009-000508-1;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Primeira Região Militar/Comando do Exército/Ministério da Defesa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2035-10/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2036/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.025/2016-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto V - Pensão Civil.
3. Interessados: Maria Juraci Melo dos Santos (026.055.407-31), pensionista de Pedro Leandro dos Santos (836.722.737-91); Maria da Conceição da Silva (754.145.113-49), pensionista de Raimundo Quiteria Silva (049.775.053-87); Maria Crisostomo da Silva (599.576.204-44), pensionista de Venceslau Pereira da Silva (021.684.994-20); Vicente Andre Pereira Junior (096.582.244-31), pensionista de Vicente Andre Pereira (028.322.084-87); Ana Lucia Soares de Sousa de Vasconcelos (905.816.363-68), pensionista de Vicente Freire de Vasconcelos (018.210.593-87); Maria Zilma Lima da Mota (993.327.285-34), pensionista de Walter Rodrigues da Mota (034.529.055-00); Clebson da Silva Santos (043.918.625-06), Cleiton Silva Rodrigues (sem CPF), Elizangela Lima da Silva (042.874.155-07) e Kessya da Silva Rodrigues (sem CPF), pensionistas de Zenobio Rodrigues dos Santos (043.676.505-53), com dois atos.
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões civis instituídas por Venceslau Pereira da Silva (021.684.994-20) e Vicente Andre Pereira (028.322.084-87), concedendo o registro aos atos correspondentes, números de controle 10316205-05-2008-006085-7 e 10316205-05-2009-010025-8;

9.2. considerar ilegais as pensões civis instituídas por Pedro Leandro dos Santos (836.722.737-91), Raimundo Quiteria Silva (049.775.053-87), Vicente Freire de Vasconcelos (018.210.593-87), Walter Rodrigues da Mota (034.529.055-00) e Zenobio Rodrigues dos Santos (043.676.505-53), este último com dois atos, negando registro aos atos correspondentes, números de controle 10316205-05-2008-000012-9, 10316205-05-2012-000077-9, 10316205-05-2008-002335-8, 10316205-05-2006-000417-0, 10316205-05-2007-008045-6 e 10316205-05-2007-008046-4, em razão da inclusão, na base de cálculo dos benefícios, de vantagens sem a devida proporcionalização;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106);

9.4. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, também no prazo de 15 (quinze) dias, livres das irregularidades detectadas;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2036-10/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2037/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.029/2013-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Rosa Maria Gomes Dias (037.985.183-00).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Glaydson Campelo de Almeida Rodrigues (OAB/MA 11.627) e outros, representando Rosa Maria Gomes Dias.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria instituída no âmbito da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Rosa Maria Gomes Dias (037.985.183-00), negando o registro ao ato correspondente, número de controle 10496203-04-2008-000030-5, ante a inclusão de parcela judicial relativa à vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado das irregularidades verificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Fundação Universidade Federal do Maranhão;

9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Fundação Universidade Federal do Maranhão e aos representantes legais devidamente constituídos nos autos.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2037-10/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2038/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.623/2015-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Otacílio Rodrigues da Silva (602.365.238-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piquete - SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX/CE).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Otacílio Rodrigues da Silva, ex-prefeito do município de Piquete/SP, em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio391/2008, celebrado com a prefeitura, tendo por objeto apoiar a implementação do projeto intitulado "Troperismo - Nossas Raízes".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Otacílio Rodrigues da Silva, CPF: 602.365.238-72, nos termos do §3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, §2º e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Otacílio Rodrigues da Silva, CPF: 602.365.238-72;

9.3. aplicar a Otacílio Rodrigues da Silva, CPF: 602.365.238-72, a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar também, caso venha a ser requerido pelo responsável, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente;

9.6. dar ciência ao Ministério do Turismo e ao Município de Piquete/SP de que o ente municipal tem crédito perante a União no valor de R$ 2.098,06, referenciado à data de 9/3/2012, para que adotem as providências necessárias com vistas à devolução da referida quantia, atualizada monetariamente.

9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao responsável e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2038-10/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2039/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.260/2013-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)
3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda. (70.106.430/0001-78); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).
4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).
8. Representação legal:
8.1. Marcone Queiroga de Oliveira (5.776/OAB-PB), representando Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda.
8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda., em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela empresa Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda., CNPJ: 70.106.430/0001-78, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda., CNPJ: 70.106.430/0001-78;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF038.674.201-49, solidariamente com a Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda., CNPJ: 70.106.430/0001-78, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 141.550,05	31/1/2010
R$ 180.443,98	31/1/2011

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda., CNPJ: 70.106.430/0001-78, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 182.209,45	31/1/2007
R$ 411.935,75	31/1/2008
R$ 340.963,50	31/1/2009
R$ 19.622,45	31/1/2010

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Coleite Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite e Gado de Corte do Sertão Ltda., CNPJ: 70.106.430/0001-78, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.12. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2039-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2040/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.423/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Sabor da Terra Laticínios Ltda - EPP. (01.112.455/0001-61).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Sabor da Terra Laticínios Ltda - EPP.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Antônia Lúcia Navarro Braga e da empresa Sabor da Terra Laticínios Ltda - EPP, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, ex-Presidente da FAC, e da empresa Sabor da Terra Laticínios Ltda - EPP, CNPJ: 01.112.455/0001-61;

9.2. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, solidariamente com a empresa Sabor da Terra Laticínios Ltda - EPP, CNPJ: 01.112.455/0001-61, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 27.821,95	31/1/2010
R$ 92.039,24	31/1/2011

9.3. aplicar, individualmente, a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF 038.674.201-49, e à empresa Sabor da Terra Laticínios Ltda - EPP, CNPJ: 01.112.455/0001-61, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.8. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2040-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2041/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.445/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Serrote Branco Agroindustrial Ltda. (04.453.722/0001-52).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

8.2. Fabio Andrade Medeiros (10.810/OAB-PB), representando Serrote Branco Agroindustrial Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Serrote Branco Agroindustrial Ltda (Sebral), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidentes da FAC, e da Serrote Branco Agroindustrial Ltda (Sebral), CNPJ: 04.453.722/0001-52;

9.2. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF038.674.201-49, solidariamente com a Serrote Branco Agroindustrial Ltda (Sebral), CNPJ: 04.453.722/0001-52, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 462.487,45	31/1/2010

9.3. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a Serrote Branco Agroindustrial Ltda (Sebral), CNPJ: 04.453.722/0001-52, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	*Data de ocorrência*
R$ 1.642.723,25	31/1/2007
R$ 2.370.685,90	31/1/2008
R$ 2.335.587,90	31/1/2009
R$ 225.860,00	31/1/2010

9.4. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar à Serrote Branco Agroindustrial Ltda (Sebral), CNPJ: 04.453.722/0001-52, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 a 9.6 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.8. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.9. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.11. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2041-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2042/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.448/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68); Vênus Leite e Derivados Ltda - ME (07.506.515/0001-07).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima e da Vênus Leite e Derivados Ltda - ME, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, ex-Presidente da FAC, e da Vênus Leite e Derivados Ltda - ME, CNPJ: 07.506.515/0001-07;

9.2. condenar Gilmar Aureliano de Lima, CPF 714.551.594-68, solidariamente com a Vênus Leite e Derivados Ltda - ME, CNPJ: 07.506.515/0001-07, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	*Data de ocorrência*
R$ 120.681,00	31/1/2008

9.3. aplicar, individualmente, a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, e à Vênus Leite e Derivados Ltda - ME, CNPJ: 07.506.515/0001-07, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.2 e 9.3 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.8. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2042-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2043/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.376/2010-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrente:

3.1. Responsáveis: Benedito Soares de Lyra Pessoa (000.579.323-87); Fause Elouf Simão (001.947.783-04); Fernando José de Assunção Couto (062.887.313-15); Hélio de Sousa Queiroz (001.945.063-04); João Alves do Nascimento (001.942.713-15); Marcia Regina Serejo Marinho (334.233.343-04); Solange Camargo Bandeira da Silveira (769.832.347-15)

3.2. Recorrente: Hélio de Sousa Queiroz (001.945.063-04).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Caxias - MA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Representação legal:

8.1. Washington Leite Torres (5414/OAB-MA) e outros, representando Hélio de Sousa Queiroz.

8.2. José Maria Romão dos Santos (0514/OAB-MA), representando Benedito Soares de Lyra Pessoa.

8.3. Josino Ribeiro Neto (748/72/OAB-PI) e outros, representando Fernando José de Assunção Couto.

9. Acórdão:

Visto, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 8.114/2014-TCU-Primeira Câmara, o qual julgou irregulares as contas do recorrente e de outros responsáveis, com condenação ao pagamento de débito e multa, em decorrência de irregularidades verificadas na aplicação dos recursos destinados ao Programa de Combate às Carências Nutricionais - PCCN pela Prefeitura Municipal de Caxias/MA, nos exercícios de 2000 e 2001

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, e no mérito dar-lhe provimento parcial, com vistas a excluir as multas aplicadas a Hélio de Sousa Queiroz, Fause Elouf Simão Junior e Márcia Regina Serejo Marinho, tornando insubsistente o item 9.3 do referido Acórdão;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e aos demais interessados;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2043-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2044/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.717/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Marilena Manno Vieira (518.483.178-91).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria instituída no âmbito da Universidade Federal de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marilena Manno Vieira (518.483.178-91), negando o registro ao ato correspondente, número de controle 10452109-04-2013-000079-1, em razão de irregularidades no cálculo do valor de seus proventos, em desacordo com os ditames da Lei 10.887/2004 e com as orientações contidas nos Acórdãos 1176/2015-TCU-Plenário e 2223/2012-TCU-Plenário;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de São Paulo que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado das impropriedades identificadas, a ser submetido à apreciação do TCU;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrados;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior e informe ao TCU as medidas adotadas;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal de São Paulo;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Universidade Federal de São Paulo.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2044-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2045/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.520/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil.

3. Interessados: Alcione Stancheri da Fonseca (014.024.388-77), pensionista de Judith Stancheri (516.167.858-53); Lucia Toledo Mendes de Almeida (053.840.798-00) e Roberto Mendes De Almeida (941.740.678-72), pensionistas de Orlando Mendes de Almeida (611.051.208-72); Mariza Ferreira Cardoso Azzi (021.933.318-12), pensionista de Santino Dantas Cardoso (118.524.888-91); Sergio Maringoni de Carvalho (006.256.758-60), pensionista de Sérgio de Carvalho (026.643.568-87); Ellen Beatriz Erschfeld de Brito (097.851.158-10) e Margarida Erschfeld de Brito (097.851.488-23), pensionistas de Walmor Oscar Alves de Brito (017.045.168-20).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º e 5º, 261, *caput* e § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame da pensão civil instituída por Santino Dantas Cardoso (118.524.888-91), tendo em vista o exaurimento dos efeitos financeiros do respectivo ato, número de controle 10229809-05-2004-000283-6;

9.2. considerar legais as pensões civis instituídas por Sérgio de Carvalho (026.643.568-87) e Walmor Oscar Alves de Brito (017.045.168-20), concedendo o registro aos atos correspondentes, números de controle 10229809-05-2003-000166-7 e 10229809-05-2002-000245-3;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. considerar ilegais as pensões civis instituídas por Judith Stancheri (516.167.858-53) e Orlando Mendes de Almeida (611.051.208-72), negando registro aos atos correspondentes, números de controle 10229809-05-2006-000097-9 e 10229809-05-2003-000173-0, em razão da ausência de dependência econômica de beneficiários na condição de filhos maiores inválidos;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106);

9.5. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que:

9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.5.2. no prazo de 15 (quinze) dias, emita novo ato da pensão civil instituída por Orlando Mendes de Almeida (611.051.208-72), contemplando como beneficiária apenas Lucia Toledo Mendes de Almeida (053.840.798-00);

9.5.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.5.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2045-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2046/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.320/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Maria Falinacia Ribeiro (555.590.186-00) e Monica Aparecida Ribeiro (029.207.106-05).

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos deconcessão de pensãocivil, inicial e alteração, instituídos pelo ex-servidor Orlando Alves Ribeiro e emitidos pela Universidade Federal de Minas Gerais em favor das beneficiárias Maria Falinacia Ribeiro (viúva) e Monica Aparecida Ribeiro (filha maior inválida);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais e recusar registro aos atos de pensão instituídos por Orlando Alves Ribeiro (315.151.856-72) em favor de Maria Falinacia Ribeiro (555.590.186-00) e Monica Aparecida Ribeiro (029.207.106-05), nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, incisoV, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal de Minas Gerais, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais, com base no art. 45 da Lei8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos tidos por ilegais, referente a parcela judicial decorrente de hora extra (DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.2.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e o submeta ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias;

9.2.3. informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.2.4. comunique imediatamente às interessadas o teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas inativas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos

.3. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.2 e subitens do presente acór dão.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2046-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2047/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.885/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Celso Honório Ferreira (086.459.226-49).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato referente à concessão de aposentadoria, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do ex-servidor Celso Honório Ferreira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Celso Honório Ferreira (086.459.226-49), uma vez que o ex-servidor não implementou os requisitos previstos para a aposentadoria na Lei 6.903/1981, até 13/10/1996;

9.2. orientar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, em razão do trânsito em julgado da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária 2001.38.00.034775-3/MG, não há necessidade de cadastramento de novo ato de concessão de aposentadoria em favor do interessado;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG e ao interessado.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2047-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2048/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.133/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Ademir Felix (093.364.439-68).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato concessão de aposentadoria (alteração), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC em favor do ex-servidor Ademir Felix;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Ademir Felix (093.364.439-68), em razão do pagamento da parcela decorrente do percentual de 11,98% (URV);

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que, caso no futuro, a remuneração dos juízes classistas sofra majoração capaz de compensar a parcela judicial decorrente da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Processo 1997.00.08353-5/SC, referida parcela, constante dos proventos do Sr. Ademir Felix, deverá ser paulatinamente absorvida, mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à referida decisão, adotando-se, como referência para tanto, a metodologia prevista no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC e ao interessado.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2048-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2049/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.134/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Bernardino Nicolino da Luz (021.586.129-91).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato concessão de aposentadoria (alteração), emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC em favor do ex-servidor Bernardino Nicolino da Luz;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Bernardino Nicolino da Luz (021.586.129-91), em razão do pagamento da parcela decorrente do percentual de 11,98% (URV);

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que, caso no futuro, a remuneração dos juízes classistas sofra majoração capaz de compensar a parcela judicial decorrente da decisão proferida nos autos da Apelação Civil 1997.34.00.029566-3, referida parcela, constante dos proventos do Sr. Bernardino Nicolino da Luz, deverá ser paulatinamente absorvida, mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à referida decisão, adotando-se como referência, para tanto, a metodologia prevista no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC e ao interessado.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2049-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2050/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.613/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Sonia Aparecida Alves (076.711.278-41).

4. Órgão: Superintendência Estadual do INSS em São Paulo/SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a concessão de aposentadoria, emitido pela Superintendência Estadual do INSS em São Paulo/SP em favor da ex-servidora Sonia Aparecida Alves;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato referente à concessão de aposentadoria à Sonia Aparecida Alves (076.711.278-41), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual do INSS em São Paulo/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS em São Paulo/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial os referentes à parcela judicial proveniente de plano econômico, no percentual de 26,06%, haja vista já integrada aos proventos ordinários da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira e em razão da inexistência de decisão judicial que resguarde sua manutenção;

9.3.2 comunique ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU55/2007;

9.3.4. comunique à interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de trinta dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada, cujo ato foi impugnado, está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2050-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2051/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.989/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Lucia Alves da Silva (329.793.397-68); Magdalena Alves da Silva (785.303.267-68).

4. Órgão: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/RJ.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: George Washington Cavalcanti de Aquino (OAB/RJ 48.791).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato depensãocivil, instituído por Álvaro Cabral da Silva, ex-ocupante do cargo de Fiscal de Contribuições Previdenciárias, emitido pela Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/RJ em favor das beneficiárias Magdalena Alves da Silva (viúva) e Lucia Alves da Silva (filha maior solteira);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro aos atos de pensão instituídos por Álvaro Cabral da Silva (025.500.757-49) em favor de Magdalena Alves da Silva (785.303.267-68) e Lucia Alves da Silva (329.793.397-68), nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, incisoV, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/RJ, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos tidos por ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.2.2. apure os valores recebidos indevidamente por Lúcia Alves da Silva (329.793.397-68) desde a exclusão da beneficiária Magdalena Alves da Silva (785.303.267-68) e promova as ações cabíveis visando ao ressarcimento ao erário, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 8º, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992 e 262, §1º, do Regimento Interno do TCU, combinados com o art. 3º da Instrução Normativa - TCU 71/2012;

9.2.3. no caso de as medidas administrativas possíveis se esgotarem sem que o erário tenha sido integralmente ressarcido, instaure tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa - TCU 71/2012;

9.2.4. comunique ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.3. Determinar à Sefip que:

9.3.1. faça constar, no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) e nos dados do processo, o nome correto da interessada, qual seja, Lucia Alves da Silva (CPF 329.793.397-68);

9.3.2. monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.2 e subitens do presente acórdão.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2051-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2052/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.384/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Raimundo de Oliveira (008.970.784-20).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN em favor de Raimundo de Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato referente à concessão de aposentadoria a Raimundo de Oliveira (008.970.784-20), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU55/2007;

9.2.2. promova a aplicação do teto constitucional nos proventos do magistrado, resultante do somatório dos proventos de aposentadoria do cargo de Desembargador do TRT da 21ª Região/RN e dos proventos de aposentadoria do cargo de Professor da Universidade Federal da Paraíba, no prazo de quinze dias, contados da ciência desta decisão;

9.2.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e o submeta ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias; e

9.2.4. comunique imediatamente o interessado do teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelo inativo, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2052-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2053/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.910/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Vilson José Masutti (172.196.120-87).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Eleni Alves Pereira (OAB/MT 3.012) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso em favor do ex-servidor Vilson José Masutti;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Vilson José Masutti (172.196.120-87), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, incisoV, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial os que se referem à parcela referente ao índice de 28,86%, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e art. 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e o submeta ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. comunique imediatamente ao interessado o teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelo inativo, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

9.4. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações proferidas no presente Acórdão.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2053-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2054/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-003.804/2013-5.

2. Grupo: I - Classe: I - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre (26.989.350/0516-16).

3.2. Responsável: Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capixaba/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Funasa/AC em desfavor do Sr. Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72), ante a não comprovação da boa e regular aplicação de recursos federais transferidos pela Funasa ao Município de Capixaba/AC por intermédio do Termo de Compromisso TC/PAC 0330/07 (Siafi 635486) (peça 1, p. 51-53), que teve por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de tagColegiado, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas discriminadas até a data do recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional da Saúde na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
17/11/2009	89.966,85
6/9/2010	134.950,28
1º/6/2011	224.917,12

9.2. aplicar ao Sr. Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação; e

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Acre, para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2054-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2055/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.800/2016-1.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda. (Cooptecara) (CNPJ 02.802.076/0001-66); Zildomar Lopes da Silva, Presidente da Cooptecara (CPF 890.892.514-72)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional da Paraíba do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor do Sr. Zildomar Lopes da Silva, Presidente da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária (Cooptecara), em razão da impugnação total de despesas do Convênio CRT/PB/01/2003 (Siafi 481339), celebrado com o objetivo de aplicar as quantias de R$81.700,00, em recursos federais, e R$ 4.300,00, em recursos de contrapartida, com vistas à execução de ações de "capacitação e assessoramento técnico gerencial para áreas de Projetos de Assentamento no Estado da Paraíba nos municípios de Pitimbu, São Miguel do Taipu, Cruz do Espírito Santo, Camalau e Sumé";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas do Sr. Zildomar Lopes da Silva e da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária (Cooptecara), condenando-os solidariamente em débito e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), das quantias indicadas na tabela abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência especificadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
50.000,00	22/9/2003
31.700,00	1/12/2003

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2055-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2056/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.870/2015-8

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Giovanni Brillantino, CPF362.692.807-10 (Prefeito nos períodos de 1º/1/2005 a 21/4/2008 e de 17/7 a 31/12/2008); e Francisco Alex Pinheiro Santos, CPF460.468.875-34 (Prefeito no período de 22/4 a 16/7/2008).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itagimirim/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Secex/MA;

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor dos Srs. Giovanni Brillantino, Prefeito de Itagimirim (BA) nos períodos de 1º/1/2005 a 21/4/2008 e 17/7 a 31/12/2008, e Francisco Alex Pinheiro Santos, Prefeito de Itagimirim (BA) no período de 22/4 a 16/7/2008 (Vice-Prefeito que assumiu por força de decisão judicial, conforme atas à peça 2, p. 25-40), em razão da impugnação total de despesas realizadas com recursos transferidos diretamente à Prefeitura de Itagimirim/BA para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2008, objetivando a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, em caráter complementar, para atendimento dos alunos matriculados em creches, pré-escolas e em escolas do ensino fundamental, com amparo na Resolução CD/FNDE 38, de 19/8/2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, e 57, da Lei 8.443/92, em:

9.1 acatar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Alex Pinheiro Santos e julgar suas contas regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, dando-se-lhe quitação;

9.2. considerar revel,para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, Giovanni Brilllantino, e julgar irregulares suas contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.179,20	5/3/2008
9.970,40	6/3/2008
1.179,20	4/4/2008
9.970,40	7/4/2008
1.179,20	7/5/2008
9.970,40	8/5/2008
1.179,20	2/6/2008
3.724,64	3/6/2008
1.179,20	2/7/2008
9.970,40	3/7/2008
1.179,20	4/8/2008
9.970,40	5/8/2008
1.179,20	4/9/2008
9.970,40	5/9/2008
1.179,20	3/10/2008
9.970,40	6/10/2008
1.179,20	3/11/2008
9.970,40	4/11/2008
1.179,20	3/12/2008
9.970,40	4/12/2008

9.3. aplicar ao Sr. Giovanni Brillantino a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como das peças que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis em seu âmbito de atuação.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2056-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2057/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-024.673/2013-7

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Vanderley Viana de Lima (CPF036.034.822-04), ex-Prefeito do Município de Xapuri/AC, e Francisco Ferreira da Silva (CPF321.837.392-15), ex-Secretário de Infraestrutura Urbana e Rural do Município de Xapuri/AC.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Xapuri/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em desfavor do Sr. Vanderley Viana de Lima, ex-Prefeito do Município de Xapuri/AC, em razão de execução parcial do objeto pactuado no Convênio 545/2002-MI, que teve por objeto a pavimentação de ruas, drenagem e construção de calçadas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Vanderley Viana de Lima (CPF036.034.822-04) e Francisco Ferreira da Silva (CPF321.837.392-15);

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas dos Srs. Vanderley Viana de Lima (CPF036.034.822-04) e Francisco Ferreira da Silva (CPF321.837.392-15) e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data do débito	Valor original (R$)
22/11/2006	14.030,65
8/9/2006	7.321,84
2/8/2006	15.295,00
15/2/2006	17.907,00
31/1/2006	18.138,51

9.3. aplicar aos Srs. Vanderley Viana de Lima (CPF036.034.822-04) e Francisco Ferreira da Silva (CPF321.837.392-15), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Nome do responsável (CPF)	Valor da multa (R$)
Vanderley Viana de Lima (CPF036.034.822-04)	12.500,00
Francisco Ferreira da Silva (CPF321.837.392-15)	6.250,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acõrdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência deste acõrdão, bem como das peças que o fundamentam aos Srs. Vanderley Viana de Lima e Francisco Ferreira da Silva.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2057-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2058/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-028.406/2014-1

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Vanderley Messias Sales (096.364.042-91).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Walter/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. Vanderley Messias Sales, ex-Prefeito do Município de Porto Walter/AC, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos financeiros do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano no exercício de 2003,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Vanderley Messias Sales, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do responsável, Sr. Vanderley Messias Sales (ex-Prefeito do Município de Porto Walter/AC), com fundamento nos art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei8.443/1992 c/c os art. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com o art. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Data da ocorrência	Valor (R$)
17/3/2003	7.800,00
25/4/2003	15.600,00
8/7/2003	13.275,00
29/7/2003	5.475,00
28/8/2003	5.475,00
24/9/2003	4.875,00
23/10/2003	4.875,00
18/12/2003	12.150,00
12/2/2004	5.475,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.4. encaminhar cópia deste acórdão e demais elementos pertinentes ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2058-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2059/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-028.614/2014-3

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Vanderley Messias Sales, CPF096.364.042-91.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Walter/AC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - Secex/AC.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor de Vanderley Messias Sales, na condição de ex-Prefeito do Município de Porto Walter/AC, em razão da não comprovação da regular aplicação da parcela de R$97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), do montante de R$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) transferidos ao município ao abrigo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) durante o exercício de 2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa e as razões de justificativa apresentadas por Vanderley Messias Sales;

9.2. julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Vanderley Messias Sales ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-se o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas também especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
18/6/2004	*18.750,00
26/7/2004	11.250,00
30/8/2004	11.250,00
23/9/2004	11.250,00
20/10/2004	11.250,00
19/11/2004	13
10/12/2004	22.500,00

*montante correspondente a soma dos valores da ordem bancária 901515, de 18/6/2004, deduzido do montante de R$ 37.500,00, valor cuja prestação de contas foi aprovada pelo concedente.

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis em seu âmbito de atuação.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2059-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2060/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-034.422/2013-7

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: Paulo Nóbrega de Almeida, CPF180.447.601-30.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Miguel do Guaporé/RO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secex/RO.

8. Representação legal: Robson Magno Clodoaldo Casula, OAB/RO 1.401, e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, em desfavor do Sr. Paulo Nóbrega de Almeida, Prefeito Municipal no período de 1º/1/2005 a 31/12/2008, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos federais transferidos à Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO por força do Convênio 66/2005, Siafi 551407, celebrado entre aquele ente municipal e a extinta Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, tendo como objeto a execução de pavimentação asfáltica, de acordo com plano de trabalho aprovado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Nóbrega de Almeida, Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé no período de 1º/1/2005 a 31/12/2008, e condená-lo ao pagamento da quantia de R$158.700,00 (cento e cinquenta e oito mil e setecentos reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir 11/1/2007, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se de sua responsabilidade os valores eventualmente já ressarcidos, tal como o recolhimento no montante de R$31.052,26 (trinta e um mil e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos), efetuado em 22/8/2007;

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Paulo Nóbrega de Almeida, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2060-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2061/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.489/2014-5.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Eaj Assessoria de Comunicação S/c Ltda (01.365.465/0001-09); Ethel Regina Jannuzi Dal Moro (142.556.888-26); Izabel Christina Jannuzi Bastos (282.978.368-94); Joel Eichemberger da Silva (600.788.808-82).

3.2. Embargante: Izabel Christina Jannuzi Bastos (282.978.368-94).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Relator da deliberacão recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Tacito Eduardo Oliveira Grubba (OAB/SP 49.529), representando Izabel Christina Jannuzi Bastos e Ethel Regina Jannuzi Dal Moro;

8.2. Joan Montecalvo Eichemberger e Silva (OAB/SP 195.544), representando Joel Eichemberger da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciamembargos de declaraçãoopostos por Izabel Christina Jannuzi Bastos contra o acórdão 457/2017-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração (peça 102),para, no mérito, dar-lhes provimento e tornar insubsistente o acórdão 457/2017-TCU-1ª Câmara;

9.2. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração interpostos contra o acórdão 7591/2016-TCU-1ª Câmara (peça 84), para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do acórdão;

9.3. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2061-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2062/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.546/2011-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Elizete Nunes Vissotto (466.544.530-34); Maria Angélica Vissotto Bortoluzzi (611.221.490-34); Rosangela Vissotto Corino (610.434.000-87).

4. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: João Marcos Adede y Castro (OAB/RS 85.239) e outros (peça 13).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões militares deferidas pela Décima Terceira Região Militar - Comando do Exército.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, II, do RI/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato relativo a reversão da pensão militar instituída por Juarez Nunes Vissoto (peça 4), negando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Décima Terceira Região Militar que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, relativamente às Sras. Maria Angélica Vissotto Bortoluzzi e Rosângela Vissotto Corino, nos termos dos arts. 39 da Lei 8.443/92 e 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe novo ato concessório para apreciação deste Tribunal, com a integralização do benefício em favor de Elizete Nunes Vissotto (irmã solteira habilitável);

9.3.3. no prazo de 60 (sessenta) dias, envie a este Tribunal a comprovação da ciência dos interessados desta deliberação, alertando às Srªs. Maria Angélica Vissotto Bortoluzzi e Rosângela Vissotto Corino de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto a esta Corte de Contas não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento desse recurso.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2062-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2063/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.274/2016-4.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: Andréa Rodrigues Rosa (417.208.571-72); Elys Tevania Alves de Souza Carvalho (553.992.231-04); Gerson Sampaio Esteves (583.621.181-72); Silvia Neves de Oliveira (343.366.721-72).

4. Entidade: Conselho Federal de Contabilidade.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a representação acerca de irregularidades no pregão eletrônico 30/2015, cujo objeto foi "o registro de preços para a contratação de serviços gráficos".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por considerar preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU;

9.2. determinar a conversão da presente representação em tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 252 do RI/TCU, devendo, nos termos do art. 41 da Resolução TCU 259/2014, ser autuado processo específico para esse fim, ao qual será apensado o processo em exame;

9.3. determinar, com fundamento no art. 43, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, IV, do RI/TCU, a audiência do Sr. Gerson Sampaio Esteves, pregoeiro responsável pelo pregão eletrônico 30/2015, para que apresente razões de justificativa referentes à realização de procedimento licitatório sem que houvesse orçamento detalhado do objeto, em afronta ao inciso II do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/1993, falha que, além de inviabilizar a avaliação das propostas quanto aos preços unitários, conforme previsto no subitem 27.4 do edital, possibilita, entre outras distorções, a ocorrência de "jogo de planilha", ainda mais em certame do tipo "menor preço global", no qual a disputa ocorreu exclusivamente pelo valor global;

9.4. determinar, com fundamento no art. 43, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, IV, do RI/TCU, a audiência das Sras. Silvia Neves de Oliveira, gerente de multimídia, Andréa Rodrigues Rosa, coordenadora de gestão de TI e Comunicação, e Elys Tevania Alves de Souza Carvalho, diretora executiva, signatárias do termo de referência concernente ao pregão eletrônico 30/2015, para que apresentem razões de justificativa para as seguintes condutas:

9.4.1. realização de procedimento licitatório sem que houvesse orçamento detalhado do objeto, em afronta ao inciso II do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/1993, falha que, além de inviabilizar a avaliação das propostas quanto aos preços unitários, conforme previsto no subitem 27.4 do edital, possibilita, entre outras distorções, a ocorrência de "jogo de planilha", ainda mais em certame do tipo "menor preço global", no qual a disputa ocorreu exclusivamente pelo valor global;

9.4.2. elaboração de orçamento estimado com base tão somente em consulta a fornecedores, contrariando jurisprudência desta Corte de Contas (acórdãos 2816/2014, 1445/2015, 1678/2015 e 3351/2015, todos do Plenário), no sentido de que devem ser utilizadas fontes diversificadas, com vistas a dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados e, sem considerar, em especial, os preços registrados na ARP CFC 03/2014, conforme tabela disposta no parágrafo 12 da instrução (peça 15);

9.4.3. ausência de cotações diferenciadas, de acordo com a tiragem do material gráfico requerido, impedindo a obtenção de benefícios relacionados à economia de escala, fator que influencia consideravelmente os preços nesse tipo de objeto;

9.4.4. discrepância entre o valor registrado na ARP CFC 09/2015 (R$ 15.999.990,00) e a soma dos itens efetivamente executados (cerca de R$ 500 mil, segundo informado pela entidade) durante a vigência da ata, denotando deficiência no planejamento da contratação, em afronta ao inciso II do § 7º do art. 15 da Lei 8.666/1993;

9.5. informar à SecexFazenda, com base no subitem 26.1 do Anexo I à Portaria-Segecex Nº 12/2016, sobre as irregularidades identificadas nestes autos, tendo em vista os possíveis reflexos na análise das contas dos responsáveis acima indicados relativas aos exercícios de 2015 e 2016;

9.6. determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) que, em consonância com o art. 198, parágrafo único, do RI/TCU c/c o art. 41, § 2º, da Resolução TCU 259/2014, cientifique o presidente do Conselho Federal de Contabilidade a respeito do disposto no item 9.2 do presente acórdão;

9.7. enviar cópia desta deliberação ao Conselho Federal de Contabilidade.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2063-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2064/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.154/2016-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Lopes de Almeida (011.081.665-04).

4. Entidade: município de Riachão do Dantas/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. José Lopes de Almeida, prefeito do município de Riachão dos Dantas/SE, nas gestões de 1997-2000 e 2001-2004, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos do convênio 61.028/1999 (Siafi 381855), celebrado com o município, cujo objetivo era a implementação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, com fundamento no art. 212 do RI/TCU, ante a ausência de pressuposto para o desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e aos interessados.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2064-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2065/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.789/2013-9.

1.1. Apenso: 033.429/2014-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Recorrente: Ademir Jose Schneider (226.945.790-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Herval - RS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Representação legal: Adriana Barbosa Felix (32396/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 5.521/2016-1ª Câmara, proferido em recurso de reconsideração,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los de forma a, dando provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo responsável:

9.1.1. tornar insubsistentes os subitens 9.2 a 9.6 do Acórdão 5661/2014-1ª Câmara;

9.1.2. julgar regulares com ressalva as contas do sr. Ademir Jose Schneider, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência ao embargante do teor desta deliberação.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2065-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2066/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.582/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Manuel Rodrigues de Freitas Neto (564.752.769-87).

4. Entidades: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e Município de Terra Nova do Norte - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal: Lucimar Rodrigues de Freitas Valério (OAB/MT 18.267) e José Rodrigues de Freitas Junior (OAB/MT 20.055), representando Manuel Rodrigues de Freitas Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, em razão do não encaminhamento do Relatório de Cumprimento Final de objeto relativo ao Convênio n° 047/2006 (Siafi 561146), celebrado com a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Manuel Rodrigues de Freitas Neto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
30/6/2006	65.108,00 D
30/6/2006	62.500,00 D
10/12/2007	122.392,00 D
1/7/2009	59.863,25 C
8/4/2011	947,97 C

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável indicado no subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. aplicar ao Sr. Manuel Rodrigues de Freitas Neto, a multa individual de R$ 12.000,00 (doze mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, se requerido, o pagamento das dívidas em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno;

9.6. dar ciência desta deliberação, assim como do relatório e voto que a subsidiam, ao responsável, ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2066-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2067/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.380/2012-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (pensão civil)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: André Bianchi Vicente (841.190.710-49); Franciele Bianchi Vicente Costa (017.410.570-35); Nodil Bianchi de Carvalho Vicente (425.499.570-91); Thiago Bianchi Vicente Costa (841.190.630-20)

3.2. Recorrente: Franciele Bianchi Vicente Costa (017.410.570-35).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Washinton Soares de Carvalho (OAB/RS 28.410).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame em processo de pensão civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Franciele Bianchi Vicente Costa para, no mérito, conceder a ele provimento parcial;

9.2. encaminhar os autos ao relator a quo para examinar a legalidade da concessão da pensão instituída por Florinal Antônio de Carvalho Vicente, consubstanciada no ato de peça 2, bem assim no ato número de controle 10228900-05-2012-000014-2, que encontra-se na base do Sisac;

9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2067-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2068/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.518/2011-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (04.931.713/0001-20)

3.2. Responsável: Samuel Farias de Oliveira (391.898.301-30)

3.3. Recorrente: Samuel Farias de Oliveira (391.898.301-30).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guajará - AM.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

8. Representação legal :

8.1. Karina Amorim Sampaio Costa (23803/OAB-DF) e outros, representando Samuel Farias de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Samuel Farias de Oliveira contra o Acórdão 6.975/2014 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos art. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, dando-se a seguinte redação aos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão6.975/2014 - 1ª Câmara:

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas do Sr. Samuel Farias de Oliveira (CPF 391.898.301-30), ex Prefeito de Guajará/AM, e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 142.610,00 (cento e quarenta e dois mil seiscentos e dez reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 18/9/1996 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao responsável, com fundamento nos arts. 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 15.202,81 (quinze mil duzentos e dois reais e oitenta e um centavos), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, à Controladoria Geral da União - CGU e aos demais interessados.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2068-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2069/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.727/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessadas: Maria Olga Duarte Dovera (237.195.753-49); Maria Olga Duarte Dovera (237.195.753-49); Sebastiana Mota Castro (040.425.493-49).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão (FUFMA).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Romolo Duarte Dovera, OAB/MA 8.993, representando Maria Olga Duarte Dovera.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Fundação Universidade Federal do Maranhão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Maria Olga Duarte Dovera (inicial e alteração) e Sebastiana Mota Castro (inicial), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelas interessadas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. emita e disponibilize via Sisac para o Controle Interno, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de aposentadoria para as interessadas, escoimados das irregularidades apontadas nestes autos;

9.3.3. corrija, de imediato, o valor da parcela compensatória atualmente paga à ex-servidora Sebastiana Mota Castro, considerando, para tanto, a efetivação do enquadramento por nível de capacitação ocorrido em janeiro de 2008;

9.3.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Maria Olga Duarte Dovera e Sebastiana Mota Castro, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência à Fundação Universidade Federal do Maranhão de que, nestes autos, foram identificadas as seguintes irregularidades, que podem estar se verificando na remuneração de outros servidores da entidade:

9.4.1. manutenção de parcelas remuneratórias associadas a decisão judicial há muito desconstituída;

9.4.2. pagamento a maior da parcela complementar instituída pela Lei 11.091/2005, em face da não compensação do acréscimo decorrente da efetivação do enquadramento por nível de capacitação (art. 26, inciso III, da Lei), ocorrido em janeiro de 2008;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo no Maranhão (Secex-MA) que, no respectivo processo anual de contas, investigue, para efeito de eventual responsabilização, a ocorrência de pagamentos contemporâneos aos servidores da FUFMA de vantagens associadas a decisões judiciais já rescindidas, particularmente no tocante à URP de fevereiro de 1989 (índice de 26,05%) e à Gratificação de Atividade Executiva (GAE);

9.6. enviar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, bem como da peça 10 dos autos, à Corregedoria da Advocacia-Geral da União e à Procuradoria da União no Estado do Maranhão, para conhecimento e adoção das medidas que entenderem pertinentes na esfera de sua competência;

9.7. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3, acima.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2069-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2070/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.946/2013-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil (Acompanhamento)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Alzenir Carrera Saldanha Marques (040.240.445-91).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam acompanhamento do Acórdão nº 4.399/2013-1ª Câmara, que julgou ilegal a pensão civil instituída por Celso de Oliveira Marques, ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA, em favor de Alzenir Carrera Saldanha Marques,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, incisos V e IX, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes do Acórdão nº 4.399/2013-1ª Câmara;

9.2. autorizar o oportuno arquivamento do presente processo, dando-se ciência do inteiro teor da presente deliberação ao órgão ministerial, para que adote as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2070-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2071/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.316/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)

3.2. Responsável: Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge (502.824.921-00).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, tendo como responsável o sr. Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge, ex-Secretário de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso, em decorrência da impugnação total das despesas efetuadas no âmbito do Convênio nº 702217/2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 212 do RITCU, arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, em virtude da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

9.2. dar ciência deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, ao interessado.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2071-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2072/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.542/2010-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados: Antonio Itabira de Morais Borba (827.998.904-82); Marinalva Francisca da Silva (647.039.674-72).

4. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas por ex-servidores da Universidade Federal de Alagoas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de interesse de Antonio Itabira de Morais Borba e Marinalva Francisca da Silva, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos pensionistas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Antonio Itabira de Morais Borba e Marinalva Francisca da Silva, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas nestes autos;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2072-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2073/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.333/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Darci Freire da Silva (738.396.124-20); Margarida Siqueira Rodrigues (839.959.944-15).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão civil emitidos no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba instituídos em favor de Darci Freire da Silva e Margarida Siqueira Rodrigues,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de pensão civil de Darci Freire da Silva (738.396.124-20) e Margarida Siqueira Rodrigues (839.959.944-15), negando-lhes o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos tidos por ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderão ser editados novos atos de pensão em favor das interessadas, desde que escoimados da irregularidade verificada nos presentes autos, os quais deverão ser submetidos a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;

9.4.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima.

10. Ata n° 10/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/4/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2073-10/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 20 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 5 de abril de 2017.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES
1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Primeira Câmara, de 18/04/2017, às 15h
PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
001.136/2017-8
Natureza: Representação
Recorrente: Secex-AM
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há
004.760/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alceu Bolino; Ana Maria Scherer; Ana Maria Tortora
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há
004.840/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cirema Seleme Rocha; Cleusa do Rocio Wolff Marafigo; Dirceu Sprea
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há
005.189/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleber Adelar Boff; Eder Farina; Fabiana Schmitt Correa; Fernando de Tarso Castelain Junior; Leonardo Silva Patto; Lucas Vieira Lemos; Maurício Roberto Gonzatto; Milena Santa Brígida da Rocha; Rafael Tolomeotti; Rita de Cássia de Silveira Bendlin; Tatiana Czornabay Manica; Valderi Reis Quietinho Leithardt; Viviane Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há
005.196/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fábio Luiz Rigueira Simão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há
005.203/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maira Vasconcelos da Silva Padilha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há
005.208/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alexandre Custódio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.214/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edgar Eler
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.218/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fabíola Ângela Ferrari
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.221/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Giovana Collodetti
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.227/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Kennedy Fraga Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.234/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Raquel Spinasse Dettogni
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.239/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Shenia Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.241/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor Luiz de Souza Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.248/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Dias Loureiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há
005.253/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Cláudia Susin Daneluz Finatto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há
005.256/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antonio Carlos Copque Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Representação legal: não há
005.276/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Lucas Moisés Lacerda; Bernardo Guimarães de Aguiar; Brisa D'Louar Costa Maia; Erika Silva Costa Lovatto; Hugo Almeida Chaves de Resende; Ismarley Lage Horta Morais; Mônica Soares da Fonseca Beato; Rosilene Maria da Silva Gaio; Sofia Von Atzingen Santos Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há
005.280/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andiara Garcez de Souza Silva de Melo; Carine de Oliveira Vieira; Carla Kassis Costa Farias; Francisco de Assis Alves da Cunha; Gilmara Fernanda Carneiro de Souza; Gracielle Monção Coelho; Marcus de Abreu Farias Costa; Maykson Clay Gonçalves Batista; Sofia Andrade Calderoni Aboud; de Leon Moreira Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há
005.303/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adhemar Ranciaro Neto; Adriana Araujo Peixoto; Adriane de Deus; Airton de Souza Melo; Alcides José de Omena Neto; Alessandra Conceição da Silva; Alex Nascimento Santos; Alexandre Costa Moura; Aline Pires Santos Souza; Aline Rubia Ferraz de Freitas; Álvaro Maia Batista; Amanda Cavalcante de Macedo; Amanda Santana Peiter; Amurabi Pereira de Oliveira; Ana Maria dos Santos; Ana Mônica Henrique Lopes; Ana Paula Dantas de Souza; Ana Rachel Vasconcelos de Lima; Anderson Henrique dos Santos Araujo; Anderson da Silva Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há
005.306/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Dantas Palmieri Borja; Ana Patricia Souza da Costa; Aroldo José Borges Carneiro; Artus Bolzanni; Aurélio Amorim Reis; Bruno Gil de Carvalho Lima; Carine Rodrigues Correia Silva; Ceci Alves dos Santos; Clarissa Leal Silva e Souza; Felipe Baldo Lima; Gildnéia Ramos Blohem Santos; Humberto Diniz Guerra Santos; Israel de Jesus Rocha; Ludmila Meira; Mariane Amorim Rocha; Maíra Vieira Nascimento Carvalho; Nirlyn Karina Seijas Castillo Conceição; Roberta Canário Soares; Salvatore Verde; Wilton de Jesus dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há
005.310/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andreia Lucia Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.316/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luisa Sorio Flor
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há
005.329/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isadora Costa Andriola; Ítalo Augusto Souza de Assis; João Maria Simplicio Ferreira; Jorio Bezerra Cabral Junior; José Alderir da Silva; José Pereira de Sousa Junior; Josiluiz Nobre dos Santos; Josivania Estelita Gomes de Sousa; Juliana Ribeiro Alexandre; Julliana Nobre Oliveira; July Herbert da Silva Mariano; Jussara Keilla Batista do Nascimento Almeida; Karina Marques Vermeulen; Leandro Saraiva Dantas de Oliveira; Leonardo Bruno Reis Gamberoni; Livia Maia Brasil; Livia de Azevedo Dantas; Louize Lidiane Lima de Moura Camara; Lucas Costa de Medeiros Dantas; Lucia Rejane de Almeida Xavier
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há
005.363/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo Anchieta Florentino da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.368/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cornelius Roberto Bohnert
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: não há
005.372/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arnaldo de Matos Gomes; Lua Moloise Fernandes da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há
005.392/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Kelly Pedro de Araújo; Aline da Silva Sales Borba; Lucilene Lima dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há
005.393/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Wagner Rodrigues de Sousa; Andréia Aparecida Catadori Rodrigues Castilho; Bethania Belini Sanches; Diego Deotti; Heiton Curto Gomes; Ivan Miletovic Mozol; Janaina Zaffani; Monclar Nogueira Christóvão; Sidnei de Oliveira Nascimento; Vitor Mendes Caldana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há
005.401/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabiane Carvalho Ballotin
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há
005.431/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carla Godinho Pinto; Fábio Geovani da Luz Barbosa; Fabricio de Sousa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há
005.432/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Soares de Vasconcelos; Jaciana dos Santos Aguiar; Pamela Raquel Lopes Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há
005.433/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alena Ciulla e Silva; Ana Carolina Badalotti Passuelo; Cristiano Silva dos Santos; Felipe Grando Brandão; Jonatan Porto de Oliveira; Luan da Silva Reis; Luciano da Ros; Nalin Ferreira da Silveira; Raquel da Silva Silveira; Rebe Faustino Gabriel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há
005.826/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Gislaine Pereira Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há
005.927/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luana Severo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há
006.142/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Luis de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há
006.172/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Martins Domiciano; Maria da Glória Dias Corrêa; Marilda Rodrigues da Silva e Sousa; Marina Gomes Cristino Alves; Nilda Maria de Carvalho; Sandra Maria Santos de Vasconcelos; Silvamar Oliveira de Lima Fernandes; Simião Ribeiro Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há
007.449/2017-8
Natureza: Representação
Recorrente: Gráfica Editora Formulários Contínos e Etiquetas F&F Ltda.
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Representação legal: Fernando Tomaz Olivieri (OAB/DF 35.537)
012.584/2016-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Maria Angélica Silveira e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
024.033/2013-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Benjamin Zymler; Fernando Luiz Souza da Eira; Guilherme Henrique de La Rocque Almeida; Sandro Grangeiro Leite
Representação legal: não há
033.518/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Governador Valadares - MG
Responsável: Espólio de João Domingos Fassarella
Representação legal: não há
033.959/2016-1
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Guiomar Arrepia Ribeiro; Luciana Fernandes Barbosa; Maria Julia Barbosa Paes; Marilene Barbosa Rosseto; Marinete Barbosa Martins; Marizete Fernandes Barbosa; Solange Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
033.967/2016-4
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Andila Maria Vale Teixeira; Maria Joanna de Farias; Maria Lourdes Vale Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
033.977/2016-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Ana Felipe dos Santos; Ana Maria Santos; Maria José da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
001.591/2013-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Pardo/RS
Responsáveis: Telmo Nestor Berger; Joni Lisbôa da Rocha; Prefeitura Municipal de Rio Pardo/RS
Representação legal: Fernando Pritsch Winck (OAB/RS 63.361)
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
004.842/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Município de Bacabeira/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA
Representação legal: Américo Botelho Lobato Neto (OAB/MA 7.803), representando o Município de Bacabeira/MA
006.305/2017-2
Natureza: Representação
Representante: SNS Segurança Eireli - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Representação legal: Orlando do Nascimento Manso (OAB/AC 1406)
012.710/2007-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Dulce Gonçalves de Ataíde; Maria Bartolina Ferreira de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar.
Representação legal: não há.
035.147/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Edivaldo Sousa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaju do Colônia/BA
Representação legal: não há
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
005.778/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Helsyne Maria de Azevedo Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: não há
007.403/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Grupo de Capoeira Ginga e Malicia
Interessado: Ministério da Cultura
Responsáveis: Grupo de Capoeira Ginga e Malicia; Valcir Batista Lima
Representação legal: não há
016.747/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amaro José dos Santos; Daniel Cabral de Macêdo; José Carlos Ferreira; Maria da Conceição Tenorio Dantas; Vania Ferreira Fernandez Contreiro; Vitor Valentim Betti
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há
PROCESSOS UNITÁRIOS
PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
010.232/2014-1
Tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico em razão da não aprovação integral da prestação de contas dos recursos federais repassados por meio do termo de concessão e aceitação de apoio ao financiamento de projeto, celebrado em 13/4/2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Sergipe
Responsável: Sandro Navickiene
Representação legal: não há
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (1/2017)
DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
000.492/2016-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Admardo Raniere de Assis Cunha, prefeito municipal de Santa Bárbara do Leste/MG, no período de 2005 a 2008, em razão da omissão no dever de prestar contas e, por conseguinte, o não-atingimento dos objetivos propostos do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, nas modalidades fundamental, creche e pré-escola, e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar/PNATE, no exercício de 2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Leste - MG
Responsável: Admardo Raniere de Assis Cunha
Representação legal : não há
000.735/2016-7
Embargos de declaração opostos José Eliomar da Costa Dias em face do Acórdão 6889/2016 TCU 1ª Câmara.
Recorrente: José Eliomar da Costa Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão/MA
Representação legal : José Antonio Aranha Rodrigues Filho (OAB/MA 11250)
001.192/2013-2
Pensões civis instituídas por Abelardo Francisco Bastolla Berwang e Bento Soeiro de Souza Sobrinho, ex-servidores da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Ijuí/RS.
Interessados: Iolanda Campos Berwanger; Maria Adelia Soeiro de Souza Nedel; Zoe da Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - IJUÍ/RS
Representação legal: não há
002.589/2015-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) contra José Miranda Barbosa, ex-prefeito do Município de São João do Manhuaçu, em Minas Gerais, e Tamma Produções Artísticas Ltda. ME, em razão da não aprovação das contas relativas aos recursos repassados ao Município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São João do Manhuaçu, Minas Gerais
Responsáveis: José Miranda Barbosa; Tamma Produções Artísticas Ltda. - ME
Representação legal: Afrânio Otoni (OAB/MG 88.598)
002.683/2017-2
Pensão civil instituída por Edevaldo Altamiro Dutra, ex-servidor da Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessada: Maria Helena Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há
004.125/2016-9
Tomada de contas especial instaurada contra o Sr. José Eliomar da Costa Dias, ex-Prefeito do Município de Água Doce do Maranhão/MA (gestão 2005 a 2008 e 2009 a 2012), em razão da impugnação de despesas realizadas com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), nos exercícios de 2005 e 2006, repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao referido município.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão/MA
Responsável: José Eliomar da Costa Dias
Representação legal: José Antonio Aranha Rodrigues Filho (OAB/MA 11250)
005.767/2015-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Nauro Sérgio Muniz Mendes, ex-prefeito de Penalva, no Maranhão, em razão da omissão do responsável no dever de prestar contas do saldo financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), relativamente ao exercício de 2007, reprogramado para o exercício de 2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Penalva, Maranhão
Responsável: Nauro Sérgio Muniz Mendes
Representação legal: não há
007.290/2013-6
Recursos de reconsideração interpostos por Milton Álvaro Serafim e Joao Carlos Donato, ex-prefeitos de Vinhedo/SP, contra o Acórdão 7.464/2015 1ª Câmara,
Recorrentes: Milton Álvaro Serafim; Joao Carlos Donato
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vinhedo/SP
Representação legal: Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB/SP 199.877-B) e Jose Ferreira Názara Junior (OAB/SP 172.510)
016.715/2011-0
Embargos de declaração opostos por Benedito Sá de Santana contra o Acórdão 1163/2017-TCU-1ª Câmara.
Embargante: Benedito Sá de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte - MA
Representação legal: Romualdo Silva Marquinho (OAB/MA 9.166)
019.377/2015-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor Altamir Severo da Rocha, ex-prefeito municipal de Tarumirim-MG, em razão da impugnação das despesas realizadas com os recursos do Convênio 712/2010, celebrado entre o MTur e a referida municipalidade, tendo por objeto a realização do Projeto intitulado XXIII Festa do Peão de Boiadeiro de Tarumirim.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tarumirim/MG
Responsável: Altamir Severo da Rocha
Representação legal: Marcus Vinícius Dutra Fialho (OAB/MG nº 89.713)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.148/2016-7
Representação formulada pela empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda. acerca de irregularidades verificadas no Pregão Eletrônico 6/2016, promovido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), cujo objeto foi o registro de preços para eventual contratação de serviços especializados de suporte e administração da infraestrutura de dados, administração de dados e banco de dados e Operação em Segurança da Informação SIC.
Representante: Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Representação legal: não há
031.439/2015-2
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Antônio Marcos Mahmud Nedir, ex-prefeito de Novo Cruzeiro, Minas Gerais, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos ao Município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Novo Cruzeiro, Minas Gerais
Responsável: Antônio Marcos Mahmund Nedir
Representação legal: não há
Ministro VITAL DO RÊGO
012.649/2016-3
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB em favor da Sra. Ana Clara de Jesus Maroja Nobrega. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Ana Clara de Jesus Maroja Nobrega
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Representação legal: não há
014.540/2011-8
Atos de concessão de pensão civil instituídos pelo ex-servidor Jafe Mariano e emitidos pela Universidade Federal de Minas Gerais em favor das beneficiárias Maria de Fátima Mariano (viúva) e Laura Andressa Mariano (filha). Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Interessadas: Laura Andressa Mariano; Maria de Fatima Mariano
Representação legal: não há
Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
006.543/2016-2
Tomada de contas especial instaurada por este Tribunal em desfavor de Victor Feitosa Oliveira, ex-Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará CRF/CE, e de Lúcia de Fátima Sales Costa, ex-Presidente do CRF/CE, em razão dos indícios de irregularidade e de dano relacionados à realização de gastos estranhos às finalidades do referido CRF-CE.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará - CRF/CE
Responsáveis: Victor Feitosa Oliveira e Lúcia de Fátima Sales Costa
Representação legal: Bruno Luis Magalhaes Ellery (OAB/CE 24636) e outros, representando Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará; Angel Alberto de Oliveira Couto Napoli (OAB/CE 11954), representando Victor Feitosa Oliveira e Lúcia de Fátima Sales Costa
012.846/2016-3
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, em face da omissão do dever de prestar contas dos recursos recebidos pela Prefeitura de Sítio do Quinto/BA, para a execução dos Programas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), ambos integrantes do Sistema Único de
Assistência Social/SUAS, durante o exercício de 2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sítio do Quinto/BA
Responsável: Cleigivaldo Carvalho Santa Rosa, Prefeito
Representação legal: não há
020.588/2016-0
Aposentadoria expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra em favor do Sr. José de Freitas Lourenço.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Interessado: José de Freitas Lourenço.
Representação legal: não há.
029.910/2015-3
Prestação de contas ordinária do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará (Sescoop/PA), referente ao exercício de 2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará - Sescoop/PA
Responsáveis: Ernandes Raiol da Silva, Manoel Rodrigues Teixeira, Joélcio da Silva e Maria Rosinete Franco Dias
Representação legal: Nelian Aparecida Rossafa (OAB/SP 227031, OAB/PA 13468A)
033.873/2013-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. Sebastião Xavier dos Reis, ex-Prefeito do Município de Machadinho D’Oeste/RO, em razão de impugnação parcial de despesas realizadas com recursos repassados àquela municipalidade cujo objeto era dar apoio técnico e financeiro para aquisição de um veículo ônibus, equipado como Unidade Móvel de Saúde Médico/Clínica, novo, equipado com consultório médico, gabinete odontológico e minilaboratório, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Machadinho D'Oeste/BA
Responsáveis: Sebastião Xavier dos Reis, Francisco Prudêncio dos Santos e Saúde Sobre Rodas Comércio de Materiais Médicos Ltda. - ME
Representação legal: Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153) e Nelson Beltzac Júnior (OAB/PR 13.083); peças 32 e 56
Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
004.504/2017-8
Representação formulada pela empresa Amunduruca Transportes EPP Ltda, noticiando pretensas irregularidades no edital do pregão presencial 6/2017, promovido pelo município de Irará/BA com o objetivo de contratar a locação de veículos para o transporte escolar de alunos da rede municipal e do ensino médio da rede estadual.
Representante: Amunduruca Transportes EPP Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: município de Irará/BA
Representação legal: não há

Em 11 de abril de 2017.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Segunda Câmara, de 18/04/2017, às 16h
PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
004.650/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arnaldo Alves de Souza Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há
005.183/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Almeida de Vasconcelos; Wesley Gilvandro Ramos Tamiarana; Zuleide Aparecida Catanha Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: não há
005.184/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rosimar Maria dos Santos Fonsêca
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Justiça
Representação legal: não há
005.298/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geziel de Lima Viana; Rodrigo Goes de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há
005.776/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anildo Fabio de Araujo; Itamar José Barbalho; Jeová Costa Amorim; João Felipe de Araujo; Paulo Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há
005.953/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edivan Ribeiro Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há
006.777/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Eduarda de Souza Lopes; Mariana Bandeira Ansani Yamanaka; Rejane Silva Costa; Sidney Martins Pereira Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Justiça
Representação legal: não há
032.733/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Rita Sena de Castro Downs
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A.
Representação legal: não há
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
000.681/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Arquimedes Guedes Valença, Prefeito
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Buíque/PE
Representação legal: Manoel Modesto de Albuquerque Neto, (OAB/PE 12.617)
002.588/2017-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Avelina Oliveira de Jesus; Celeste de Figueiredo Alho Xavier; Clarice Gomes Nunes; Elizabeth Loureiro Melo; Elizia Pereira de Souza Freitas; Lidia Inês Villar Guedes; Maria Dalva Santos da Silva; Maria Sonia Brasilino Saldanha; Rosimar Batista dos Santos; Sueli de Araujo Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há
003.770/2017-6
Natureza: Representação
Representante: José Ricardo Biazzo Simon
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio de São Paulo
Representação legal: não há
004.843/2017-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Idelete Moreira Gelli; Silesia Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há
004.981/2017-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Leila Maria Walker de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
005.178/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Adriana Cristina Aguiar Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
005.355/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adson Moisés de Souza Martins Queiroz; Alex Seren Rodrigues; Andrew da Silva dos Santos; Ecilio Castro da Silva; João Lucas de Souza Pinto; Lucas Barreto dos Santos Amorim; Lucas da Silva Cardoso; Lukas Teles Santos; Maicon Pereira dos Santos; Rafael Gomes da Silva Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há
005.370/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Allisson Patrick Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: 51º Batalhão de Infantaria de Selva
Representação legal: não há
005.380/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Carvalho de Oliveira; Alberto César Soares São Martinho; Alexandre Eduardo Rios Lucas; Andrews Felipe Albuquerque; Bruno Arlesson Fernandes Cardoso; Bruno Souza Lopes da Costa; Carla Nogueira; Cláudia Clementino Gomes da Silva; Cíntia Oliveira Telles; Alan Oliveira do Rio
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há
005.387/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Chelini Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército
Representação legal: não há
005.398/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cláudio Henrique de Souza Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Grupo de Artilharia de Campanha
Representação legal: não há
005.445/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raphael Machado Quintana; Vinicius Andrade Pires; Vinicius Leite Fossari
Órgão/Entidade/Unidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado
Representação legal: não há
005.591/2017-1
Natureza: Reforma
Interessado: Reynaldo Honorio da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há
005.613/2017-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Carmen Ribeiro Brito; Elencir Ferreira da Silva; Maria de Lourdes Souza Silva; Therezinha de Souza Guasti; Zilda Antonio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
005.616/2017-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Elizabete Cristina Pereira Gonçalves Ferreira dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar
Representação legal: não há
005.624/2017-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Adriane Salgado Lirio; Rosanne Friedman Sigres; Tânia Maria de Carvalho e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
005.627/2017-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Euridice Calado Torres; Miriam Lima da Conceição; Vanja Lucia Amorim Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
005.628/2017-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Elizabeth L T Simões Martins; Elizabeth Magalhães da Silva Chaves; Gloria Amaral dos Santos; Jacqueline dos S Lima Telles; Jurema dos Santos Lima Telles; Maria do Carmo dos S L Telles
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
005.816/2017-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Jose Roberto Vilela da Silva; Maria Carolina Vilela da Silva; Maria de Fatima Vilela da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há
005.871/2017-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Ozinete Bandeira Epaminondas
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.873/2017-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Claudia Alves do Nascimento; Frankileide Alves do Nascimento; Frankilene Alves do Nascimento; Maria Marinete Araujo do Nascimento; Tania Maria do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há
028.415/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Serviço de Auditoria no Estado do Ceará - Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pindoretama/CE
Representação legal: não há
046.578/2012-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Estado do Rio de Janeiro
Responsáveis: Alexandre dos Reis; Andréa Marinho de Souza Franco; Angela Maria Machado da Costa; Antonio Carlos Anzolin Boechat; Antonio Carlos Guilherme Salles Carvalho; Antonio Henrique de Albuquerque Filho; Assis de Oliveira Bastos; Augusto Cesar Franco Alencar; Carlos Augusto Di Giorgio Sobrinho; Carlos Bernardo Ribeiro Schlaepfer; Carlos Fernado Gross; Carlos Henrique Figueiredo Alves; Carlos Mariani Bittencourt; Eduardo Eugenio Gouvea Vieira; Georges Barrenne; Geraldo Benedicto Hayem Coutinho; Gilson Pereira Lopes; José Roberto Borges; João Lagoeiro Barbará; Luciana Costa Marques de Sá; Maria Lucia Paulino Telles; Marilene Carvalho; Miguel Badenes Prades Filho; Paulo Fernando Cavalcanti Correa; Sérgio Bastos Medeiros
Representação legal: José Roberto Borges, (OAB/RJ 56.635), e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado do Rio de Janeiro
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
001.216/2016-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Comando Aéreo Regional
Responsável: Arilton Martins Fonseca
Representação legal:
005.148/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araguaína/TO
Representação legal: não há
005.287/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alice Marc Allgaier; Aline Andrade de Almeida Assunção; Caroline de Oliveira Fischer Bacca; Claudio Bento do Nascimento; Cleber Sergio da Silva; Ediany Batista de Matos; Ednardo Rodrigues de Souza; Eduardo Sfoglia; Elisabeth Teixeira Paes de Carvalho; Elisama Maria Gomes; Eloise Emy Yokoda; Emiliane Tayaara Pontes da Silva; Ethel Heloisa Correa Boucas; Fabio Busquin dos Santos; Felipe Mendes Conrado; Flavio Mauricio Ferreira Melo; Francisco Wilson Grangeiro; Guido Ponte Filho; Jose Jailson Bezerra de Carvalho e Marcio Grimaldi Candido
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há
006.725/2017-1
Natureza: Representação
Representante: LTC Toldos e Coberturas
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Comércio/Administração Regional do Sesc no Estado da Bahia
Representação legal: não há
014.207/2015-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Ivanete Brandão e Maria da Glória Santos Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar
Representação legal: não há
014.208/2015-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Iracema Siqueira de Souza; Marcia de Souza Santos; Marilda Siqueira de Souza e Marli Sinfronio de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há
017.000/2009-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2008
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Turismo
Responsáveis: Austerlitz Bringel Erse; Edilson Pires dos Santos; Elizabete Ramos dos Santos Freire; Flávia Marques Matos; Gillene Barreto Baptista da Silva; Homero Mateus Fonseca; Jeanine Pires; José Antônio dos Santos; José Luiz Viana da Cunha; Kátia Cristina Alves Bitencourt; Liana Maria Fonseca Ferreira Paz Rebuá; Lourenço Milton Rabelo dos Santos; Luiz Silveira Rangel; Marcelo Pedroso; Mauricio Rodrigues da Silva; Nadja Maria Mehmeri Lordêlo; Otávio Reisen Casotti; Patrícia Fernandes; Raimundo Erasmo de Albuquerque de Oliveira; Renato Holanda de Alcantara; Rita de Cássia Rodrigues; Roberto dos Santos Vasconcelos; Romena Fontes Gadelha; Vicente Cervo; Vitor Iglezias Cid; Walter Luiz de Carvalho Ferreira e Walter Nunes de Vasconcelos Junior
Representação legal: Nadja Maria Mehmeri Lordêlo e outros, representando o Instituto Brasileiro de Turismo
018.592/2016-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paudalho/PE
Responsável: Jose Pereira de Araujo
Representação legal: não há
027.292/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Tânia Lima da Silva Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há
028.506/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bocaina/PI
Responsáveis: Construtora Santa Inês Ltda. e Francisco de Macedo Neto
Representação legal: Marcos Patricio Nogueira Lima (OAB/PI 1.973) e outros, representando o Sr. Francisco de Macedo Neto; e Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456) e outros, representando a Construtora Santa Inês Ltda.
030.041/2007-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Albrandina Linhares e Silva; Albrandina Linhares e Silva; Alda Irene Morales da Silva de Quadros e Carmem Dora Morales da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há
034.512/2016-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Maria Elizabeth Craveiro dos Santos e Vania Mara Craveiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há
PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
028.267/2013-3
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação de despesas referentes à execução de Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Turismo Embratur e a Fundação Quinteto Violado com vistas a apoiar a execução do Projeto Arte e Renda: Cultura e Excelência dos Serviços.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Quinteto Violado
Responsáveis: Fundação Quinteto Violado e Marcelo de Vasconcelos Cavalcanti Melo
Representação legal: Eduardo Porto Carreira Coelho Cavalcanti, (OAB/PE 23.546), Ricardo de Castro e Silva Dalle, (OAB/PE 23.679), Maurício Rands Coelho Barros, (OAB/PE 8.332), Márcia Cristina Costa Dias, (OAB/PE 29.518), Marcela Brasileiro Araújo Castilhos, (OAB/PE 31.790), Tatiana Ferreira Rands, (OAB/PE 35.052), Kelma Carvalho de Faria Collier, (OAB/PE 1053-B), Kiliane Henriques de Miranda Santos, (OAB/PE 21.427), Gabriel Henrique Bezerra Ramos de Oliveira, (OAB/PE 30.970), e Rafael Lima Castelo Branco Ferreira, (OAB/PE 37.653)
Interessado em sustentação oral:
- Maurício Rands Coelho Barros (OAB/PE 8332), em nome de Fundação Quinteto Violado e Marcelo de Vasconcelos Cavalcanti Melo
REABERTURA DE DISCUSSÃO
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
031.608/2015-9
Ato de concessão de pensão civil instituído por ex-servidor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em favor de filho maior inválido.
Interessados: Amélia Annunciação dos Santos; Erondina dos Santos Ledebarck; Carlos Alberto Ledebarck, Talita Cunha Ledebarck
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: Gustavo Henrique Ledebarck
Revisor: Ministro Vital do Rêgo (35/2016)
DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
000.679/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo como responsável João Ricardo Alves de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Acará/PA, em razão da impugnação parcial das despesas supostamente realizadas com os recursos recebidos no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), no exercício financeiro de 2005.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Acará/PA
Responsável: João Ricardo Alves de Oliveira
Representação legal: não há
002.452/2017-0
Pensões civis concedidas a dependentes de ex servidores do Ministério da Fazenda.
Interessados: Antônio Carlos do Nascimento, Maria Dulce Freire de Jesus, Maria de Jesus Portugal, Maristela Bezerra da Silva, Rosa Yukimi Inoi Nishikawa, Semy Maria Azevedo Rodrigues e Verônica Mucury Vieira da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há
002.504/2017-0
Pensões civis concedidas a dependentes de ex servidores da Comissão de Valores Mobiliários.
Interessados: Carmen Lucia da Silva Cruz, Cristina Costa Torres Barbosa, Fernando Augusto de Sousa, Isabela Fernandes Zatoni, Jorge Magalhães, Lila Fernandes Zatoni, Maria Cristina Santos da Conceição, Rosangela Maria Fernandes e Sulanita da Silva de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão de Valores Mobiliários
Representação legal: não há
005.010/2014-4
Tomada de contas especial referente à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo FNDE para atendimento do Programa de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Seridó/PB
Responsável: Damião Zelo de Gouveia Neto
Representação legal: não há
007.452/2015-2
Tomada de contas especial referente à não comprovação de despesas com recursos repassados pelo FNDE para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim/PA
Responsável: Francisco Feitosa Farias
Representação legal: não há
007.944/2015-2
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Paulo Roberto Pereira de Araújo, ex-prefeito de São José da Laje/AL (gestão 2005-2008), em razão da omissão em prestar contas de parte dos recursos recebidos para a construção de 101 módulos sanitários domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL
Responsável: Paulo Roberto Pereira de Araújo
Representação legal: Dagoberto Costa Silva de Omena (OAB/AL 9.013)
014.247/2015-1
Tomada de contas especial relativa ao Convênio 1.548/2001, celebrado entre o Município de Altamira/PA e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), cujo objeto foi a implantação de sistemas de abastecimento de água e de melhorias sanitárias nas aldeias da Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) local.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Altamira/PA
Responsável: Domingos Juvenil Nunes de Sousa
Representação legal: Antonio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e outros
016.792/2015-7
Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência da inexecução parcial de obras de construção de muro de arrimo e calçadão na margem esquerda do igarapé Saldanha.
Responsáveis: Raimundo Matos da Silva e Aroldo do Nascimento Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Terra Alta/PA
Representação legal: não há
Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA
002.548/2015-1
Assunto: Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo MTur contra o Sr. Adelmo Queiroz de Aquino, ex-prefeito de Alto Santo/CE, em face da não aprovação da prestação de contas, devido ao não encaminhamento de documentos complementares referente ao Convênio 702.195/2008, que tinha por objeto incentivar o turismo mediante apoio à realização do projeto intitulado Carnaval no Município de Alto Santo/CE, conforme Plano de Trabalho aprovado.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alto Santo/CE
Responsável: Adelmo Queiroz de Aquino
Representação legal: não há
004.516/2014-1
Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Incra no Estado de Alagoas Incra/SR-22, em desfavor do Instituto Memorial do Trabalho IMT e do Sr. Maurijones José de Albuquerque, então Presidente da referida entidade, em razão da impugnação total das despesas relativas ao convênio pactuado.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Responsáveis: Instituto Memorial do Trabalho; e Maurijones José de Albuquerque, falecido
Representação legal: não há
009.178/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, tendo como responsável a Sra. Maria de Fátima Maciel Bezerra, Prefeita de Orós/CE na gestão 2009-2012, em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos repassados à referida municipalidade por meio de convênio.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Orós/CE
Responsáveis: Maria de Fátima Maciel Bezerra
Representação legal: Gualter Rafael Maciel Bezerra (OAB/CE 21.432) e Fernado Luis Melo da Escóssia (OAB/CE 6.569)
013.058/2016-9
Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social FNAS, tendo como responsável a Sra. Joana Darc Ribeiro Machado, Prefeita do Município de Ilha Grande/PI na gestão de 2009 a 2012, devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos públicos repassados, durante o exercício de 2010, à municipalidade, na modalidade fundo a fundo, à conta dos Programas de Proteção Social Básica PSB e Proteção Social Especial PSE, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ilha Grande/PI
Responsável: Joana Darc Ribeiro Machado
Representação legal: não há
016.773/2015-2
Tomada de Contas Especial foi instaurada pelo Ministério do Turismo Mtur contra o Sr. José Maria Sabino, ex-prefeito de Santana do Acaraú/CE (Gestão 2009-2012), ante o não encaminhamento da documentação exigida para prestar contas das despesas relativas aos recursos repassados ao município de Santana do Acaraú/CE, por força do Convênio 657/2009.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santana do Acaraú/CE
Responsável: José Maria Sabino
Representação legal: não há
Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
008.298/2008-9
Análise dos atos de concessão de pensão civil, inicial e alteração, instituída por Afonso André de Carvalho Barroso, ex-Juiz do TRT 7ª Região/CE JT, em favor da viúva, Sr. Helena Maria Abu-Merhy Barroso, e da filha maior solteira sem cargo público, Nícia Maria Marcílio Barroso.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
Interessadas: Helena Maria Abu-merhy Barroso; Helena Maria Abu-merhy Barroso; Helena Maria Abu-merhy Barroso e Nícia Maria Marcílio Barroso
Representação legal: Marcelo Queiroz (OAB/RJ 128.559), representando Nícia Maria Marcílio Barroso; Luiz Eduardo D Avila Duarte Junior (OAB/RJ 113.964) e outros, representando Helena Maria Abu-merhy Barroso
022.375/2012-0
Aposentadorias deferidas nos cargos de juiz presidente da então Junta de Conciliação e Julgamento e de analista judiciário pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG).
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Interessados: José Hilário Pires de Souza; João Roberto Borges; Sebastião Bueri de Oliveira
Representação legal: Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello (OAB/MG 36.405) e outros, representando João Roberto Borges; Frederico Marcelo Caldas de Oliveira (OAB/MG 58.726) representando Sebastião Bueri de Oliveira
030.178/2013-4
Tomada de Contas Especial instaurada, pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em desfavor do Sr. Marcos Antônio Ribeiro de Sousa Almeida, ex-prefeito do Município de Palmerais/PI (gestão: 2005-2008), em solidariedade com o ente municipal, além de outros responsáveis, diante de irregularidades identificadas na gestão de recursos federais oriundos do SUS, no âmbito do Programa de Atendimento Assistencial Básico PAB, nos exercícios de 2005 e 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Palmeirais/PI
Responsáveis: Carlos Galiza Alves; Marcos Antônio Ribeiro de Sousa Almeida; Municipio de Palmeirais/PI e Nádia Maria França Costa
Representação legal: Genésio da Costa Nunes (OAB/PI 5.304); Juliana Maria Carvalho Vasconcelos (OAB/PI 4.416), representando Nádia Maria França Costa; e Pollyana Leal Ribeiro Dias (OAB/PI 5.384), representando Prefeitura Municipal de Palmeirais/PI

Em 11 de abril de 2017.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

Defensoria Pública da União

PORTARIA Nº 539, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 9º, §1º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, c/c os §§ 1º e 2º do artigo 58 da Lei nº 13.408/2016 da LDO-2017, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores de emissão de empenhos de Outros Despesas Correntes e de Capital, constantes na Lei n. 13.414, de 10 de janeiro de 2016 (LOA 2017), tendo-se por base o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo de 30 de março de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 450, de 29 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 62, de 30 de março de 2017 e a portaria nº 519, de 6 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 110, de 10 de abril de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I			
29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO			
LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA			
29.101 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO			
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FONTE	VALOR
03.422.2129.15AK.0001 - Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União - Nacional	3.3.90.00	100	6.927.797
TOTAL GERAL			6.927.797

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1, DE 10 DE ABRIL DE 2017

O CORREGEDOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 13, inciso I, da Lei Complementar nº 80/1994 e artigo 4º, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, aprovado pela Resolução CSDPU nº 73/2013, resolve:

Art. 1º. Tornar público o seguinte calendário de correições ordinárias e inspeções funcionais em unidades da Defensoria Pública da União:

Unidades	Datas
Joinville/SC	24 e 25 de abril
Criciúma/SC	24 e 25 de abril
Florianópolis/SC	26, 27 e 28 de abril
Juazeiro/BA e Petrolina/PE	15 e 16 de maio
Caruaru/PE	15 e 16 de maio
Recife/PE	17, 18 e 19 de maio
Foz do Iguaçu/PR	22 e 23 de maio
Umuarama/PR	22 e 23 de maio
Cascavel/PR	25 e 26 de maio
Curitiba/PR	25 e 26 de maio
Aracaju/SE	29 e 30 de maio
Londrina/PR	29 e 30 de maio
Baixada Fluminense/RJ	10 e 11 de julho
Volta Redonda/RJ	13 e 14 de julho
Santos/SP	17 e 18 de julho
Dourados/MS	17 e 18 de julho
Guarulhos/SP	20 e 21 de julho
Campo Grande/MS	20 e 21 de julho
Palmas/TO	24 e 25 de julho
São Luís/MA	27 e 28 de julho
São Paulo/SP	21 a 25 de agosto
Rio de Janeiro/RJ	28 de agosto a 01 de setembro

Art. 2º. O Defensor Público-Chefe da unidade correicionada providenciará, sempre que possível, uma sala para os trabalhos da equipe de correição e suporte material e de pessoal.

Art. 3º. Os trabalhos de correição não alterarão a rotina normal da unidade correicionada, devendo ser mantidos, sobremaneira, os atendimentos ao público e audiências internas e externas.

LÚCIO FERREIRA GUEDES

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 434, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre as Prestações de Contas Trimestrais e Anuais, Propostas e Reformulações Orçamentárias.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais; e

Considerando que a partir do exercício de 2013 o Sistema CFBio/CRBios passou a utilizar a Nova Contabilidade Pública, conforme Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC;

Considerando a necessidade de melhor adequar procedimentos para a apresentação das Prestações de Contas, Trimestrais e Anuais, Propostas e Reformulações Orçamentárias, pelo Sistema CFBio/CRBios;

Considerando a decisão unânime do Plenário na 320ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 7 de abril de 2017; resolve:

Art. 1º Os Conselhos Regionais de Biologia - CRBios deverão enviar ao Conselho Federal de Biologia - CFBio as Prestações de Contas Trimestrais, devidamente formalizadas em processo, contendo as seguintes peças:

I - Ofício de encaminhamento;

II - Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada, demonstrando a receita arrecadada no trimestre e no exercício;

III - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, demonstrando a despesa realizada no trimestre e no exercício;

IV - Balanço Orçamentário;

V - Balanço Financeiro;

VI - Balanço Patrimonial Comparado;

VII - Demonstração das Variações Patrimoniais;

VIII - Demonstrativo do Fluxo de Caixa;

IX - Conciliações Bancárias/Extratos Bancários que comprovem o saldo final do período;

X - Demonstrativo das demais Contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante;

XI - Demonstrativo da Cota-Parte do Conselho Federal conforme modelo definido;

XII - Parecer/Ata de aprovação pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional; e

XIII - Ata de aprovação pelo Plenário do Conselho Regional ou ata de aprovação da Diretoria "ad referendum" do Plenário.

§ 1º Ocorrendo a aprovação das contas trimestrais pela Diretoria "ad referendum" do Plenário, a ata de homologação pelo Plenário do Regional deverá ser encaminhada ao Federal no prazo máximo de noventa dias a partir do julgamento das contas pelo Plenário do CFBio.

§ 2º Os prazos para a apresentação das Prestações de Contas Trimestrais e Anual, observada a data de postagem, são os seguintes:

I - 1º Trimestre - até o último dia útil da primeira quinzena do mês de maio;

II - 2º Trimestre - até o último dia útil do mês de julho;

III - 3º Trimestre - até o último dia útil do mês de outubro; e

IV - 4º Trimestre será apresentado na forma de Prestação de Contas Anual, a ser encaminhada até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente.

Art. 2º Os processos de Prestações de Contas Anuais, depois de formalizados e devidamente homologados pelos Conselhos Regionais, serão encaminhados aos Órgãos de Controle Interno do Conselho Federal para exame e parecer e deverão conter as seguintes peças:

I - Ofício de encaminhamento;

II - Rol dos Responsáveis pela gestão do CRBio no exercício correspondente à Prestação de Contas;

III - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, demonstrando a receita arrecadada no quarto trimestre e no exercício;

IV - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, demonstrando a despesa realizada no quarto trimestre e no exercício;

V - Balanço Orçamentário;

VI - Balanço Financeiro;

VII - Balanço Patrimonial Comparado;

VIII - Demonstração das Variações Patrimoniais;

IX - Demonstrativo do Fluxo de Caixa;

X - Conciliações Bancárias/Extratos Bancários que comprovem o saldo final do período;

XI - Notas explicativas às Demonstrações Contábeis;

XII - Demonstrativo das demais Contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante;

XIII - Demonstrativo da Cota-Parte do Federal conforme modelo definido;

XIV - Esclarecimentos do Ordenador de Despesas (Presidente) no caso de eventual déficit patrimonial, elencando medidas saneadoras visando a não ocorrência em exercício futuro;

XV - Declaração da Secretaria/Tesouraria do Conselho quanto ao atendimento por parte dos responsáveis pela gestão da obrigatoriedade de apresentar a declaração de bens e rendas;

XVI - Parecer/Ata de aprovação pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional;

XVII - Ata de aprovação pelo Plenário do CRBio ou Ata de aprovação pela Diretoria "ad referendum" do Plenário;

XVIII - Roteiro de verificação de peças e conteúdos, devidamente assinado, conforme modelo disponibilizado pelo CFBio;

XIX - Certidões Negativas de Débito dos Órgãos Públicos Federais e Estaduais.

§ 1º Ocorrendo a aprovação das contas anuais pela Diretoria "ad referendum" do Plenário, a ata de homologação pelo Plenário do Regional deverá ser encaminhada ao Federal no prazo máximo de noventa dias a partir do julgamento das contas pelo Plenário do CFBio.

§ 2º Deverá constar nas atas que a aprovação se refere à Prestação de Contas Anual do exercício financeiro em análise.

Art. 3º As contas do Sistema CFBio/CRBios, após análise pelos Órgãos de Controle Interno do Conselho Federal, serão apreciadas pelo Plenário, concluindo-se pela regularidade absoluta, regularidade com ressalva ou pela irregularidade das contas.

Parágrafo único. O atraso ou a não apresentação das contas nos prazos fixados poderá determinar o afastamento dos responsáveis (Presidente e Conselheiro Tesoureiro), previamente ouvidos, até que seus substitutos legais encaminhem as contas e estas sejam julgadas e aprovadas.

Art. 4º Os processos de Propostas e Reformulações Orçamentárias, depois de formalizados e devidamente homologados pelos Conselhos Regionais, serão encaminhados aos Órgãos de Controle Interno do Conselho Federal para exame e parecer e deverão conter as seguintes peças:

I - Ofício de encaminhamento;

II - Relatório Analítico do Orçamento;

III - Resumo da Dotação;

IV - Parecer/Ata de aprovação pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - Ata de aprovação pelo Plenário do CRBio ou Ata de aprovação pela Diretoria "ad referendum" do Plenário.

§ 1º Ocorrendo a aprovação da proposta/reformulação orçamentária pela Diretoria "ad referendum" do Plenário, a ata de homologação pelo Plenário do Regional deverá ser encaminhada ao Federal no prazo máximo de noventa dias a partir de sua aprovação pelo Plenário do CFBio.

§ 2º O prazo para a apresentação das Propostas e Reformulações Orçamentárias será até o último dia útil da primeira quinzena do mês de novembro.

§ 3º Em todas as situações previstas nesta Resolução, a documentação a ser enviada ao Conselho Federal deverá compor um processo, e suas páginas deverão ser carimbadas, numeradas e rubricadas no canto superior direito.

Art. 5º Os procedimentos acima aplicam-se às Prestações de Contas Trimestrais e Anuais, Propostas e Reformulações Orçamentárias do Conselho Federal de Biologia, no que couber.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 347, de 8 de agosto de 2014.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.523, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Institui o Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando as recomendações do Acórdão 2622/2015 do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de se adotarem medidas necessárias à implantação do código de ética nas organizações, sua disseminação e a constituição de uma comissão de ética para controle e monitoramento de seu cumprimento;

Considerando que um dos princípios da boa governança consiste no comprometimento da alta administração para com os valores éticos, a integridade e a observância e cumprimento da lei;

Considerando que o padrão de conduta dos conselheiros, colaboradores e funcionários previsto neste Código formaliza o compromisso ético dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade para com todos aqueles com os quais se relacionam e a sociedade em geral, resolve:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, DA FINALIDADE E DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º Este Código de Conduta apresenta um conjunto de princípios e normas de conduta ética, cujos conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade preservam, respeitam e praticam nas relações entre si, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Art. 2º Visando estabelecer a devida orientação e obrigatoriedade de conduta a todos os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, são objetivos deste Código de Conduta:

I - fortalecer a imagem institucional do Sistema CFC/CRCs;

II - tornar explícitos os princípios e normas éticos que regem a conduta dos conselheiros, colaboradores e funcionários;

III - colaborar, por meio de boas práticas de gestão e de uma comunicação clara, objetiva e tempestiva à sociedade, para que tanto a Visão, a Missão, os Objetivos e os Valores Institucionais dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade sejam assimilados na cultura, no comportamento e nas práticas organizacionais, respeitando-se os princípios éticos que regulam este Código;

IV - promover a conscientização e a prática de princípios de conduta;

V - fortalecer o caráter ético;

VI - instituir instrumento referencial de apoio e oferecer, por meio da Comissão de Conduta, uma instância de consulta, visando esclarecer dúvidas acerca da conformidade da conduta dos conselheiros, colaboradores e funcionários com os princípios e normas de conduta nele tratados; e

VII - reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados pelos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, facilitando a compatibilização dos valores de cada conselheiro, colaborador e funcionário com os valores da instituição.

Art. 3º São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, no exercício de suas funções:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II - transparência, honestidade, respeito e integridade;

III - ética, companheirismo, responsabilidade profissional e social;

IV - compromisso, confiança e trabalho perseverante;

V - objetividade, imparcialidade e sigilo profissional; e

VI - a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 4º No exercício do cargo ou função, é direito de todo conselheiro, colaborador e funcionário dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade:

I - exercer suas funções em ambiente propício, salutar e adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar;

II - receber tratamento igualitário e imparcial no desempenho de suas funções, bem como nos sistemas de avaliação de desempenho individual e reconhecimento profissional, remuneração compatível e promoção merecida, observado o direito de obter informações a eles vinculadas;

III - ter acesso às atividades de capacitação, aprimoramento e desenvolvimento profissional;

IV - expor livremente aos colegas e superiores opiniões e ideias que visem ao bem comum dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e do próprio ambiente de trabalho; e

V - ter a garantia do sigilo das informações de ordem pessoal, médica ou profissional.

Art. 5º No exercício do cargo ou função, é dever do conselheiro, colaborador e funcionário dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade:

I - cumprir de forma idônea as atribuições de seu cargo, emprego ou função, executando as tarefas a contento;

II - resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade, agindo em harmonia com os compromissos éticos e os valores institucionais assumidos neste Código de Conduta;

III - cumprir as diretrizes previstas no Regimento Disciplinar do Manual de Políticas dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

IV - informar à Comissão de Conduta, para as devidas providências, sobre situações que venham a suscitar relações conflitantes com suas responsabilidades profissionais, sejam elas sob qualquer aspecto - patrimonial, econômico ou profissional;

V - resistir a pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores ou vantagens indevidas, em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas, e denunciá-las;

VI - manter-se afastado de quaisquer atividades que reduzam sua autonomia e independência profissional;

VII - adotar atitudes e procedimentos objetivos e atuar de forma imparcial no exercício e no desempenho das atividades, preservando a sua independência profissional;

VIII - ser diligente e responsável, assegurando à autoridade competente o repasse de informações de que tenha tomado conhecimento sobre qualquer ato ou fato lesivo ao interesse institucional;

IX - zelar pela fidelidade das informações e documentos;

X - manter cordial tratamento entre os colegas, conselheiros e demais colaboradores no âmbito do trabalho;

XI - respeitar a capacidade e as limitações individuais, abolindo o preconceito de cor, étnico, de idade, religioso, político, social, filosófico ou de qualquer natureza;

XII - estabelecer um clima de respeito à hierarquia e aos colegas de trabalho, evitando animosidades e respeitando as ideias e posicionamentos divergentes, sem prejuízo de não ser omisso a qualquer ato irregular;

XIII - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XIV - evitar excessos na forma de se expressar;

XV - observar e dar cumprimento à legislação e aos preceitos legais já estabelecidos na esfera dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

XVI - guardar sigilo sobre informações confidenciais e privativas a que tiver acesso, inerentes ao cargo ou função, ou mesmo de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito;

XVII - estar munido de informações acerca das competências e da legislação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade relativamente às ações de fiscalização;

XVIII - respeitar os compromissos previamente agendados;

XIX - prezar pela imparcialidade diante das afirmações, abstendo-se de apresentar qualquer tipo de recomendação ou sugestão acerca dos procedimentos administrativos da entidade que não sejam afetos ao objeto da fiscalização; e

XX - comunicar ao fiscalizado ou ao auditado, quando for o caso, das sanções aplicáveis em virtude de infração às normas e preceitos relativos aos processos fiscalizatórios ou de auditoria.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES E PENALIDADES

Art. 6º Aos conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade é condenável a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais, sendo-lhes vedado:

I - infringir, no desempenho do cargo ou função, os preceitos estabelecidos neste Código de Conduta, ou concorrer para a realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la;

II - praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética;

III - praticar qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua atuação profissional e contra os valores institucionais;

IV - discriminar, de qualquer forma, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho;

V - adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo, e especialmente, o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;

VI - atribuir erro próprio a outrem;

VII - apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;

VIII - propor ou obter troca de favores que originem compromisso pessoal ou funcional potencialmente conflitante com o interesse da instituição;

IX - valer-se do cargo, da função ou do porte de informações privilegiadas para receber vantagens ou favorecimento próprio, de terceiros ou de entidades públicas ou privadas;

X - publicar, divulgar ou utilizar-se, deliberadamente, de documentação privativa dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade em benefício próprio, compartilhando com terceiros trabalhos ou documentos não públicos, para utilização em fins estranhos aos trabalhos a seu encargo;

XI - usar artifícios para prolongar a resolução de alguma demanda ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa;

XII - alterar ou deturpar o exato teor de documentos, informações, citação de obra, lei, decisão judicial ou do próprio Conselho Federal ou Regional de Contabilidade;

XIII - solicitar, sugerir, provocar ou receber, para si ou para outrem, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, brindes, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoa física ou jurídica interessada nas atribuições do conselheiro, colaborador ou funcionário;

XIV - cooperar com qualquer organização que atente contra a dignidade da pessoa humana;

XV - manifestar-se em nome do Conselho Federal ou Regional de Contabilidade, quando não autorizado para tal;

XVI - exercer a advocacia em processos judiciais contra os Conselhos Federal ou Regionais de Contabilidade;

XVII - receber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada por acumulação ilegal ou irregular;

XVIII - utilizar sistemas e canais de comunicação dos Conselhos Federal ou Regionais de Contabilidade para a propagação e divulgação de trotes, boatos, pornografia, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária; e

XIX - desviar funcionário para atendimento de interesse particular.

§ 1º Não se consideram presentes para os fins do inciso XIII deste artigo aqueles que:

I - não tenham valor comercial; e

II - distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, limitado a 50% do valor da anuidade do profissional contador.

§ 2º As condutas previstas neste artigo se coadunam com as previstas em Regimento Disciplinar do Manual de Políticas instituído por cada Conselho Federal e Regional de Contabilidade.

Art. 7º É proibido ao conselheiro, colaborador e funcionário exercer suas funções quando houver caracterizado qualquer conflito de interesses que afetem sua independência e imparcialidade, devendo declarar, expressa e imediatamente, a seus superiores qualquer tipo de suspeição ou impedimento, especialmente:

I - em processo de interesse próprio, de cônjuge, de parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de pessoa com quem mantenha ou manteve laço afetivo, amizade íntima ou inimizade capital; e que envolva órgão ou entidade com o qual tenha mantido vínculo profissional nos últimos dois anos;

II - em processo em que tenha funcionado como perito ou funcionário da área de Controle Interno.

Art. 8º As condutas que possam configurar violação a este Código serão apuradas pela Comissão de Conduta do respectivo Conselho Federal ou Regional de Contabilidade, de ofício ou em razão de denúncias fundamentadas, e sugerirá ao Conselho Diretor do Conselho a aplicação das penas, conforme a seguinte gradação:

I - Advertência Escrita; e

II - Censura.

§1º A dosimetria das penas previstas neste artigo serão aplicadas de acordo com os danos causados, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo Disciplinar, de outras sanções previstas em Manual de Políticas instituído por cada Conselho Federal e Regional de Contabilidade e em lei.

§ 2º Qualquer cidadão, desde que devidamente identificado, ou entidade regularmente constituída, é parte legítima para formular denúncia à Comissão de Conduta sobre violação a dispositivo deste Código.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º A aplicação dos termos dispostos neste Código de Conduta compete à Comissão de Conduta dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

§ 1º A Comissão de Conduta dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade terá natureza investigativa e consultiva e será composta por três membros e respectivos suplentes, em sua totalidade funcionários efetivos e estáveis, designados pelo presidente do respectivo Conselho de Contabilidade.

§ 2º Ficam impedidos de compor a Comissão de Conduta os funcionários já punidos administrativa ou criminalmente.

§ 3º Os funcionários integrantes da Comissão terão mandato de dois anos, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017041200118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º O presidente do respectivo Conselho indicará o presidente da Comissão para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

§ 5º Os integrantes da Comissão desempenharão suas atribuições concomitantemente com a de seus respectivos cargos.

§ 6º O integrante da Comissão que, por qualquer motivo, vier a responder a processos ético, criminal e/ou administrativo-disciplinar ficará suspenso da Comissão, até o trânsito em julgado.

§ 7º A qualquer tempo, a Comissão de Conduta poderá instaurar processo para apuração de fato ou conduta que venha a ferir os postulados éticos recomendados aos conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Art. 10. Compete à Comissão de Conduta:

I - conhecer e apurar as denúncias de infrações que estão em desacordo com este Código de Conduta;

II - orientar, dirimir dúvidas a respeito da interpretação e aplicação deste Código de Conduta e deliberar sobre os casos omissos;

III - receber propostas e sugestões para o aprimoramento e modernização deste Código de Conduta e propor a elaboração ou a adequação de normativos internos aos seus preceitos;

IV- apresentar relatório anual de suas atividades ao presidente do respectivo Conselho Federal ou Regional de Contabilidade;

V- desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade;

VI - aplicar os dispositivos deste Código de Conduta, esclarecendo e julgando comportamentos com indícios de desvios de conduta; e

VII - elaborar plano de trabalho de gestão de conduta, podendo envolver outras áreas do Conselho para contribuir com ações voltadas às áreas de comunicação, sistema de informação, educação e avaliação de resultados da gestão de conduta nos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Art. 11. O resultado das reuniões da Comissão de Conduta de cada Conselho Federal e Regional de Contabilidade constará de ata aprovada e assinada por seus membros.

Art. 12. O disposto neste Código de Conduta aplica-se a todos os envolvidos em qualquer atividade dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, seja de natureza permanente, temporária ou excepcional.

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos por deliberação da Comissão de Conduta, com a respectiva anuência da Presidência dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.878, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Homologa processos contábeis apreciados na 677ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta dos processos apreciados na 677ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon, realizada no dia 24 de Março de 2017, em Brasília - DF; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade e da Comissão de Tomada de Contas do COFECON, resolve:

Art. 1º Homologar os Balancetes dos Conselhos Regionais de Economia: Processo: 17860/2016 (CORECON-MT) Balancete 3º Trimestre 2016; Processo: 17897/2016 (CORECON-ES) Balancete 3º Trimestre 2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

JÚLIO MIRAGAYA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

ACÓRDÃO

Processo CFN nº 77/2015. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 5/4/2017. Relatora: Conselheira Juracema Ana Daltoé. Recorrido: M.R. Origem: CRN-8. Decisão: Conhecimento e Provimento Parcial do Recurso. Aplicação da pena de suspensão do exercício profissional para 3 (três) meses. Decisão por unanimidade de votos. Brasília, 5/4/2017.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 16, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Processo Ético nº: 001/2015. Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar, no qual é representada a profissional fisioterapeuta (M.R.A.P.), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passam a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2 pela Suspensão Profissional do PED Nº 001/2015. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira-Relatora Dra. Paula Maria Passos dos Santos". A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: Dra. Regina Maria de Figueirôa, Dra. Isis Simões Menezes, Dr. Robson de Jesus Pavão, Dra. Marisa Bacellar em substituição ao Dr. Omar Luis Rocha da Silva, Dr. Jorge Luis da Silva Nascimento, Dra. Valéria Martins Quintão Rocha. Dr. José Antunes da Fonseca Filho, Dra. Paula Maria Passos dos Santos.

PAULA MARIA PASSOS DOS SANTOS
Conselheira-Relatora designado pelo acórdão

ACÓRDÃO Nº 17, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Processo Ético nº: 037/2016. Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar, no qual é representada o profissional fisioterapeuta (S.C.M.R.), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passam a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2 pela Suspensão Profissional do PED Nº 037/2016. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Robson de Jesus Pavão". A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: Dra. Regina Maria de Figueirôa, Dra. Isis Simões Menezes, Dr. Robson de Jesus Pavão, Dra. Marisa Bacellar em substituição ao Dr. Omar Luis Rocha da Silva, Dr. Jorge Luis da Silva Nascimento, Dra. Valéria Martins Quintão Rocha. Dr. José Antunes da Fonseca Filho, Dra. Paula Maria Passos dos Santos.

ROBSON DE JESUS PAVÃO
Conselheiro-Relator designado pelo acórdão

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e CONSIDERANDO o que foi decidido na Assembleia desta data (17.02.17); CONSIDERANDO as previsões contidas nos arts. 23 a 25 da Lei Federal 3268/57; CONSIDERANDO a aprovação, nesta data, das contas da Diretoria Executiva do CRM/MS do exercício de 2016, pela assembleia geral dos médicos e pela Comissão de Tomada de Contas do CRM/MS, resolve:

Art. 1º - Fica aprovada, em votação unânime, a prestação de contas da Diretoria Executiva do CRM/MS do exercício de 2016, conforme foram apresentadas, detalhadas e justificadas nesta assembleia geral dos médicos inscritos na referida autarquia.

Art. 2º - Revogam-se eventuais disposições em contrário, entrando em vigor esta Resolução na data de sua publicação.

CELSO RAFAEL GONÇALVES CODORNIZ
Presidente do Conselho

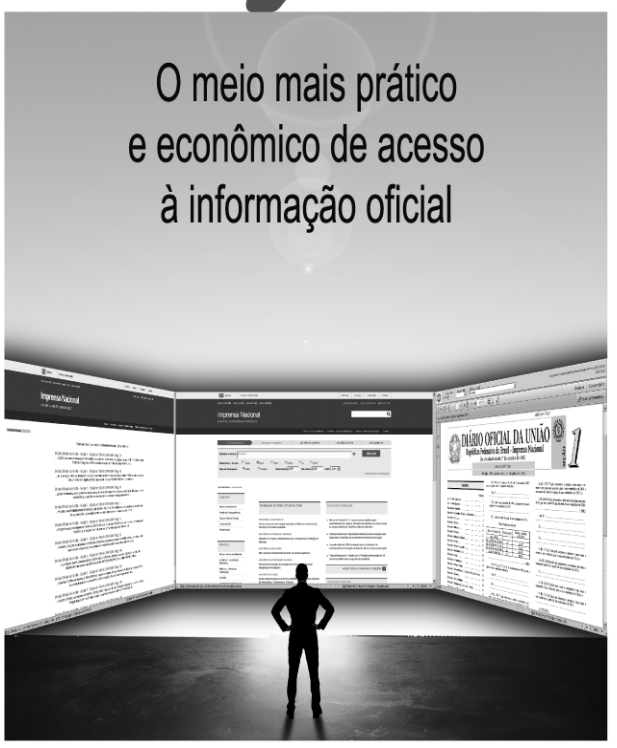
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2016.005751-6/SCA. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul-Gestão 2016-2019. Recdo: J.O.R.C. (Advs: Ferdinand Georges de Borba D'Orleans e D'Alençon OAB/RS 100800, João Adalberto Medeiros Fernandes Junior OAB/RS 40315 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e Rogério Busato Belger. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 008/2017/SCA. Recurso contra decisão proferida pela maioria da Segunda Turma da Segunda Câmara. Não conhecido. Decisão do Órgão Especial da OAB/RS por maioria de [30x1] negou provimento a recurso do Presidente da Seccional. Reconhecimento de nulidade e declaração de extinção da punibilidade. Intempestividade do recurso ao CFOAB. Prazo para a interposição de recurso pelo Presidente do Conselho Seccional flui a partir da data da proclamação do resultado do julgamento. Precedente do Pleno da Segunda Câmara. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em não conhecer do recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 13 de fevereiro de 2017. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator para o acórdão.

Brasília, 11 de abril de 2017.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

Diário Oficial da União Digital



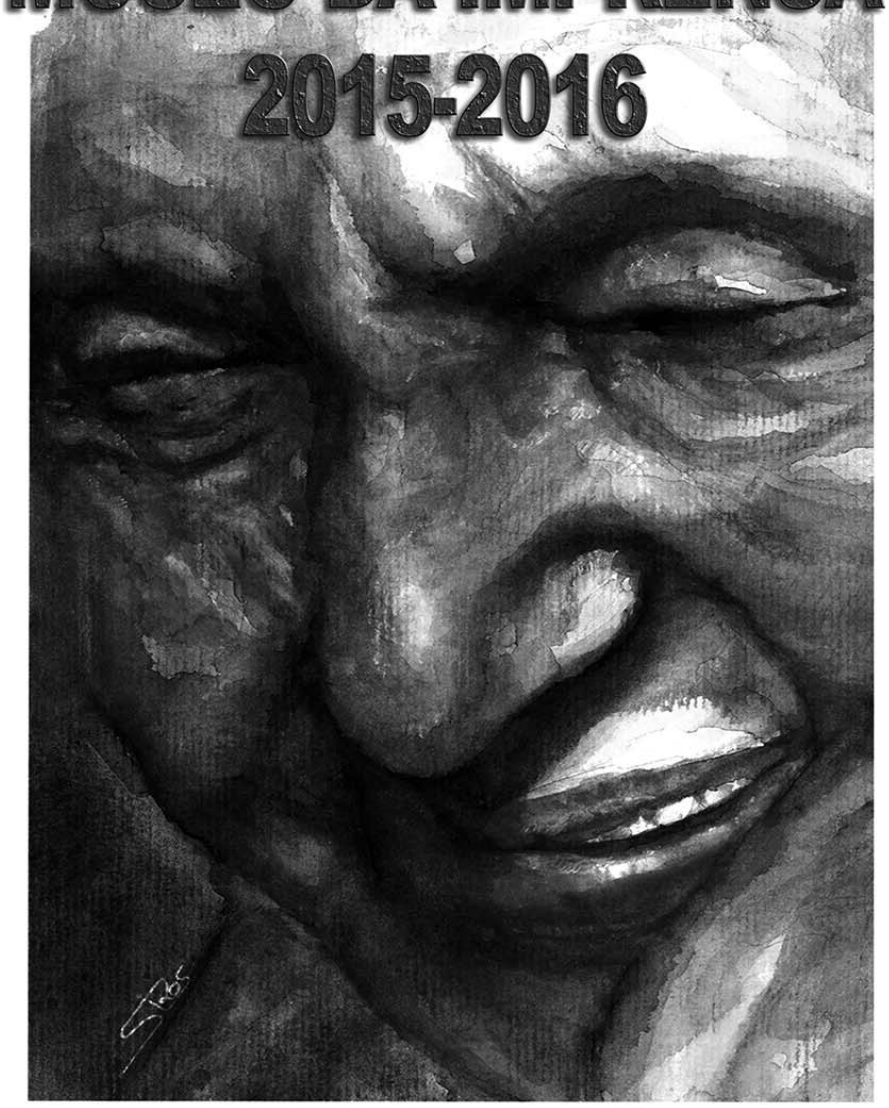
O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59

Diário Oficial da União *Digital*
Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão
www.in.gov.br



18º CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPRENSA 2015-2016



Desenho
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
Mascotes Olímpicos visitam o Museu

Redação
Ensino Fundamental (6º ao 9º ano):
Primeiros Jogos Olímpicos no Brasil

Redação
Ensino Médio (1º ao 3º ano):
30 anos sem Cora Coralina

Artigo (Ensino Superior):
200 anos da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves

Rio2016

INFORMAÇÕES
Central de Atendimento
0800 725 6787
www.in.gov.br



Criação e Arte: Siros

Realização:
Presidência da República
Casa Civil
Imprensa Nacional

Apoio:
ASDIN Associação dos Servidores da Imprensa Nacional
ANJ Associação Nacional de Jornais
IMPRENSA Os fatos mudam. Os princípios não. Editorial
ViiBra
AIN Amigos do Complexo Cultural da Imprensa Nacional
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA